

HISTÓRIA UNICAP

REVISTA DO CURSO DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

DOSSIÊ "A HISTÓRIA ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS ARQUEOLÓGICOS"



VOLUME 2, NÚMERO 3, JAN. / JUN. 2015

ISSN 2359 -2370

EXPEDIENTE

Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Reitor: Dr. Pedro Rubens Ferreira Oliveira, SJ.

Pró-reitora Acadêmica

Dr^a. Aline Maria Grego

Pró-reitor Administrativo

Me. Luciano José Pinheiro Barros

Pró-reitor Comunitário

Dr. Lúcio Flávio Ribeiro Cime, SJ.

Coordenação Geral de Pesquisa

Dr^a. Maria da Graça de Vasconcelos Xavier Ferreira

Coordenação Geral de Pós-Graduação

Dr^a. Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

Coordenação Geral de Extensão

Me. Odalisca Cavalcanti de Moraes

Direção do Centro de Teologia e Ciências Humanas

Dr. Degislano Nóbrega de Lima

Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em História

Dr^a. Beatriz de Miranda Brusantim

Revista História Unicap – RHU

Editor

Tiago da Silva Cesar, Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Comitê Editorial

Beatriz de Miranda Brusantin, Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Flavio José Gomes Cabral, Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Newton Darwin de Andrade Cabral, Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Comissão Científica

Adriana Maria de Souza Zierer, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

Antonio Natanael Martins Sarmento, Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Carlos André Macedo Cavalcanti, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Cláudia Mauch, Departamento de História/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Cláudio de Sá Machado Júnior, Universidade Federal do Paraná, Brasil

Claudio Pereira Elmir, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Eliane Cristina Deckmann Fleck, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Emanuela Sousa Ribeiro, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Francisco Miguel Espino Jiménez, Universidad de Córdoba, Espanha

Gabriella Bruna Zarri, Università degli Studi di Firenze, Itália

Gutmaro Gómez Bravo, Universidad Complutense de Madrid, Espanha

Hernán Ramiro Ramírez, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Jacqueline Hermann, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

José Oscar Beozzo, Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular, Brasil

Kalina Vanderlei Silva, Universidade de Pernambuco, Brasil

Luiz Carlos Luz Marques, Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Marisa Saenz Leme, Universidade Estadual Paulista - Franca, Brasil

Marluzza Marques Harres, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Nainora Maria Barbosa de Freitas, Centro Universitário Barão de Mauá/Centro de Estudos da Aquidionense de Ribeirão Preto, Brasil

Paulo Roberto Staudt Moreira, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Pedro Oliver Olmo, Universidad de Castilla-La Mancha, Espanha

Riccardo Burigana, Istituto San Bernardino di Venezia - Pontificia Università Antonianum di Roma/Centro per l'Ecumenismo in Italia, Itália

Rodrigo Coppe Caldeira, Pontificia Universidade Católica de Belo Horizonte, Brasil

Silvia Scatena, Università di Studi di Reggio Emilia, Itália

Suely Creusa Cordeiro de Almeida, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil

Zuleica Dantas Pereira Campos, Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Pareceristas *ad hoc* do V. 2, Nº 3, JAN./JUN. 2015

Alberico Nogueira de Queiroz (UFS)
Ana Lúcia do Nascimento Oliveira (UFRPE)
Danúbia Valéria Rodrigues de Lima (Univ. de Coimbra)
Emanuela Sousa Ribeiro (UFPE)
Flávio Augusto de Aguiar Moraes (UFAL)
Flavio José Gomes Cabral (UNICAP)
Graziela Brito de Almeida (UNICAP)
Gustavo Manoel da Silva Gomes (UFAL)
Jairo Henrique Rogge (UNISINOS)
Luís Manuel Domingues do Nascimento (UFRPE/UNICAP)
Marlon Borges Pestana (UNESC)
Mauro Alexandre Farias Fontes (UNIVASF)
Raul Viana Novasco (UNISINOS)
Ricardo de Aguiar Pacheco (UFRPE)
Suely Cristina Albuquerque de Luna (UFRPE)
Vera Lúcia Braga de Moura (Fac. Mauricio de Nassau)

Capa

Imagem/fonte: Reprodução de pinturas rupestres do Sítio Arqueológico Furna do Estrago (Brejo da Madre de Deus - PE) pelos alunos da EREM Aníbal Fernandes (Recife), coordenado pelos alunos do Curso de História do PIBID UNICAP. Fotos e montagem de Juliana Calixto Viana.

Editoração Eletrônica

Marcela Viana da Silva, Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Tiago da Silva Cesar, Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Consultor Editorial

Mariano Vicente da Silva Filho, Universidade Católica de Pernambuco, Brasil



Responsabilidade ideológica: Os artigos cujos autores são identificados não representam o ponto de vista ou posição oficial da revista História Unicap ou do Curso de Licenciatura Plena em História da Unicap.

Apresentação: "A História através dos documentos arqueológicos"

É com muito prazer que apresentamos este número da *História Unicap*, com o primeiro dossiê sob o título "A História através dos documentos arqueológicos", com o objetivo de compartilhar os resultados de pesquisas arqueológicas que vem sendo desenvolvidas pelos colegas cientistas da área. Numa época em que não faz mais sentido os vestígios arqueológicos serem estudados isoladamente, é gratificante ler os frutos de pesquisas onde os autores procuram, de maneira contextual, entender e apresentar os documentos por eles produzidos de forma que a sociedade compreenda sua linguagem e, com isso, possa utilizá-los, além de se valer de informações que provocam discussão em torno do fazer e pensar histórico.

Logicamente, como observaremos no decorrer da apresentação, são várias as maneiras de se estudar esses vestígios como também são diversas as maneiras de abordá-los, dependendo, é claro, do caminho metodológico trilhado por cada pesquisador.

Dentre os artigos deste dossiê, os leitores vão se deparar com múltiplos enfoques que buscam pôr de manifesto a importância e a responsabilidade que as pesquisas arqueológicas devem ter, em conformidade com a legislação, com a participação da comunidade na construção do conhecimento produzido no local onde vivem, através da educação patrimonial visando oportunizar o conhecimento de seu patrimônio, e sua valorização possibilitando o estabelecimento de laços de memória e identidade cultural.

Atualmente, as práticas da educação patrimonial estão inseridas em um contexto maior, denominado de Arqueologia Pública, que tem como objetivo a proteção e preservação dos recursos arqueológicos. Mas há ainda outros trabalhos, relativos à reconstrução histórica feita através dos diferentes achados, isto é, em cada pincelada dada pelos pesquisadores, onde se “destroem” páginas de nosso passado para em seguida, a partir de diferentes métodos e técnicas, reconstruir nossa história.

O dossiê está composto por nove artigos, dentre os quais se encontram textos relacionados a estudos de grupos caçadores-coletores, como é o caso do estudo dos autores Carlos Xavier de Azevedo Netto e Adriana Machado Pimentel de Oliveira: *Os documentos arqueológicos e históricos: A relação da cultura material e do ambiente nos Sítios Arqueológicos do Cariri Paraibano*, onde discutem as relações entre a Arqueologia e a História, a partir do estudo de caso da arte rupestre de alguns sítios arqueológicos existentes na região do Cariri Paraibano. Já em *Os grupos caçadores-coletores do agreste potiguar: caracterização tecnotipológica dos artefatos líticos de dois sítios a céu aberto*, Flávio Augusto de Aguiar Moraes, Onésimo Jerônimo Santos e Waldimir Maia Leite Neto, apresentam os resultados das pesquisas arqueológicas realizadas no município de Parazinho, Rio Grande Norte, onde foram identificados dois sítios arqueológicos caracterizados como oficinas líticas.

Em *Arqueologia e História Urbana: anotações de pesquisa sobre a Ilha de Itamaracá Colonial*, Josué Lopes dos Santos e Ana Lúcia do Nascimento Oliveira oferecem um texto construído com documentos históricos e arqueológicos ligado à arqueologia urbana, ao analisarem o processo de construção do espaço co-

lonial, a partir da evolução do conjunto citadino, especialmente na área que compunha a Ilha de Itamaracá em Pernambuco.

A discussão sobre o valor dos vestígios arqueológicos vertebram ainda vários trabalhos. Em *Fragmentos Eloquentes*, Martha Helena Loeblein Becker Morales discute o acervo arqueológico do Museu Paranaense com o objetivo de colocar em debate as atitudes cerceadoras que impomos aos nossos objetos de estudo e que se reflete em uma maneira de apresentá-lo. Em *“As Pedras na História”: O uso de fontes arqueológicas “pré-históricas” para a historiografia*, Luiz Carlos Medeiros da Rocha destaca que os vestígios arqueológicos líticos podem ser utilizados como fonte de estudo para os historiadores na construção do conhecimento, em benefício da historiografia. Por outra parte, mostrando o importante papel da Historiografia na construção de um documento arqueológico, Arkley Marques Bandeira apresenta e discute em seu texto *Os Tupis na Ilha de São Luís - Maranhão: Fontes Históricas e a Pesquisa Arqueológica*, crônicas, relatos, documentos administrativos, iconografias, dentre outros documentos que vem auxiliando no entendimento da cultura material arqueológica associada aos povos Tupi na Ilha de São Luís – Maranhão, principalmente no século XVII, período do contato dos colonizadores europeus com as populações indígenas na região.

Dentro da temática de Arqueologia Pública, o dossiê traz três diferentes experiências de retorno às comunidades dos trabalhos arqueológicos. Em *Patrimônio Arqueológico e a Educação Patrimonial: Projeto Expondo cultura das relíquias arqueológicas ao conhecimento da História*, Ana Lúcia do Nascimento Oliveira e Suely Cristina Albuquerque de Luna apresentam resultados de um projeto de Educação Patrimonial, em uma mostra itinerante em ônibus museu, adaptado e acessível, com o duplo objetivo de divulgar para a sociedade o conhecimento científico e promover a valorização do patrimônio arqueológico evidenciados nas pesquisas realizadas no Estado de Pernambuco. Por sua vez, Jaime de Santana Oliveira e Jóina Freitas Borges em *Sociedade, Arqueologia e Patrimônio: As relações de pertencimento da Comunidade Zabelê com a área arqueológica do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC)*, apontam as relações de pertencimento da comunidade Zabelê com o PNSC e seu patrimônio arqueológico. Fazem um histórico da arqueologia na região desde a chegada da missão franco-brasileira, no Sudeste do Piauí, na década de 1970, marco na história da comunidade Zabelê com a criação do parque, apontando quais as relações de pertencimento da comunidade Zabelê com a área arqueológica do parque nos dias de hoje. Já o artigo de Janaína Cardoso de Mello: *As esculturas de Demar (Laranjeiras/SE): propostas para uma Arqueologia Pública no século XXI*, retrata o caso do nomeado escultor em madeira que recebeu o título de “patrimônio vivo” pela Prefeitura Municipal de Laranjeiras por seu ofício. Mello traz à tona a discussão conceitual e prática de “patrimônio material” e “patrimônio imaterial”, e aponta para a necessidade de se ouvir as comunidades quando da criação e definição de seu patrimônio cultural.

Por último, integrando a seção de artigos livres, cabe ainda apresentar o trabalho de Jonathan Fachini da Silva: *A exposição e a circulação de crianças no extremo sul da América portuguesa: um estudo de caso - (século XVIII)*, onde o autor analisa o fenômeno da exposição domiciliar de crianças na Fregue-

sia Madre de Deus de Porto Alegre a partir do caso do capitão de ordenanças Manuel Bento da Rocha, quem recebeu diversos expostos, e por vezes os recusou passando-os adiante.

Com este artigo fechamos o presente exemplar correspondente a Jan./Jun. de 2015, na esperança de ser apenas o primeiro de muitos que podemos construir juntos à *História Unicap*.

Nossos agradecimentos à Universidade Católica de Pernambuco, aos autores que colaboraram para a boa qualidade deste número, aos pareceristas que tiveram a árdua missão de avaliar as produções, ao comitê editorial, à comissão científica e, em especial, ao editor da *História Unicap*, Prof. Dr. Tiago da Silva Cesar, que nos fez o convite e que acreditou e confiou nesta parceria.

Boa leitura caros leitores e uma boa viagem no tempo!

Prof.^a Dra. Ana Nascimento – DEHIST/UFRPE

Prof.^a Dra. Suely Luna – DEHIST/UFRPE

Os documentos arqueológicos e Históricos: A relação da cultura material e do ambiente nos Sítios Arqueológicos do Cariri Paraibano

The Archeological and Historical Documents: The relationship of the material culture and the environment in the archeological sites of Cariri Paraibano

Carlos Xavier de Azevedo Netto*
xaviemetto@gmail.com

Adriana Machado Pimentel de Oliveira**
adriana.butija@gmail.com

Resumo: Neste trabalho, procuramos discutir as relações específicas entre a arqueologia e a história, a partir do estudo de caso da arte rupestre de alguns sítios arqueológicos existentes na região do Cariri Paraibano. Discutiremos as vinculações entre a Arqueologia pré-histórica – um dos muitos campos em que atualmente se subdividem os estudos arqueológicos - e a História. O ponto focal da discussão é estabelecer a relação entre o ambiente e os sítios arqueológicos, nesse caso o chamado Cariri Ocidental, no Estado da Paraíba, situado no nordeste brasileiro, a partir de uma noção de materialidade e de coisa. Consideramos as populações que se assentaram em um ambiente semiárido, conforme é apresentado nos resultados preliminares de diversas pesquisas realizadas na região acerca de populações detentoras de formas de produção documental diversas, que fogem ao padrão considerado tradicionalmente.

Palavras-chave: Arte rupestre, materialidade, Cariri Paraibano, paisagem.

Abstract: *In this work, we aim to discuss the specific relationship between Archeology and History, from the perspective of the rock art case study of some archaeological sites in the Cariri region, in Paraíba State. In fact, therefore, we will discuss the linkages between Prehistoric Archeology - one of the many fields in which archaeological studies are currently subdivided - and History. The focal point of this discussion is to establish the relationship between the environment and the archaeological sites, using the case of archaeological sites located at the Western Cariri, in the Paraíba State, in northeastern Brazil, from a concept of materiality and of thing. It was considered the case of the population that was laid in a semi-arid environment, as presented in the preliminary results of several studies conducted in the region about people holding various forms of documentary production, that are beyond the standard traditionally considered.*

Keywords: *Rock art, materiality, Cariri Paraibano, landscape.*

* Bolsista de Produtividade de Pesquisa do CNPq, nível 2. Atualmente é professor Associado da Universidade Federal da Paraíba, no Departamento de Ciência da Informação, atuando como docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI e de Antropologia – PPGA, ambos da UFPE, como coordenador do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR e do PPGCI

** Doutoranda em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É voluntária da Universidade Federal da Paraíba, como assistente de pesquisa no projeto Programa Arqueológico do Cariri Paraibano, apoiado pelo CNPq.

Introdução

Desde cedo, a arqueologia apresentou necessidades e ações interdisciplinares na busca de entender o desenvolvimento e as representações de diversas sociedades. Neste trabalho, procuramos discutir as relações específicas entre a arqueologia e a história, a partir do foco do estudo de caso da arte rupestre de alguns sítios arqueológicos existentes na região do Cariri Paraibano. Na verdade, portanto, estaremos discutindo as vinculações entre a arqueologia pré-histórica – um dos muitos campos em que atualmente se subdividem os estudos arqueológicos - e a história. Do ponto de vista do conhecimento histórico, estamos interessados em perceber como as pesquisas arqueológicas podem contribuir para preencher as lacunas existentes na história da ocupação indígena daquele local.

O ponto focal da discussão é estabelecer a relação entre o ambiente e os sítios arqueológicos, no caso o chamado Cariri Ocidental, no Estado da Paraíba, situado no nordeste brasileiro, já que se trata de populações que se assentaram em um ambiente semiárido, conforme é apresentado nos resultados preliminares de diversas pesquisas realizadas na região, desde Almeida (1976) até os dados levantados nos projetos Processos Classificatórios Simétricos de Grafismos Rupestres (Bolsa de Produtividade de Pesquisa) e Caracterização dos Grafismos Rupestres do Cariri Ocidental.

Materialidade como documento – o olhar arqueológico

De forma tradicional, na arqueologia, é considerado que seu objeto de estudo são os artefatos produzidos e utilizados pelo homem em um passado, próximo ou remoto, como Dunnell (2007) ressalta ao afirmar que a arqueologia é a ciência dos objetos. Com isso, o arqueólogo, ao se deparar com os restos das atividades humanas no passado, pode inferir como esses grupos se

comportavam, que tipo de relação estabeleciam entre si e com o ambiente. Essa forma de abordar os fenômenos arqueológicos tem como fundo uma postura semiótica dos fenômenos culturais (GEERTZ, 1978). Ainda no escopo da dimensão simbólica dos objetos, inclui-se a chamada arte rupestre como um artefato que produz a paisagem.

No momento em que as abordagens tradicionais do registro arqueológico começam a sofrer críticas quanto à sua linearidade interpretativa, um dos focos dessas críticas vem do advento da noção de agência ou agenciamento (GELL, 1998), quando lança as bases para o entendimento de uma antropologia da arte, onde a ação do fazer, produto do fazer e o suporte do fazer estabelecem relações. Quando Latour (1994), entre outros, lança a ideia de simetria, já que retira do ator humano a exclusividade da ação, incluindo outros elementos (homens, artefatos, paisagens, etc) que compõem uma dada realidade sem uma hierarquia, estabelece um elo de complementaridade com a agência. A noção de agência, em conjunção com a de simetria, que aqui será empregada, partindo da constatação que o fenômeno rupestre traz em si uma dimensão estética destacada, propicia uma forma de abordagem que se afasta de uma ótica monotética em sua observação e tratamento, passando para uma visão politética (CLARK, 1984) com a inclusão de outros atores, que através de suas ações, estabelecem sucessivas redes de relações que são efetivadas entre os signos rupestres em si, com o suporte, com seu entorno imediato, que forma uma paisagem, e com o seu observador, em qualquer situação espaço-temporal, em sua materialidade (KNAPPETT, 2012).

A partir daí, passa-se a considerar o conjunto que forma o fenômeno rupestre como uma sucessão de redes sobrepostas, que se interligam na forma de um rizoma (DELEUZE; GUATARI, 1980). Esse rizoma, quando se consideram a degradação, natural ou não, do su-

porte, as mudanças ocorridas na paisagem, a sucessão dos diferentes seres que atuam sobre os painéis e a própria dinâmica de modificação dos signos, percebe-se que ele se encontra em um devir, em uma processualidade constante da relação que a materialidade dos grafismos rupestres está inserida. Essa processualidade caracteriza os grafismos rupestres dentro dos fenômenos materiais da cultura, com dinâmicas e velocidades variadas e contextuais, configurando o que Ingold (2012) chama de “coisas”, nas quais incluiria artefatos, objetos, paisagens e demais elementos de uma dada realidade.

O registro arqueológico, no sentido de ser resultado de comportamentos de um grupo, onde estão imbuídos de aspectos simbólicos, são estruturas semióticas, de acordo com Geertz (1978), por isso mesmo seus elementos podem ser considerados como signos. Esses signos formam estruturas delimitadas e bastante diversificadas, variando de acordo com cada momento e circunstância. Embora algumas correntes teóricas tenham tentado reconhecer o significado dessas representações cotidianas, chegando a uma aproximação linguística do fenômeno (LEROI-GOURHAN, 1983-1985) ou mesmo de “leitura” desses registros (HODDER, 1994), constatou-se que a simples relação de linearidade entre significante e significado não consegue explicar o fenômeno em sua totalidade. Na busca da fuga da relação simplista do signo e seu significado, foi encontrada a teoria Semiótica de Peirce (1977), como um caminho que possibilitaria abordar a entidade signo de modo mais completo. Optou-se, então, por utilizar esta teoria como embasamento teórico/analítico para o presente estudo.

Considerando a defasagem entre a prática arqueológica e as inovações teóricas, onde a crise do paradigma disciplinar ainda não foi devidamente tratada, como é discutido por Fahlander; Oestigaard (2004), os estudos da cultura material são evidenciados em um espec-

tro de uma pós-disciplina, incluindo-se aí a arqueologia. Embora a relação entre arqueologia e semiótica esteja tradicionalmente voltada para o estudo dos signos rupestres, esta pode materializar-se de forma mais ampla, como foi indicado por Preucel (2006). A utilização da teoria semiótica volta-se, para o caso da arqueologia como um todo, como a forma de construção de significados dos conjuntos de atributos observados e relacionados nos contextos arqueológicos.

A relação entre a teoria semiótica e a arqueologia é função da relação que esta última mantém com seu objeto, como fruto da cultura produzida pelo homem no passado. Entende-se que a cultura possui uma natureza semiótica, tal como discutido por Geertz (1978), já que seria composta por uma teia de significados. A partir dessa relação, esta forma de registro, e/ou representação, seria entendida como um sistema fechado, que seria mediado e interpretado pelos diversos marcos conceituais, tanto da cultura produtora como da cultura observadora, em qualquer momento, onde o objeto representado, o autor e a obra mesclam-se em uma única entidade, o signo. Essa mescla se dá de forma intencional ou acidental, fruto da dinâmica cotidiana dos grupos culturais detentores de um determinado conjunto de objetos, como mostra Webmoor (2005).

A aproximação se dá, inicialmente, com o surgimento do pós-processualismo, que vem da teorização do contexto arqueológico como um texto que, de acordo com Preucel (2006), advém dos pressupostos desconstrutores do texto e da escrita de Derrida e na ação social direcionada ao discurso de Nora. Dessa feita, Hodder propõe considerar o registro arqueológico como um texto a ser lido, visto que os produtos da ação humana, os objetos, somente possuem significado em sua relação com os demais elementos do contexto arqueológico. Este pode ser considerado como limitante na sua abordagem, já que faz uma sobreposição entre funda-

mentos da semiologia de Saussure e da semiótica de Peirce, sem atentar para as questões propostas pela teoria da percepção, como pode ser observado em Hodder (2009, p. 2 e 3). Como esse contexto está composto de representações de ações humanas, que têm sua dinâmica e ações próprias na composição do contexto arqueológico que está em constante ação, recorreu-se a Olsen (2003) quando propõe que o entendimento do contexto arqueológico vá além do texto, em uma abordagem simétrica entre a ação humana e seu reflexo nas ações dos objetos.

A relação estabelecida com os objetos observados no contexto arqueológico se dá por meio da potência de representação, de ações e modos de vida que esses objetos possuem. Mas essa representação não se dá de forma individualizada nos objetos, mas por categorias de objetos, o que demanda a construção de unidades de comparação, a noção de tipo. Como já foi mencionado, o aporte tipológico, utilizado em larga escala no Brasil, mostra a preocupação dos arqueólogos brasileiros em não estabelecer significados, ou traduções, para os artefatos produzidos e observados nos sítios, mas sim em estabelecer as identidades dos padrões culturais que influenciaram a concretização dos contextos particulares. Esta linha teórico-metodológica é baseada na noção de tipo, para qual nas representações rupestres as figuras são tidas como resultado de padrões culturais passíveis de mudança, surgindo daí o conceito de sinal ação.

Reconhece-se, então, que os signos-tipo, ou simplesmente signos rupestres, são signos apresentando o seu primeiro arranjo, e são considerados iniciadores de um processo de semiose ilimitada (ECO, 1980), em qualquer nível de interpretante.

Neste ponto, os questionamentos acerca das noções de espacialidade utilizadas tradicionalmente na arqueologia são necessários, como as elaboradas tanto

por Leroi-Gourhan (1983-1985), ou mesmo por Deleuze & Guatari (1980), embora esta última apresente uma maior abertura para a inclusão de diversos fenômenos, como demonstrou Azevedo Netto (1994), quando inclui a noção de territorialidade (AZEVEDO NETTO; KRAISCH; ROSA, 2007). Essa noção tem sua importância, sendo, pois, relacionada, além da verificação da ocupação de determinado espaço por uma população específica, com a possibilidade de inferência das identidades étnicas de grupos pretéritos, documentados historicamente. É, então, a relação entre a consciência de etnicidade e seu contexto que direciona as condições de vida social e a construção subjetiva de sua identidade, frente à realidade social (JONES, 2005), em situações muito específicas e circunstanciadas.

Nesta delimitação, entra em cena a aproximação feita por Bordieu (1989) entre identidades regionais e étnicas, que estão intimamente ligadas à propriedade territorial, enquanto signos originários, que são referenciados pelo lugar, com seus sinais duradouros, que se vinculam como produtoras da identidade do grupo. Isso porque as regiões, paisagens ou territórios são produtos históricos e culturalmente determinados. Assim, o lugar aparece permeado de signos da identidade, e introduz, a partir do poder de classificação, uma descontinuidade sociocultural em uma continuidade dada como natural. Este ponto levanta a questão do aparecimento de fronteiras entre territórios, que se mantém subjetivado dentro de classificações particulares, já que:

[...] é social de parte a parte e as classificações mais 'naturais' apoiam-se em características que em nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior das relações de força no campo das lutas pela delimitação legítima. (BORDIEU, 1989, p 155).

Assim, esse ambiente, quando se torna socializado, passa a uma dualidade em que é considerado como uma construção social, ao mesmo tempo em que determinados momentos constrói uma determinada sociedade. Com isso, essa relação entre a paisagem e o lugar torna-se estreita, com a primeira, passando pelo nível da escala espacial a ser adotada, podendo ser considerado dentro da esfera do território de unidade política, uma cidade, etc. Já o lugar, passa a ser considerado como um ponto específico dentro de uma paisagem maior dentro de processos de construção, apropriação e alterações de ambientes, como propõe Acuto (1999).

E no que diz respeito à arte rupestre, a noção de espaço assume contornos mais restritos de território, visto que ocorre um processo de sinalização de diferentes nichos em um mesmo ambiente, ou mesmo em ambientes diferentes, como pode ser visualizado no trabalho de Williams (1985), sobre a delimitação de territórios através da arte rupestre nas Guianas, ou de Corrêa (1994), quando infere uma territorialidade na calha do Rio Uatumã, na Amazônia.

Assim, o espaço começa a assumir contornos de paisagem, onde é possível vislumbrar a diluição entre as fronteiras entre natureza e cultura, como foi explicitado por Castro (2002). É nesta interface entre o cultural e o natural que emerge a paisagem:

À medida que os grupos reencontram suas paisagens como um prolongamento da própria identidade, essas relações são intensificadas, interiorizadas, gerando processos combinados e simultâneos de natureza diversificada, legados a um jogo de forças. Sob essa ótica, todas as paisagens são heranças em vários sentidos, sejam como realidade natural ou cultural, transformados a todo instante de maneira contínua, ao longo dos tempos, manifestas em testemunhos de uma objetividade que emerge da própria subjetividade. (GUIMARÃES, 2003, p. 49).

Este aspecto próprio da construção social do espaço, transformando-o em paisagem, poderia ser considerado um evento semiótico, onde formar-se-ia um elo entre os signos expressos pelos artefatos, móveis ou imóveis, com o espaço, como foi discutido por Azevedo Netto (2013). Entendendo-se semiótica como a teoria que tenta dar conta do universo simbólico humano, e não como uma abordagem ligada à linguística, de modo independente, pode-se buscar compreender as relações que os signos (entidades representativas) estabelecem entre si, e qual a lógica que perpassa por estas relações. Por isso, a semiótica presta-se como marco teórico que promove o norteamento das abordagens das manifestações arqueológicas, onde os significados dos objetos estão tanto em suas formas como em suas ações, assumindo o caráter representacional, tornando-se signos. A moderna concepção dos estudos arqueológicos, advindos da perspectiva simétrica (LATOUR, 1994 e WEBMOOR, 2005), é dirigida ao entendimento de seus aspectos espaciais e interacionais, entre humanos e objetos.

Esse tipo de relação (homem X objeto) é mais flagrante no caso da arqueologia dado que os significados nunca são dados pelo próprio objeto. O objeto arqueológico não enuncia diretamente seu significado, mas sim se desdobra em dados que podem ser coletados pelo pesquisador, dando condições ao arqueólogo de construir um significado, quando este se aproxima e interage com seu objeto (WITMOORE, 2006). Essa construção não é feita de modo aleatório, mas balizada através do embasamento teórico, no qual tem um importante papel da antropologia, no tocante a identificar as sobreposições de redes que se estabelecem na confecção e observação dos painéis. Nisso, a noção, aqui utilizada, de significado, é aquela que o entende como uma construção, não como algo em si.

Este universo simbólico obedeceria, assim, a uma

estruturação lógica, coerente e particularizada para cada contexto cultural ao qual pertenceriam os signos, instituindo assim uma ordenação na utilização desses mesmos signos, opinião partilhada por Prous (1989), no caso da arte rupestre. Neste contexto, a teoria semiótica de Peirce (1977) se apresenta como base ao nível da fundamentação teórica, já que a natureza do trabalho do arqueólogo, em si, não é outra senão semiótica. E por quê? Porque os remanescentes da cultura material, que caracterizam seu objeto de estudo, são tratados e reconhecidos como signos do comportamento humano no passado. Desses signos e suas associações, o pesquisador procura reconstituir os diferentes comportamentos culturais. Esses significados, sendo construções feitas pelo arqueólogo, não se restringem a uma única relação obrigatória entre artefato e significado. E esta construção só se dá pelo processo de semiose ilimitada, que é ligado intimamente ao processo de significação, para um interpretante, onde um signo propicia a sua significação sobre outros signos, visto que: “Esta contínua circularidade é a condição normal da significação, e é por isto que permite o uso comunicativo dos signos para se referir às coisas.” (ECO, 1980, p. 60).

Concluindo, o arqueólogo, enquanto observador dos signos da cultura material, assume o caráter de interpretante no processo de significação. Ao se deparar com os painéis de arte rupestre e observar os seus signos, ele desencadeia um processo associativo, onde se evidencia a correlação entre estes signos, e suas semioses, com outros atores/agentes, desde o suporte e sua topografia, passando pelo ambiente e até mesmo das ações empreendidas pelo observador para captar o fenômeno. A partir daí, pode-se dizer que o significado das figuras rupestres é formado na consciência de seu observador, no caso o arqueólogo, a partir da apreensão das diferentes características dos signos rupestres, inse-

ridos em seus painéis, e a correlação dos diferentes signos produzidos por esta apreensão, com outros já conhecidos, em um constante devir, em uma constante construção, refletindo a sobreposição das diversas redes de correlações que estão se dando nos painéis.

Arqueologia e História: a ponte para a memória coletiva

O estudo das diferentes facetas com que o homem vem ocupando os espaços é objeto de algumas disciplinas que procuram entendê-la dentro de uma sistemática reconhecida como científica. Dentre estas, uma delas procura se ocupar da relação entre este homem com o seu espaço, através de sua apropriação cultural, no decorrer do tempo; esta disciplina é a arqueologia. Na sua formação, essa disciplina procurou se municiar de instrumentos teóricos que possibilitassem reconhecer as condutas humanas no passado através dos restos materiais deixados pelas sociedades pretéritas. Neste foco da espacialidade, pode-se identificar a aproximação que há dos estudos arqueológicos das questões ambientais. Assim, a arqueologia estaria atuando em um espaço de saber interdisciplinar, onde de um lado se daria a cultura e de outro estaria o tempo, um espaço entre a Antropologia e a História, já que:

A História tem por objetivo de estudo as sociedades, numa perspectiva diacrônica, abordando essencialmente as que possuem escrita. As sociedades sem escrita do passado são, pois, o campo da Pré-História, enquanto as culturas dos povos ágrafos atuais ou recentes são principalmente investigadas pela Antropologia Cultural. (PROUS, in: SCHIAVETTO, 2003, p. 25).

Através da Resolução CONAMA-01¹ de 1988 (Conselho Nacional do Meio Ambiente), o patrimônio arqueológico começou a fazer parte do patrimônio am-

¹ Conselho Nacional de Meio Ambiente

biental brasileiro, buscando aumentar a conscientização acerca do valor das identidades culturais. Entender a história local e estar inserido nela, procurando valorizar o passado como instrumento para a compreensão do mundo em que se vive é, sem dúvida, fundamental. É importante sabermos a nossa origem e como a nossa cultura se desenrola durante tantos anos. Sendo assim, procuramos estabelecer uma discussão inicial sobre a inclusão social do patrimônio arqueológico existente no Cariri paraibano, fruto do projeto *Arqueologia do Cariri*, como uma estratégia de preservação e afirmação de identidades culturais.

No que diz respeito à questão das memórias coletivas relacionadas com os atributos espaciais, referentes ao ambiente, parte-se das ponderações de Certeau (1994) quando se considera o espaço como uma forma de ver e referenciar as ações cotidianas de uma determinada comunidade. Agrega-se a isso o alargamento da noção de documento (LE GOFF, 2003), que nos permite considerar que o ambiente, enquanto espaço de relações entre elementos integrados, incluindo a ação do homem nos seus mais variados meios de adaptação e sobrevivência, já que este ambiente guarda registro da passagem do homem em seu cotidiano, passa a ser compreendido como um atributo a ser considerado na reconstituição de qualquer evento histórico, de qualquer período.

Na região do Cariri Ocidental, objeto de sucessivos projetos de pesquisa, observa-se que atividades predatórias do meio ambiente, como a exploração das rochas, a extração de argila para olarias caseiras e o assoreamento dos rios, causam um impacto no local e isso afeta, diretamente, o patrimônio arqueológico existente. A arte rupestre, em especial, tem sofrido sérios riscos quanto à sua conservação, como foi observado por Lax e Almeida no *Relatório da Bacia do Rio Taperoá* (WATANABE et al., 2002). Para o escopo do presente

trabalho, a observação dos vestígios arqueológicos se restringirá à área do Município de São João do Cariri, que é de fundamental importância para a história local, pois tais vestígios fazem parte das informações do passado da região, deixadas por povos que já não mais existem, que constituem os fundamentos das estratégias de sobrevivência que as populações atuais podem adotar na melhora do seu cotidiano, constituindo, assim, o seu legado, i. e., a herança cultural.

Através dos grafismos, esses caçadores, coletores e/ou horticultores deixaram as marcas de sua presença, pro meio dos vestígios de seu cotidiano. Esses vestígios constituem “parte do sistema de comunicação do qual se preservavam apenas as expressões gráficas que resistiram ao tempo.” (GASPAR, 2003, p. 12). A perda desses registros implicaria um retrocesso em relação ao estudo da pré-história local, pois, levaria à produção de lacunas para a construção da história local, através desses referenciais de memória. Esses registros, incorporados pela história, devem fazer parte da construção das identidades locais, assentadas na memória da ocupação da área.

Quando nos referimos à cultura material, identidade e memória, percebemos que existe uma forte linha que as interliga, realçando a afirmação de que elas se encontram unidas e, muitas vezes, se entrelaçam nos seus conceitos. A forma como se processam as memórias, como elas se fragmentam e como são postas no mundo atual, ganha forças quando se relacionam com os constantes processos de construção de identidades sociais. E é pela cultura material que se possibilita a recuperação de informações do cotidiano dos grupos sociais que, originalmente, ocuparam a região. O que permite que se construam mecanismos de referência de identidades culturais, através de marcos de memória coletiva.

Entendendo que, somente através de um processo

de construção de identidades culturais, podemos chegar a uma real formação de comunidade que se reconheça com afinidades de presente e passado, é que podemos manter os indivíduos próximos. E é neste aspecto que a questão dos marcos referenciais dados pelo patrimônio arqueológico contribui para a consolidação das identidades e leva à conscientização do papel social desenvolvido pelo indivíduo perante a sociedade. É desta forma que percebemos a relevância da arqueologia, tanto para a história quanto para a pré-história, dando ênfase à sua importância para o pré-historiador, pois ele pode utilizar as informações obtidas através da cultura material as quais, muitas vezes, não são mencionadas nos documentos históricos.

A arqueologia, que em grego significa “conhecimento dos primórdios” ou “relato das coisas antigas” (FUNARI, 2003, p.13), estuda a totalidade material desenvolvida pelas sociedades humanas, tanto a cultura material procurando chegar ao simbólico quanto a imaterial (MITEHN, 2002), sem limites de ordem cronológica. Assim, a cultura material está diretamente ligada à memória já que faz referência ao cotidiano dos grupos sociais, sendo uma das responsáveis por representar as práticas sociais e culturais desses grupos. Seguindo o pensamento de Dolores Newton sobre a representação da cultura material, utilizando-se das colocações de Azevedo Netto ela é caracterizada:

(...) como único fenômeno cultural codificado duas vezes: uma vez na mente do artesão e a outra na forma física do objeto. Essa dupla codificação permite comparar os três fenômenos culturais, ou seja, o artefato bem como seus aspectos cognitivos e comportamentais. Constitui, ao mesmo tempo, o único meio de se inferir algo sobre formas culturais do passado. (2005, p. 271)

Assim, a cultura material se faz presente às manifestações cotidianas de uma determinada sociedade, através de suas representações, mostrando-se como elemento definidor dos aspectos culturais desse grupo. Mas deve-se observar que para a interpretação desses achados, em especial relacionados com as artes rupestres, que refletem os usos e práticas de determinadas comunidades, o seu entendimento se dá “a partir das próprias figuras representadas e dos arranjos dos painéis, e não se recorrendo a explicações exógenas.” (GASPAR, 2003, p. 28).

A partir deste ponto de vista e análise, observamos que os artefatos refletem comportamentos humanos, os quais nos dão informações referentes a cada grupo cultural. É um discurso formado através da visão histórica e antropológica que se baseia na existência de marcos distintivos e registros de sociedades diversas que constroem suas identidades específicas por meio da ocupação do mesmo espaço e tempo histórico, através de suas práticas culturais.

Atualmente, o conceito de identidade agregado ao termo cultural, dentro das ciências sociais, se encontra variado e se expande continuamente, como foi apontado por Hall (2002). Torna-se um instrumento que permite ao indivíduo se localizar em um sistema social e, ao mesmo tempo, ser localizado socialmente. Portanto, a definição de uma identidade se dá de modo relacional a partir da multiplicidade, considerando-se que esse processo de atribuição ocorre sempre que se comparam duas instâncias sociais diferentes, quer individuais quer coletivas. Podendo-se dizer que essa noção está intimamente relacionada com o campo da representação, quer social ou cultural, em constante processo de “*devenir*”.²

Por seu lado, o campo da memória vem, a cada dia, ganhando forma na área do saber da Arqueologia

² As identidades reelaboram-se de acordo com as circunstâncias sociais, espaciais e temporais dos atores em questão, em um processo constante de reinterpretção e ressignificação.

com o resgate e a preservação do patrimônio, e a construção da identidade cultural que se dá através da reconstrução do cotidiano dos grupos sociais por meio da cultura material. Segundo Gonçalves (1998-1999, p. 15), a partir do pensamento de Madalena Chauí, quanto a essa questão: “Seria ela, a memória a nossa primeira e mais fundamental experiência do tempo”. A memória contribui com a Arqueologia no sentido de recuperar os elementos que não foram registrados pela história oficial, ou seja, tenta reconstruir o passado e os nexos perdidos. Podemos dizer que os marcos da memória são considerados como produtos e objetos culturais e, aparecem, então, como algo concreto, cuja produção e acabamento se realizam no passado e que objetivam transportar para o presente, marcos, referenciais que se distinguem da produção do passado devido à sua reinterpretação atualizada. (DIELH, 2002).

Sendo, assim, na construção coletiva, a memória sofre ação das forças sociais que perceberem a sua importância, bem como a do seu controle, e consideram a sua dinamicidade e a sua capacidade de construção e recriação. Segundo Azevedo Netto:

(...) pode-se falar que a memória é um fenômeno, um ato de referenciamento, imbricado nas teias de relações sociais, já que ela apresenta-se como um meio ou instrumento de aprendizado e socialização, no qual, muitas vezes, a continuidade entre o evento no passado e a realidade no presente não pode ser explicitada claramente. (2003, p. 15).

Para a arqueologia, a memória, a identidade e a cultura material são de suma importância devido às suas inter-relações de preservação, representação e referenciação, produzindo significados que possibilitam às pesquisas arqueológicas construir ou reconstruir a história de um povo ou um fato que é relevante para a humanidade. As informações que a arqueologia recupera

de uma cultura material são de caráter “fenomenal”, pois se trata, muitas vezes, de informações efêmeras que a memória busca representar, estabelecendo uma identidade.

O Cariri e a questão ambiental

Para delimitação da área de pesquisa arqueológica, algumas considerações preliminares devem ser apontadas. Para o estabelecimento de recorte espacial/ambiental, deve-se ter em conta que:

Para o estabelecimento de uma área arqueológica, que deverá ser pesquisada durante anos, parte-se, teoricamente, do estudo geomorfológico prévio de uma determinada microrregião que seja adequada para se iniciar a pesquisa arqueológica, e, em seguida, realizam-se prospecções extensivas nessa área escolhida. Não poucas vezes o achado é casual ou a notícia chegou através de um leigo que se interessava pela arqueologia da sua região, o que obriga a procura de maiores informações para o posterior estabelecimento da área arqueológica. (MARTIN, 1999, p. 89).

O recorte espacial adotado neste trabalho está baseado na divisão geográfica oficial, estabelecida pelo IBGE, que define o estado da Paraíba dividido em quatro grandes mesorregiões denominadas de Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão, e elas, por sua vez, se mostram distribuídas em vinte e uma das microrregiões (COSTA, 2003, p. 53). Dentre estas microrregiões, encontra-se o Cariri, considerada uma das áreas mais secas do Brasil, localizado na Mesorregião da Borborema, no trópico semiárido do Estado da Paraíba. Na Região do Cariri Paraibano estão situados 29 municípios, dos quais cerca de doze são apontados como possuidores de elevado potencial turístico. Entre estes estão os municípios de Boqueirão, Cabaceiras, Gurjão, São João do Cariri, São José dos Cordeiros, Congo, Coxixola e Monteiro.

A região dos Cariris recebeu esta denominação devido aos índios da nação Cariri que viviam naquela área desde tempos remotos até o início do século XVII. As informações sobre essas populações indígenas, consideradas “bárbaras” pelo elemento português, foram obtidas através de relatos de cronistas e missionários religiosos.³ Cariri é um termo de origem tupi, com variação do Kiri’ri, que significa “silencioso”, “deserto”, “ermo” ou pode significar, também, “caatinga pouco áspera” (COSTA, 2003, p. 55). Os Cariris foram ocupando aquela área a partir da bacia do rio Paraíba e de seus afluentes. Nestes locais, foi desenvolvida a cultura do algodão de fibras longas. As práticas agrícolas desses povos já demonstravam serem predatórias da fauna e flora locais, pois as queimadas eram comuns no cultivo da roça de mandioca e/ou milho.

A prática de uma agricultura “predatória”, embora significativa por se apresentar como uma forma de sobrevivência desses povos, demonstra, também, ser um fato marcante enquanto formação cultural, por constituir-se um marco intrínseco no modo de vida desses primitivos habitantes. Predatória por se apresentar como forma de esgotamento do solo para a continuidade da vegetação até então característica da região. Esta prática agrícola predatória se mostra de forma mais compreensiva e contundente através de Euclides da Cunha, em sua obra *Os Sertões*, que descreve:

Entalhadas as árvores pelos cortantes djis de diorito; encoivarados, depois de secos, os ramos, alastravam-lhes por cima, crepitando, as caixaras, em bulcão de fumo, tangidas pelos ventos. Inscreviam, depois, nas cercas de troncos combustos das caixaras, a área em cinzas onde fora a mata exuberante. Cultivavam-na. Renovavam o mesmo processo na estação seguinte, até que, de todo exaurida aquela mancha de terra, fosse impres-

tável, abandonada em caapuera – mato extinto – como a denuncia a etimologia tupi, fazendo dali por diante irremediavelmente estéril porque, por uma circunstância digna de nota, as famílias vegetais que surgiam subsecutivamente no terreno calcinado eram sempre de tipos arbustivos enfezados, de todo distinto dos da selva primitiva. (CUNHA, 2000, p. 62-63).

Com a colonização, esse processo de depreciação do meio ambiente foi largamente aprofundado uma vez que a sociedade colonial passou a buscar, não apenas uma forma de sobrevivência, extraído da natureza os meios necessários para fazê-lo, mas também uma fonte de lucros indispensável para o processo de acumulação de capital. Portanto, é necessário perceber que a incorporação gradual dessa área à esfera do mundo colonial resultou no estabelecimento de relações sociais que nem sempre ocorreram de maneira racional, e sim através de um processo que segue a ótica capitalista, o qual faz com que tudo gire em torno da geração de valores de troca.

Essa região possui solos pouco rasos, com aproximadamente cinquenta centímetros de profundidade, demonstrando, logo em seguida, rochas cristalinas, impermeáveis, sendo cobertas pela vegetação nativa que se apresenta, historicamente, como a vegetação mais rarefeita do semiárido paraibano. Ela guarda um clima seco com umidade relativa do ar quase sempre abaixo de 65% e com altas temperaturas durante o dia, decrescendo com o cair da tarde, mesmo nos dias de verão.

O rigor climático presente na região proporciona uma vegetação típica, classificada como caatinga hiperxerófila, distribuída em solo de baixa profundidade e bastante pedregoso. Essa tipologia de vegetação foi classificada pelo IBGE (1992) como Savana-Estépica

³ Essas informações referem-se a cronistas como Ambrósio Fernandes Brandão em *Diálogos das grandezas do Brasil* e Frei Vicente de Salvador, em *História do Brasil, 1500-1627*.

Arborizada. O semiárido paraibano não se mostra de forma uniforme, pois existem certas diferenciações entre as sub-regiões que apresentam a mesma classificação climática, mas aspectos pluviométricos, geológicos, de temperaturas, vegetação e solos distintos.

Embora haja, na atualidade, toda uma preocupação com o meio ambiente, de um modo geral, são precários os estudos das ciências humanas na abordagem da problemática das diversidades ambientais encontradas no semiárido. Esta precariedade se mostra presente nos estudos da História, em especial na Paraíba, pois a historiografia tradicional, relacionada com autores como Horácio de Almeida, Maximiano Lopes Machado, Irineu Joffily, Celso Mariz e Irineu Pinto, entre outros, se limita a abordar apenas análises políticas e, em menor grau, econômicas, além de temáticas envolvendo aspectos sociais. No entanto, pouco ou nada trata dos temas relacionados à história ambiental, como mostra o trabalho de Azevedo Netto; Duarte e Machado (2005), acerca da inserção ambiental dos sítios arqueológicos encontrados no Município de São João do Cariri.

A região semiárida nordestina apresenta particularidades únicas do ponto de vista climático, pois são encontrados, em alguns locais, verdadeiros “oásis” dentro de toda a extensão árida. Locais que, mesmo suscetíveis à seca periódica, possuem rios e riachos intermitentes, com a vegetação adaptada à região.

Na apresentação da geografia e do meio ambiente local do semiárido paraibano não se pode deixar de destacar a importância das serras na sua geomorfologia, pois com a formação do Planalto da Borborema se originam as principais nascentes dos rios que cortam a Paraíba. Na encosta oriental, na serra dos Cariris Velhos, encontra-se a nascente do rio Paraíba, com seu principal afluente, o rio Taperoá, originado na serra de Teixeira. A estabilidade do ambiente, em muitos ca-

sos, pode ser determinada pela vegetação que recobre o solo, evitando processos erosivos susceptíveis em áreas não recobertas. A dinâmica se faz presente no ambiente e sempre ocorrem modificações.

Em decorrência do baixo índice pluviométrico, os ambientes paisagísticos contidos nessas áreas semiáridas apresentam condições bioclimáticas desfavoráveis, que determinam, juntamente com outros fatores, certa fragilidade ambiental no que diz respeito à dinâmica da paisagem, sendo então considerada como uma região subdesértica. Não obstante, a vegetação e animais endêmicos, ou seja, nativos, apenas encontrados nesta região, possuem artifícios de convivência com este ecossistema, o que facilita sua sobrevivência, diferente dos seres humanos, que dependem do solo e da vegetação para sobreviver.

Percebe-se que, com o povoamento intenso da região semiárida, as condições de vida na região do Cariri foram, aos poucos, sendo agravadas, e, nos dias atuais, a desertificação desta área é um problema que muito afeta o ecossistema do local. Os danos causados ao meio ambiente demonstram um sério risco à preservação e conservação dos sítios arqueológicos, especialmente aqueles que contêm arte rupestre. Isso porque o problema da desertificação demanda ações e compromisso que devem ser tomados pelas autoridades competentes. (PESSIS; MARTIN, 2002, p. 204).

Arqueologia do Cariri Ocidental

Essa região é detentora de uma série de sítios arqueológicos que apresentam indícios culturais, associados tradicionalmente às grandes unidades de classificação arqueológica para a arte rupestre do nordeste. No caso do Estado da Paraíba, estas unidades são a Tradição Agreste, estilo Cariris Velhos, para as pinturas, porém ocorrem certas sobreposições de elementos nordestinos nos sítios. No caso das gravações, sua filiação está associada à Tradição Itaquiara. Essas classificações

têm se mostrado com certa fragilidade, já que passam a contar com atributos classificatórios os elementos gerais de sinalação, que podem ser encontrados em todas as partes do mundo, e em si não apresentariam nenhuma peculiaridade que justificasse sua categorização.

Para a Tradição Agreste, segundo Martín (1999, p. 276), ela é encontrada em todo o Nordeste, desde a região agreste até a região semiárida. É caracterizada por uma técnica gráfica inferior à da Tradição Nordeste (fotos 1, 2, 3 e 4). Sua principal característica são os



Foto 1—Detalhe do Sítio Muralha do Meio do Mundo. Fonte: dados da pesquisa

gens. Segundo Gabriela Martín:

[...] são conjuntos formados por abrigos com pinturas rupestres, permanente ou temporariamente ocupados como acampamento ou habitação, com um cemitério nas proximidades, e sempre perto de fonte de água, tais como caldeirões, olhos d'água ou pequenos riachos, ou seja, sítios com pinturas, cemitério e água, em pé de serra, que são os elementos que caracterizam basicamente os sítios arqueológicos da sub-tradição Cariris Velhos na Paraíba e em Pernambuco (1999, p. 281).



Foto 2—Detalhe do Serrote do Letreiro dados da pesquisa



Foto 3



Foto 4
Fotos 3 e 4—Sítios roça Nova. Elementos Agreste e Nordeste no mesmo painel. Fonte: dados da pesquisa

grafismos de grande tamanho, na maioria das vezes, isolados, sem formar cenas e, quando estas existem, se apresentam com poucos indivíduos ou animais. São, muitas vezes, acompanhados por grafismos puros, simples ou mais elaborados. Seus grafismos não aparecem em abrigos e paredões no alto das serras, preferindo matacões arredondados de granito, nos vales e nas encostas das serras, como forma de se destacar nas paisa-

Nesta tradição, o tipo de pigmento utilizado é o vermelho, nas diversas tonalidades, e com diferentes densidades e elaboração estética dos grafismos, dependendo da área geográfica. Devido à grande extensão que abrange, a Tradição Agreste é composta de várias subtradições, algumas podendo ser determinadas, enquanto outras foram apenas esboçadas e estão aguar-

dando estudos mais complexos.

Segundo Martín (2003, p. 13), “a tradição Agreste se transformou em um recurso ambíguo e excludente”, tornando a classificação desta, por negação. O que não seria Tradição Nordeste seria Tradição Agreste, o que acarreta problemas sérios de classificação e comparação dos dados, porque coloca uma grande quantidade de informações para a explicação de apenas uma tradição. Esse posicionamento acarreta sérios problemas na construção do conhecimento acerca das representações rupestres, já que não é possível agregar-se conjuntos coerentes e relevantes pela ausência de atributo, mas sim por um jogo de proximidade e distância nos atributos considerados. (AZEVEDO NETTO; DUARTE; OLIVEIRA, 2010).

No caso da Tradição Itaquatiara, sua classificação ainda é mais ambígua, já que admite uma diversidade, muitas vezes incompatível, de motivos técnicos e distribuições. Ao longo de todo o território brasileiro, é observável a existência de gravuras indígenas localizadas nas rochas ao longo de cursos d’água. São denominadas, genericamente, de ‘itaquatiara’ que significa, na língua tupi, *pedra pintada*. De todas as manifestações rupestres da fase pré-histórica, essas são as que mais têm prestado a interpretações diversas. São as que “formam a tradição ou as tradições mais enigmáticas de toda arte rupestre do Brasil” (MARTIN, 1999, p. 298), embora não se tenha nenhuma discussão mais formalizada da constituição desta unidade. Assim, considera-se difícil incluí-la em correlação a grupos pré-históricos específicos.

Os sítios cemitérios são o Serrote da Macambira (fotos 5 e 6). É um abrigo formado por rebatimento de afloramentos graníticos no alto da serra do mesmo nome, no Município de São João do Cariri. O material encontrado é basicamente ósseo com a ocorrência de dois fragmentos cerâmicos, que formam um vaso em

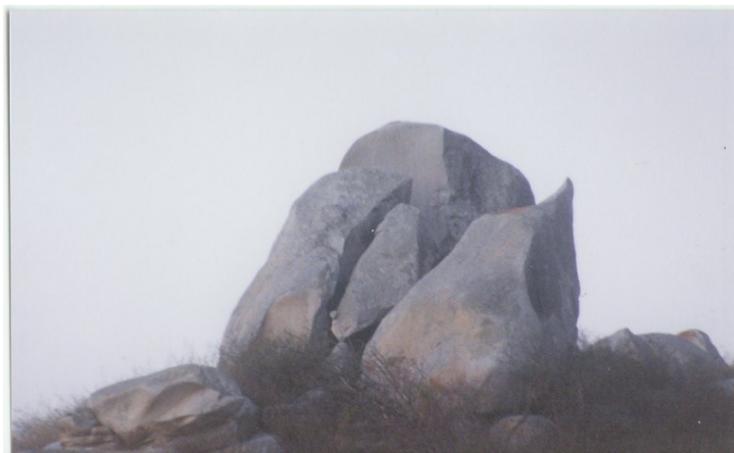


Foto 5—Serrote da Macambira vista geral. Fonte: dados da pesquisa.



Foto 6—Serrote da Macambira – salão. Fonte: dados da pesquisa.

miniatura, e um raspador plano-convexo de calcadônia, com uma data de 1.880±30 B.P. (Beta 400647). O material ósseo foi completamente descontextualizado em função da intervenção da polícia local. Em análises preliminares, foi possível observar a ocorrência de paleopatologias, indicativos de dietas pela abrasão dentária, indicativos tafonômicos e o uso ritual desses restos, com um total de 15 indivíduos, sendo uma parcela muito jovem, ainda na infância. O indicativo de ritual foi possível pela observação de sepultamentos secundários, como pode ser visto no desgaste em ossos longos e na pintura de placas cranianas de crianças (fotos 7 e 8). Tal material merece maiores estudos.

O segundo sítio cemitério encontrado nesta região foi o da Barra. Esse sítio encontra-se no Município de Camalaú, formado por desmoronamento de aflo-



Foto 7— Serrote da Macambira – Ossos desgastados. Fonte: dados da pesquisa.



Foto 8—Serrote da Macambira – Ossos pintados. Fonte: dados da pesquisa.



Foto 9—Sítio Barra – Vista geral. Fonte: dados da pesquisa.



Foto 10—Sítio Barra – Salão com sepultamentos. Fonte: dados da pesquisa.

ramentos graníticos, no cume da Serra do Lamarão, possuindo dois salões (foto 9). O salão de maiores proporções apresenta algum material disperso em função da intervenção de animais em reentrâncias do lajedo granítico que forma seu piso. Já no segundo salão (foto 10), de aproximadamente 21 m², foram encontrados restos diretos (foto 11), trançados (foto 12), restos vegetais (foto 13), cerâmica (foto 14) e material lítico, onde foi viável abrir cortes controlados de escavação

(figura 1), sendo possível observar que as evidências ocorrem a pouca profundidade, chegando ao máximo a oito centímetros, o que pode indicar que a deposição dos corpos ocorria em superfície. Ainda não foi possível realizar análise sobre o material ósseo, trançados e vegetais. Mas o material cerâmico encontrado indicaria uma maior preocupação de sua manufatura do que os encontrados em outros sítios da região, como destacado por Azevedo Netto, Rosa e Miranda (2011).



Foto 11—Sítio Barra – material ósseo. Fonte: dados da pesquisa.



Foto 12—Sítio Barra – Trançados. Fonte: dados da pesquisa.



Foto 13—Sítio Barra – Restos vegetais. Fonte: dados da pesquisa.



Foto 14—Sítio Barra – Material cerâmico. Fonte: dados da pesquisa.

Cartograma etno-histórico na Paraíba - 1944



Figura 1—Fonte: OLIVEIRA, Adriana M. P. de. *Entre a Pré-História e a História: em busca de uma cultura histórica sobre os primeiros habitantes do Cariri paraibano*, João Pessoa, UFPB/PPGH, 2009 (dissertação de mestrado)

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS Sítio Barra, Camalaú-PB

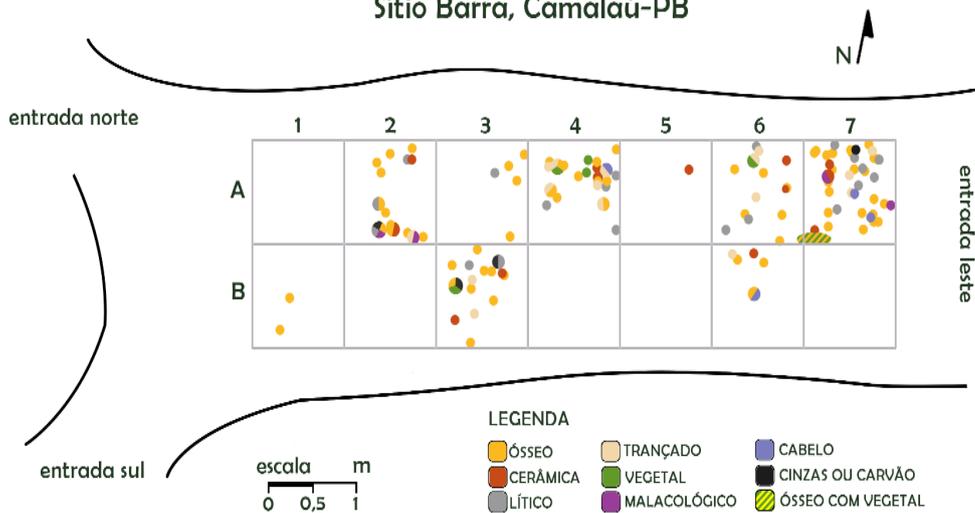


Figura 2—Croqui da escavação do sítio Barra – Fonte: dados da pesquisa.

Considerações

As observações iniciais sobre o conjunto de sítios arqueológicos, até o momento localizado, possibilitam inferir algumas regularidades entre essas ocorrências e as formas ambientais que foram escolhidas para ocupação. Em primeiro lugar, cabe apontar a constatação de três conjuntos distintos de evidências arqueológicas, os painéis com pinturas, com gravações e os sítios com sepultamentos. A cada uma dessas ocorrências, pode-se indicar um tipo de situação ambiental específica. Vale salientar que as diferentes formas de ocorrência de sítios arqueológicos nessa região estão inter-relacionadas, conforme apontam Costa et al. (2000) e Martin (1999), o que pode indicar pesquisas futuras para evidenciar essa relação.

Para os sítios com gravações, foi observado que sua ocorrência encontra-se associada, de modo geral, a lajedos, ou mesmo a afloramento, horizontais, com figuras geométricas lineares, com raríssimos casos de pontos e círculos, com sulcos muito rasos, sempre a céu aberto. Os suportes dessas gravações encontram-se nos sopés das serras da região, não sendo identificados, até o momento, outros vestígios em contas mais altas.

Para os sítios de pinturas, esses se encontram em afloramentos graníticos, ocupando várias fácies verticais dos mesmos, não sendo observada nenhuma determinação de orientação magnética dos painéis. Os seus motivos são mais abrangentes que os das gravações, desde geométricos lineares, circulares até figuras que lembram antropomorfos, ocupando paredes verticais ou mesmo pequenos abrigos. Esses sítios encontram-se em cotas mais elevadas que as das gravações, embora sejam ainda próximos aos sopés das serras, não foi observada nenhuma relação de continuidade entre esses sítios, com exceção do Serrote dos Letreiros, onde um de seus painéis é de pintura.

A terceira forma de ocorrência de sítio arqueológico nesta região que foi observada é exemplificada pelos sítios Serrote da Macambira e Barra. O primeiro é um abrigo sob-rocha, formado por afloramentos graníticos que formam um salão com três aberturas, localizado no cume da serra do mesmo nome. Esse sítio não possui pinturas ou gravações rupestres, mas foram encontrados restos humanos diretos e material lítico e cerâmico. Com respeito a estes restos diretos, foram realizados estudos que identificaram sepultamentos secundários com tratamento, pinturas e desgastes, além de paleopatologias das mais diversas ordens e questões tafonômicas interessantes apontadas por Carvalho; Queiroz; Azevedo Netto (2006). Em análises preliminares, foi possível identificar 15 indivíduos, com presença de crianças (ossos do crânio pintados).

O sítio Barra, por sua vez, está localizado no Município de Camalaú. Trata-se de um abrigo granítico, formado por rebatimento de afloramentos, localizado no cume da serra, formando dois salões: o mais amplo que tem como piso um lajedo da mesma rocha e o segundo, de menores proporções (21 m²), onde se encontram os sepultamentos e material cerâmico e lítico. Esse segundo salão tem três aberturas que formam um túnel de vento, com uma velocidade de 7 m/s, característica essa que permite uma situação de conservação privilegiada. Os restos diretos ainda não foram devidamente abordados, mas cabe informar que serão enviados para o Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe para as devidas análises.

A distribuição espacial dos sítios indica já uma forte correlação entre eles e o seu meio, podendo até indicar estruturas simbólicas diferenciadas. Em primeiro lugar, as formas em que as manifestações rupestres ocorrem. As gravações aparecem fora da ambiência de serras em áreas de forte ligação com a água, mas com grande variabilidade técnica e estética nas suas confec-

ções, sendo difícil ver uma unidade que permita uma classificação mais segura. Para as pinturas, essa relação com ambientes hídricos é menos destacada, mas apresentam, pelo menos, três categorias de ocorrências, com sítios ligados às Tradições Agreste e Nordeste, e aquelas onde há uma sobreposição destas duas unidades classificatórias, embora tenha-se visualizado exemplares que não se encontram nessas categorias, mas são pontuais e ainda não se dispõe de dados para maiores considerações.

No tocante aos sítios de cemitérios, os dois exemplos que foram localizados podem indicar duas formas de ocupação diferenciada. O primeiro, no caso do Serrote da Macambira, em função da ocorrência de sepultamentos secundários, com especial destaque para os

indivíduos que se encontram na infância. Já o que diz respeito às peculiaridades do sítio Barra, onde se encontram acompanhamentos funerários conservados, não é possível estabelecer uma relação objetiva em função de o processo de deposição dos sepultamentos não apresentar uma profundidade considerável, muito próxima à superfície, o que pode indicar que esta cerimônia consistia no depósito dos corpos em superfície e que o sedimento encontrado sobre alguns exemplares seria fruto do desgaste da rocha que forma o abrigo. Mas maiores informações acerca dos processos simbólicos que estes restos arqueológicos representam só poderão ser explicitadas com análises mais detalhadas e amplas.

Referências bibliográficas

ACUTO, Félix A. Paisaje y Dominación: La constitución del espacio social em el Império Inka, in ZARAKIN, A.; ACUTO, F.A. (ed.), 1999. *Sed Non Satiata – Teoria social en la arqueología latinoamericana contemporanea*, Buenos Aires, 25 Ediciones Del Tridente, 1999. p.33-76.

ALMEIDA, Ruth Trindade de. *A arte rupestre nos Cariris Velhos*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Memória e Identidade: a representação através da cultura material. In: *Caderno de Estudos e Pesquisas*, São Gonçalo, n. 19, 2003, p. 13–24.

_____. *A Arte Rupestre da Bacia do Taperoá: A ordenação e representação de seus dados*. Projeto de pesquisa, João Pessoa, UFPB. 2004.

_____. Memória, Identidade e Cultura Material: a visão arqueológica. In: *Revista Vivência*, Natal/UFRN, n. 28, 2005, p. 265 – 276.

_____. A natureza da informação da Arte Rupestre: a proximidade de dois campos. In: *Informare - Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO – IBICT/DEP, v. 4, n. 2, jul/dez, 1988, p. 55-62.

_____. *Processos Classificatórios Simétricos de Grafismos Rupestres*, projeto de pesquisa submetido ao CNPq para obtenção de Bolsa de Produtividade de Pesquisa, 2012a.

_____. *Caracterização dos Grafismos Rupestres do Cariri Ocidental*, projeto de pesquisa submetido ao CNPq para obtenção de Auxílio de Pesquisa – Edital Universal – Faixa B, 2012b

_____. *Representação e Interpretação de um Antigo Sistema de Informação: os grafismos rupestres no Brasil*. 1ª ed., João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

AZEVEDO NETTO, C. X; KRAISCH, A. P. O; DUARTE, P. A inserção ambiental dos Sítios Arqueológicos do Município de São João do Cariri. In: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina. ANPHU Nacional, 2005. CD-ROM.

AZEVEDO NETTO, C. X.; KRAISCH, A. M. P. O.; ROSA, C. R. Territorialidade e Arte Rupestre – Inferências iniciais acerca da distribuição espacial dos sítios de arte rupestre na região do Cariri paraibano, in *Revista de Arqueologia*, SAB, Juiz de Fora, 2007, p. 51-66.

AZEVEDO NETTO, C. X.; DUARTE, P.; OLIVEIRA, A. M. P. A presença da Tradição Nordeste na região do Cariri Ocidental: Questões classificatórias. *FUMDHAMentos*, v. 9, 2010, p. 43-65

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, Lisboa, Difel. 1989.

CARVALHO, O.A.; QUEIROZ, A.N.; AZEVEDO NETTO, C. X. Estudos preliminares de esqueletos humanos provenientes do Município de São João do Cariri-PB. In: *Anais do 4º Workshop Arqueológico MAX/Petrobras*. Aracaju: Museu de Arqueologia de Xingó, 2006. p. 219-221.

CASTRO, Eduardo B. V. *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo, Cosac & Naify, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 6. ed., Petrópolis, Vozes, 1994.

CLARKE, D. L. *Arqueología Analítica*, Barcelona, Bellaterra Ediciones, 1984

CORREA, Marcus Vinicius M. *As Gravações e Pinturas Rupestres na área do Reservatório da UHE-Balbina – AM.*, Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ/EBA. 1994.

COSTA, Ivanice Frazão de Lima e, et al. *Relatório Histórico e Arqueológico da região do Sabugi Paraibano*, João Pessoa, Fundação Casa de José Américo, 2000.

COSTA, José Jonas Duarte da. *Impactos Socioambientais das Políticas de Combate à Seca na Paraíba*. São Paulo. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, 2003.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 21. ed., Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo Ltda, 1950.

DANTAS, Beatriz G; SAMPAIO, José Augusto L; CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 431 – 456.

DELEUZE, Giles & GUATTARI, Felix. *Capitalism et Schizophrénie - Mille Plateaux*, Paris, Editions de Minuit, 1980

DUNNELL, Robert C. *Classificação em Arqueologia*, São Paulo, EDUSP, 2007.

DIEHL, Astor A. *Cultura Historiográfica – Memória, identidade e representação*, Bauru, Editora Universidade do Sagrado Coração, 2002.

ECO, Umberto. *Tratado Geral de Semiótica - Coleção Estudos*, trad. Gilson C.C. de Souza, São Paulo, Editora Perspectiva, n. 37. 1980.

FAHLANDER, Fredrik; OESTIGAARD, Terje. Material Culture and Post-disciplinary Sciences, in FAHLANDER, Fredrik; OESTIGAARD, Terje (org). *Material Culture and Other Things: Post-disciplinary Studies in the 21st Century*, Gothenburg, Elanders Gotab Vällingby, 2004, p. 1-19.

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. *Pré-história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.

GASPAR, Madu. *A Arte Rupestre no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*, trad. Fanny Wrobel, Rio de Janeiro, Zahar. 1978.

GONÇALVES, Regina Célia. A história e o oceano da memória: algumas reflexões. In: *Saeculum*, João Pessoa, jan./dez. 1998-1999. p. 13 –39.

GUIMARÃES, Solange T. L. Paisagens e Ciganos: uma reflexão sobre paisagens do medo, in ALMEIDA, M.G.; RATTS, A.J.P. (orgs.) *Geografia: Leituras culturais*, Goiânia, Editora Alternativa, 2003, p. 49-69.

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*, 7. ed. , Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2002.

HODDER, Ian. *Interpretación en Arqueología*. 2. ed. Barcelona: Editorial Crítica. 1994.

_____. The contextual analysis of symbolic meanings, in *The archaeology of contextual meaning – News Directions in Archaeology*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, p. 1-10.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun., 2012.

KNAPPETT, Carl. Materiality, in HODDER, I. (Ed.) *Archaeological Theory Today*, 2. ed, Cambridge, Polity Press, 2012, p 188-207.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos – Ensaio de Antropologia Simétrica*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.

LEROI-GOURHAN, Andre. *O Gesto e a Palavra 1 - Técnica e Linguagem*, trad. Emanuel Godinho, Lisboa, Edições 70. 1983.

_____. *O Gesto e a Palavra 2 - Memórias e Ritmos*, trad. Emanuel Godinho, Lisboa, Edições 70. 1985.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*, 5. ed., Campinas, Editora UNICAMP, 2003.

LEROI-GOURHAN, André. Os caminhos da história antes da escrita. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 89-97.

LIMA-E-SILVA, Pedro Paulo de. *Dicionário de Ciências Ambientais*, Rio de Janeiro: Thex Editora, 2002.

MARTIN, Gabriela, *Pré-História do Nordeste do Brasil*. 2. ed. Recife: Universitária/UFPE, 1997.

MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

MEDEIROS, Coriolano de. *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba*. 2. ed. Rio de Janeiro: INL, 1950

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Entre Guerras, Currals e Missões: Povos Indígenas da antiga Capitania da Paraíba. In: *XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*. Anais Eletrônicos. João Pessoa: UFPB, 2003. Disponível em < www.guiajp.com.br>. Acesso em: 2 fev. 2005.

_____. Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial: Descobrimientos, Alianças, Resistências e Encobrimento. In: *Revista Fumdhamentos II*, São Raimundo Nonato/Piauí, Fundação Museu do Homem Americano, 2002, p.7-52.

MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo. *História da Arqueologia Brasileira*. Pesquisas, Série Antropologia, n. 46, 1991.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre cultura material*. Trad Renato Aguiar, Rio de Janeiro, Zahar, 2013

MITHEN, Steven. *A Pré-História da mente – uma busca das origens da arte, da religião e da ciência*. São Paulo: Editora Edusp, 2002.

OLSEN, Bjørn. Material Culture after Text: Re-membering Things. in *Norwegian Archaeological Review* 36 (2), 2003. p. 87-104.

PEIRCE, Charles S. *Semiótica - Coleção Estudos*, trad. J.T. Coelho Netto, São Paulo, Editora Perspectiva, n. 46.

1977.

PESSIS, Anne-Marie; MARTIN, Gabriela. A área arqueológica de Seridó, RN. Brasil: Problemas de conservação do Patrimônio Cultural. In: *Fundamentos II*, São Raimundo Nonato, Fundação do Homem Americano, 2002. p. 187–208.

PREUCCEL, Robert W. *Archaeological Semiotics*, Oxford, Blackwell Publishing. 2006.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

RIBEIRO, B. Acheugas à definição de arte indígena. In: *Interfaces*, n. 1. Rio de Janeiro: CLA/UERJ, 1995.

SALVADOR, Vicente do (Fr.). *História do Brasil, 1500-1627*. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. *A Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena*. São Paulo: Fapesp, 2003.

SCHNAPP, Alain. A arqueologia. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). In: *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 1–20.

SILVA, Joaquim Perfeito da. “Arte rupestre”: conceito e marco teórico. Em Rupestreweb, <<http://repestreweb.tripod.com/conceito.html>>. Acesso em: 24 mar. 2006.

WATANABE, Takako et al. *Relatório do Projeto Bacia do Taperoá, Paraíba, Brasil*. João Pessoa, PRODEMA/UFPB, 2002.

WEBMOOR, Timothy. Symmetrical archaeology, pragmatism and archaeological hope, in *Symmetrical Archaeology*, Stanford, Stanford University, 2005. Disponível em: <<http://humanitieslab.stanford.edu/23/821>>. Acesso em: 2009.

WILLIAMS, Dennis. Pethrogliphs in Prehistory of Northern in Amazonia and Antilles. In: WENDORF; CLOSE. 1985. *Advances in World Archaeology*. New York, Academic Press. v. 4. 1985. p. 335-387.

WITMORE, Christopher L. 2006. Vision, media, noise and the percolation of time: symmetrical approaches to the mediations of the material world, in *Journal of the Material Culture*, London, SAGE Publications, v. 11(3), p. 267-292.

Submissão: 25/04/2015

Aceite: 18/08/2015

Os grupos caçadores-coletores do agreste potiguar: caracterização tecnotipológica dos artefatos líticos de dois sítios a céu aberto

The Potiguar hunter-gatherer groups: techno typological characterization of lithic artifacts from two sites in the open

Flávio Augusto de Aguiar Moraes*
flavioaguiarac@gmail.com

Onésimo Jerônimo Santos**
onesimo.santos@gmail.com

Waldimir Maia Leite Neto***

Resumo: As pesquisas arqueológicas realizadas no estado do Rio Grande do Norte revelam sua potencialidade, principalmente relacionado a grupos que ocuparam a região na pré-história. Porém, algumas áreas ainda precisam ser mais estudadas para melhor compreendê-las, como o Agreste Potiguar. A presença de grandes empreendimentos associado às exigências legais de estudos arqueológicos vem contribuindo para a ampliação desse conhecimento. Este artigo apresenta os resultados das pesquisas arqueológicas realizadas no município de Parazinho, Rio Grande Norte, onde foram identificados dois sítios arqueológicos caracterizados como oficina lítica.

Palavras-chave: Arqueologia preventiva, artefatos líticos, Rio Grande do Norte

Abstract: *Archaeological work undertaken in the state of Rio Grande do Norte reveal its potential in understanding prehistoric occupation in the region. However, some areas as the Agreste Potiguar are in need of more study. The presence of large commercial endeavors and current heritage legislation recently has contributed to the broadening of this knowledge. This article presents the preliminary results of archaeological studies conducted at the Dedé site located in the municipality of Parazinho, where archaeological sites characterized as lithic workshop were found.*

Keywords: *Preventive archaeology, lithics artefacts, Rio Grande do Norte.*

* Professor do Curso de História da Universidade Federal de Alagoas - UFAL- Campus do Sertão. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (Biológica) da Universidade de Coimbra.

** Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

*** Doutorando pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente é professor da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco no Curso de Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial.

Introdução

Este artigo apresenta os resultados das atividades de pesquisas arqueológicas (diagnóstico e prospecção) realizadas no município de Parazinho, Rio grande do Norte, em decorrência da instalação de parques eólicos localizados em áreas circunvizinhas. A legislação brasileira exige a realização de estudos arqueológicos preventivos em empreendimentos passíveis de impactar o patrimônio cultural. Esta exigência tem contribuído de forma significativa para a ampliação do conhecimento arqueológico de algumas localidades, como é o caso de Parazinho.

A área total contemplada na pesquisa é de cerca de 1.200ha, onde foram escavadas 215 sondagens com o objetivo de caracterizar a estratigrafia do local e identificar a presença de grupos pretéritos. Durante esta pesquisa identificamos dois sítios arqueológicos ambos de artefatos líticos.

Contextualização da área de estudo

As pesquisas arqueológicas realizadas no estado do Rio Grande do Norte se concentram especificamente no Sertão e na faixa litorânea (LOPES DA SILVA, 2003; MARTIN, 1993, 2005; VALLE, 2003, entre outros). Estas pesquisas aconteceram de forma mais intensa apenas por volta da década de 80, com uma concentração na microrregião do Seridó. Porém, a área do Seridó vem sendo pesquisada arqueologicamente desde a década de 70 e o registro rupestre foi o “carro chefe” das pesquisas iniciais.

Ao longo da década de 1980 G. Martin inicia pesquisas sistemáticas no sertão potiguar, motivada por croquis dos painéis rupestres de José de Azevedo Dantas depositados no Instituto Histórico da Paraíba. G. Martin não só sistematizou o registro de sítios da região, mas vinculou os vestígios rupestres às tradições rupestres estabelecidas para o Nordeste.¹ Esta pesquisadora realizou escavações nos sítios arqueológicos a fim de agregar informações àquelas fornecidas pela arte rupestre e ampliar o conhecimento sobre os grupos pré-históricos que habitaram aquela área. Cerca de oitenta sítios foram encontrados nessa área e alguns deles, como a necrópole da Pedra do Alexandre, localizado no município de Carnaúba dos Dantas, e o grande paredão com painéis rupestres sobrepostos, no sítio Boqueirão de Parelhas, localizado no município de mesmo nome, são considerados de extrema importância para a compreensão de como se deu a ocupação de grupos pré-históricos na região Nordeste (MARTIN, 1993, 2005; VALLE, 2003).

No litoral, as primeiras alusões feitas a respeito da existência de sítios arqueológicos aconteceram em um trabalho de geomorfologia das dunas da região de Natal, onde os pesquisadores relataram a existência de concentrações de sílex em meio às dunas, e foram caracterizados erroneamente como sambaquis ou concheiros litorâneos de grupos pré-históricos (PERRIN; COSTA, 1982; in: LOPES DA SILVA, 2003).

Os sítios arqueológicos até o momento identificados no estado do Rio Grande do Norte fornecem informações que remetem a uma grande diversidade de

¹ Podemos citar a tradição Nordeste, que apresenta em seus painéis uma predominância de grafismos reconhecíveis compostos por figuras humanas, representações de animais, plantas, utensílios, artefatos e adornos. Tem como principais características a narração e diversidade de cenas com grafismos em pequenas dimensões (geralmente entre 5 a 10 cm), com sensações de movimentos e ação. Existe uma predominância de representações antropomorfas e zoomorfas, e em menor número, os fitomorfos e os utensílios/artefatos culturais. Os grafismos puros (grafismos rupestres que não permitem uma identificação segura em comparação com a nossa realidade sensível) são minoritários. Algumas cenas, tidas como grafismos emblemáticos, são recorrentes e pelo seu caráter repetitivo e localizações esparsas são um dos principais identificadores da tradição Nordeste (MUTZEMBERG, 2007). Já a tradição Agreste apresenta grafismos maiores (entre 50cm e 100cm), geralmente isolados, sem formar cenas, e quando estas existem apresentam-se compostas por poucos indivíduos ou animais (MARTIN, 2005).

cultura material, tais como artefatos líticos, cerâmicos e arte rupestre. Os dados arqueológicos confirmam e esmiúçam o que se conhece a respeito da ocupação do território Potiguar por grupos indígenas diversos a partir do que se tem descrito por cronistas, tais como Baro (1651) e Barléu (1974), porém arqueologicamente essas informações são conhecidas de forma fragmentada e se concentram na maioria dos casos na área arqueológica do Seridó.

Os estudos arqueológicos no Nordeste do Brasil já apontam a área onde se localiza o estado do Rio Grande do Norte como sendo uma das áreas que fornece relevantes informações para a pré-história do Brasil. Na região agreste do estado do Rio Grande do Norte as pesquisas vêm acontecendo ainda de forma tímida e geralmente ocorrem de forma pontual e são provenientes da arqueologia de contrato, ou preventiva, fato que não minimiza a relevância de tais estudos. Tendo em vista suas excelentes condições de vento, o município de Parazinho e alguns município vizinhos, vem sendo alvo de interesse dos empreendimentos de energia eóli-

ca, consequentemente, os estudos exigidos para a obtenção dos respectivos licenciamentos junto aos órgãos pertinentes, vem se ampliando.

Essa ampliação na demanda de estudos arqueológicos em localidades que até então apresentavam em total desconhecimento acerca de ocupações pretéritas, tem colaborado para a identificação de novas áreas com elevado grau de potencialidade arqueológica e que podem fornecer importantes informações acerca da dinâmica de ocupação desses povos no passado.

O município de Parazinho situa-se na Mesorregião Agreste Potiguar (figura 1), na Microrregião do IBGE Baixa Verde e na Zona Homogênea do Planejamento Litoral Norte, segundo a divisão político administrativa do estado do Rio Grande do Norte. Limita-se ao Norte com os municípios de Caiçara do Norte, São Bento do Norte e Pedra Grande; ao Sul com o município de João Câmara; a Leste com o município de São Miguel de Touros; e a Oeste com o município de Jandaíra. A extensão territorial do mu-



Figura 1—Localização do município de Parazinho na mesorregião Agreste do RN.

nicípio de Parazinho é de 274,67 km² e distando em 116 km da capital do estado, Natal.

Os resultados das pesquisas, descritos neste artigo, são decorrentes de estudos realizados no município de Parazinho que tiveram como objetivo cumprir com as exigências legais para a realização de estudos arqueológicos em áreas propícias a sofrerem impactos ambientais e culturais, por ocasião de licenciamento ou renovação para construção de obra ou exploração econômica por empreendimentos que possam afetar o patrimônio arqueológico.

O povoado nasceu numa simples fazenda de gado edificada, em uma área com difícil acesso à água, porém localizado numa área de grande produção algodoeira. Verificava-se que com a alta produção do algodão na região o território começava a crescer com o grande número de pessoas que lá chagavam e que transformaram o povoado num acampamento mercantilista, centro de negócios e escritório comercial, formando-se como um lugar que recebia e expedia o algodão para a sede do município.

No dia 08 de maio de 1962, através da Lei N^o 2.753, Parazinho desmembrou-se de Baixa Verde (hoje João Câmara), e tornou-se município. Antes de sua municipalização Parazinho pertencia a cidade de João Câmara e recebeu esse nome devido à maioria de seus habitantes estarem se deslocando para Belém do Pará para trabalhar no desmatamento. Como forma de evitar o êxodo por parte da população local, João Câmara, que era um dos homens mais ricos da região nesse período, incentivou o mesmo tipo de atividade localmente, daí surgiu o nome “Parazinho.

Aspectos Metodológicos

Esta pesquisa empregou a metodologia para prospecção arqueológica, por sua vez elaborada com base nas metodologias expostas por Roskams (2001) e Bicho (2006). A ênfase do estudo prospectivo foi a identificação de prováveis e possíveis áreas de ocupação pretérita, e a subsequente averiguação da existência de sítios através de intervenções no subsolo. De um modo geral, a prospecção arqueológica deve ser entendida não apenas como um meio de identificar sítios arqueológicos², mas de buscar compreender como se deu a dinâmica de ocupação de uma área pelos povos que habitaram a região no passado. Inicialmente foi realizada prospecção de superfície objetivando obter uma caracterização da área, confirmando ou não, as informações coletadas inicialmente em gabinete³, além de identificar as dificuldades de visibilidade da superfície do solo e que medidas empregar. A prospecção visual foi realizada a partir de caminhadas sistemáticas em três linhas paralelas equidistantes em 5 metros, e uma quarta pessoa seguindo a alguns metros atrás revisando o que foi visto (já que a equipe era formada por quatro componentes), com o objetivo de obtermos um levantamento intensivo da área.

As informações obtidas com a prospecção de superfície subsidiaram e forneceram maior segurança para a realização das atividades de prospecção em subsuperfície. As sondagens foram escavadas tomando como referência os alinhamentos das turbinas a serem instaladas no parque. As dimensões médias das sondagens foi de 50x50cm de largura e comprimento, e 60 centímetros de profundidade. A distância entre elas foi de 50

² Sítio arqueológico pode ser definido como “uma zona descontínua e delimitada onde os seres humanos viveram, trabalharam ou aí tiveram qualquer atividade – e onde indícios físicos (artefatos, estruturas) podem ser recuperados por arqueólogos” (FIDER, 1997, p. 42 in BICHO, 2006, p. 87). O sítio também pode ser classificado em relação ao tipo de ocupação: sítio ao céu aberto, sob abrigo rochoso, pintura, subaquático, histórico.

³ As informações de gabinete podem ser entendidas como o estudo prévio que compreende o levantamento bibliográfico e análise de cartas topográficas e mapas da área de estudo com o objetivo de identificar previamente as potencialidades arqueológicas da região.

metros em alguns momentos, e 100 metros em outros. Essa distância entre as sondagens esteve diretamente relacionada com a necessidade de compreensão da estratigrafia e de melhor avaliação e entendimento do local em relação à distribuição de artefatos porventura evidenciados. No caso da identificação de artefatos durante as escavações, a distância entre elas foi reduzida para o mínimo possível buscando delimitar o sítio ou verificar se se tratava apenas de uma ocorrência.⁴

Além da etapa de campo, realizamos também estudos de gabinete e laboratoriais, visando atender a totalidade da pesquisa arqueológica. No levantamento bibliográfico, referente às publicações existentes sobre a área estudada, e cartas topográficas visando identificar áreas com geomorfologia propícias à ocupação humana.

A análise desenvolvida para os artefatos líticos consistiu numa classificação tecnotipológica preliminar. Foi adotado na pesquisa de campo a coleta de artefatos que permitisse ter uma boa noção do acervo que compõe o sítio arqueológico Corta Caminho, tendo em vista que esta etapa de pesquisa consiste numa caracterização prévia que permita elaborar estratégias para um estudo mais aprofundado na etapa de resgate e/ou salvamento. A partir do que foi contemplado na pesquisa de campo, associado aos objetivos do projeto, será apresentado a seguir um estudo preliminar dos artefatos que irá reforçar a potencialidade da área de estudo e dos sítios arqueológicos revelando sua importância para uma melhor compreensão do processo de ocupação indígena na região.

A abordagem tecnotipológica dos artefatos líticos corresponde à utilização de dois métodos que se

complementam, a tipologia e a tecnologia. A tipologia consiste, segundo Bordes (1968) na definição, classificação e ordenação da variedade de tipos de artefatos, os critérios estabelecidos são designados pelo pesquisador mediado pelos objetivos da pesquisa.

A abordagem tipológica foi um dos primeiros métodos analíticos desenvolvido para o estudo do artefato lítico. No primeiro momento apenas utilizou-se dos instrumentos, uma vez que seu objetivo era se definir o tipo de cultura, economia e tecnologia, através da observação da morfologia do artefato e função (observado no retoque e marcas de utilização). Posteriormente a essa abordagem, após várias críticas realizadas aos objetivos iniciais, reformulou seus critérios de definição e classificação dos tipos de artefatos e começou a observar não apenas os instrumentos, mas também outros artefatos que permitisse uma melhor classificação da variedade de artefatos que compõe uma indústria lítica. Apesar deste novo contexto desenvolvido pelos tipologistas, essa abordagem sofreu críticas pela sua finalidade, a de compreender a cultura dos grupos humanos apenas através da classificação dos artefatos e não na busca de compreender o processo ao qual está imbricado o desenvolvimento e utilização das técnicas, o que nos conduz a apresentar a abordagem tecnológica.

Segundo Inizan et al. (1995) a tecnologia abrange todo o sistema técnico⁵ de uma cultura. O uso de sistema tecnológico (ou técnico) implica na compreensão de que as técnicas desenvolvidas por uma sociedade estão sistematicamente constituídas, a partir de dois enfoques distintos, um relacionado a uma visão materialista (adaptação ao meio ambiente e ao contexto sócio-econômico) e outra vertente estruturalista em que o sis-

⁴ O termo ocorrência é utilizado para evitar que haja ações de preservação desnecessária. Os artefatos resgatados geralmente não apresentam contexto e encontram-se espacialmente dispersos e isolados.

⁵ É definido como “conjunto de técnicas formado pelas indústrias e ofícios. O conjunto: de técnicas, indústrias e ofícios, forma o sistema técnico de uma sociedade” (MAUSS, 1947, p. 29, in: INIZAN et al., 1989, p. 14).

tema tecnológico é visto como uma construção social resultante de uma escolha culturalmente determinada. (DIAS, 2003; DIAS; SILVA, 2001).

Segundo Perlès (1985), o sistema tecnológico pode ser considerado como aberto em interação com os domínios econômicos, sociais e simbólicos. Isso implica que a tecnologia pode ser modificada sob o efeito da transformação do ambiente, das estruturas socioeconômicas, etc.

Dentro da perspectiva da abordagem tecnológica um dos objetivos é compreender o esquema operatório, ou seja, como foi idealizado (esquema conceitual), de que forma foi concretizado (identificando as técnicas empregadas, a forma) e por último a utilização de determinada tecnologia, para tal foi desenvolvido a noção de cadeia operatória como uma ferramenta analítica.

Para Balfet (1991, p.12), a cadeia operatória pode ser definida como o encadeamento das operações mentais e dos gestos técnicos visando a satisfazer uma necessidade imediata ou não, segundo um projeto preexistente.

Segundo Boëda,

Análise tecnológica é uma aproximação global. Todos os produtos de uma simples indústria são levados em consideração para a diferenciação de vários estágios técnicos, para que dessa forma sejam situados numa operação seqüencial, ou cadeia operatória. A cadeia operatória, então, é a totalidade de fases técnicas desde aquisição da matéria-prima até o seu descarte, e inclui os vários processos de transformação e utilização. A análise tecnológica (...) também permite o conhecimento técnico (connaissance) e sabe fazer (savoir-faire) necessário para a própria compreensão da sucessão operacional a ser determinado. Cada fase técnica reflete conhecimento técnico específico (BOËDA, 1997, p. 43).

Este conceito, segundo Fogaça (2003) desenvolvido por influência do etnólogo Mauss (1947), Leroi-

Gourhan (1964), funciona como utensílio conceitual de análise do objeto enquanto produto resultante de um conjunto de operações técnicas e gestos comportamentais, organizados em fases sucessivas, e concebidas a partir de um esquema mental pré-determinado.

As cadeias operatórias de produção lítica são caracterizadas pela sucessão das seguintes etapas (LOURDEAU, 2006, p. 694):

- A aquisição – fase de obtenção da matéria-prima necessária, disponível no ambiente;
- A produção de suportes (por debitagem ou façonnage) cujas estruturas volumétricas possuem as características necessárias, seja para a confecção dos instrumentos planejados seja para sua utilização imediata;
- A confecção dos instrumentos: fase final que culmina no instrumento desejado.

Para a análise preliminar dos artefatos líticos utilizamos os pressupostos teóricos e metodológicos: Inizan et al. (1995); Parenti (2001); Prous (2004).

O objetivo da análise dos artefatos líticos é a identificação da técnica, da tipologia e da morfologia dos artefatos, procurando compreender os gestos e as escolhas dos grupos humanos na obtenção e utilização dos seus instrumentos. Para o nosso estudo fizemos apenas uma classificação preliminar dos tipos de artefatos e das fases de confecção (cadeia operatória) dos artefatos.

Do acervo estudado identificamos cinco classes de artefatos:

- 1 – Lasca de debitagem: são todos os produtos do gesto técnico (percussão sob a matéria-prima) que tem como objetivo a obtenção de suportes (lascas) dos instrumentos (INIZAN et al., 1995, p. 59). São lascas

sem retoque e que são orientados pelo ponto de percussão⁶, talão⁷ e bulbo⁸, tendo como critério também o comprimento do eixo de debitagem⁹ superior a 2 cm.

2 – Estilhas: apresentam as mesmas características de uma lasca de debitagem e façonagem¹⁰, ou seja, não apresentam retoques¹¹ e são orientadas pelo ponto de percussão, talão e bulbo, a única diferença diz respeito ao comprimento do eixo de debitagem que neste caso é inferior a 2 cm.

3 – Instrumentos: são todos os artefatos retocados, que apresentam uma repetição na borda de pelo menos 3 lascamentos contínuos e regulares (PARENTI, 2001), ou que apresentarem, mesmo sem retoque, mas de utilização.

4 – Fragmentos: uma fratura de um instrumento ou produto de uma etapa da confecção em que o “ponto de percussão e direção da fratura não é reconhecível” (PARENTI, 2001, p. 15).

5 – Núcleo: São massas de matéria-prima cujo objetivo é fornecer suportes (lascas) para os instrumentos.

Resultados

As pesquisas revelaram uma homogeneidade de características geomorfológicas e de deposição sedimentar. A grande maioria das sondagens escavadas

apresentaram apenas uma camada, e as poucas que proporcionaram perfil estratigráfico com duas mostram que a camada superficial se caracteriza por apresentar coloração um pouco mais escura e espessura que não ultrapassa os 20cm. Essas sondagens com duas camadas se localizam geralmente em áreas com vegetação um pouco mais densa, e provavelmente a cor mais escura da camada superficial é proveniente dos restos orgânicos (folhas decompostas depositas sobre o solo) da vegetação no local.

As atividades de pesquisa arqueológica realizada nas áreas onde serão construídos parques eólicos revelaram a existência de dois sítios arqueológicos, ambos oficina lítica.

Sítio arqueológico do Dedé

O sítio arqueológico identificado, denominado sítio do Dedé, se localiza a céu aberto numa área com elevação de 105 metros, distando cerca de 10 km da cidade de Parazinho, sob as coordenadas UTM 25M N9420512/L0180368, e elevação de 105 metros. Apresenta dimensão de 50mX50m onde foram escavadas cinco sondagens distribuídas na área do sítio com o objetivo de obter informações de subsuperfície para caracterizar a área também verticalmente (figura 2). Foi identificado material arqueológico apenas em superfície, um total de 57 artefatos líticos, e é importante salientar

⁶ É o local preciso do contato do percutor (nos gestos de fracionar a matéria-prima) sendo observado tanto no núcleo como na lasca de debitagem e façonagem.

⁷ Parte do plano de percussão (superfície do núcleo que foi empregado o gesto de percussão) que fica na lasca. Existe uma diversidade de talão em decorrência da: técnica utilizada (percussão direta ou indireta), o tipo de percutor (duro ou macio) ou o ângulo do golpe.

⁸ Saliência localizada na face ventral (parte da lasca que estava em contato com o núcleo) como testemunho do gesto e força utilizada na percussão.

⁹ Orientação da peça a partir da direção de saída (direção em decorrência do gesto de lascamento) do núcleo. Parâmetro utilizado para a medição do artefato.

¹⁰ Em termos gerais o termo diz respeito a uma sucessão de operações de gestos com o objetivo de ‘esculpir’ um objeto nele próprio (INIZAN et al., 1995, p.43). Ao contrário da lasca de debitagem, no método de façonagem o objetivo do gesto utilizado não é a obtenção dos suportes (lascas) mas de modificar morfológicamente a matéria bruta.

¹¹ Gesto de lascamento que se caracteriza como pequenas retiradas (ou elevações) da borda com o objetivo de obter um gume (parte ativa do instrumento).

entar que a coleta teve como critério obter uma amostra da totalidade dos tipos de artefatos presentes no sítio. As sondagens foram escavadas com dimensão de 50cmX50cm e profundidade que variou de acordo com a necessidade de compreensão da estratigrafia.

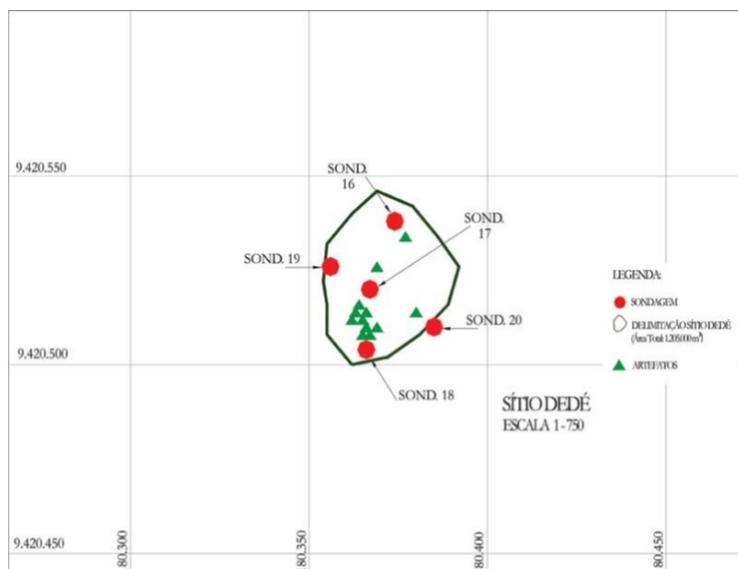


Figura 2—Área do sítio arqueológico do Dedé.

Os perfis estratigráficos das sondagens escavadas no sítio do Dedé apresentaram duas camadas, ambas compostas por sedimento argilo-arenoso de coloração avermelhada. A primeira camada tem em média 12centímetros e a segunda segue até a profundidade final das sondagens. Nas sondagens 17 e 18 foi identificado cascalho, a 20cm, numa proporção maior do que sedimento.

No sítio Dedé identificamos exemplares de todas as etapas da cadeia operatória da confecção de ferramentas líticas, ou seja, núcleos¹², lascas de debitação, fragmentos¹³ e peças retocadas (figura 3). Apenas não foi encontrado restos de lascamento (estilhas). A ausência deste tipo de artefato pode ser explicada pelo

fato de serem extremamente pequenos e passíveis de transporte pluvial, já que as características pluviométricas da região indicam que em determinados períodos as chuvas ocorrem de maneira intensa.



Figura 3—Artefatos líticos do sítio do Dedé.

Dos artefatos coletados foi possível identificar cinco tipos (figura 4), onde se destacam as lascas de debitação, fragmentos e os instrumentos em maior quantidade.

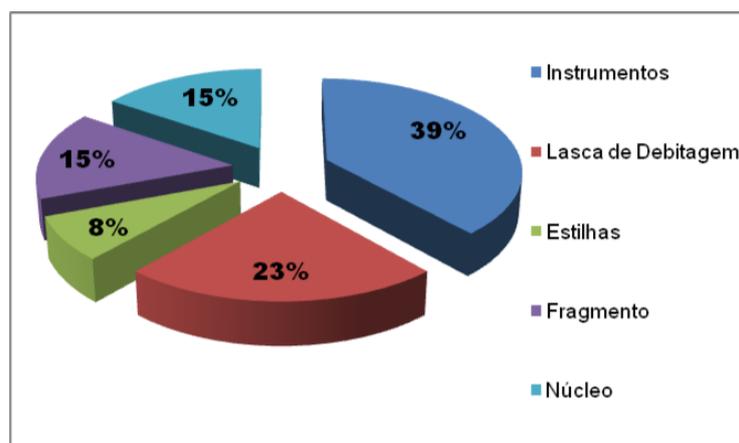


Figura 4—Quantificação das classes de artefatos identificadas no Sítio do Dedé

¹² São massas de matéria-prima (rochas ou minerais) que são utilizadas para fornecer suportes para os instrumentos. São testemunhos da escolha do gesto utilizado pelo artesão para confecção dos seus instrumentos.

¹³ Fratura não intencional de um instrumento (devido à utilização) ou de uma etapa de confecção (lasca de debitação, lasca de façongem ou retoque) que não apresentam os indícios de orientação (bulbo, talão, ondas de percussão).

A pequena quantidade de artefatos e também o descarte de peças já acabadas como os instrumentos, indicam que o local foi utilizado para a confecção temporariamente e de forma não repetitiva, e que os artefatos foram usados no próprio local. Assim, a ausência de material lítico em profundidade corrobora a hipótese acima levantada e caracteriza o sítio do Dedé como um sítio oficina a céu aberto de superfície.

Sítio Arqueológico Corta Caminho

O sítio arqueológico Corta Caminho está localizado sob as coordenadas UTM 25M N9419217/L0171007 e elevação de 70 metros, na área que compreende o Parque Eólico Asa Branca III. O sítio apresenta apenas material lítico e foi identificado durante as atividades de prospecção de superfície e está situado a céu aberto, sendo o local atualmente utilizado para a prática da pecuária. A vegetação predominante é densa e arbustiva, alternando com alguns pontos sem vegetação (figura 5).



Figura 5—Vista da área onde se localiza o sítio Corta Caminho.

O sítio está distribuído numa área com dimensões média de 500mX500m com uma grande densidade de artefatos em superfície podendo ser classificado como um sítio de alta visibilidade. Dentro dos limites da área que compreende o sítio foi possível

perceber vários cursos de riacho, e alguns trechos inclusive com uma grande quantidade de artefatos em suas margens (figuras 6 e 7).



Figura 6—Curso de riacho dentro dos limites do sítio Corta Caminho. Grande quantidade de artefatos.



Figura 7—Lasca cortical identificada nas margens de riacho.

O contexto hidrográfico da área parece indicar momentos que se alternam entre períodos de estiagens severas e períodos de chuvas torrenciais, já que foi identificado no curso desses rios temporários grandes blocos que foram rolados, o que significa que em algum momento o rio correu com um volume de água relativamente elevado.

Com o intuito de caracterizar o sítio também verticalmente foram escavadas sete sondagens transversalmente e equidistantes em 50 metros, no sentido leste-oeste (figura 8), visando atingir duas extremidades do sítio. As sondagens foram escavadas com dimensões média de 50cmX50cm e profundidade de 40cm (figura 9).

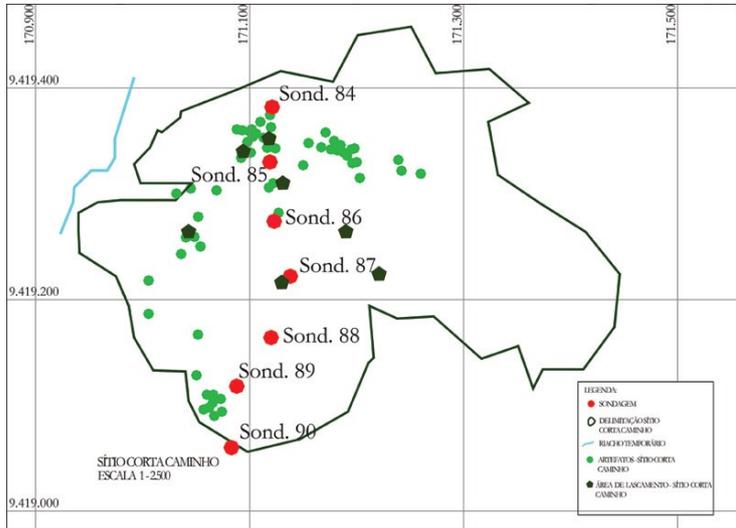


Figura 8—Vista geral da área do sítio Corta Caminho. Sondagens localizadas com os pontos em vermelho.



Figura 9—Vista da Sondagem 86

As sondagens foram escavadas por níveis artificiais de 10cm, com a utilização de pá-de-bico e colher específica, e dependendo das características do local, a sondagem era escavada apenas com colher até sua profundidade final (figura 10). Durante a escavação

todo sedimento retirado foi devidamente peneirado e depositado por sobre uma lona preta apoiada no solo visando não misturar o sedimento da subsuperfície que estava sendo peneirado, com o da superfície, assim, evitando uma inversão estratigráfica descaracterizando o sítio para as pesquisas futuras (figuras 11).



Figura 10—Escavação de sondagem com a utilização de colher.



Figura 11—Escavação de sondagem com a utilização de pá-de-bico. Sedimento sendo peneirado sobre a lona.

O perfil estratigráfico das sondagens se caracterizaram por apresentar apenas uma camada, com sedimento areno-argiloso de coloração amarelada, código munsell 10yr 6/8 Os artefatos coletados em

subsuperfície atingem a profundidade máxima de 30cm, porém com predominância entre 0-20cm. Os artefatos identificados em superfície e subsuperfície têm como matéria-prima predominante o sílex, havendo apenas algumas variações na coloração (figura 12).



Figura 12—Variedade na coloração dos artefatos. Ambos com matéria-prima de suporte o sílex.

O Sítio Corta Caminho foi caracterizado como sendo uma oficina lítica¹⁴, e o acervo estudado compõe um total de 234 artefatos, onde se destacam, pela quantidade, as lascas de debitagem e os instrumentos (figura 13).

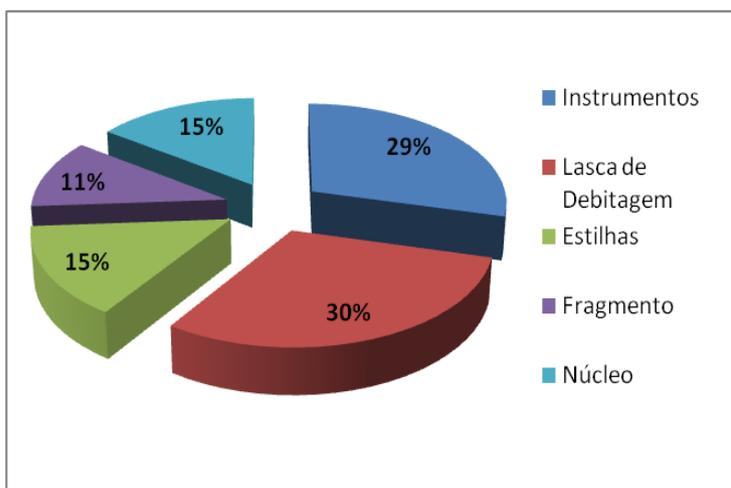


Figura 13—Quantificação das classes de artefatos evidenciados no Sítio Corta Caminho.

As classes identificadas dos artefatos líticos reforçam a hipótese de utilização do sítio como uma oficina lítica uma vez que no acervo estudado apresentam todas as etapas de confecção de um instrumento lítico.

Foi observado que o sítio apresenta uma grande diversidade de tipos de instrumentos, com variadas funções, cortar (figura 14), raspar (figura 15), e perfurar, entretanto, pelo acervo analisado, houve uma maior predominância de facas.



Figura 14—Faca, número de catálogo SCC-44.1.



Figura 15—Raspador, número de catálogo SCC-12.

¹⁴ O conceito básico de Oficina Lítica diz respeito a uma área de atividade específica com o objetivo de pré-confecção (núcleos, lascas como suportes) e confecção de instrumentos líticos. É caracterizado pela presença de lasca de debitagem, lasca de façomagem, estilha, núcleo, fragmento e poucos instrumentos (artefato acabado).

O grupo que confeccionou os instrumentos identificados no sítio Corta Caminho utilizou como suportes: blocos e seixos (disponíveis no próprio sítio) como também as lascas. Nos instrumentos que tiveram como suporte as lascas foi identificado duas técnicas de retirada: a percussão apoiada¹⁵ com percutor duro e a percussão direta com percutor duro¹⁶ (figuras 16 e 17). Em relação a técnica de retirada dos suportes para os instrumentos identificamos a percussão apoiada com uma maior representatividade no acervo.



Figura 16—SCC-77 Raspador Lateral em sílexito tendo como suporte uma lasca de debitage obtida pela percussão apoiada.



Figura 17—SCC.28.3 Faca em sílexito, o suporte (lasca) foi obtido pela percussão apoiada

A maioria dos instrumentos identificados não apresentaram retoques (figura 18) e sim marcas de utilização (principalmente nos instrumentos sob suporte de lascas), sendo posteriormente descartados após a sua utilização em uma atividade específica e não havendo um reaproveitamento.



Figura 18—SCC.28.3 - Faca em sílexito mesmo não apresentando retoques observamos a marca de utilização.

Os retoques foram utilizados para a classificação da função do instrumento e conseqüentemente auxiliar na classificação tipológica (junto com a morfologia), nesse sentido foi identificado apenas retoques curtos e não invasores e formando três tipos de ângulo (abrupto, semi-abrupto e rasante). Os retoques classificados como abrupto e semi-abrupto (maior que 45°) está relacionado a instrumentos que foram utilizados para raspar e o rasante (menor que 45°) para cortar, seguindo a classificação proposta por Brezillon (1968). Sabe-se que dependendo do ângulo de utilização do instrumento (contato da parte ativa com o

¹⁵ Entendemos como percussão apoiada (uma subdivisão da percussão direta), quando o núcleo é colocado sob um bloco rochoso (bigorna) ou outra superfície e utiliza-se um percutor duro para fracioná-lo e retirar lascas (PROUS, 2004, p. 34).

¹⁶ Por percussão direta com percutor duro entende-se quando o artesão utiliza um percutor de mineral (mais resistente que o núcleo) como elemento que irá fracionar o núcleo proporcionando suportes para os instrumentos.

objeto que deseja modificar) um ângulo rasante pode também servir para cortar, mas para este estudo preliminar será mantido os pressupostos de Brezillon no que diz respeito da relação do ângulo do retoque e sua função e reforçar a necessidade de um estudo mais aprofundado do acervo do Sítio Corta Caminho em pesquisas futuras.

A maior parte dos instrumentos apresentaram retoques em uma das bordas, variando entre o esquerdo e o direito, também entre direto e inverso, entretanto observamos, principalmente nos instrumentos classificados como facas, retoque nos dois lados.

Poucos instrumentos apresentaram alteração da sua morfologia, as lascas de debitagem que foram utilizadas como suporte não apresentaram sequências de retiradas (façonagem) cujo objetivo de estabelecer uma forma pré-determinada, apenas retiradas para proporcionar uma parte ativa (um gume), ou seja foram utilizadas com a mesma morfologia de quando da saída do núcleo. Entretanto nos instrumentos que tiveram como suporte blocos ou seixos observou-se indícios de sequências de retirada com o objetivo de estabelecer uma forma antes de efetuar os retoques. Os instrumentos que apresentaram essas características estavam relacionados à função de raspar e foram classificados como raspadores, como por exemplo, o SCC.20 (figura 19). Este instrumento teve como suporte um bloco de silexito, pelas características do córtex foi rolado em ambiente fluvial (apresenta um córtex de superfície lisa e embranquecida), apresenta na em uma das suas laterais uma sequência de 4 retiradas (indícios de façonagem) cujo objetivo foi, além de estabelecer um plano para realização do retoque e utilização do instrumento. Se faz necessário uma análise mais detalhada, principalmente diacrítica (observa a sequencialógica das retiradas) para se

comprovar a façonagem e melhor caracterizar a tecnologia.



Figura 19—SCC.20 Raspador lateral em silexito tendo como suporte um bloco.

No acervo estudado e no levantamento realizado em campo foi possível observar que a matéria-prima predominante é o mineral silexito, que se apresenta não em afloramento primário, mas em blocos e seixos (de tamanhos e colorações variadas). Esses blocos e seixos apresentam um córtex de superfície lisa e uma coloração embranquecida que indicam terem sido transportados por ambientes fluviais. Apesar da abundância de matéria-prima observamos um bom aproveitamento dos núcleos, com a utilização de mais de um plano para a retirada das lascas de debitagem assim como várias sequências de retiradas (com mais de 4). Não identificamos nos núcleos estudados uma forma pré-estabelecida, o que indicaria na busca por lascas com morfologias específicas, mas observamos que o direcionamento adotado pelo artesão estava relacionado com a morfologia da superfície inicial do núcleo e sendo utilizados os planos que melhor forneciam lascas mais compridas que largas.

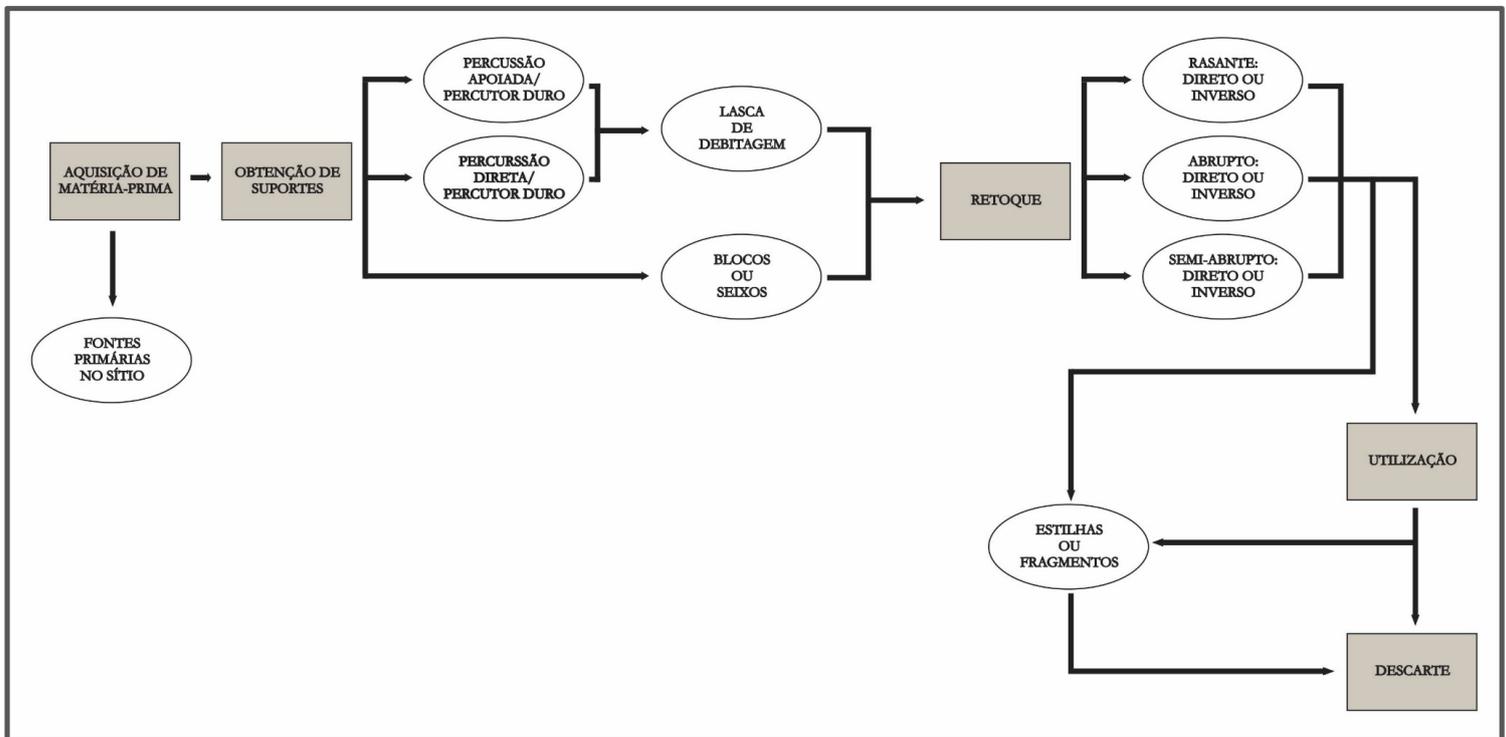


Figura 20—Fluxograma da Cadeia Operatória dos Instrumentos do Sítio Corta Caminho.

As estilhas e os fragmentos também reforçam a hipótese de utilização do sítio com uma oficina. A primeira são detritos de lascamentos que podem ser derivadas tanto da técnica de retirada utilizada (percussão apoiada ou percussão direta com percutor duro) e também dos retoques efetuados para tornar o gume em ativo.

Os fragmentos são resultados dos acidentes da técnica de retirada como do retoque, mas também da utilização do instrumento. Nesta classe de artefato poucos indícios ficam impressas nos instrumentos, mas uma informação importante que podemos retirar dos fragmentos está relacionada com a disponibilidade de matéria-prima na região, entretanto para a o acervo do Sítio Corta Caminho apenas foi observado fragmentos em sílexito.

A partir do que foi exposto do acervo analisado procuramos reconstituir a cadeia operatória da confecção da tecnologia lítica evidenciada no sítio. A

cadeia operatória do está caracterizada por cinco etapas (figura.20).

A primeira está relacionada à aquisição da matéria-prima. Pelo que foi observado na análise e em campo o (s) grupo(s) souberam aproveitar as disponibilidades de tipos de sílexito no próprio sítio, não havendo a necessidade de deslocamento.

Após a escolha da matéria-prima a próxima etapa corresponde a obtenção dos suportes para confecção dos instrumentos, nessa etapa foram observadas duas possibilidades: suportes sob lasca de debitagem e bloco/seixos. Para a obtenção das lascas observamos que foram utilizadas duas técnicas: a percussão apoiada e percussão direta com percutor duro (como foi discutido anteriormente).

A terceira etapa corresponde ao retoque, onde foi possível observar a relação do ângulo com a função do instrumento (mesmo tendo consciência que seja uma observação preliminar e superficial). Os retoques, além de provocarem detritos (como estilhas e fragmentos)

foram de dois tipos abruptos (direto, na borda esquerda) e rasante (direto e inverso tanto na borda esquerda quanto na direita).

A quarta etapa corresponde à utilização dos instrumentos, nesta etapa proporcionou tanto o desgaste do gume como também na produção de detritos (nesse caso de fragmentos). Em nenhum instrumento lascado evidenciamos uma tentativa de reavivagem do gume, tendo como última etapa da cadeia operatória o descarte do instrumento.

Considerações preliminares

As pesquisas arqueológicas na área onde serão instalados os parques eólicos indicaram a potencialidade arqueológica do local através da identificação de um sítio arqueológico e uma ocorrência. Estudos realizados no entorno revelaram a existência de importantes sítios arqueológicos (sítio arqueológico Corta Caminho e sítio da Despedida, ambos oficina lítica), fato que associado a estudos realizados anteriormente (LOPES DA SILVA, 2003; MARTIN, 2005; VALLE, 2003) reforçam a potencialidade da área.

Os grupos pré-históricos que ocuparam essa região são conhecidos apenas a partir dos estritos produzidos nas primeiras décadas do contato, e um estudo mais detalhado dessa cultura material permanece desconhecido. Assim, este artigo visa, além de tornar conhecido a existência da materialidade desses grupos na área, apresentar um estudo preliminar das análises realizadas com os artefatos líticos identificados. A ausência de uma escavação sistemática na área limita significativamente algumas vertentes de interpretação, mas no que se refere a alguns aspectos tecnológicos já foi possível observar algumas características.

De acordo com as análises, os sítios Corta Caminho e do Dedé foram utilizados como oficinas líticas, porém com preferência de matéria-prima. A disponibilidade dos tipos de matéria-prima não deve nesse caso ser levado como um fator decisivo, já que se encontram acerca de 4km de distância, algo que na pré-história era percorrido com certa “facilidade”.

A ausência de uma estratigrafia bem definida e o fato de todos os artefatos se encontrarem em superfície dificulta ainda mais a possibilidade de uma caracterização cronológica, mesmo que através da datação relativa, de uma possível alternância de períodos de ocupação.

A cadeia operatória, preliminar, apresentada corresponde ao material analisado e serve como uma hipótese para compreender o sistema tecnológico do(s) grupo(s) que ocuparam os sítios. Só será possível compreender de forma segura a tecnologia lítica dessa ocupação quando da realização das escavações para o resgate e obtiver uma maior representatividade dos artefatos, assim como da distribuição espacial e estratigráfica, ou seja, uma melhor caracterização do contexto arqueológico que de fato só é obtida com estudos mais aprofundados.

Referências bibliográficas

- BALFET, H. (ed.) Observer l'action technique. Des chainesopératoires pour quoi faire?, 1991. Ed. du CNRS, Paris.
- BARLÉU, Gaspar. História dos fatos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1974.
- BICHO, N. F. Manual de arqueologia pré-histórica. Edições 70, Lisboa, 2006.
- BOËDA, E. Technogenèse de systèmes de production lithique au Paléolithique inférieur et moyen en Europe occidentale et au Proche-Orient. 1997. Thèse d'Habilitation à Diriger des Recherches présentée à l'Université de Paris X, 173p.
- BRÉZILLON, M. La dénomination des objets en pierre taillée. Ed. Du CNRS, Paris, 1968.
- DIAS, A. S. Sistemas de Assentamento e Estilo Tecnológico: Uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul. 2003. Tese de Doutorado apresentado ao programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo-USP
- DIAS, A. S.; SILVA, S. “Sistema tecnológico e estilo: as implicações desta interrelação no estudo da indústria lítica no Sul do Brasil”. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, 11, p. 95-108, 2001.
- FOGAÇA, E. *Mãos para o pensamento. A variabilidade tecnológica da indústria lítica de caçadores-coletores holocênicos a partir de um estudo de caso: as camadas VIII e VII da Lapa do Boquete (Minas Gerais-Brasil) – 12.000 / 10.500 BP.* 2001. Tese (Doutorado), PUCRS, Porto Alegre.
- _____. “O Estudo Arqueológico da Tecnologia Humana”, 2003. Revista Habitus. Vol. 1. Goiânia: IGPA/UCG.
- INIZAN, M. L.; REDURON-BALLINGER, M.; ROCHE, H.; TIXIER, J. 1995. *Préhistoire d e laPierr e Taillée.* Published by Cercle de Recherches et d'EtudesPréhistorique s Maison de l'Archéologie et de l'Ethnologie (Boît e 3) 21, allée de l'Université - 92023 NanterreCedex – France.
- LEROI-GOURHAM. A 1984. O gesto e a palavra. 1 – Técnica e linguagem. Lisboa: Edições 70, 251 p. [1ª ed. francesa: Paris, Albin Michel, 1971].
- _____. Evolução e técnica. 1 – O homem e a matéria. 1985. Lisboa: Edições 70, 237 p. [1ª ed. francesa: Paris, Albin Michel, 1964].
- LOPES DA SILVA, M. 2003 *Caracterização dos sítios arqueológicos em dunas do litoral oriental do Rio Grande do Norte, Brasil.* Dissertação (Pós-graduação em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- LOURDEAU, A. 2010. *Le tecnocomplexe Itaparica: définition techno-fonctionnelle des industries à piècesfaçonnéesunifacialement à une face plane dans le centre et lenord-est du Brésil pendant la transition Pléistocène-Holocène et l Holocène ancien.* Tese (Doutorado) Université Paris-OuestNanterrelaDéfense, PARIS OUEST, França.
- LOURDEAU, A. A pertinência de uma abordagem tecnológica para o estudo do povoamento pré-histórico do Planalto Central do Brasil. *Habitus*, v. 4, p. 685-710, 2006.
- MARTIN, GABRIELA 1993 “A arte rupestre e o registro arqueológico no Nordeste do Brasil”. In: *Revista Clio – série arqueológica*, nº 18, 27-20. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- MARTIN, Gabriela. 1999. Pré-História do Nordeste do Brasil. 2 ed. Editora Universitária da UFPE, Recife.

- MARTIN, GABRIELA. “As pinturas rupestres do sítio Alcobaça, Buíque-PE, no contexto da tradição Agreste”. In: *Revista Clio – série arqueológica*, v. 1, nº 9. 2005. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- MAUSS, Marcel. *The Manuel d’Etnographie –MdE-(1947) and the Notes and Queries on Anthropology – N&Q. (1929) on the UCL intranet.* 1947.
- MUTZEMBERG, Demétrio. 2007. *Gênese e ocupação pré-histórica do sítio arqueológico pedra do alexandre: uma abordagem a partir da caracterização paleoambiental do vale do rio Carnaúba-RN.* Recife, Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de pós-graduação em arqueologia, UFPE, 142 p.
- PARENTI, Fábio. *Le gisement quaternaire de la Pedra Furada (Piauí, Brésil).* Stratigraphie, chronologie, evolution culturelle. 2001. 1. ed. Paris: Editions Recherches sur les Civilisations, v. 1. 323 p.
- PERLES, C. *Les industries lithiques de Franchthi (Argolide).* 1985. Thèse de Doctorat présentée à l’Université de Paris X, 478 p.
- PROUS, André. *Apuntes para análises de industris líticas.* 2004. Ortigueira, Fundación Fedrico Maciñeira. p. 172.
- PROUS, André. *Arqueologia brasileira.* Brasília: Editora da UNB, 1992.
- RÉLATION DU VOYAGE DE ROULOX BARO ETC. 1651 Paris, Augustin Courbé.
- RODET, M.J. *Etude technologique des industries lithiques taillées du nord de Minas Gerais, Brésil, depuis le passage Pléistocène/Holocène jusqu’au contact-XVIIIème siècle.* 2006. Thèse de doctorat de l’Université de Paris-X, Nanterre: 516 p.
- ROSKAMS, S. *Teoría y práctica de a excavación.* Editora Crítica, Barcelona. 2001.
- VALLE, RAONI. *Gravuras pré-históricas da Área Arqueológica do Seridó Potiguar/Paraibano: um estudo técnico e cenográfico.* 2003. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Submissão: 26/06/2015
Aceite: 26/10/2015

Arqueologia e História Urbana: anotações de pesquisa sobre a Ilha de Itamaracá Colonial

Archaeology and Urban History: research Notes on the island of Itamaracá Colonial

Josue Lopes dos Santos*
josue.lopeshistoria@gmail.com

Ana Lucia do Nascimento Oliveira**
ananascimentoufrpe@gmail.com

Resumo: O objetivo principal deste texto é analisar o processo de construção do espaço colonial, a partir da evolução urbana do contexto citadino, especialmente na área que compunha a Ilha de Itamaracá que foi um dos primeiros núcleos de povoamento em Pernambuco. Para tal, buscamos apresentar anotações de pesquisa histórica e arqueológica realizadas no espaço da Ilha, em especial na atual Vila Velha, antiga Vila de Nossa Senhora da Conceição. De maneira geral, os dados discutidos neste artigo são fruto de estudos realizados pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, desenvolvidos no projeto de Pesquisa “Patrimônio Subaquático do Litoral Pernambucano”, financiado pelo CNPq entre os anos de 2006 e 2008.

Palavras-chave: Ilha de Itamaracá, Vila Velha, História urbana.

Abstract: *The aim of this paper is to analyze the process of construction of colonial space, from the urban evolution of the city context, especially in the area that made up the Itamaracá which was one of the first population centers in Pernambuco. To this end, we seek to present historical and archaeological research notes held within the island, especially in the current Old Town, Old Town of Our Lady. Overall, the data discussed in this article are the result of studies conducted by the Archaeology Laboratory at the Federal Rural University of Pernambuco, developed in the research project "Underwater Heritage Coast Pernambucano" financed by CNPq between the years 2006 and 2008.*

Keywords: *Itamaracá island, Old Town, Urban history*

* Mestrado pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

** Professora Associada II da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Bolsista CAPES-Estágio Sênior no Exterior. Pós-doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais.

Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas...
(Ítalo Calvino – *As cidades invisíveis*)

Em 1534, D. João III dividiu o território brasileiro em capitânias hereditárias e, neste contexto, Pero Lopes de Sousa recebeu um destes lotes de terra que iam desde o canal de Santa Cruz, até a baía da Traição. Esta área englobava a Ilha de Itamaracá que acabou por abrigar a sede da capitania homônima.¹ Apesar do *status* reservado ao local, devido a sua importante função para o sucesso do negócio colonial, a capitania de Itamaracá não alcançou desenvolvimento comparável ao de suas vizinhas do norte que possuíam situações semelhantes de porto com comércio ativo e centro político autônomo. Essas problemáticas são comumente atribuídas pelos historiadores à falta de perícia dos primeiros donatários da capitania, que muitas vezes não assumiam de fato a administração do local. (BARBALHO, 2009)

Estes fatores de carência administrativa e estagnação econômica são atribuídos por historiadores como Manuel Correia de Andrade à imperícia de seus principais donatários, que aparentemente não souberam lidar com as questões relativas à administração de uma capitania independente, ou eram ausentes da governança. Desta forma, lentamente, a capitania de Itamaracá perdeu território e influência para as Capitânias da Paraíba e Pernambuco. Como ressalta Manuel Correia de Andrade:

A capitania de Itamaracá, com donatários sempre ausentes e carentes de recursos financeiros, não conseguiu se desenvolver, permanecendo durante décadas a depender de Pernambuco, embora independente do ponto de vista político-administrativo. (ANDRADE, 1999. p, 59)

Apesar disto, por abrigar a sede de uma capitania independente, a Ilha de Itamaracá se tornou ponto estratégico para o litoral norte do Brasil. Todo o seu desenvolvimento estava voltado para viabilizar a circulação comercial, a partir da locação de portos e ancoradouros em locais estratégicos; estruturar a vila, através da organização de prédios administrativos, religiosos e residenciais; e a consolidação de um sistema de defesa eficiente, que se deu através da construção de fortificações em pontos prioritários.

Buscamos, com este artigo, apresentar resultados de pesquisas arqueológicas realizadas pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco em relação ao panorama histórico e arqueológico na Ilha de Itamaracá colonial, com o objetivo de interligar estes dois contextos. Na ilha foram evidenciados vestígios arqueológicos como estruturas de construções e fragmentos de objetos utilitários, dentre outros, que demonstram uma grande dinâmica de ocupação do espaço no período estudado.

O recorte escolhido para ser apresentado aqui versa sobre a relação entre arqueologia e história urbana ao analisar a evolução do espaço citadino na Ilha de Itamaracá, especialmente na Vila de Nossa Senhora da Conceição, atual Vila Velha, durante os primeiros séculos do período colonial.

Na porção sul da Ilha de Itamaracá, às margens do canal de Santa Cruz no topo de um morro íngreme, o que facilitava a estrutura de defesa acastelada, e próxima ao porto, foi fundada a vila de Nossa Senhora da Conceição ainda nos primeiros anos do século XVI, em data incerta (NEVES, 2009). Foi nesta vila que se fixou a administração da Capitania de

¹ A Ilha de Itamaracá separa-se do continente pelo canal de Santa Cruz. As margens deste, no próprio espaço da ilha, no alto de uma colina elevada, seguindo o padrão de ocupação da época, é que foi fundada a vila de Nossa Senhora da Conceição, a qual foi sede da capitania de Itamaracá por muito tempo.

Itamaracá. Apesar de sua importância evidente, devido ao seu *status* de centro administrativo de uma capitania, o seu desenvolvimento neste século não se comparou ao de outras vilas fundadas na mesma época. A vila de Olinda, por exemplo, desde sua fundação experimentou um exponencial crescimento, que só foi estagnado com a invasão holandesa no século XVII, quando o local foi incendiado.

No começo do século XVI, quando se deu início o povoamento da região, a Ilha de Itamaracá apresentou vários atrativos aos europeus: boas condições de atracagem, rios navegáveis, áreas de manguezal e topografia favorável para ocupação dentro dos padrões urbanísticos da época. Um dos fatores que, por certo, mais atraiu os colonizadores para o local teria sido a característica insular em que a vila de Conceição estava inserida, sendo possível garantir situações de confinamento e isolamento que se constituíam em defesa natural, formando condições ideais para a instalação de um núcleo de povoamento.

Marcos Albuquerque resalta que nas proximidades da Ilha de Itamaracá, no litoral norte do atual estado de Pernambuco, se instalaram as primeiras unidades funcionais integradas à proposta de “colonizar” o Brasil. Nesta área existia um porto muito freqüentado já nas primeiras décadas do século XVI. Os estudos de Albuquerque apontam a feitoria de Cristovão Jacques, construída por volta de 1516 como sendo um dos primeiros núcleos de povoamento da colônia (ALBUQUERQUE, 1993). Este reduto teria sido construído às margens do canal de Santa Cruz. Nesta região, também existia um porto denominado Porto de Pernambuco, posteriormente denominada “barra de Itamaracá” uma das principais rotas para escoamento da exploração local nas primeiras décadas desse século (ALBUQUERQUE, 1993).

Neste contexto é que se dá o início do processo de ocupação da região, tanto na porção continental, quanto na porção insular foram se organizando núcleos de povoamento. A importância da área pode ser percebida quando a Ilha de Itamaracá é escolhida para sediar a Capitania homônima em 1535.

Pero de Magalhães Gandavo, em 1576, ao analisar a Capitania de Itamaracá na sua obra *História da Província de Santa Cruz*, já argumenta sobre a importância e antiguidade deste local. Ao realizar um histórico de todas as capitanias no momento, o autor afirma que “a primeira e mais antiga se chama Tamaracá a qual tomou este nome de uma ilha pequena onde sua povoação está situada.” (GANDAVO, 2008, p.76)

A região, de maneira geral, pode ser considerada atualmente como um grande sítio arqueológico. Suas ruas de barro batido evidenciam a cada temporada uma nova gama de vestígios materiais de outrora, desde garrafas de Grés, faianças, cerâmicas, cachimbos e tantos outros testemunhos que remetem a diversos momentos da história local, especialmente o período colonial.



Figura 1—Garrafas de Grés evidenciadas durante visita técnica de campo a Vila Velha no ano de 2008. Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Arquivo: Josué Lopes



Figura 2—Vestígios arqueológicos diversos reunidos por moradores locais evidenciados em época de chuva em Vila Velha, a maioria dos fragmentos remetem ao período colonial. Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Foto Josué Lopes

Como já foi mencionamos a vila de Nossa Senhora da Conceição tem data de fundação incerta. Manuel Correia de Andrade afirma que esta teria sido apenas erguida à condição de vila na década de 1540, sendo que já deveria existir enquanto povoado desde a década de 1520 (ANDRADE, 1999, p.56). André Lemoine Neves aponta sobre as especificidades e incertezas que envolvem a fundação da Vila, que:

Fundada em data incerta, entre 1535 e 1547, a sede da capitania de Itamaracá foi, durante pelo menos três décadas, o único núcleo urbano surgido naquela capitania. Sua localização e elementos constituintes parecem indicar a origem inequívoca de um núcleo urbano português: erguida no ponto mais alto da ilha, com vistas para o porto e a entrada do canal de Santa Cruz, possui uma conformação pautada nas necessidades de proteção da época. (NEVES, 2006, p.4)

A vila de Nossa Senhora da Conceição era um espaço fechado, definido e protegido por muralhas e posições fortificadas. No topo de uma colina sinuosa é que estavam resguardadas todas as atividades burocráticas, administrativas e religiosas da Capitania de Itamaracá, no espaço confinado pelas muralhas da vila de Conceição. No século XVII, margeando a vila,

não mais no alto do morro, estavam localizados engenhos, armazéns, fornos de cal e o porto.

Esta dicotomia estrutural entre a cidade alta e a cidade baixa favorecia ainda uma separação ideológica entre o poder administrativo junto com as demais atividades intelectuais e as atividades ligadas ao trabalho braçal. Não sendo este um modelo exclusivo para a região. Esta divisão estrutural deveria hierarquizar o espaço citadino, legitimando, no poder, os que ocupavam o alto, ao mesmo tempo em que subordinava simbolicamente os que ocupavam a parte baixa.

Este padrão estabelecido a partir da divisão física da disposição citadina em patamares hierárquicos estava relacionado aos princípios do urbanismo de origem português e também demonstrava uma intenção em resguardar o território com defesa natural. Salvador e Olinda, cidades que tem origens também no início do século XVI, podem ser exemplos de outras áreas onde este princípio urbano foi aplicado. (COSTA, 2007)

Seja através do discurso dos cronistas e viajantes ou através da análise das iconografias, além dos documentos oficiais, é possível perceber a importância da região da Ilha de Itamaracá no contexto da América portuguesa, pois o local foi representado em diversas imagens e relatos desde o século XVI, atestando sua relevância no cenário colonial. O trato com estas iconografias, porém, requer uma especial atenção no sentido de observar as singularidades de cada uma, pois algumas, tendo sido produzidas na mesma época, podem representar situações diferentes sobre o mesmo objeto, atestando a ausência de um método convencional e universal para a produção das mesmas (MEDEIROS, 2001).

A disposição dos edifícios, ângulo de visão do desenho, cores, vegetação, legendas e outros fatores atestam a subjetividade do autor em realizar a imagem

representando a sua impressão sobre aquele espaço. Levando o historiador, hoje, a ter uma atenção especial ao lidar com este tipo de fonte. No período colonial, muitas imagens foram produzidas por pessoas que, sequer estiveram no Brasil e retrataram o que ouviam ou o que liam sobre o novo mundo.

A partir da análise iconográfica, é possível observar diversos aspectos da morfologia urbana da vila de Nossa Senhora da Conceição, como, por exemplo, sua malha urbana em forma de “L”, ou as muralhas que deveriam circundar a vila desde fins do século XVI, resguardando o local da ameaça estrangeira. Se analisarmos o momento de intensificação das investidas holandesas visando conquistar este espaço, será possível observar a eficácia do esquema já que foram várias as tentativas de se apoderar daquele território até o êxito em 1631. O livro

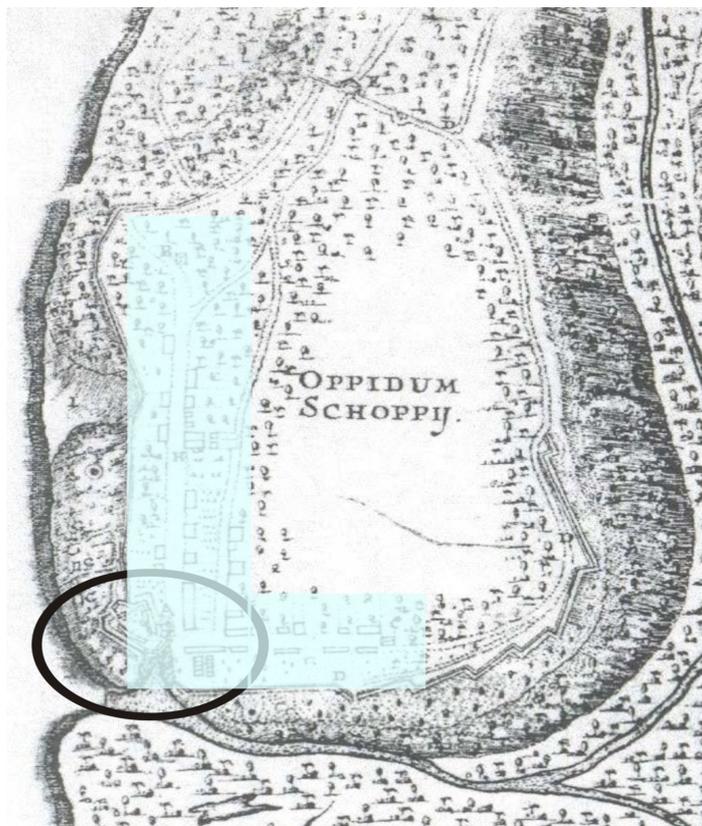


Figura 3—Insula Tamarica (Oppidum Schoppj). 1631. Detalhe. Circunscrita está a área com defesa prioritária na entrada da vila, onde existia a igreja matriz que evoca também a Nossa Senhora da Conceição, Além disto, em azul, está sinalizado o arruado principal da vila, como mencionado organizado em forma de ‘L’. [Grifo nosso]. **Fonte:** <<http://www.atlasofmutualheritage.nl>> Acesso em: 13/03/2012.

de Gaspar Barlaeus, por exemplo, mostra uma imagem que define pormenores da organização urbana da vila de Conceição. É possível observar a distribuição dos edifícios em “L”, confluindo para a igreja matriz fortalecida, além das muralhas ao redor da vila.²

Outra importante iconografia sobre a vila de Nossa Senhora da Conceição trata de um desenho, com vista a voo de pássaro, da vila com detalhe sobre a localização das principais instituições administrativas e pontos de defesa do local em 1630, ano de produção do documento, provavelmente para atualizar a Coroa acerca da militarização do local. O autor da imagem não foi identificado, mas a riqueza de detalhes do desenho chama a atenção:

Uma análise mais apurada do desenho evidencia a relação da vila de Nossa Senhora da Conceição com o canal de Santa Cruz, estando a vila

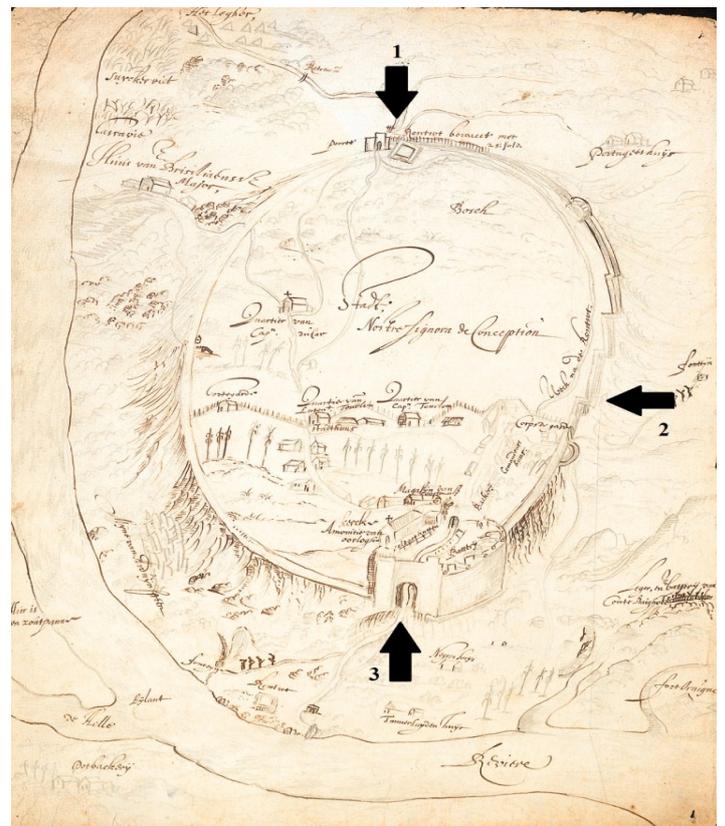


Figura 4—Autor não identificado, Stadt Nostre Signora de Conception. 1630. Marcações nossas. 1) Entrada fortificada. 2) Resquícios de muralhas. 3) Entrada principal fortificada. **Fonte:** REIS FILHO, 2002, p.17)

² Durante o período de dominação holandesa na Vila de Nossa Senhora da Conceição, a mesma passou a se chamar “Oppidum Schoppj”, ou Vila Schoppj, este era o sobrenome do general holandês que comandou a ofensiva que tomou a Vila de Conceição, o nome do local, durante este período, passou a fazer referência direta a ele.

localizada às suas margens com um caminho ligando o canal ao principal acesso ao interior desta. Existem assinaladas duas estruturas que remontam a igrejas e, provavelmente relacionadas às igrejas de Nossa Senhora da Conceição, matriz, e a Santa Casa de Misericórdia. Outro aspecto que chama a atenção no desenho é a pontuação das poucas construções locais, dentro e fora da vila, prováveis casas de colonos, particulares ou prédios administrativos.

Continuando a análise do desenho, este se torna de grande importância para o entendimento da militarização da vila, o local por sua própria localização topográfica, se constituía de forma acastelada, remontando a cidades medievais. As muralhas identificadas em diversas imagens da época são visualizadas nesta imagem e limitam a área plana e habitada da vila das sinuosas encostas da colina. Esses muros encerram em seu interior a administração e principais residências da vila e devem ter sido construídos no momento em que foi constatada a ameaça de uma invasão pelos Países Baixos ao norte da América portuguesa. Na vila de Nossa Senhora da Conceição, após ter sido construída a paliçada, somente se adentraria através de portões também protegidos e fortificados, que podem ser visualizados na imagem em questão nas extremidades norte e sul da vila. Pela sua riqueza de detalhes militares, este mapa se constitui em uma das mais importantes iconografias em que se é representada a vila de Conceição na época.

Pereira da Costa ao analisar a vila de Nossa Senhora da Conceição de Itamaracá do século XVII escreve que

A vila de Conceição, capital da capitania de Itamaracá, era próspera, e de uma certa vida ativa e econômica. Constava de mais de cem prédios, tinha duas igrejas, a matriz sob a invocação de N. S. da Conceição e de N. S. do Rosário, dos homens pretos, com a sua

competente confraria, o Hospital da Santa Casa de Misericórdia com a sua respectiva capela, e as casas de residência do Capitão-Mor governador, da câmara e cadeia da alfândega e da provedoria da fazenda real com a do seu competente almoxarifado. (COSTA, 1952, p.542)

A descrição de Pereira da Costa atesta a relevância da vila de Conceição enquanto sede de uma Capitania autônoma. Como tal, esta deveria ser provida com principais unidades de governança e religiosas locais, tais como: Casa do Capitão-Mor, Casa de Câmara e Cadeia, Provedoria da Fazenda, entre outros. Mesmo que a partir de fins do século XVII, a Vila de Goiana tenha, aos poucos, tomada para si a administração da capitania.

Sobre as unidades religiosas no local destacamos a igreja de Nossa Senhora da Conceição, no



Figura 5—Vestígios de construção, provavelmente pertencentes a Casa de Câmara e Cadeia identificados na atual Vila Velha. Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Foto: Josué Lopes

ponto de confluência da malha urbana da Vila, que regeu as atividades religiosas na Capitania de Itamaracá por um longo período, como igreja matriz (SOARES, 2009). Sua fundação tem data incerta, sendo a bandeira religiosa ponto nodal no processo de ocupação e exploração do espaço brasileiro, então, o mais provável é que a Igreja tenha iniciado suas atividades já no momento de fundação da própria vila na década de 1530.

Na sua obra *História do Brasil*, Frei Vicente do Salvador já apresenta notícias sobre a situação do poder eclesiástico na Ilha de Itamaracá do início do século XVII. Segundo as constatações do frei, existia uma Santa Casa de Misericórdia na vila de Conceição exercendo suas atividades plenamente. Segundo ele, a Vila tinha “uma igreja matriz do mesmo título e outra da Santa Misericórdia.” (SALVADOR, 2009, p.94). A igreja da Misericórdia estaria localizada em área mais afastada da praça central e da igreja matriz, sendo que ainda dentro dos limites da local, de acordo com os resultados de pesquisas arqueológicas realizadas na vila em 1985. (BARTHEL, 2007).

Diogo de Campos Moreno, na ocasião da elaboração de relatório à Coroa portuguesa sobre o estado das Capitânicas no Brasil, em 1612, também descreve a situação em que se encontrava o poder eclesiástico na vila de Nossa Senhora da Conceição. Conforme o que ele dissera, na época de sua visita à vila, já estavam funcionando a matriz de Nossa Senhora da Conceição e a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. (MORENO, 1984).

O espaço da Ilha de Itamaracá foi invadido e ocupado pelos holandeses a partir de 1631, sendo efetivada a conquista do local em 1633. Após várias investidas das armadas inimigas à vila de Nossa Senhora da Conceição, pequena fortaleza, não resistiu à ação do coronel holandês Sigimund Schopij, então, dá-se início ao período de ocupação holandesa na Ilha. (SOARES, 2009).

Ao que parece, a Ilha de Itamaracá gozava de grande prestígio por parte do alto comando holandês. Por certo tempo, no início da administração de Maurício de Nassau, cogitou-se inclusive a transferência da sede administrativa do governo para a vila de Nossa Senhora da Conceição. Gaspar Barlaeus escreveu a *História dos Feitos recentemente praticados*

durante oito anos no Brasil durante a administração de Maurício de Nassau, na sua obra, lê-se sobre Itamaracá:

(...) era a ilha de Itamaracá grandemente louvada e recomendada na Holanda entre os próceres do império batavo-brasileiro. Já se falava com insistência em transferir para ela a sede do governo. Significaram-lhes, porém, as desvantagens e a inutilidade daquela mudança. (BARLAEUS, 1980, p. 54)

Barlaeus segue o documento explicando que a Ilha de Itamaracá, apesar de gozar deste prestígio com os holandeses, tinha uma estrutura urbana que não apresentava condições de sediar o governo da WIC (Companhia das Índias ocidentais), pois o porto já não apresentava condições propícias para suportar o elevado fluxo de embarcações, além da questão defensiva, também defasada em Itamaracá se comparado ao Recife. Esta foi a conclusão a que chegou a comitiva organizada por Nassau para avaliar a possibilidade da mudança. Diante das argumentações, foi mantida a sede do governo no Recife que apresentava inclusive, características topográficas mais condizentes com a realidade nos Países Baixos.

A Ilha de Itamaracá, enquanto sede de uma capitania autônoma, era provida das principais instituições que garantiam a governança no local, prédios administrativos, religiosos e militares constituíam-se nas macroestruturas administrativas que eram subsidiadas pela atividade portuária na região, mais relevante ainda já que o local é uma ilha.

Vale ressaltar que nossa abordagem em relação ao tema esteve articulada a uma perspectiva multidisciplinar. Para construir nossos argumentos, além da história, lançamos mão da geografia e da arqueologia principalmente. Buscamos compreender aquele espaço dentro de uma perspectiva geográfica bem definida, onde o meio físico determinou as principais escolhas relacionadas às atividades

portuárias, a construção e desenvolvimento de centros urbanos e a localização das fortalezas. Neste sentido, a arqueologia nos forneceu subsídios que contribuíram sobremaneira a construção da nossa narrativa, observamos, a partir da análise dos dados, que o espaço urbano se desenvolveu dentro das perspectivas de

ocupação visando a defesa, modelo este transportado pelos colonizadores que ali se instalaram e que necessitavam construir um lugar para controle de entrada e saída de mercadorias e principalmente resguardar o espaço de prováveis invasores nestas novas terras.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia do Forte Orange. *Revista da Cultura*. Rio de Janeiro, n. 15, ano IX, 2009, p 37-47.

_____. O processo interétnico em uma feitoria quinhentista no Brasil. *Revista de Arqueologia*. São Paulo, Vol. 7, 1993, p. 99-123.

_____; LUCENA, Veleda; WALMSLEY, Doris. *Fortes de Pernambuco*. Imagens do passado e do presente. Recife: Graftorres, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Itamaracá, uma capitania frustrada*. Recife: CEHM, 1999.

BARBALHO, Luciana de Carvalho. *Capitania de Itamaracá - Poder local e conflito: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685 – 1742)*. Paraíba, Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2009.

BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Fundação de cultura da cidade do Recife, 1980. [1647]

BARTHEL, Stela. *Arqueologia de uma fortificação: o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz, em Itamaracá, Pernambuco*. Recife, Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

COSTA, Carlos Alberto Santos. *A Influência do Colégio dos Jesuítas na configuração da malha urbana de Salvador-BA (1549-1760)*. Recife, Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1952. Vols. 1 e 2. (Versão digital – CD ROM).

GANDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província de Santa Cruz*. São Paulo: Editora Hedra, 2008.

GONÇALVES, Regina Célia. Guerra e açúcar: a formação da elite política na Capitania da Paraíba (séculos XVI e XVII). In: OLIVEIRA, Carla Mary; MEDEIROS, Ricardo Pinto (orgs.). *Novos Olhares sobre as Capitânicas do Norte do Estado do Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NASCIMENTO, Ana; LOPES, Josué. A Ilha de Itamaracá e a organização da defesa no período colonial (Séculos XVI e XVII). Contribuição para a história do litoral norte de Pernambuco, Brasil. *Cadernos do Lepaarq*.v. XI, n. 21, 2014, p. 221-246.

- LOPES, Josué. *Organização portuária da Ilha de Itamaracá entre os anos de 1530 e 1630: Articulações inter-regionais e internacionais*. Recife, Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2013.
- MEDEIROS, Guilherme de Souza. *Arte da Navegação e Conquista Européia do Nordeste do Brasil* (capitanias de Pernambuco e Itamaracá nos Séculos XVI e XVII). Recife, Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2001.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2001.
- MELO, Taciana Santiago. *Registros coloniais inscritos nos mapas da antiga Vila de Igarassu, Pernambuco*. In. I Simpósio brasileiro de cartografia histórica. Anais. Paraty: 2011, p. 1-16.
- MORENO, Diogo de Campos. Relação das praças fortes do Brasil. *Revista do Instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano*. v. LVII, 1984, p 185-247. [1609]
- NASCIMENTO, Ana. LUNA, Suely. LOPES, Josué. Na rota das navegações: análise do transporte marítimo na ilha de Itamaracá nos séculos XVI e XVII. *Clio – Série arqueológica*. v. 25, n.2, 2010, p 1-17.
- NEVES, André Lemoine. *A Transferência da cidade portuguesa para o Brasil – 1532-1640*. Recife, Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Pernambuco, 2009.
- NEVES, André Lemoine. Vila (velha) de Nossa Senhora da Conceição de Itamaracá: História e morfologia urbana. in: I Encontro Nordestino de História Colonial. 2006, *Anais*. João Pessoa, p. 1-15.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002. CD-ROM.
- SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil (1500 - 1627)*. Curitiba: JUARÁ, 2009.
- SOARES, André Luis Gomes. *Diagnóstico dos impactos antrópicos em Vila Velha: Proposta para sua preservação e conservação*. Recife, (Dissertação – Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2009.
- TEIXEIRA, Manuel. A História urbana em Portugal: desenvolvimentos recentes. *Revista Urbanismo 1 de origem portuguesa*. v.1, 1999, p. 1-17).

Submissão: 30/05/2015

Aceite: 26/10/2015

Fragmentos Eloquentes *

Speaking Fragments

Martha Helena Loeblein Becker Morales **
mhlbecker@gmail.com

Resumo: Qual o valor de um fragmento sem contexto? Partindo deste questionamento, proponho a reflexão acerca das louças do acervo arqueológico do Museu Paranaense, argumento inserido na observação das relações entre arqueologia e história construída dentro desta instituição em âmbitos diversos – publicações, estudo do acervo e exposição. Como recorte, este trabalho visa considerar a potencialidade do estudo do material categorizado como louça arqueológica diante da separação a que é submetida em relação a peças das coleções associadas ao setor de História. Estabelecidas as fronteiras, a restrição na produção de conhecimento inflige a dúvida: o silêncio dos fragmentos é um dado factual ou sintoma de conservadorismo? Afinal, muito se disse sobre a incapacidade de *falar* das fontes – fala, sim, o pesquisador. O silêncio da problematização da louça arqueológica do MP tem sua procedência na mudez que lhe foi imposta pelo tratamento marginal. Enfim, o objetivo aqui é colocar em debate as atitudes cerceadoras que impomos aos nossos objetos de estudo, muitas vezes causadas pela resistência em olhar além de metodologias naturalizadas de tratamento das evidências. Não pretendo oferecer a fórmula ideal para interpelar registros do passado, mas plantar a inquietação necessária para enriquecer o universo de possibilidades interpretativas de resquícios insignificantes que transbordam de significado.

Palavras-chave: louça, fragmento, acervo

Abstract: *What's the value of a fragment without a context? From that question I propose to consider the pottery collection from the Paranaense Museum, from a perspective regarding the relationship between archaeology and history built by this institution in different realms – publications, collection studies and exhibits. As an extract, this paper aims the particular potential behind the study of the artifacts categorized as 'archaeological pottery' given its separation from the objects associated with the History department. Once the frontiers are set, the restriction on the production of knowledge leaves the doubt: is the silence of the fragments a given fact or a symptom of conservatism? After all, a lot has been said about the inability of sources to speak – it is the researcher whom really does the speaking. The silence behind the questioning of the archaeological pottery from PM has its origin in the muteness set by the marginal treatment it has received. Ultimately, the goal of this paper is to start debating the restrictive attitudes which we impose to our objects of study, caused many times by our resistance to look beyond naturalized methodologies of processing evidence. I do not wish to establish an ideal formula for dealing with the remains of the past, but to encourage the much needed unrest to enrich the universe of possible interpretations of those meaningless vestiges which overflow with meaning.*

Keywords: *pottery, fragment, collection*

* As ideias presentes neste artigo foram inicialmente apresentadas em formato de comunicação oral na VI Semana de Antropologia: Desafios da Alteridade, da Universidade Federal do Paraná, em novembro de 2014.

** Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. Têm experiência em estudos de cultura material, principalmente pelo viés arqueohistórico, e no tratamento musealizado do patrimônio tangível.

Introdução

Este artigo compõe a tese de doutorado *Fragmentos de história: passados possíveis no discurso da arqueologia histórica*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná em abril de 2014. A problemática central do referido trabalho é o questionamento de qual passado histórico e arqueológico é construído pelo Museu Paranaense (doravante, MP) em dois âmbitos – o das publicações dirigidas a um público especializado e o das exposições vivenciado pelo público em geral. Em suma, quais os resultados, consequências e possibilidades operacionalizados nessa construção? O texto que segue, no entanto, é um recorte específico originado da reflexão acerca do tratamento despendido para com as coleções de cerâmica branca, a *louça*, desde o momento de sua incorporação à instituição.

Tratado como um breve estudo de caso, as coleções foram mapeadas e diagnosticadas, para então serem submetidas a um trabalho analítico. É esta etapa final que apresento no momento, com questões que circundam o problema do *contexto*, um conceito arqueológico primordial; os procedimentos reticentes e subentendidos que determinam a composição do acervo arqueológico histórico; a relação com o *lixo* como algo a ser patrimonializado; o elemento nacional apagado nas análises que priorizam o estrangeiro; e, finalmente, a dicotomia *louça arqueológica/ louça histórica* que se firmou no MP.

Uma breve ‘biografia’ das coleções: mapeamento e diagnóstico

O Museu Paranaense tem hoje um acervo com cerca de 400 mil itens, divididos em coleções que, embora se encontrem todas sob a guarda do setor de museologia, são seccionadas em conformidade com os atuais setores técnicos – antropologia, arqueologia e história.

Há uma diversidade muito grande de categorias materiais presentes nestas coleções, produto de doações espontâneas, compra de acervos particulares, exposições e coletas científicas, por exemplo. Apesar de ter passado por reformulações e divisões ao longo de seus mais de 130 anos o MP ainda conta com objetos e documentos incorporados na época de sua fundação, além de um volume expressivo de coleções que receberam pouca (ou nenhuma) análise aprofundada.

Procedendo ao mapeamento físico do material em questão, um caráter hierarquizante esclarecedor colocou os fragmentos de louça arqueológica em relação polarizada com as peças de louça do acervo de história. No *Pavilhão de História do Paraná*, circuito de longa duração com dois andares, as 21 peças de louça expostas compunham um grupo de cunho comemorativo, associado ao status político e social mais alto, à celebração de conquistas militares e ao rito religioso hegemônico. Valorizadas por seu cunho estético ou pela associação direta a alguns nomes da história oficial paranaense e nacional, todas fazem parte do acervo do setor de história, não havendo sequer uma louça ‘arqueológica’ presente no mesmo espaço expositivo. É importante pontuar, portanto, que todas as coleções de louça do acervo arqueológico mapeadas estavam, sem exceção, acondicionadas na reserva técnica.

Foram identificadas 32 coleções com louça no acervo arqueológico do MP, totalizando 1848 fragmentos numerados individualmente, incorporados ao museu entre os anos de 1957 e 2012. Há uma alta concentração deste material a partir dos anos 2000, uma vez que a ação coletora dos trabalhos arqueológicos foi afetada pela intenção de aprofundar a análise de períodos históricos mais recentes. O mapeamento na reserva técnica demonstrou que nem todas haviam passado pelos devidos procedimentos laboratoriais e, em outros casos, seria necessário repetir as etapas de higienização, para

eliminar contaminações, e de numeração, devido ao desgaste ocasionado pela ação do tempo. Quantificadas as coleções e suas particularidades, alguns questionamentos foram desenvolvidos com base na potencialidade que esta cultura material apresenta para a reflexão sobre acervos arqueológicos em museus.

Problematizações e potenciais: a eloquência dos fragmentos

Um fragmento sem contexto tem seu valor de análise reduzido? Por acaso a ausência de proveniência limita as observações aos traços técnicos de produção do objeto? Estes questionamentos foram os primeiros a surgir quando se avolumaram as coleções mapeadas originadas de prospecções, classificadas pelos relatórios como material estranho ao sítio de fato, como intrusão superficial posterior às ocupações de real interesse de estudo. Perguntei-me, enfim, se o *silêncio* da louça dita arqueológica, sem dados estratigráficos conclusivos, impossibilitaria a execução de uma tese que procurava entender o potencial desta cultura material em construir discursos históricos e arqueológicos no Museu Paranaense.

A noção mais comum de contexto, ou seja, o local em que determinado artefato ou fragmento foi encontrado, registrado e coletado, define boa parte das interpretações posteriores acerca das coleções arqueológicas, informando o conjunto material no qual se inseriria, a profundidade e associação a camadas orgânicas de ocupação humana, o posicionamento geográfico no sítio determinante de seu uso, descarte e remoção do convívio diário. Entretanto, antes do trabalho de escavação ou de abertura de poços-teste, o qual fornece este tipo de dado, a prospecção realizada em superfície opera uma coleta que, muitas vezes, lida com fragmentos

removidos de seu contexto de enterramento original, seja pela chuva, pela ação antrópica, por qualquer outro impacto no subsolo, ou ainda, com objetos de descarte bastante recente. Portanto, repito, o silêncio estratigráfico seria um impedimento?

Na tentativa de contornar a situação, o primeiro passo foi a busca por problemáticas semelhantes na bibliografia de outros pesquisadores, com um resultado muito satisfatório. Weismantel (2011), analisando cerâmicas Moche de formas sexuais cujos dados contextuais foram apagados por anos de conquista e dominação colonial, concluiu que o silêncio contemporâneo destes objetos é imposto por nós mesmos, que nos fazemos surdos à diferença, aos elementos que não conseguimos encaixar em nossos quadros classificatórios. O objeto de estudo da autora era muito diferente das louças do MP, principalmente em termos produtivos e cronológicos, no entanto, sua postura foi suficiente para inspirar o esforço em olhar além do tipo de análise técnica e socioeconômica a que esta cultura material vem sendo submetida desde que passou a ser considerada de interesse arqueológico. A partir da leitura de seu trabalho e de outros¹, retirei o foco do que *não* seria possível fazer para refletir sobre *outras* possibilidades, permitidas dentro da especificidade da amostra. Dessa forma, passei a encarar esta análise como um estudo do **terceiro contexto** da louça, do momento em que os muitos fragmentos, pequenos e com poucos dados estratigráficos, são categorizados como ‘coleção de museu’ e entram na dinâmica institucional que ditará sua reconfiguração e reinserção, ou não, no cotidiano das pessoas.

Considerarei o contexto primário da louça como sua produção, venda e consumo (MAJEWSKI; SCHIFFER, 2009), incluindo aí todos os usos a que seus con-

¹ Neste sentido, cito principalmente os estudos de cultura material pelo viés do gênero, como o de Whelan (1991), e os de reciclagem e reaproveitamento das peças de louça após sua quebra, como o de Etchevarne (2003).

sumidores podem tê-la submetido até o momento de seu descarte, por fatores como a quebra, por exemplo. A partir da sua retirada do circuito da utilidade, seja funcional ou simbólica, e sua deposição em local de refugio, determino a potencialidade de esta condição vir a se tornar o segundo contexto, o arqueológico, por meio do estudo sistemático e caracterização de sítios conforme parâmetros tidos como acadêmicos – culminando, assim, no terceiro contexto, o de guarda institucional, já elevados os fragmentos a patrimônio material a ser protegido. Admito que a configuração destes três momentos contextuais não contempla a totalidade de situações possíveis para a cultura material, com cenários em que o consumidor a requalifica como herança familiar e a preserva até o momento em que o sentido privado pode tornar-se público ao ser doado a um museu e exposto como símbolo de uma época ou de um personagem, suprimindo o estágio de descarte e recuperação arqueológica. Contudo, sem a pretensão de esgotar as possibilidades, este arranjo tríplice é adequado ao caso das coleções de louça do acervo de arqueologia do MP, no qual mesmo a coleção 6.2010, fruto de doação, foi retirada de um contexto de descarte, em condição fragmentada, por indivíduos que apreciaram seu valor arqueológico.

Neste ‘terceiro contexto’, a categorização dos fragmentos em termos técnicos, de pasta e decoração, foi importante para a produção de um inventário das coleções, um banco de dados básico necessário para que a instituição conheça o material do qual dispõe para construir as narrativas expositivas, mas, também, para que estabeleça normativas de conservação que garantam a preservação do acervo. Da mesma forma, mapear as informações disponíveis sobre estas coleções, tanto no que diz respeito às relações e fichas arquivadas pela instituição quanto aos relatórios de pesquisa que informam sua proveniência, expõe as circunstâncias em que este material foi recolhido e o grau de valorização que

recebeu durante e após sua coleta. Sua localização física na estrutura do prédio do MP é de igual importância, pois a reserva técnica pode representar um novo enteramento, tão ou mais definitivo quanto o momento de seu descarte. E, se as caixas do subsolo ‘apagam’ os fragmentos, enfatizando seu silêncio, por que preservá-los? Aliás, por que coletá-los?

É interessante questionar este momento a partir do qual os objetos familiares ao pesquisador figuram entre a cultura material de interesse arqueológico, apesar de serem elementos que não causam estranheza e cuja interpretação poderia parecer óbvia – um domínio da arqueologia histórica e de seu desdobramento mais recente, a ‘arqueologia do passado contemporâneo’, fazendo com que a louça apareça ao final da década de 1950 como um item do acervo arqueológico do MP. Ao me perguntar por que a equipe coordenada pelo casal Emperaire teria coletado 26 fragmentos de louça branca em 1957, incorrendo em sua preservação perpétua pela instituição de guarda que os receberia, a princípio, inferi uma mudança no pensamento dos arqueólogos, diante do que significa cultura material, bem como do estudo de uma ocupação humana, vislumbrando os vários grupos que passam por um mesmo espaço e o interpretam e utilizam de diferentes formas. Assim, coletar o familiar, coletar a si mesmo, poderia indicar que a arqueologia se via enfim disposta a olhar para si, a se colocar em relação com o outro, de maneira quase empática.

Porém, no que se refere ao contexto do museu, onde a preservação dos 26 fragmentos da Ilha do Corisco se daria desde então, o peso do que é coletado, do motivo da coleta, é um aspecto de consequências incontornáveis, uma vez que o descarte de acervo é um forte tabu. O processo de tombamento da cultura material e imaterial, a transformação criteriosa em patrimônio, é um tema bastante debatido nas ciências humanas, por outro lado, o inverso, o destombamento de bens móveis

e imóveis é um assunto delicado que, vez ou outra, emerge em discussões acaloradas nos congressos. A situação configura um verdadeiro problema, pois, como afirma Bell,

não dispondo de diretrizes sob os métodos de como desprezar partes de uma coleção, seja por parte de sua própria disciplina de parte dos órgãos federais, a maioria dos arqueólogos e dos depositários vem criando abordagens cada vez mais conservadoras, retendo virtualmente todo o material recuperado em campo. Paralelamente ocorre uma mudança de rumo na comunidade dos museus, de um modo geral, com referência ao conceito de guarda das coleções enquanto bem público, ao invés da noção de real propriedade das coleções (BELL, 1993, p. 33-34).

Sendo assim, a necessidade de salvaguarda perpétua do material coletado em campo e inserido no livro tomo do museu gera um impasse de ordem espacial, pois chegará o momento em que, literalmente, não haverá espaço para aquisição de novos acervos. O problema está na dificuldade em estabelecer um diálogo a este respeito, dada a conotação de crime contra o passado associada ao descarte – uma postura que ignora, portanto, o quanto o passado não existe como um ente a ser apreendido e omite as atitudes inerentes a instituições que possuem limitações físicas, financeiras e temáticas.

Eis um paradoxo curioso: o trabalho de campo arqueológico é iniciado por pesquisa bibliográfica que depois orienta o olhar na busca por traços materiais em situação de afloramento, por meio de prospecção e coleta superficial, culminando, nem sempre, na escavação sistemática de um determinado número de sítios localizados em região de impacto direto, sob ameaça de per-

da irreparável de conhecimento sobre o passado. Há algum tempo, arqueólogos reconhecem que esta conduta profissional acarreta em resultados definidos pela relação triangular entre tempo de execução X recursos humanos X recursos financeiros, conduzindo à obtenção de um conjunto de amostragens acerca da ocupação investigada, mas dificilmente total e completa. Permite-se, dessa forma, que o pesquisador registre a presença de materiais, mas não os colete, devido a sua frequência, ao seu tamanho e peso, ou a sua relevância para a problemática de pesquisa. Esta postura não é incomum na atualidade, exposta tanto em relatórios e artigos, como em conferências e salas de aula. Todavia, quando está em pauta o abarrotamento de acervos sob a guarda de museus, o debate esbarra na posição conservadora de que, uma vez coletados e incluídos no arquivo, jamais podem ser dali retirados.

Preciso esclarecer que não estou argumentando a favor do descarte de acervos como no caso da Biblioteca Pública Pelotense que, há cerca de dois anos, ocasionou uma moção de repúdio redigida pela Associação Nacional de História (ANPUH), denunciando a entrega de grande volume de documentos oficiais e periódicos para reciclagem de papéis.² O que procuro expor neste momento é a necessidade crucial de abordar o problema de frente, pôr em discussão a criação de comissões multidisciplinares que se dediquem a amadurecer os procedimentos de aquisição de acervo e, quando necessário, tomar as decisões de repasse a outras instituições cujo enfoque possibilite um melhor aproveitamento de determinados conjuntos materiais.

Não há dúvidas de que, caso os fragmentos de louça arqueológica tivessem sido preteridos na coleta, descartados pelo museu ou entregues a outra instituição, este trabalho não teria sido feito, mas a sua locali-

² A moção circulou por correio eletrônico, entre os sócios da seção do Rio Grande do Sul, e pode ser consultada em: <<http://acervosrs.blogspot.com.br/2011/06/mocao-de-protesto-contr-o-descarte-da.html>>.

zação quase permanente na reserva técnica, seja por falta de inserção na narrativa expográfica ou por ausência de interesse em seu estudo, persistiu como foco de inquietação durante toda minha análise. Ao me perguntar o que poderia explicar a presença destes fragmentos e o gasto de recursos públicos em sua conservação, as diversas pesquisas dedicadas à louça de contextos arqueológicos pareceram uma justificativa simples e direta, como uma classe material frequente e durável, um marcador cronológico eficiente, um depoimento da industrialização. Contudo, isto basta? E os muitos fragmentos indefinidos, sem decoração nem indicação de qual recipiente um dia compuseram? Seu volume é justificável?

Na busca por uma solução, o artigo de De Blasis e Morales (1997) apontou para um caminho interessante, a função educativa. Deparados com parte de uma coleção de artefatos líticos sem qualquer contexto arqueológico, propuseram que fossem utilizados em situações didáticas de monitorias de exposições ou em sala de aula, permitindo o manuseio da cultura material – outro tabu difícil de romper em instituições museais. No caso dos muitos fragmentos repetidos de louça do MP, a proposta dos autores é uma alternativa muito interessante, construindo uma ponte entre os setores técnicos de pesquisa e conservação e a equipe de ação educativa, por meio de projetos de trabalho visando públicos específicos. O manuseio da louça favorece, também, a transmissão de técnicas de análise para novos membros da equipe ou pesquisadores externos, pois o tato, como a visão, é um aliado na identificação das muitas variedades de pasta e de algumas técnicas decorativas sobre o esmalte. Vencido o empecilho do manuseio do patrimônio por mãos pouco especializadas, outras possibilidades podem ser exploradas, como a análise

se em laboratório de mineralogia, que auxilia na determinação mais exata da composição físico-química das pastas, mas necessita de uma amostra passível de se submeter a técnicas destrutivas.

Todas estas propostas exigem uma flexibilização no tratamento reservado aos bens patrimoniais. A noção de congelamento do passado é proporcionada por técnicas de restauro e conservação modernas, mas que não saltam aos olhos leigos, agindo de maneira quase invisível. No entanto, a extração do passado e seus fragmentos do cotidiano e sua elevação a algo que deve ser admirado, mas não tocado (e sentido), impõe um distanciamento que nem sempre é interessante para o aproveitamento do potencial simbólico daquele passado. Portanto, permitir o toque em um museu, rompendo o limite da vitrine e das balizas, pode trazer novas visões sobre aquele patrimônio e estabelecer novas relações entre o visitante e a instituição. É uma forma diferente de olhar para o passado construído pelo museu, de entendê-lo e questioná-lo.

É uma forma, também, de fazer o visitante ou o estudante compreender e participar do processo de patrimonialização em si, pois, no caso da louça do acervo arqueológico, trata-se de *lixo* ressignificado por autoridades científicas. Lowenthal (1985, p. 363) lembra que “cada geração dispõe seu próprio legado, escolhendo o que descartar, ignorar, tolerar ou valorizar, e como tratar o que é mantido”³, um processo cada vez mais regido por um grupo de especialistas que pode não priorizar a consulta aos possuidores do legado, ensinando-os o que lembrar e o que esquecer, o que preservar e o que destruir. Quando se trata de justificar a preservação de um material tão familiar e cotidiano quanto a louça, algo que as pessoas de hoje utilizam e substituem com extrema facilidade, apresentado aos cacos, imperfeito e

³ No original, “every generation disposes its own legacy, choosing what to discard, ignore, tolerate, or treasure, and how to treat what is kept”.

incompleto, não basta chamá-lo de arqueológico. É necessário que o ouvinte seja exposto a um raciocínio semelhante àquele que levou os pesquisadores a olharem para estes cacos na segunda metade do século XX, refletindo sobre a importância de estudar a própria relação com a cultura material, inclusive a relação com a materialidade que não se quer mais por perto.⁴ Por outro lado, incutir no público este questionamento poderia levá-lo a refletir sobre a transfiguração do que não se quis em algo outra vez desejável, sobre o crescimento da patrimonialização do lixo, numa reciclagem constante de significados em uma sociedade marcada pela obsolescência material.

São questionamentos como este que reforçam a importância da incorporação destes fragmentos no discurso expositivo e na proposta educativa do MP. Etiquetas em vitrines poderão informar que se trata de faiança fina decorada pela técnica do *transfer printing*, em tom azul cobalto, com cena chinesa e borda geométrica, com data de fabricação aproximada entre 1780 e 1850 na Inglaterra, em fragmento proveniente de escavação arqueológica no Centro Juvenil de Artes Plásticas, mas é possível fazer mais do que apenas descrevê-lo. Por isso, procurei pensar na narrativa do fragmento como um componente da dinâmica cotidiana do museu, como algo que entra de determinada forma no acervo e é tratado de acordo com uma série de recomendações legitimadas por instituições maiores, mais antigas, com mais recursos, mais profissionais e mais fama. Considerei-o parte da estratigrafia do museu, acondicionado na camada mais inferior, protegido de tudo e de todos, sobretudo, do toque e do olhar. Neste contexto de silêncio, de tabus, promover indagações constantes é a forma mais prolífica de valorizá-los, questionar por que foram

descartados, coletados, preservados, apagados, patrimonializados. Questionar, enfim, o que têm a oferecer que outros acervos não têm.

Neste sentido, o que mais se destaca nas coleções de louça do acervo do MP é a presença maciça de louça brasileira, fabricada ao longo do século XX e, muitas vezes, ignorada pela arqueologia histórica urbana preocupada com o período oitocentista, se não confundida com material estrangeiro. Souza identifica este problema metodológico com precisão ao afirmar que

a existência de louças brasileiras em meio às estrangeiras transporta a cronologia da ocupação para datas mais recentes, o que não ocorre se a louça brasileira não for identificada. Sem essa identificação não apenas a cronologia será recuada em muito no tempo, como também estarão comprometidas todas as interpretações em torno das discussões sobre o status socioeconômico dos consumidores daqueles produtos, uma vez que a faiança fina brasileira era um produto mais barato que ganhou os mercados, desbancando a louça estrangeira, no começo do século passado (SOUZA, 2012a, p. 1143).

Assim, a análise visual dos fragmentos pode levar à classificação de louça nacional da década de 1950 como porcelanas de meados do século XIX, ou mesmo *ironstone* ainda mais antiga. O erro provém tanto do desconhecimento de pesquisadores, cujo olhar foi treinado para reconhecer peças de produção estrangeira, quanto pelo impulso em atribuir antiguidade à ocupação do sítio. A coleção 72.2005 é um exemplo interessante deste caso, correspondente ao material obtido na escavação de camadas superiores do sítio e apresentando um volume de fragmentos de porcelana nacional que poderia ter induzido a erros substanciais. Por outro la-

⁴ Sobre a prática das lixeiras nos quintais das casas do século XIX e início do XX, Souza (2012b, p. 135-136) escreveu que “ela faz parte do ideal do lixo que não se quer mais ver, do enterramento dos restos para impedir a proliferação dos gases pestilentos e miasmas e, concomitante, de estratégias culturalmente orientadas para resolver a problemática, ainda bastante atual, da produção de resíduos no mundo urbano. Algum tempo depois, em torno dos anos 1950, o lixo que não se quer mais se ver passa a ser destinado aos aterros sanitários, prática do pós-guerra que ganhou popularidade ao ‘banir’ do convívio social os vestígios de nossas atividades”.

do, a grande vantagem das louças nacionais recentes é a presença frequente de selos de fabricante em suas bases, uma fonte valiosa de informações.

Não apenas o acervo de arqueologia, mas o do setor de história do MP tem presença abundante de peças de produção local, catarinense e paulista. O estudo em conjunto de ambos os acervos é um caminho de análise com potencial interessante, mas exige primeiro que o inventário das peças de história seja realizado com parâmetros similares. Classificadas em termos formais e funcionais, agrupadas em baixelas ou como coleções de personagens históricos, as peças daquele acervo são, com frequência, chamadas de porcelana, como na exposição temporária *Porcelana utilitária: a beleza sempre presente*, realizada em 2011 pelo MP. Havia na sala etiqueta sobre ‘faiança’, ‘faiança portuguesa’ e ‘pó de pedra’, mas era a ‘porcelana’ o centro da proposta – mesmo que nem todas as peças assim identificadas o fossem. A questão é que há certa conotação de refinamento e luxo associada ao termo, como explica Kistmann:

porcelana, no Brasil, é uma designação utilizada genericamente de forma bastante imprecisa para peças produzidas em cerâmica branca. Popularmente, porcelana é a louça fina, que apresenta características formais que nos remetem à porcelana do século XVIII e XIX. Muitas das peças que popularmente são chamadas de porcelana, na verdade são variações da porcelana, grês ou faianças (KISTMANN, 2001, p. 131).

Sendo assim, o setor de história adota, ainda que de maneira inconsciente, uma determinada postura ao tratar as cerâmicas brancas de seu acervo, a princípio, como ‘porcelana’. Para contrapor as coleções, seria necessário uniformizar as nomenclaturas a fim de construir um quadro classificatório que permita o cruzamento de informações, porém, é viável refletir sobre suas relações em outros sentidos.

Por ora, vou me ater à dicotomia *louça histórica X louça arqueológica*, como separação didática que se instaurou no MP sem grande discernimento crítico. Em suma, no cotidiano do museu, denomina-se **louça histórica** aquela peça de cerâmica branca inteira, ou quase completa por restauração, adquirida por meio de doação ou compra de acervo, mantida entre os objetos tridimensionais do setor de história. Há peças estrangeiras e nacionais neste acervo, em geral apresentando pelo menos outra peça em conjunto, quando não singularizada por apresentar um brasão, uma cena histórica ou um aspecto visual comemorativo.

No outro extremo, as coleções em foco nesta análise conformam a **louça arqueológica** do MP, provenientes de trabalhos de campo da arqueologia e de doação, com uma característica invariável – encontram-se todas em estado fragmentado. Em termos de contexto, a situação de produção, venda e consumo tanto das peças ‘históricas’ quanto das ‘arqueológicas’ não deve ter sido muito diferente, tendo em vista que vários fragmentos podem ser comparados às peças inteiras do acervo. O que as torna divergentes é a sequência da trajetória, tendo os pratos comemorativos, por exemplo, passado de geração a geração, recebendo cuidados e pequenos consertos conforme a necessidade, enquanto os pratos de uso diário nas refeições sofreram desgaste ou quebras acidentais, sendo tão logo descartados e substituídos. Tanto o prato comemorativo quanto o de uso diário chegaram ao museu e, embora pudessem vir da mesma casa ou do mesmo bairro, agora ocupam lugares diferentes ancorados em seus significados distantes. O sentido de posteridade na produção do primeiro definiu sua longevidade, preservado desde antes de compor um acervo público; a funcionalidade cotidiana do outro o fez *lixo* antes de torná-lo *patrimônio*, favorecido pela ressignificação do conceito de cultura material.

Em última instância, ambos são cultura material. Qualquer um dos dois pode ser objeto de estudo de um historiador ou de um arqueólogo. Na estrutura do MP, entretanto, a adjetivação ‘histórica’ e a ‘arqueológica’ impõe uma barreira que não os permite dialogar, que não os considera um produto material semelhante cujos sentidos simbólicos atribuídos determinaram usos e desusos que afetam, hoje, seu posicionamento no tratamento e na linguagem museológica. O mapeamento dos fragmentos relegados ao subsolo em oposição a suas contrapartes históricas expostas é uma característica marcante da separação disciplinar corrente no MP, mas a segmentação é também perceptível no circuito expositivo de longa duração – o âmbito de maior visibilidade pública da instituição.

Considerações finais

A louça atua como metáfora nesta discussão. Do ponto de vista da arqueologia, ela simboliza o momento em que o pesquisador olhou para o próprio passado, pensou sua própria relação com o mundo material. No MP, a louça do acervo de arqueologia surge como uma flexibilização da noção de cultura material arqueológica, um ponto de quebra com o tipo de artefato normalmente exposto ao público como fruto de escavação. Porém, esta flexibilização encontra um impasse na permanência de uma hierarquização entre a louça *histórica*, inteira e associada a grandes nomes, e a louça *arqueológica*, fragmentada e anônima.

O lugar dos fragmentos, na reserva técnica e nas exposições de curta duração, os coloca fora da narrativa principal do circuito permanente. É o *lixo* que fora patrimonializado, novamente descartado. A visão de que não há nada a ser dito, a percepção de insignificância, reforça a necessidade de o museu dispor de um determinado tipo tradicional de artefato, com autenticidade e integridade garantidas. Mas nesse aspecto, repito: por que coletar? Ora, a inclusão destes fragmentos no acervo implica em sua guarda e conservação eternas. Parece cada vez mais claro que, talvez, os fragmentos não tenham nada a acrescentar a uma narrativa linear que encadeia as disciplinas de arqueologia, antropologia e história como sucessões no tempo, afinal, não há espaço ali para o que já foi desprezado. Por outro lado, os fragmentos têm algo a dizer, ou melhor, permitem que se diga algo diferente a seu respeito, como ganchos reflexivos que poderiam fazer parte de outro tipo de circuito expositivo.

Creio que os desdobramentos deste tipo de estudo da cultura material no último meio século, bem como a abertura dos acadêmicos e profissionais do ramo às implicações políticas de suas escolhas e decisões, evidenciam a transformação das formas de se construir o passado. Consequentemente, o processo construtivo está mais exposto e mais participativo, demonstrando que *guardar* e *olhar* não são atitudes neutras, ontem ou hoje.

Referências bibliográficas

- BELL, Jan. Gerenciamento e proteção de coleções arqueológicas. II workshop de métodos arqueológicos e gerenciamento de bens culturais. *Caderno de Debates*, 2, 1993, p. 231-240.
- DE BLASIS, Paulo; MORALES, Walter. O potencial dos acervos antigos: recuperando a coleção 030 do Museu Paulista. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 7, 1997, p. 111-131.
- ETCHEVARNE, Carlos. A reciclagem de faiança em Salvador. Contextos arqueológicos e tipos de reutilização. *Clio – Série Arqueológica*, 16, 2003, p. 103-118.
- KISTMANN, Virginia Borges. *A caracterização do design nacional em um mercado globalizado: uma abordagem com base na decoração da porcelana de mesa*. Florianópolis, Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.
- LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. New York: Cambridge University Press, 1985.
- MAJEWSKI, Teresita; SCHIFFER, Michael Brian. Beyond consumption: toward an archaeology of consumerism. In: MAJEWSKI, Teresita; GAIMSTER, David (eds.) *International handbook of historical archaeology*. New York: Springer, 2009, p. 191-207.
- MORALES, Martha Helena Loeblein Becker Morales. *Fragmentos de história: passados possíveis no discurso da arqueologia histórica*. Curitiba, Tese (Doutorado), Universidade Federal do Paraná, 2014.
- SOUZA, Rafael de Abreu e. A epidemia do branco e a assepsia das louças na São Paulo da Belle Époque. *História, ciências, saúde*, 19(4), 2012^a, p. 1139-1153.
- _____. Viver em Pinheiros, São Paulo (1850-1950): casa, quintal e refugio. *Revista de Arqueologia*, 25(1), 2012b, p. 126-143.
- WEISMANTTEL, Mary. Obstinate things. In: VOSS, Barbara; CASELLA, Eleanor (eds.) *The archaeology of colonialism: intimate encounters and sexual effects*. New York: Cambridge, 2011, p. 303-320.
- WHELAN, Mary K. Gender and historical archaeology: eastern Dakota patterns in the 19th century. In: SEIFERT, Donna J. (ed.) *Gender and historical archaeology*. *Historical Archaeology*, 25(4), 1991, p. 17-32.

Submissão: 20/04/2015

Aceite: 27/09/2015

“As Pedras na História”: O uso de fontes arqueológicas “pré-históricas” para a historiografia

“The Rocks in History”: the use of “prehistoric” archaeological sources for the historiography

Luiz Carlos Medeiros da Rocha*
luizcarlos_medeiros@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem objetivo discutir a utilização da cultura material enquanto fonte para a historiografia. Em específico, as fontes materiais trabalhadas são voltadas para a construção do conhecimento pré-histórico, onde, de modo geral, é uma tarefa atribuída aos arqueólogos e menosprezada pelos historiadores.

Palavras-chave: historiografia, fonte, material

Abstract: This article has objective to argue the use of the material culture while source for the historiography. In specific, the worked material sources are focused on the construction of the prehistoric knowledge, where, in general mode, it is a task attributed to the archaeologists and overlooked by the historians.

Keywords: historiography, source, material

*Doutorando em Arqueologia pelo Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atua em pesquisas voltadas à arqueologia pré-histórica: coleções arqueológicas; indústrias líticas polidas e lascadas; tecnologia lítica; cadeias operatórias; sítio a céu aberto e abrigos sob rocha, e arqueologia na região central do Rio Grande do Norte.

Discussão Inicial

É de conhecimento dos pesquisadores que entre os estudos historiográficos, a cultura material foi colocada à margem da escrita da História, ou, como afirma Burke (2005, p. 90), “atribuída menos atenção”, mesmo que o seu destaque tenha surgido juntamente com outras grandes contribuições exercidas pelos renovadores da “Nova História”, no final da década de 1920, a partir da chamada escola dos *Annales*.¹ Como exemplo destas contribuições, podem ser destacadas a ampliação das fontes e dos documentos, à pluridisciplinaridade e a mudança substancial na compreensão do tempo histórico.

Inicialmente renegada pelos historiadores econômicos², hoje grande parte da utilização da cultura material, se faz presente essencialmente nos estudos que destacam aspectos da habitação, alimentação, das técnicas e também do vestuário, ou seja, voltados para as relações do cotidiano, para uma História da Vida Privada.

Os historiadores da ciência agora se preocupam com os espaços nos laboratórios ou nos anfiteatros de anatomia, enquanto os historiadores do império estudam a distribuição do espaço nos quartéis e barracas. [...] os historiadores da música examinam o desenho das casas de ópera e de concerto; enquanto os historiadores da leitura prestam atenção à organização física das bibliotecas (BURKE, 2005, p. 94).

Quando se discute fonte, ou documentação, ainda é comum ouvirmos entre historiadores que estas, são evidências atribuídas essencialmente aos textos, ou

a documentos impreterivelmente ligados ao papel, como: Jornais, fotografias, atas, cartas ou até mesmo testemunhos orais, negligenciando a importância da cultura material, como se não fosse possível retirar informações históricas do “não-escrito”. Acredita-se que isso se dá ainda pela herança de uma ligação que os historiadores tiveram com a Filologia, ou seja, com a escrita, a gramática, a língua etc., predominando “a ideia de que a História se faz com os documentos” (FUNARI, 2006, p. 83), portanto, tornando as fontes escritas sinônimos de História. Rompendo com essa ideia, pode-se inferir que o conceito atual de fonte histórica extrapola essa limitação:

*[...] progresso da utilização da documentação histórica é a concepção cada vez mais disseminada de que ‘fonte para a história’ pode ser, e de fato é, qualquer tipo de documento existente, qualquer realidade que possa aportar **um testemunho, vestígio ou relíquia**, qualquer que seja sua linguagem* (ARÓSTEGUI, 2006, p. 489, grifo nosso).

Confirmando que a construção da fonte para a História se dá na medida em que esta exige um testemunho do passado, um vestígio, e não necessariamente um texto. Reitera-se que uma fonte histórica é

todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo (ARÓSTEGUI, 2006, p. 491).

¹ A escola dos *Annales* se constituiu como um movimento historiográfico, surgido no final da década de 1920 através o periódico francês *Annales d’histoire économique et sociale*, que visava a ampliação do campo histórico em vários aspectos, rompendo assim, com o pensamento positivista da histórica, tida até então, como tradicional.

² Na utilização da matéria pelos historiadores econômicos, entre os aspectos analisados deixados de lado, estão questões como o simbolismo que tais matérias tinham, tal qual fez Fernand Braudel, em sua obra clássica *Civilização material, economia e capitalismo* de 1979, mesmo que Braudel tenha definido o objeto do seu livro apenas por metáforas (BURKE, 2005; PESEZ, 2001). Em *O Capital*, Marx já nos convida, como afirma Pezes (2001), “à construção de uma história das condições materiais da evolução das sociedades”, não desassociando com o estudo dos meios de trabalho.

Funari (2006, p. 82) ainda nos mostra que se olharmos para a historiografia, perceberemos em Heródoto, Tucídides ou Salústio uma História feita com objetos, testemunhos, paisagens, e não tão somente com documentos escritos. Neste sentido, ressaltamos que as fontes materiais vêm sendo utilizadas na História desde o seu surgimento.

Todas as fontes chegam até o pesquisador através dos vestígios culturais.³ A noção destas, concretas ou não, perpassa por tudo o que foi fabricado ou modificado pelos sujeitos, sendo possível identificar a presença da ação humana, onde o historiador irá utilizá-la, a partir das suas interpretações, chegando a alguma conclusão dentro do contexto histórico. Isso se aplica tanto aos vestígios da cultura material, quanto aos sinais comumente utilizados pela maioria dos que escrevem a História.

A fonte, por sua vez, passa por tudo que nos traz informação (historiográfica), como mostra o seu termo de origem em latim *fons* (fonte), fazendo alusão a fonte d'água, que em um novo sentido, jorraria as informações para o pesquisador efetuar seus estudos (FUNARI, 2006, p. 85; ARÓSTEGUI, 2006, p. 489). Com isso, um vestígio, dependendo da apropriação do historiador, pode vir a ser utilizado como uma fonte, e a mesma é, impreterivelmente, um vestígio, sendo estes

adquiridos de várias formas e com ajuda de outras ciências.

Com a quebra das fronteiras históricas, o historiador não pode mais se ver tão pretensioso como antes (dos *Annales*), ao ponto de acreditar que não há necessidade de se relacionar com outras áreas do conhecimento científico, eliminando de vez a ideia da *auto-suficiência do historiador*. Do mesmo modo que não se tem (ou não se deve ter) essa pretensão, também não se pode enxergar as outras ciências como apenas “auxiliares” aos trabalhos historiográficos.

O trabalho histórico se torna ainda mais plural ao enveredar por outras esferas científicas, debruçando sobre objetos dos quais não fazem parte da sua lógica (a *priori*), com isso, dando uma maior dinâmica na interação entre, principalmente, as ciências humanas, abandonando a herança deixada pelos “ditos positivistas” (BARROS, 2004, p. 19). Na própria História, como em outras áreas, várias pesquisas se tornariam pobres, ou incompletas⁴, caso não houvesse a utilização da interdisciplinaridade com outras formas de se fazer ciência.

Entre as outras ciências, a Arqueologia⁵, atualmente, pouco desassocia da História, quando se trata de um estudo voltado para a cultura material. É com essa área do conhecimento que os estudos de populações ágrafas são possíveis, pois sem ela, nem o

³ Para a arqueologia, o conceito de um vestígio acaba se ampliando mais até que a noção utilizada pelos historiadores. Como afirma Prous (1992, p. 25): “Consideramos vestígios arqueológicos todos os indícios da presença ou atividade humana em determinado local. Para se inserir tais vestígios no contexto ecológico (clima, vegetação, fauna, proximidade da água), é preciso preocupar-se também com os restos indiretamente ligados ao homem, mas que revelam em que condições ele estava vivendo”.

⁴ Mesmo sabendo que não existe uma História completa, definida, pronta e acaba, e mais, que não existe uma História sem margem de novas leituras e novos acréscimos, trabalhamos essa idéia aqui, na medida em que nos diversos trabalhos, a utilização da cultura material, por exemplo, se tornaria objeto constitutivo da construção histórica, no sentido de contribuir com o que está sendo trabalhado. Mesmo sabendo que a cultura material também não pode ser tipo apenas como “auxiliar” para o historiador, mas deve ser vista como um objeto de estudo, uma fonte, um documento etc. Peter Burke (2005), em *O que é História Cultural*, descreve: “A história das cidades seria incompleta sem os estudos dos mercados e das praças, assim como a história das casas seria incompleta sem os estudos do uso de seus espaços interiores.”

⁵ Jean-Marie Pesez (2001), descreve que com o decreto, em plena guerra civil (1919) na então URSS, Lênin cria uma instituição chamada de Academia de História da Cultura Material da URSS”, e com isso, essa instituição assumiria os trabalhos da antiga Comissão Arqueológica do regime czarista, tornando a arqueologia a principal via de acesso à história da cultura material. Lembrando que foi com a criação da Academia, que foram traçadas as essências da noção de cultura material.

historiador mais “metódico” ou o mais inovador tonaria possível à construção histórica de um período onde não existia a escrita. Quando a História passa a abordar em suas discussões, assuntos voltados principalmente a uma antropologia cultural, amplia-se esse debate historiográfico, favorecendo com isso, que os estudos arqueológicos deem suporte aos estudos da Pré-história (PESEZ, 2005 in: OLIVEIRA, 2009, p. 24).

Mesmo se tratarmos essas outras ciências como apenas “auxiliares”, e que, a cultura material é objeto atribuído aos arqueólogos – exclusivos no uso delas como fonte - não se poderia mais, enquanto historiadores, construir História de populações sem escritas, por exemplo. Ou mais, não se pode mais vestir as populações contemporâneas ao império brasileiro, ou mobiliar os palácios reais e as casas populares, entender como era a configuração da vida cotidiana de quilombos e tantas outras “Histórias” que deixaríamos de existir, pela simples rejeição de trabalhar com a cultura material.

Se a maioria dos historiadores pensarem assim, que a cultura material deve ser relegada somente aos arqueólogos, recaem dúvidas, como: Só quem poderia escrever uma História Econômica seriam os economistas?; Na História da Saúde, somente os médicos e enfermeiros?; Na História Social do Crime, somente os juízes, advogados e juristas em geral?; Na História da Literatura, os historiadores não poderiam analisar o discurso presente nas produções literárias? E/ou a História das Cidades, seria atribuição apenas dos arquitetos e urbanistas?.

Partindo do pressuposto que todas as respostas se deram negativas, ainda indagamos: por que a História da Cultura Material, ou uma História a partir da cultura material, não pode ser escrita e utilizada pelos historiadores?

Não significa dizer que os historiadores devam tomar para si a cultura material como somente seu obje-

to de estudo, retirando a legitimidade dos arqueólogos de utilizá-la. O que se cabe é que, disponha-se de métodos específicos (vindos da Arqueologia e outros campos científicos), tanto o historiador como o arqueólogo, e até mesmo outros cientistas, fazendo uso desse documento (que acima de tudo é histórico) para a construção do conhecimento.

As diferenças no trato da cultura material entre ambos são evidentes. O vocabulário específico necessário aos trabalhos arqueológicos distancia muito esses dois campos, onde é comum haver uma generalização por parte dos historiadores, sobre questões que envolva a arqueologia e, principalmente sobre a Pré-história. Ainda devido ao afastamento existente entre os historiadores e as fontes arqueológicas, e com a busca e preocupação exagerada pelos documentos escritos, fizeram com que, tradicionalmente, a Arqueologia se tornasse a encarregada de lidar muito melhor com a cultura material enquanto *fonte de informação*.

Pode-se compreender, com base em Aróstegui (2006), a diferença básica entre esses dois tipos de fonte, as materiais (ou arqueológicas) e as culturais (ou filológicas), onde, os “documentos culturais são, sem dúvida, um amplo tipo de fontes onde se incluem aquelas nas quais é possível separar um ‘suporte’ de um ‘conteúdo’ da informação”, sendo estas “praticamente todas as existentes que não são fontes arqueológicas”. Dessa perspectiva, o autor ainda coloca que os documentos históricos, materializados no objeto, precisam de um tratamento diferenciado daqueles onde reside um valor intelectual em seu conteúdo, que são os de caráter filológico (ARÓSTEGUI, 2006, p. 500).

Entretanto, vindo de encontro, pode-se concluir que as fontes materiais que o autor trata, também podem ser, *i. e.*, uma fonte cultural, pois, mesmo não estando presente textos a serem lidos e interpretados na cultura material, utiliza-se estes como um documento

pronto a ser lido e interpretado culturalmente, tendo-os como uma cultura materializada.

Como afirma Silva (2003, p. 14), os trabalhos e os resultados arqueológicos tendem a ser utilizados de maneira bastante esclarecedores e de muita importância para o acesso as possíveis informações surgidas, tanto para a História quanto para a Pré-história. Contudo, a Arqueologia se faz muito mais necessário para os estudos deste período (tendo em vista a tão discutida divisão entre a Pré-história e História analisada mais adiante), pois as fontes para o período posterior do domínio da escrita se tornaram mais abundantes.

Para a Pré-história - que aqui está relacionado ao período histórico do qual não se tinha a escrita - essa necessidade da Arqueologia se dá de maneira mais categórica, como, por exemplo, na

análise de uma estrutura do tipo de uma fogueira, ou o estudo de um artefato da chamada ‘indústria lítica’, ambos procedidos por um arqueólogo, é muito mais necessário do que qualquer outro tipo de trabalho arqueológico para um historiador (SILVA, 2003, p. 14).

Portanto, com tudo o que foi discutido até o momento, é possível observar a ligação da cultura material que se dá entre a Pré-história, História e a Arqueologia, encontrando suas semelhanças sobre esse mesmo objetivo, e legitimando a utilização de ambas com as *informações históricas* provindas da cultura material. E mais, mesmo em se tratando de um estudo a partir da matéria, ou do concreto, os historiadores, arqueólogos e pré-historiadores⁶, também atentam para “as manifestações das representações mentais sob todos os seus aspectos religiosos e artísticos” (PESEZ, 2001, p. 179-180).

O que é cultura material?

Não é tão simples chegar a uma definição pronta e fechada do que venha a ser a cultura material, do mesmo modo que não o é, quando se pretende definir vários outros termos, dentre eles a própria *cultura*. Se procurarmos identificar essa definição entre os que a utilizam rotineiramente, tais como os historiadores e os arqueólogos, “perceberemos, então, que eles não a definem, ou pelo menos não dão uma definição nominal, que dê conta brevemente e de maneira adequada da significação da expressão” (PESEZ, 2001, p. 180).

Na História, existe uma dimensão específica que se dedica a esse tipo de estudo: a História da Cultura Material. Um dos conceitos atuais a define como:

A História da Cultura Material estuda os objetos materiais em sua interação com os aspectos mais concretos da vida humana, desdobrando-se por domínios históricos que vão do estudo dos utensílios ao estudo da alimentação, do vestuário, da moradia e das condições materiais do trabalho humano (BARROS, 2004, p. 30).

Com isso, deve-se deixar claro, que a História da Cultura Material se constitui a partir do trabalho dos historiadores, utilizando os “objetos materiais” presentes na vida do homem. Por sua vez, e ainda concordando com Pesez (2001, p. 180), onde ele nos traz que não é tão seguro ter uma ideia bastante óbvia e precisa da cultura material, podendo dizer que a mesma elucida aspectos da vida humana, independente do período histórico ao qual o objeto pertença, sendo utilizado não só pelos historiadores, mas também pelos arqueólogos, antropólogos, e outros cientistas sociais.

⁶ O termo pré-historiador, já é bastante difundido principalmente entre os que estudam populações ágrafas. É utilizado para designar os historiadores que se dedicam ao estudo da Pré-história. “Enquanto os historiadores estudam preferencialmente os textos, os pré-historiadores analisam os vestígios materiais conseguidos através de métodos específicos” (PROUS, 2000, p. 19).

É inegável a relação existente entre a cultura material e a materialidade, isso é fato. Porém, não se deve reduzi-la a meras descrições de objetos em si, mas em conjunto a isso, identificar seus usos e apropriações sociais, as técnicas de fabricação, e sem dúvidas as noções mentais e culturais implantadas nesse artefato pelos homens, onde esses mesmos podem vir a ser um objeto material, através do seu próprio corpo físico (PESEZ, 2001, p. 195; BARROS, 2004, p. 30).

Para objetivar a presença da cultura material no campo histórico, utiliza-se aqui alguns dos quadros apresentado pelo José D’Assunção Barros (2004). No primeiro (figura 1), o autor, de maneira sintética, tenta abarcar várias das possibilidades de atuação do historiador. E dentre elas, destacaremos onde a cultura material se mostra presente e de forma mais direta.

Em se tratando das *dimensões*, ou dos enfoques, descritos pelo autor, pode-se fazer uma possível ligação direta com a cultura material. Onde, além da própria história, pode-se destacar também a História Antropológica, mas especificamente através da etno-história (destacado na fig. 1 pela cor vermelha). Não se trata em dizer que a presença da cultura material não se dê na construção histórica em outras dimensões, porém, foram escolhidas essas como as que têm uma relação mais “cordial”, ou de maior cumplicidade.

Em diversas abordagens, o autor ainda descreve a presença da Arqueologia para esse estudo, como uma forma de acessar as informações da cultura material, de igual modo como a maioria dos historiadores usam a oralidade e a entrevista na História Oral (destacado na fig. 1 pela cor azul). E, finalizando, é possível encontrar esse tipo de relação também nos *domínios* na História da Arte, e na História da Vida Privada.

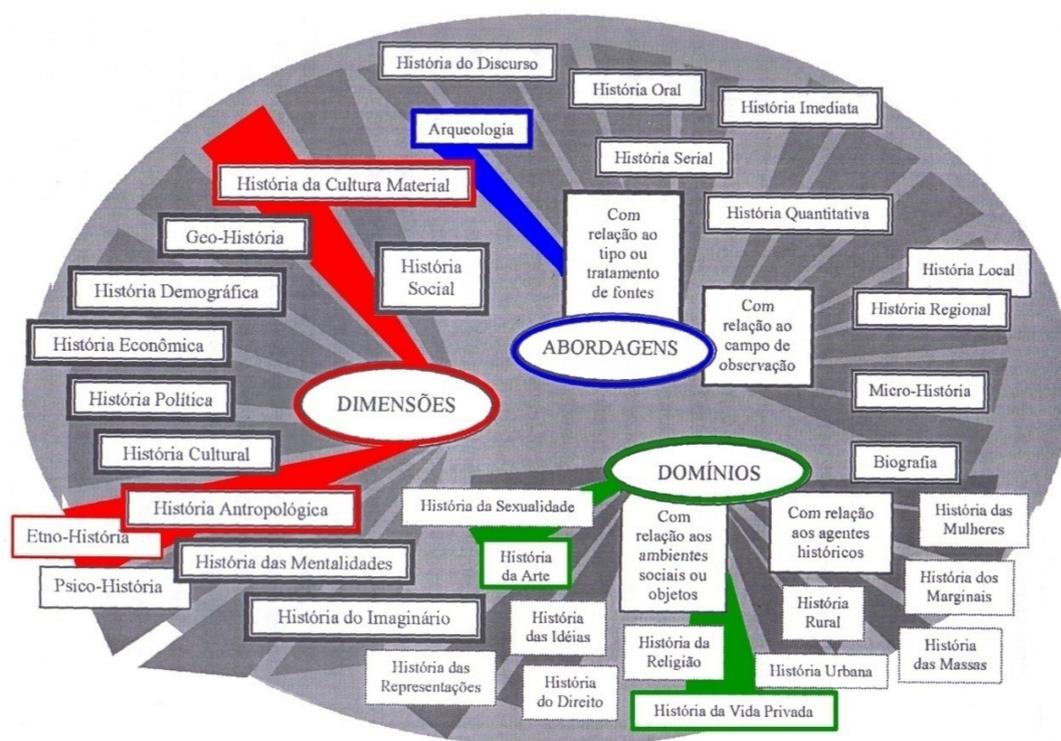


Figura 1 - Divisão do Campo Histórico: destacando sinteticamente e de forma mais direta, as possibilidades do trabalho utilizando a cultura material. (Dimensões: vermelho/ Abordagens: azul/ Domínios: verde)
Fonte: BARROS, 2004, p. 19 (*Adaptado*).

Contudo, é preciso ressaltar que um historiador que se dedica a uma dimensão específica, e que enfoca seus estudos a partir da cultura material, vai consequentemente, destacar alguns fatores particulares. Por exemplo, quando um historiador econômico utiliza a cultura material na sua construção histórica, o determinado objeto que ele utiliza vai leva-lo a algumas percepções voltadas para questões econômicas, tal como fez Fernand Braudel em sua obra

Civilização material, economia e capitalismo”, publicada em 1979, onde, para ele, “a vida material é como que o andar térreo de uma construção cujo andar de cima é constituído pelo econômico (PESEZ, 2004, p. 184).

Tratando da História Cultural, que também abarca essa relação com a cultura material, é possível vê-la dividida basicamente entre uma *História do Imaginário, das Mentalidades*, e uma *História Antropológica*, no qual, enfatizando essa relação com o

objeto, destaca-se os aspectos antropológicos, principalmente quando se trata de populações ágrafas (figura 2). Também, pode-se encontrar essa perspectiva na História Social, a partir das interfaces com a História da Cultura Material, Cultural e Econômica, e em tantos outros “ramos” possíveis da própria História Cultural, que alguns historiadores têm chamado de História Social dos Objetos.

Dentre essas possibilidades da utilização da cultura material nos estudos históricos, deve-se deixar claro que, mesmo com o “tradicional” interesse limitado dos historiadores, pode-se encontrar caminhos que levam a essa utilização na própria História.

A cultura material, que desde o século XIX, passou a ser vista como uma fonte para a história, mesmo sendo muito negligenciada, passa a sistematizar dados (das escavações, por exemplo), trazendo a luz informações do passado, colocando em primeiro plano as

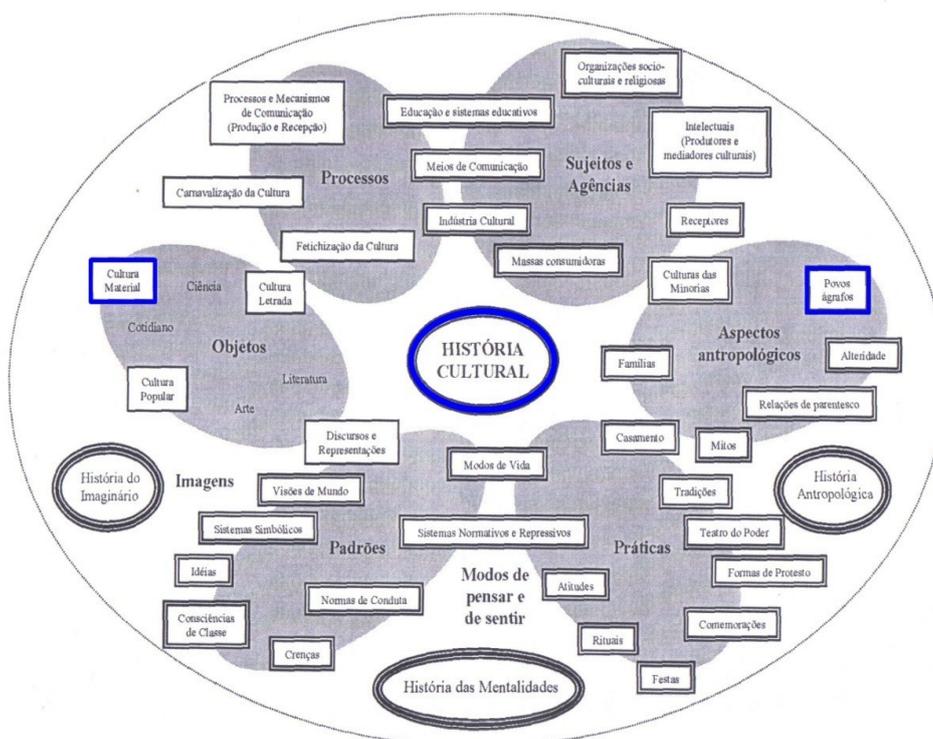


Figura 2 - Divisão da História Cultural: destaque das possibilidades da História utilizando a cultura material de forma mais direta (Cor azul).
Fonte: BARROS, 2004, p. 19 (*Adaptado*).

massas silenciosas (PEZES, 1988 in: OLIVEIRA, 2009, p. 26).

Vale ressaltar que, como também defende Burke (1992, p. 29): “a cultura material é evidentemente o campo de ação tradicional dos arqueólogos, que estudam períodos para os quais não existem registros escritos.” E são com os arqueólogos e os pré-historiadores, que através dos vestígios arqueológicos, esta utilização se dá de maneira mais eficaz. Mas não necessariamente exclusiva à Pré-história, pois pode-se encontrar estudos históricos sobre a Idade Média, acerca do início da Revolução Industrial, durante a ascensão do Império Romano etc., que utilizam métodos arqueológicos para sua construção. Mas, como já foi afirmado, a cultura material se torna imprescindível, nos estudos que envolvem povos ágrafos.

Portanto, com o que foi discutido até o momento, e em uma tentativa de encontrar uma definição mais próxima possível do que é a cultura material, tendo em vista uma definição que será utilizada no decorrer desse trabalho, pode-se dizer que: *a cultura material é tudo fabricado, utilizado e materializado no objeto concreto, apresentando marcas da ação humana no próprio objeto e a partir dos objetos, onde identificamos “restos” ou vestígios da cultura, das técnicas, e as relações de uma determinada população.* Sendo estas, utilizadas na Arqueologia e na História como fontes de informações em suas pesquisas.

Os arqueólogos, as fontes arqueológicas e a escrita da pré-história

Na atualidade, é corriqueira a visão cinematográfica, mítica e fantasiosa atribuída a Arqueologia e ao arqueólogo. Concordando com essa reflexão, Funari (2003, p. 9) ressalta a figura atraente

do arqueólogo, formada justamente por isso. Essas visões são muitas vezes impulsionadas, pelos romances e livros que relacionam a ficção com a ciência, pelas produções hollywoodianas, e principalmente pela imagem do aventureiro e herói Indiana Jones, digamos que o mais famoso dos arqueólogos da ficção. Ainda na contribuição desse imaginário, se mantém a ideia de que os profissionais desta área buscam tesouros em seu sentido literal, “botijas”⁷, monumentais cidades perdidas, e tudo que tenha um valor econômico ou financeiro.

Em contra partida, os profissionais dessa ciência estão se mostrando cada vez mais empenhados na divulgação do verdadeiro papel da arqueologia, desmitificando a visão de muitos. O arqueólogo se tornou responsável por construir o passado, a partir da transformação de coisas, do objeto concreto, ou da cultura material, em conhecimento escrito, numa relação entre as “coisas e o texto” (CABRAL, 2005, p. s/p).

Como afirma Prous, os arqueólogos:

[...] mapeiam as ocorrências para analisar em laboratório as relações entre os vestígios de uma mesma época, da mesma maneira que os policiais e legistas reconstituem a cena de um crime a partir do registro cuidadoso dos indícios no local do delito (PROUS, 2000, p. 32).

A perspicácia do arqueólogo se faz necessário, pois estes lidam com dados perecíveis a ação do tempo. Os vestígios encontrados, muitas vezes são somente fragmentos do objeto original, portanto, todos os indícios que venham contribuir na construção do conhecimento cultural de uma determinada sociedade, são de grande importância para o arqueólogo, e também para o historiador.

⁷ As botijas são vasilhames cerâmicos, que popularmente são vistas, principalmente pelo nordeste brasileiro, como vasilhas que contém moedas de ouro, prata, ou algum objeto valioso, que foram enterrados pelos “antigos” para esconder essas riquezas.

A ideia de Bruce G. Trigger de como se dá o trabalho do arqueólogo, consiste em:

[...] uma ciência social no sentido em que tenta explicar o que aconteceu no passado de alguns grupos específicos de seres humanos e generalizar os processos de mudança cultural. Diferentemente dos etnólogos, geógrafos, sociólogos [...], os arqueólogos não podem observar o comportamento da gente que estuda e, diferente dos historiadores, muitos deles não tem acesso ao pensamento desta gente através das suas fontes escritas. Em seu lugar, os arqueólogos devem deduzir o comportamento e as ideias humanas a partir dos restos materiais de todo aquele que os humanos criou e utilizou, e a partir do impacto do meio ambiente de suas atuações (TRIGGER, 1992, p. 29 –tradução nossa).

Dessas acepções, pode-se ressaltar também que:

A meta do arqueólogo consiste em propor um quadro da vida quotidiana das populações dentro do seu relacionamento com o meio, interpretando as múltiplas observações e análises realizadas dentro dos quadros teóricos que o momento histórico coloca à sua disposição (PROUS, 2000, p. 27).

Gordon Childe declara que a arqueologia é uma espécie de História, negando o seu caráter de apenas “auxiliar”. E afirma mais sobre a definição do trabalho arqueológico:

Os dados arqueológicos são documentos históricos por direito próprio e não meras confirmações de textos escritos. Exatamente como qualquer outro historiador, um arqueólogo estuda e procura reconstituir o processo pelo qual se criou o mundo em que vivemos – e nós próprios, na medida em que somos criaturas do nosso tempo e do nosso ambiente social (GHILDE, s/d apud FUNARI, 2003, p. 22).

A Arqueologia é “um terreno de encontro para os historiadores, os geógrafos e os etnólogos” (PESEZ, 2001, p. 197). E o trabalho arqueológico se caracteriza, desde cedo, por uma vocação ao uso da interdisciplinaridade. Entre as ciências humanas, a História e também a Antropologia ganham destaque. Mesmo sendo áreas de conhecimento diferentes, onde cada uma detém as suas particularidades, pode-se identificar certa proximidade cada vez mais acentuada entre, por exemplo, a Arqueologia, a História e a Antropologia, tendo em vista o desenvolvimento de abordagens utilizadas entre elas (PROUS, 2000; TRIGGER, 1992).

Mantendo o seu espaço de atuação, como já foi mencionado no decorrer desse trabalho, a cultura material é, sem sombra de dúvidas, a fonte do arqueólogo. Mas estas são formadas acima de tudo, por uma totalidade material, de evidência ou vestígios.

Nos últimos anos, houve uma ampliação do campo de ação do arqueólogo sobre a cultura material de qualquer época. E é na Arqueologia Histórica que esse aumento se destaca, pois, o historiador, e também o antropólogo, que estudem sociedades de períodos considerados como históricos, tem acesso a informações não mencionadas nos textos (FUNARI, 2003; PROUS, 2000).

Entre as pesquisas brasileiras, comumente realizadas pelos historiadores da cultura material, pode ser citado “os estudos de grupos indígenas influenciados pelos colonizadores”, “os estudos de núcleos de escravos rebeldes que criaram comunidades independentes”, e também “os estudos das comunidades de tradição europeia” (PROUS, 1992, p. 543). Todavia, é no estudo das populações ágrafas em que a Arqueologia torna-se imprescindível na busca e no trato das fontes.

O fator tempo na Pré-história (como na História em geral) é uma questão primordial no trabalho do arqueólogo e do pré-historiador, seja por datações absolutas, relativas, ou pela interpretação da

estratigrafia do solo etc. Quebrando, por sua vez, a tradicional ideia que o tempo é dividido a partir do calendário cristão (*antes de Cristo e depois de Cristo*), convencionando as datações, agora, em *antes do presente* (AP), e em *depois do presente* (DP).⁸

Na historiografia, temos uma divisão questionável do tempo histórico em, basicamente, Pré-história e História. Onde todo o percurso humano antes da invenção da escrita, ou utilização (já que com esse termo, *invenção*, pressupõe uma disseminação homogênea por todas as sociedades), vem a ser considerado como Pré-histórico. Posterior a isso, quando os registros fabricados pelo homem passaram a ser também através da escrita, convencionou-se a ser tratado como histórico. “Embora sejam disciplinas que se estudam separadamente, e com métodos diferentes, pré-história e história são inseparáveis e complementares, na medida que ambas procuram entender e contar a trajetória da aventura humana”(MARTIN, 2002, p. 20).

Pode se caracteriza essa relação a partir da divisão na pesquisa e na produção histórica, onde as:

*[...] obras sobre as sociedades ágrafas é uma tarefa comumente relegada aos chamados **pré-historiadores**. A relação entre a história e a pré-história encontra-se de certa forma fragmentada, pois, apensar da primeira [...] estar relacionada com os acontecimentos das sociedades humanas, a segunda, atua com um período onde o **tipo de fonte para o estudo não é a escrita**, caracterizadora do trabalho do historiador, e sim composta, essencialmente, por **artefatos**; esta premissa, entre outros motivos, contribuiu para que estes dois momentos da história do homem fossem, aos poucos, afastados* (SILVA, 2003, p. 13, grifo nosso).

No Brasil, esse período considerado como pré-histórico, se constitui tendo como “referência a toda uma época anterior à chegada do europeu no continente americano” (PROUS, 2006 in: OLIVEIRA, 2009, 25).

A ocupação do atual território brasileiro se deu há cerca de 50.000 anos (MARTIN, 2008), e fazer algum trabalho que abranja todo esse período não se dá (e nem se deu) de maneira única e total. Há vários estudos arqueológicos e históricos da Pré-história já produzidos, e pesquisas que ainda estão em andamento, impulsionados pelos já reconhecidos centros e também pelos novos círculos acadêmicos que crescem pelo Brasil, tentando preencher as lacunas existentes do conhecimento das populações pré-históricas que habitaram o nosso território durante esse longo período de ocupação.

As fontes utilizadas pelos arqueólogos e pré-historiadores, estão muitas vezes “abandonadas” pelo chão, “esquecidas” em paredões rochosos, a poucos centímetros do solo em vários sítios arqueológicos etc. É necessário, pois, analisar em conjunto ao encontrado em superfície, o que está sob a terra, como ressalta Leroi-Gourhan (1983), que é um livro maravilhoso, no qual o tempo faz com que dificulte a leitura do que está escrito nos sedimentos, sendo bem mais complicado o seu trato. E são nos sítios arqueológicos que podemos encontrar esses documentos para a escrita da Pré-história, numa espécie de “arquivo” nas camadas estratigráficas do solo, que é de fundamental importância “para a compreensão de um sítio e o posicionamento cronológico dos vestígios nele encontrados” (PROUS, 1992, p. 27).

Uma exemplificação do que venha a ser um sítio pré-histórico e os tipos de documentos encontrados nestes:

⁸ Temos comumente utilizados pelos arqueólogos e pré-historiadores, onde “Antes do Presente (AP) é uma expressão usada para a datação de períodos arqueológicos. Convencionou-se como data inicial para o início do Presente o ano de 1950” (ROOSEVELT, 2000, p. 49).

Em suma, um lugar que escapou mais ou menos às destruições do tempo. Proporcionalmente à superfície da terra, estes locais são pouco numerosos. Não contém todos o mesmo tipo de documento. Que documentos são esses? Para melhor compreender, olhemos para a casa em que estamos neste momento e imaginemos que é abandonada, tal como está, durante alguns milhares de anos. Os materiais mais fracos desaparecerão muito depressa [...]. Depois apodrecerá e desfazer-se-á a madeira dos móveis; [...] não ficará senão um punhado de pregos e algumas ferragens e da cama um monte de molas. Finalmente, a casa desabarará em cima de tudo. Para que serviriam aquele varão e as suas argolas? Seria um guizo, um jogo de sociedade? E aquelas estranhas molas. Seriam pulseiras de mulher [...]? (LEROI-GOURHAN, 1983, p. 19-20).

O que restou da materialidade do passado, serve para os historiadores, e principalmente para os arqueólogos, em uma melhor compreensão do passado. Com posse dos “suportes de informações”, o pré-historiador se encontra instrumentalizado para transformá-los em conhecimento escrito. E a saída do trabalho em campo, para o ambiente fechado do laboratório, configura aí, o “gabinete” do arqueólogo, ou do pré-historiador, fazendo-o, local da produção do conhecimento.

A individualidade das personagens da Pré-história acabou por se perder com o tempo, sobretudo pelos registros inexistentes dos, por exemplo, nomes dos “chefes”, dinvidades etc. Mas com o mínimo descoberto, consegue-se assim decifrar esse passado, através das pouquíssimas informações, configuradas na cultura material, e dar uma ação as relações sociais e culturais desse período (LEROI-GOURHAN, 1983, p. 26).

Nessa perspectiva, entre poucos vestígios que podemos encontrar para escrever a Pré-história, comumente identificamos: A arte rupestre; Diversos instrumentos utilizados no cotidiano dessas populações, co-

mo vasos cerâmicos; Pedras lascadas e polidas, além de outros instrumentos com suportes de origem animal, vegetal, mineral dentre outros. Dentre estes, são os vestígios líticos, os que constituem uma excelente fonte para a Pré-história, uma vez que as rochas, além de estarem facilmente ao alcance do homem e em grande abundância na natureza, o seu grau de durabilidade perante as ações naturais de destruição, se constitui de forma muito lenta.

Uma característica bastante marcante no cenário dos atuais estudos arqueológicos no Brasil, sobretudo nas pesquisas tecnológicas das indústrias líticas, se dá pela influência da Escola Francesa clássica, a partir dos elementos da *cadeia operatória* e *esquema operatório*, pelo método de análise da “remontagem mental” destas indústrias. O presente trabalho tenta versar por um estudo voltado para essa perspectiva, juntamente com as classificações tipológicas do material.

Uma fonte pré-histórica: os vestígios líticos

O homem pré-histórico sempre retirou da natureza os recursos com diferentes propósitos, usufruindo especialmente das rochas para a fabricação dos seus instrumentos. Essas pedras utilizadas pelos pré-históricos são, entre os outros vestígios, os mais conhecidos e estudados em todo o mundo, garantindo a partir disso, a sobrevivência dessas populações. “A importância da indústria lítica para as populações pré-históricas e para a compreensão de um contexto arqueológico torna-se bastante evidente quando se tem em mente o interrelacionamento Homem pré-histórico/meio ambiente.” (MORAIS, 2007:11).

Como esclarece Funari (2006, s/p):

[...] no transcorrer da história, percebe-se que o homem, para superar os obstáculos do meio ambiente, criou diversos artefatos com o intuito de obter uma forma de proporcionar a si e aos demais habitantes de sua socie-

dade facilidades como uma forma de melhorar as condições de vida das mesmas, aproveitando as matérias-primas que se encontravam na natureza e que sofreram algumas adaptações antrópicas, para que facilitassem o seu uso como: [...] machados de pedra, adornos e outros objetos. [...] São esses conjuntos de construções e de readaptações que denominamos de “cultura material.

Os vestígios líticos, de maneira geral, são todas as pedras que foram utilizadas pelas populações, neste caso pré-históricas, transformando-as em instrumentos úteis para o cotidiano, como para a caça, defesa, pesca e colheita, variando os seus métodos de fabricação entre principalmente o lascamento, polimento e/ou picoteamento.

Por muito tempo, as populações pré-históricas foram tidas, se ainda não o são, como pertencentes de culturas menos desenvolvidas, “atrasadas”, e que as sociedades consideradas como históricas, contemporâneas, seríamos mais desenvolvidas (ou superiores), menosprezando-as as antigas coletividades.

Uma característica marcante dessa visão dicotômica está presente na utilização do termo *tecnologia*, por exemplo, que nas atuais concepções, estaria ligado essencialmente as inovações na informática, no áudio visuais, nas industriais e em tudo que incluía a “modernidade”. Porém, a tecnologia é uma característica inerente ao desenvolvimento histórico-cultural do homem, em um sentido diacrônico.

O termo tecnologia é descrito em Inizan, et al (1995, p. 13), que restringe, em uma perspectiva particular, como uma concepção ligada à cultura material pré-histórica, sobretudo através dos estudos das técnicas e dos gestos. Os estudos dos objetos da Pré-história versam muito para essa perspectiva, uma vez que o analisado passa a ser as transformações do objeto. Haudricourt (1964) *in* Inizan (1995) complementa que:

Il est clair que pour un objet fabriqué c'est le point de vue humain de sa fabrication et de son utilisation par les hommes que est essentiel, et que si la technologie doit être une science, c'est en tant que science des activités humaines (INIZAN, 1995, p. 13).

A partir dessa reflexão, se pode dizer que observamos no objeto fabricado e utilizado pelo homem, as suas próprias visões, o que pretendeu, ou o que pretendia com aquele objeto. É necessário analisar, ainda, como faz Martin (2008, p. 163), que os avanços tecnológicos podem ser notados a partir de todos os instrumentos e matérias-primas, sejam estes mais complexos e bem elaborados, a partir de excelentes rochas para o uso, como é o caso do sílex e da calcedônia, mas também, essa observação deve ser feita juntamente com outros utensílios e outras matérias-primas menos apropriadas para a utilização, visando toda essa adaptação e invenção humana. Vale salientar ainda, que a análise que se tentou ser aplicado sobre o material lítico nesta pesquisa, influenciada pela escola francesa, visa compreender as diferentes etapas que esses artefatos passaram, desde a sua fabricação, seu significado social, e também o seu abandono, ou “descarte” (SOUZA G. N., 2008; INIZAN, 1995).

Como já foi discutido anteriormente (item 1.3), a cronologia é de fundamental importância para as pesquisas que envolvam a cultura material pré-histórica. Nesse sentido, é preciso ressaltar uma problemática inerente neste período histórico brasileiro, que vai demarcar quando o mesmo inicia e termina, ou seja, quando as populações pré-históricas passam a serem tidas como indígenas.

Ao falar dessa passagem, destacamos que a Pré-história européia, ainda está muito arraigada no Brasil, como se ela fosse uma história comum a todo o mundo conhecido, que, por exemplo, na América

existiu o Paleolítico, o Neolítico e até a chamada Idade dos Metais.

Essa discussão se faz necessário, quando se tenta definir os materiais líticos pertencentes ou não do que se convencionou ser tratado como Pré-história. Pois, comumente, em todo o mundo, se tem os materiais líticos lascados como mais antigos do que os materiais líticos polidos. E no Brasil, estes últimos muitas vezes são homogeneizados e relacionados à cultura dos agora denominados índios, e não mais por essas populações pré-históricas. É óbvio que com as datações estabelecidas dos vestígios, estas irão nos mostrar em qual período aproximadamente os materiais líticos pertencem, seja antes ou depois do contato com os colonizadores.

Sem dúvida que os vestígios líticos fabricados a partir do polimento (e o picoteamento) são mais recentes do que os líticos lascados, principalmente em relação às populações que viveram nas terras brasileiras. Entretanto, como afirma Prous (1992, p. 77), “ao contrário do que se pensa geralmente, o polimento da pedra não substituiu o lascamento, mas se desenvolveu paralelamente, preenchendo necessidades diferentes”.

Guidon (1992, p. 32) traz a relação de certo embaralhamento “entre as culturas pré-históricas e as tribos indígenas da época do contato”. Concordando com essa afirmativa, a perspectiva que se deve ter, é que, principalmente entre os materiais líticos sem datações definidas, como é o caso das encontradas por “acaso”, por guias, curiosos e geralmente estando estes materiais em superfície, pode-se relacioná-los como pertencentes, a princípio, tanto a uma cultura pré-histórica quanto histórica (e indígena).

Considerações

Portanto, essa discussão esteve voltada para a caracterização dos *vestígios da cultura material*, em destaque os *vestígios líticos* enquanto *fonte*, tendo em vista que estes podem ser estudados com uma perspectiva atemporal, como sinais comuns a ambos os períodos (se for pensado essa divisão do tempo histórico em dois, como discutido anteriormente), pois os vestígios líticos não deixaram de existir com a colonização europeia no que hoje conhecemos como Brasil, mesmo sendo substituídos ao longo do tempo. E sim, os historiadores podem e devem utilizar da cultura material para a construção do conhecimento, em benefício da historiografia.

Referências bibliográficas

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BARROS, José D’Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

_____. (org.) *A Escrita da História*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CABRAL, Mariana Petry. *Sobre coisas, lugares e pessoas: uma prática interpretativa na arqueologia de caçadores coletores do Sul do Brasil*. 2005. 186f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

_____. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla B. (Org). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

GUIDON, Niède. As ocupações pré-históricas no Brasil (excetuando a Amazônia) In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992.

INIZAN, M. L. et al. *Technologie de la pierre taillée*. Paris: Editions Du CREP, Tome 4. 1995.

LEROI-GOURHAN, André. *Os Caçadores da Pré-história*. Paris:1983.

_____. Os caminhos da história antes da escrita. In: LE GOFF, Jacques. *História: novos problemas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1995.

MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. 5. ed. Recife: Editora da UFPE, 2008.

MORAIS, José Luiz de. *Tecnotipologia Lítica: A utilização dos afloramentos litológicos pelo homem pré-histórico brasileiro: análise do tratamento da matéria-prima*. Erechim-RS: Habilis, 2007.

PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. 2ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 177-213.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora da UNB, 1992.

_____. Arqueologia, Pré-história e História. In: TENÓRIO, Maria C. (Org). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

OLIVEIRA, Adriana Machado Pimentel de. *Entre a Pré-história e a História: a busca de uma cultura histórica sobre os primeiros habitantes do Cariri Paraibano*. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

ROCHA, Luiz Carlos Medeiros da. *“As pedras na história”*: a contribuição do uso de fontes materiais pré-históricas para a historiografia potiguar. 2010. 95 f. Monografia (Licenciatura em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2010.

ROOSEVELT, Anna. O Povoamento das Américas: o Panorama Brasileiro. In: TENÓRIO, Maria C. (Org). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

SILVA, Abrahão Sanderson N. F. da. *“Lages da Soledade”*: uma contribuição à Pré-história do Rio Grande do Norte. 2003. 62 f. Monografia (Graduação em História), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

SOUZA, Gustavo Neves. *O Material Lítico Polido do interior de Minas Gerais e São Paulo: entre a matéria e a cultura*. 2008. 148 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TRIGGER, Bruce G. *Historia Del Pensamiento Arqueológico*. Barcelona: Editora Crítica, 1992.

Submissão: 01/06/2015

Aceite: 20/09/2015

Os Tupis na Ilha de São Luís - Maranhão: Fontes Históricas e a Pesquisa Arqueológica

The Tupi in Ilha de São Luís - Maranhão: Historical Sources and Archaeological Research

Arkley Marques Bandeira*
arkley@brandeira.com.br

Resumo: Este artigo discute a importância das fontes históricas, representadas por crônicas, relatos, documentos administrativos, iconografias, entre outros, para compreensão da cultura material arqueológica associada aos povos Tupi na Ilha de São Luís – Maranhão. A perspectiva adotada neste estudo apresenta farto material documental que vem auxiliando consideravelmente as pesquisas arqueológicas realizadas na região, em particular, quando se trata do período de contato dos colonizadores europeus com as populações indígenas, no século XVII. Além disso, são apresentadas outras referências que enfocam especificamente a presença Tupi na Ilha de São Luís, a exemplo de pesquisas que estão evidenciando vestígios cerâmicos filiados a Tradição Arqueológica Tupiguarani em diversos sítios arqueológicos.

Palavras-chave: Arqueologia, História, Grupos Tupi

Abstract: This article discusses the importance of historical sources, represented by chronic, reports, administrative documents, iconography, among others, to understand the archaeological material culture associated with the Tupi people in Ilha de São Luís - Maranhão. The perspective adopted in this study presents extensive documentary material that is considerably assisting the archaeological research conducted in the region, particularly when it comes to the contact period of European settlers with indigenous peoples in the seventeenth century. In addition, we present other references that specifically focus on the Tupi presence in Ilha de São Luís, sample surveys are showing affiliated ceramic traces Tradition Archaeological Tupiguarani in several archaeological sites.

Keywords: Archaeology, History, Tupi Groups

* Doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Atualmente coordena a Casa da Memória do Ecomuseu Sítio do Físico, em São Luís-MA e presta consultoria na área de Patrimônio Cultural e Arqueológico. É coordenador do Projeto Sambaquis do Maranhão, em parceria com instituições e pesquisadores do Brasil e Exterior.

Introdução

Datam dos primeiros momentos da colonização, ainda nos Quinhentos, os documentos mais antigos sobre as populações que já habitavam o território que hoje conhecemos como Brasil, no momento da chegada dos europeus. Desde o século XVI abundam cartas, ofícios, mapas, iconografias e importantes narrativas elaborados por cronistas, religiosos e viajantes sobre esses habitantes, que ficaram conhecidos erroneamente como índios.

Nos primeiros anos da colonização uma situação bastante incomum para os europeus foi registrada: os povos recém-contatados falavam uma língua bastante semelhante em uma grande faixa de terra, que se estendia desde o litoral setentrional até o meridional, além de regiões interioranas, nos cursos dos rios Araguaia, Tocantins, São Francisco, Tietê, Paraná e em regiões de domínio espanhol.

Essas línguas, aparentadas entre si, foram agrupadas em um tronco linguístico denominado de Tupi, que segundo Rodrigues & Cabral (2007) é constituído por dez famílias linguísticas para as quais é admitida uma origem pré-histórica comum, possivelmente uma língua ancestral Prototupi.¹

Sob uma perspectiva histórica, o termo tupi já estava sendo utilizado desde o século XVI para nominar os grupos indígenas do litoral de São Paulo e os falantes da língua brasílica que habitavam todo o litoral (NAVARRO, 2005). A partir deste período o termo foi se popularizando nos relatos dos cronistas, religiosos e viajantes.

Sob uma perspectiva arqueológica, a apropriação do termo Tupi para nominar a cultura material associada a esses povos ocorreu ainda na década de 1960, no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas –

PRONAPA² (SCHIMITZ, 2010), sob os auspícios de Betty Meggers e Cilliford Evans.

Nesse bojo, a cultura material arqueológica recebeu uma denominação que fazia claras referências a um grupo étnico, que no caso seriam os falantes Tupi-Guarani, principalmente pelo fato dos sítios arqueológicos se situarem em locais próximos as aldeias desses povos ou em regiões historicamente ocupadas pelos Tupis. Além disso, houve uma forte associação dos vestígios arqueológicos, principalmente a cerâmica com os objetos descritos pelos cronistas, sendo que algumas características como vasilhas pintadas em policromia e tratamentos plásticos foram tomados como elementos diagnósticos definidores para associar os vestígios arqueológicos pré-coloniais com os povos Tupis conhecidos historicamente.

Com vistas a evitar possíveis confusões entre historiadores, linguistas e arqueólogos quando se tratava da temática Tupi, os pronapianos convencionaram denominar a cultura material arqueológica associada aos povos de língua Tupi-Guarani de Tradição Tupi-guarani (sem o hífen) para evitar conotações ou associações diretas.

O presente artigo objetiva contribuir com as discussões mais recentes sobre a arqueologia dos grupos Tupis do Nordeste apresentando referências documentais sobre esses povos, a partir de uma perspectiva regional da Ilha de São Luís, estado do Maranhão. Para tanto, as argumentações apresentadas neste texto estarão pautadas em documentação histórica datada desde o período colonial, a exemplo de ofícios, mapas e iconografias e referências sobre a existência de sítios arqueológicos filiados aos grupos Tupi, que habitavam a região de estudo no momento da chegada dos primeiros colonizadores europeus.

¹ As dez famílias foram classificadas como Arikém (AR), Awetí (AW), Jurúna (JU), Mawé (MA), Mondé (MO), Mundurukú (MU), Puruborá (PU), Ramaráma (RA), Tuparí (TU) e Tupi-Guarani (TG), totalizando atualmente 40 línguas. Os linguistas costumam dividir as famílias e línguas do Tronco Tupi em ocidentais, aglutinando as famílias AR, MO, PU, RA e TU, que se situam na bacia do rio Madeira, no sudoeste da Amazônia e orientais, cujas línguas se distribuem da bacia do Madeira para leste, nas bacias do Tapajós e do Xingu. Por fim, a Tupi-Guarani ocorre também na bacia do Tocantins e na bacia platina, assim como na costa atlântica (RODRIGUES; CABRAL, 2007).

² Os objetivos do PRONAPA consistiam em selecionar áreas para pesquisa arqueológica, visando criar um panorama inicial das culturas arqueológica brasileiras. Em cada Estado foram selecionadas cinco regiões, representando diferentes redes de drenagem. Dentro delas todos os sítios arqueológicos eram catalogados, mapeados e amostrados através de coleções superficiais e escavações estratigráficas. Após a etapa de campo procedia-se com a análise do material coletado, com a classificação do período pré-cerâmico e cerâmico, sendo esse último analisado com base no método de Ford (1962), para construção de sequências seriadas. Cada sequência seriada representava uma fase ou cultura arqueológica, caracterizada por elementos diagnósticos típicos, baseados em similaridades ou especificidades (PRONAPA, 1969). O termo fase foi criado para designar complexos culturais arqueológicos, visto não conter implicações de natureza etnológica, embora uma fase, na visão pronapiana, poderia representar uma cultura ou grupo cultural. Essa classificação foi severamente criticada por arqueólogos vinculados a outros postulados teórico-metodológicos advindos de correntes de pensamento adotadas no Brasil, a partir da década de 1980.

A ilha de São Luís: espaço e tempo

Em finais do século XVI, no reinado de Maria de Médicis, Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, obteve autorização real para realizar sua expedição para colonização do norte do Brasil, no intuito de fundar a França Equinocial, onde hoje encontra-se a Ilha de São Luís. Data de 1524 as primeiras explorações dos armadores de Dieppe ao Maranhão. Precedeu a fundação da Ilha de São Luís duas viagens de reconhecimento feitas pro La Ravardière e outras expedições, a exemplo da de Riffault, em 1594 e a de desVaux, que permaneceu entre os indígenas, praticando o escambo (D'ÉVREUX, 2002).

Nesse ínterim, Portugal fracassava em algumas tentativas de fixação de colonos nessa porção do Brasil:

Como uma porta de entrada para exploração da América, este ponto do litoral norte foi visitado pelo espanhol Vicente Yanez Pinzon em 1500; pelos portugueses Ayres da Cunha, Fernão Álvares de Andrade e João de Barros, primeiro donatário da Capitania, que naufragaram na costa 1535; Luiz de Melo da Silva, em 1554 e depois em 1573, já como donatário; pelos filhos de João de Barros, Jerônimo e João, em 1556 (SÃO LUÍS, 2008, p. 12).

Na expedição da França Equinocial, acompanharam Daniel de La Touche, Francisco de Rasilly e o Barão de Sancy, que desembarcaram em terras maranhenses em 24 de julho de 1612, na ilha de Sant' Ana, sendo que em 06 de agosto do mesmo ano os franceses aportam em Jeviré (ponta de São Francisco), onde já se localizavam as feitorias francesas de Du Manoir e do Capitão Gerard (VAZ, 1994).

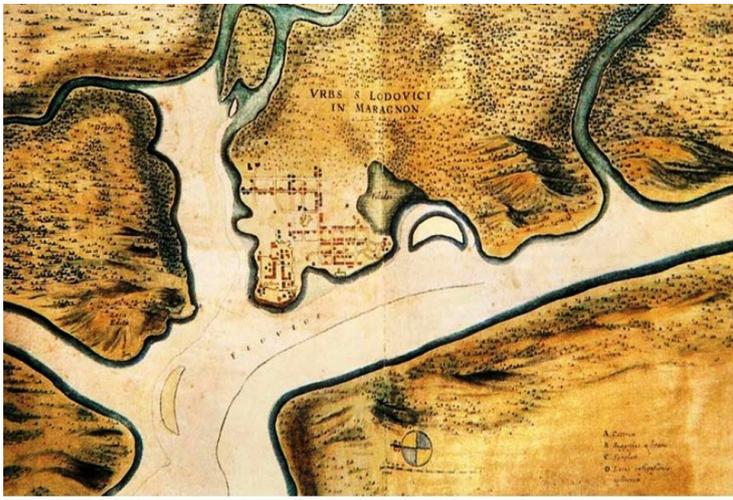
Após a cerimônia de posse e fundação da França Equinocial, partiram os franceses Rasilly, o Barão de Sancy e os padres Claude d'Abbeville e Arsène de Paris, para o reconhecimento das aldeias da Ilha de São Luís. Acompanhou a comitiva um francês que já residia na região, denominado David Migan, que serviu de intérprete e guia.



Figura 1—Implantação da Cruz pelos Padres Capuchinhos nos século XVII, como marco da colonização francesa na Ilha de São Luís. Fonte: John Carter Library, Brown University.

Figure 1—Implementation of the cross by the Capuchin Fathers in the seventeenth century as a land mark of French colonization in Ilha de São Luís. Source: John Carter Library, Brown University.

A “restauração” de São Luís do domínio dos franceses ocorreu em 4 de novembro de 1615, pelo Capitão Alexandre de Moura. A capitulação dos franceses deu-se no Sítio Sardinha, onde até o século XVIII existia um forte, na atual Ponta do São Francisco, situada em frente ao Palácio dos Leões (RIBEIRO DO AMARAL, 2010). Naquele lugar foi travada a batalha final que expulsou de vez a Coroa francesa do Maranhão, encerrando o sonho da França Equinocial. Quando São Luís, capital do Maranhão, se integrou ao Império do Brasil, no período provincial, já possuía praticamente o mesmo território conhecido atualmente.



Urbs (sancti) Ludovici in Maragnon, mapa do núcleo fundacional de São Luís, 1647. Livro de Gaspar Barleus. Estampa 52, Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). MAPA DEL NUCLEO FUNDACIONAL DE SAN LUIS.

Figura 2—Planta holandesa do século XVI com núcleo primitivo de São Luís e terras vizinhas.

Figure 2—Dutch Plant at sixteenth century with primitive core of São Luís and surrounding lands.

Em termos territoriais, a Ilha de São Luís, também denominada de Ilha Grande, Ilha de *Upaon Açu* e Ilha do Maranhão, é composta por quatro municípios: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa e possui aproximadamente 831,7 km² de área.

Ela situa-se ao norte do Maranhão, Nordeste do Brasil, e limita-se ao norte com o Oceano Atlântico; ao sul, com a baía de São José e o Estreito dos Mosquitos; a leste com a baía de São José e a oeste com a baía de São Marcos, nas coordenadas 02°22'23" e 02°51'00" Latitude Sul; 44°26'41" e 43°59'41" de Longitude Oeste, em feição geológica-geomorfológica do Golfão Maranhense, sendo esta uma articulação regional da costa brasileira caracterizada por um grande e complexo sistema estuarino, delimitado pelas baías de São Marcos e de São José (IMESC, 2001).

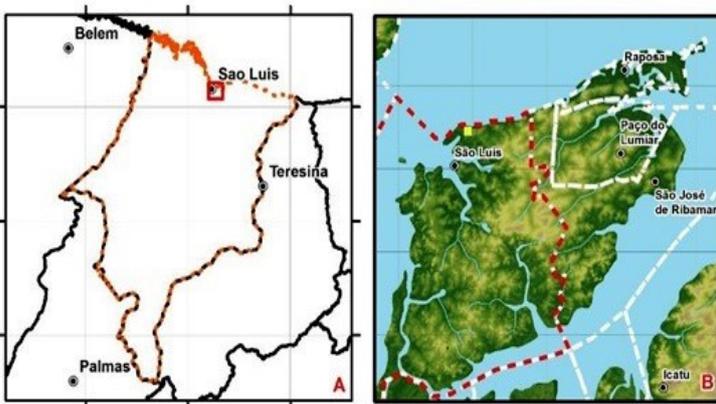


Figura 3—Inserção geográfica da Ilha de São Luís e municípios formadores.

Figure 3—Geographic Insertion of Ilha de São Luís and trainers municipalities.

Essa planície flúvio-marinha é formada por estuários afogados dos rios Mearim, Itapecuru e Munim, constituindo uma região rebaixada com numerosas lagoas fluviais e extensas várzeas inundáveis (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2006). Além disso, possui 12 (doze) bacias hidrográficas, a exemplo de Tibiri, Paciência, Inhaúma, Praias, Santo Antônio, Estiva, Geniparana, Cachorros, Guarapiranga, Itaqui, bem como, Bacanga e Anil, nas quais rios de pequeno porte deságuam em diversas direções abrangendo dunas e praias.

Na área litorânea do Golfão Maranhense encontram-se formações de apicuns, baías, braços de mar, cordões arenosos, furos, ilhas, manguezais, áreas de vasas e praias. A proximidade do Equador e a configuração do relevo favorecem a amplitude das marés, que alcançam até 7,2 m, com média aproximadamente de 6,6 m, e penetram os leitos dos rios causando influências até cerca de 150 km continente adentro (FEITOSA; TROVÃO, 2006).

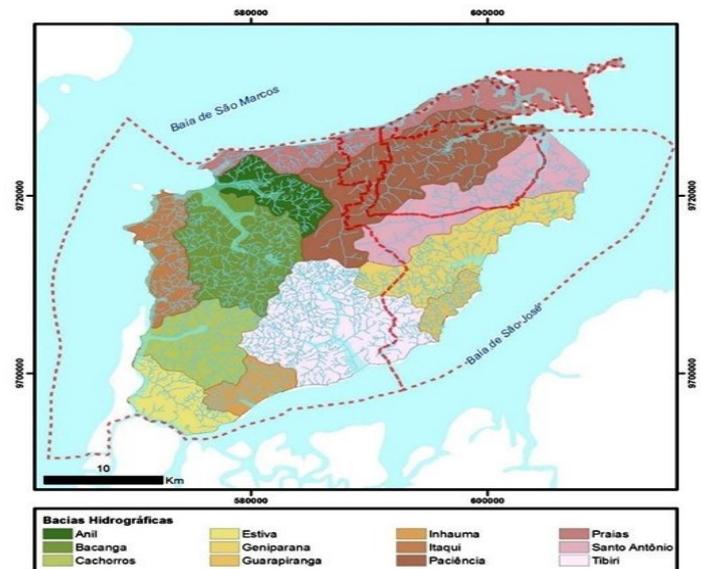


Figura 4—Bacias hidrográficas da Ilha de São Luís.

Figure 4—Rivers of Ilha de São Luís.

Fontes históricas e a presença dos tupis na ilha de São Luís

Para a Ilha de São Luís foram produzidos importantes documentos sobre a história indígena no norte do Brasil, datados desde os primeiros momentos da colonização. Essa documentação está representada por narrativas, cartas, ofícios, mapas, iconografias, etc.,

que cobrem os primeiros dois séculos da presença europeia e seu contato com os povos indígenas.

De particular importância são os relatos de cronistas, viajantes e religiosos, que descreveram os primeiros contatos entre europeus e os povos indígenas na Ilha de São Luís, que foram conscientemente denominados como Tupinambá pelos padres capuchinhos Claude d'Abbeville e Ives d'Évreux, entre os anos de 1612 e 1614.

Segundo o padre Claude d'Abbeville (2002), a chegada dos Tupinambá à Ilha de São Luís ocorreu já em período histórico, conforme o relato a seguir:

Haverá sete anos que certo personagem, cujo nome e qualidade calarei por circunstâncias, vendo que os índios Tupinambás que antigamente moravam no Trópico de Capricórnio se haviam refugiado na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças, evitando o domínio dos portugueses, saiu de Pernambuco com um seu companheiro, trazendo alguns portugueses, e oito a dez mil índios, entre homens, mulheres e meninos, todos da mesma nação aí existente (D'ABBEVILLE, 2002, p. 93).

Nesta mesma passagem, o autor descreveu:

Fazia pequenas viagens por dia por causa dos mais fracos da sua comitiva. Durante a viagem, os membros desta grande comitiva alimentavam-se somente de raízes que extraíam da terra, de frutos de árvores, de peixes que apanhavam, de pássaros, e de outras espécies de animais que agarravam, com farinha, que traíam, e onde lhes faltou esta, aí ficaram para plantar mandioca, e se demoraram até que pudessem fabricar farinha (D'ABBEVILLE, 2002, p. 93).

Nesse longo percurso, os indígenas passaram por regiões interioranas até alcançar as aldeias de canibais, onde acamparam na montanha denominada de Cotiua. Nesta existia entre sete a oito aldeias de índios, cujos habitantes se refugiaram na serra de Ibuiapap, vizinha a Cotiua. A montanha de Ibuiapap ou Montanha Grande é “uma excelente moradia, por ser a temperatura do ar nem quente e nem fria, o que faz com que seja essa montanha muito habitada, e por isso nela

existam mais de 200 aldeias de índios” (D'ABBEVILLE, 2002, p. 95).

Após intensa batalha entre portugueses e franceses, cujos aliados indígenas participaram ativamente de cada lado, os da Serra da Ibuiapap apoiando os franceses e os de Pernambuco apoiando os portugueses, ocasionou grande mortandade de ambos os lados, muitos índios da Montanha Grande se retiraram para a Ilha do Maranhão (D'ABBEVILLE, 2002).

A referência fundamental da obra de Claude d'Abbeville para a etnohistória da Ilha de São Luís foi a descrição das aldeias visitadas pelos capuchinhos franceses durante sua curta permanência. Sobre este aspecto, esse padre escreveu:

Ainda que o pequeno número de quatro que erámos antes da morte do Revdo. Padre Ambrósio, não nos permitisse satisfazer os desejos dos índios de ter cada aldeia um pai, contudo achamos acertado fixar residência nos quatro principais lugares da Ilha para contentá-los, sem separar-nos muito uns dos outros a fim de ser possível ver-nos muitas vezes (D'ABBEVILLE, 2002, p. 111).

Participaram da empreitada os padres Claude d'Abbeville, juntamente com Reverendo Arsênio, Senhor de Rasily, Senhor de Launay e o Senhor Des Vaux, que saíram do Convento de São Francisco em 28 de setembro, em companhia de alguns criados e indígenas (D'ABBEVILLE, 2002). O capuchinho relatou a existência de 27 aldeias conforme o relato a seguir:

*Está a primeira aldeia na ponta de terra vizinha ao lugar de desembarque na Ilha Grande, vindo da Ilhazinha de Santa Ana: chama-se **Timboú**, nome significativo de raiz de uma certa árvore chamada euue, que serve para embriagar os peixes. Tem esta aldeia dois principais, Uaruma-Uaçu, nome da árvore e dos ramos com que fazem os crivos para passar ou peneirar a farinha. Chama-se outro Sauçuacã, “cabeça de onça”. Chama-se a segunda aldeia de **Itapari**, isto é, “tapada, curral, ou camboa de peixe”, porque aí existem dois ou três currais destes. Tem também dois principais, um chamado Metarupua,*

isto é, “pedra branca”, que costumam a trazer embutida no beijo. É um bom índio, muito amigo dos franceses, que de ordinário o chamam pelo nome de caranguejo. Chama-se o segundo Auati, ou “milho negro”. A terceira aldeia é a **Carnaupió**, nome derivado da árvore carnal. Tem dois principais, chama-se o primeiro de Marcoia-Pero, nome derivado da casca de um fruto amargoso chamado morgoiaue, e o segundo Araruçuai, que significa “cauda de arara”, pássaro vermelho, misturado com outras cores. Chama-se a quarta **Euáine**, “água velha” ou água turva”. Também tem dois principais: Uíra-Uassupinim, pássaro grande e caçador, enfeitado de diversas cores, e o outro Jereuçu, nome de certa ave. A quinta aldeia é **Itaenddaue**, isto é, “largo de pedra”. Chama-se o principal Uaignon-Mondeuue, “lugar onde se apanham pedras azuis”. Chama-se a sexta **Araçuí** – **Ieuue**, isto é, o bonito pássaro que tem tal nome. O principal tem o nome de Tamano, isto é, “Pedra Morta”. Chama-se a sétima **Pindotuue**, em vez de Pindó, que são as folhas das palmeiras com que cobrem suas casas. Os seus habitantes estão agora com o de Carnaupió, tendo o principal Margoia-Pero, que significa a casca amargosa de um fruto com tal nome. A oitava aldeia chamada **Uatimbup**, raiz de timbó. Chama-se o principal Uirapoutian, “Brasil”. É um grande guerreiro, muito amigo dos franceses. Esta aldeia é vizinha do Junipará. A nova aldeia, a maior e mais saliente de todas, chama-se **Junipará**, que significa jenipapo amargo, fruto mui amargo quando não está maduro. Chama-se seu principal Japi-Uaçu ou simplesmente Japiaçu, isto é, um passarinho mosqueado de várias cores, um dos mais raros e mais bonitos da Índia. É o primeiro e o maior Boruichaue, não só desta aldeia, mas também de todas a Ilha Grande. Além deste, ainda aí existem quatro principais a saber: Jacupém, que significa faisão, Tatu-açu, “fogo grande”; Tecuare-Ubuí, “maré de sangue”; Paquarrabeu, “barriga de uma paca cheia d’água”. Chama-se a décima **Toroippeep**, isto é, calçado, há dois principais nessa ilha, um chamado Perauiá, “abraço de peixe”, e outro Auapaã, isto é, “homem que não sabe atravessar”. A undécima chama-se **Januarém**, “cão fedorento”. Tem dois principais: um chamado, Urubuanpã, “corvo inchado”, e outro, Taicuiú, nome derivado de um

passarinho. A duodécima é conhecida por **Uarapirã**, “cova vermelha”. Tem por principal Itapucusã, que significa grilheta ou ferro com que se prendem os pés. Chama-se a décima terceira Coieup, isto é, “uma cabaça, que serve de prato”. Tem dois principais, um, chamado Mutim “miçanga branca”, e o outro, seu irmão, Ouira-uaçu, que significa o olho de um pássaro grande. A décima quarta chama-se **Eussauap**, isto é, “lugar onde se come caranguejo”. É uma das maiores aldeias da Ilha, e onde há quatro principais. Chama-se o primeiro Tatu-açu, “tatu grande”; o grande o segundo uma vez; o segundo uma vez Corassaçu, “pescoço comprido”, e outras Mauariaçu, nome tirado de um grande pássaro branco; o terceiro, Tai-açu, “o javali”, o quarto Tapireuíra, “coxa de vaca”. A décima quinta aldeia chama-se **Maracanã** – **pisip**, nome derivado da ave grande maracanã. Tem três principais, sendo o primeiro Terere “nome”, o segundo Aiuru-uaçu “papagaio grande”, o terceiro Uara-aubuí, “pássaro azul”. Chama-se: a décima sexta, **Taperuçu**, aldeia grande e velha, e seu principal é Quatiare-Uçu, “carta ou letra grande”. A décima sétima **Torupé**, “a beberagem: tem dois principais, um chamado Uirapapeup, “arco chato”, e outro Carautá-uare, “comedor de carautá”. A décima oitava, **Aqueteuue** “praça de peixe”. É seu principal Tupiaçu, nome derivado da cinta em que, presa ao pescoço, trazem seus filhos. A décima nona, **Caranavue** “palmeira”, e o seu principal Boi, “cobrinha”. A vigésima, **Ieuireé** (os franceses chama de Iuiet) “pernas finas”, e o seu principal Canuaaçu, “tintura”. A vigésima primeira, **Eucatu**, “água boa”, e o seu principal **Januare-auaeté**, “onça feroz”, ou o “cão grande”, bom índio e muito amigo dos franceses. A vigésima segunda, **Jeuireé**, a pequena, e o seus principais são Canuamiri, “tintura pequena”, e Euuaiuantim, “fruto picante”. A vigésima terceira, **Uri-Uaçuueupé**, “lugar onde existem macorãs, que são peixes assim chamados, e o seu principal, Ambuá-açu, nome derivado de uma espécie de baga, que tem um pé de cumprimento. A vigésima quarta, **Maiue** ou **Maioba**, “nome de certas folhas de árvores muito compridas e largas”. Tem dois principais, um, Jacuparim, “faisão adunco”, e o outro, Juantim, “cachorro branco”. A vigésima quinta, **Pacuri-**

euue, “árvore de bacuri, e o seu principal, Taiapuã, “raiz grossa”. A vigésima sexta, *Euapar* “água torcida”, e o principal, *Tocaiacu*, “galinheiro grande”. A vigésima sétima, *Meuroti-euue*, “cacete ou árvore de palmeira” e o seu principal, *Conronron-açu* “grande roncador” (grifo nosso) (D’ABBEVILLE, 2002, p. 185-88).



Figura 5—Reconstituição hipotética da localização das aldeias indígenas em São Luís, no início do século XVII, quando da chegada dos franceses. (Fonte NOBERTO, 2012).

Figure 5—hypothetical reconstitution of the location of Indian villages in São Luís, in the early seventeenth century, when the arrival of the French. (Source NOBERTO, 2012).

A descrição das regiões percorridas chega a ser tão precisa que a toponímia atual e a cartografia de algumas regiões na Ilha de São Luís correspondem à denominação indígena utilizada na obra do capuchinho, a exemplo de Maioba, Maracanã, Timbaú, Turu, Itapari, Iguaiá, Pindaí, etc.

Para melhor entendimento da localização das aldeias Tupinambá na Ilha de São Luís, imediatamente após a chegada dos franceses no Maranhão, convém descrever o que se falou sobre algumas das 27 (vinte e sete) aldeias existentes:

Bem defronte da nossa residência embarcamos em canoas, e os índios as remaram pelo rio Maiuüé³ até já pelo fim da tarde quando chegamos a Toroup⁴, aldeia mais próxima. Imediatamente foi convocada reunião geral pelo principal da aldeia onde

residiam todos os velhos. Ai compareceu o Sr. Des Vaux, e fez-lhe ver qual a causa da nossa vinda, e eles nos acolheram com muito prazer (D’ABBEVILLE, 2002, p. 112).

Após chegar à primeira aldeia denominada de *Toroup*, os missionários participaram da caminhada para a segunda aldeia, denominada de *Junipará*, conforme é descrito:

Tendo nós muita pressa de ir a Junipará, (aldeia mais notável da Ilha, e onde erámos esperados pelos seis habitantes), despedimo-nos na manhã seguinte dos índios, e seguimos por terra acompanhados por alguns deles, que não nos quiseram deixar já por satisfação, e para nos ensinar o caminho até Januarém, bonita aldeia, onde chegamos pelo meio-dia, sendo recebidos pelos principais e seus habitantes com todo o acolhimento e caridade, urbanidade e afagos possíveis (D’ABBEVILLE, 2002, p. 112).

Em *Januarém*, a segunda aldeia visitada pela comitiva, foi realizado o batismo de uma criança de dois anos e, após o ato litúrgico, os franceses partiram com mais alguns índios dessa aldeia em direção à pequena aldeia de *Junipará*, que atravessaram sem se deter até chegar à Aldeia Grande, de mesmo nome (D’ABBEVILLE, 2002).

Sobre esse aspecto, d’Abbeville (2002) comentou:

Começamos logo conversar com o principal Japiacu, o maior de todo o país, que governa a todos, e a quem todos consultam quando intentam alguma coisa importante. Na verdade, é um homem de muito timo, judicioso, prudente de boas idéias, e digno de admiração quando fala especialmente em Deus, a seu modo, do dilúvio universal, e nas suas crenças mantidas entre eles de pais a filhos. Maravilha ouvi-lo falar em todas estas coisas, mormente no pesado domínio dos portugueses, que os forçou a abandonar

³ Rio Anil. Rio que deságua na Baía de São Marcos, juntamente com o Bacanga, corta o interior da Ilha de São Luís.

⁴ Turu. Essa localidade permanece com o mesmo nome, sendo atualmente um bairro residencial. Nesse local existem relatos da existência de um sítio arqueológico localizado na Chácara Rosane, ainda existente, também denominado de Rosane, conforme relato de Lima e Aroso (1989).

suas terras e abrigarem-se aqui (D'ABBEVILLE, 2002, p. 114).

A aldeia de *Juniparã* era a maior e principal aldeia da Ilha Grande, sendo a quarta aldeia visitada. Em 13 de outubro de 1612 foi erguida uma cruz em sua praça central, para depois a missão seguir até *Carnaupió* (D'ABBEVILLE, 2002). Foi relatada nessa ocasião uma importante passagem sobre o comportamento indígena relacionado à rotatividade das aldeias:

[...] disse Japiáçu que o único pesar que ele e os seus sentiam era o de terem de abandonar Juniparã e irem residir por cinco ou seis luas num lugar longe daí um quarto ou meia légua (porque costumavam mudar de lugar e de casa de cinco em cinco, ou seis em seis anos) lamentando todos a deixar a cruz agora erguida (D'ABBEVILLE, 2002, p. 130).

Após a implantação da cruz em *Juniparã* a comitiva partiu pela manhã para *Carnaupió*, passando pela aldeia de *Uatimbu*, onde os franceses não permaneceram, pois o principal estava em guerra desde a chegada desses no Maranhão (D'ABBEVILLE, 2002).

A aldeia de *Carnaupió* foi alcançada no fim do mesmo dia de partida de *Juniparã*, sendo *Carnaupió* a sexta visitada. Esta se localizava em um lugar agradável, próximo ao um belo rio, cujo principal chamava-se *Marcoia – Pero*. Após a visita nessa aldeia, os franceses partiram para a Aldeia de *Itapari*, sendo essa, a sétima aldeia visitada (D'ABBEVILLE, 2002).

Partindo de *Itapari*, os franceses, no mesmo dia, chegaram à oitava aldeia dessa viagem, denominada de *Timboú*, situada à beira-mar, onde eles dormiram, juntamente com o principal de *Itapari*. Na tarde do outro dia, os franceses foram surpreendidos pelo falecimento de um dos filhos do principal (D'ABBEVILLE, 2002).

No percurso em direção à aldeia de *d'Essauap*⁵, que segundo o relato de d'Abbeville (2002), seria

a mais notável depois de *Juniparã*, os franceses passaram novamente pela aldeia de *Juniparã Pequeno*, a meia légua da *Juniparã Grande*, encontrando no caminho a Aldeia da *Maioba*, atualmente conhecida como *Ma-iobinha*, sendo esta a nona aldeia.

Saindo da *Maioba* a comitiva se dirigiu a décima aldeia denominada de *Caieup*, onde foram recebidos com todas as demonstrações de apreço e com os indígenas se alegrando e festejando a presença dos estrangeiros. Uma passagem digna de nota é a existência de um ancião morador dessa aldeia, denominado de *Su-Uassuac*, que era pai da mulher de *Japiáçu*, o maior *Buruichaue* do Maranhão. Segundo relato de Abbeville (2002), esse senhor tinha “160 anos” e discursava sobre a importância dos franceses e dos inimigos portugueses.

De *Caieup*, os franceses embarcaram em uma canoa até a décima primeira aldeia da expedição, denominada de *Eussauap*, onde foram recebidos no sábado por franceses residentes nessa localidade, inclusive o Senhor de Pezieux. Os indígenas dessa aldeia já haviam edificado uma capela com altar (D'ABBEVILLE, 2002).

Na ocasião da visita a *Eussauap*, o Senhor de Rasily teve que retornar ao Forte São Luís para tratar de negócios. O retorno à sede foi feito pelas aldeias de *Euaiue*, *Eucatu* e *Euapar*, bem como outras aldeias observadas no percurso. Tais aldeias foram a décima segunda, décima terceira e décima quarta observadas na Ilha Grande (D'ABBEVILLE, 2002).

Em seguida, o Senhor de Rasily e o Padre Arsênio dirigiram-se para a décima quinta aldeia, denominada de *Tapi-tuçon*, onde foram acolhidos pelo principal *Quatiare-Uçu* (D'ABBEVILLE, 2002). Após os primeiros contatos, a comitiva necessitou se concentrar nas arrumações do núcleo fundacional francês, sendo que a partir de então, muitos principais das aldeias eram recebidos pelos colonizadores na própria fortificação.

Em seus relatos, além de descrever os aspectos naturais da região, d'Abbeville (2002) ainda registrou a localização de outros aldeamentos e as características

⁵ A aldeia de *Eussauap* corresponde atualmente ao sítio arqueológico Vinhais Velho, já escavado por Bandeira (2014). *Caieup* pode significar Cutim: pequeno rio que corre na Ilha de São Luís, e confluenta do rio Anil. Dista um pouco mais de uma légua da capital, podendo significar Ponta de Roça. Outras grafias para Cutim são: Coty, Cutim, Cotim, Cuti, Acuti e Cotim.

das habitações, bem como a existência de mais indígenas na região.

Em relação à quantidade de habitantes que viviam nas aldeias da Ilha de São Luís, o capuchinho informou que algumas “contam com 200 ou 300 habitantes, e outras 500 e 600, ora mais, ora menos, em toda a ilha existem 10.000 a 10.200 almas” (D’ABBEVILLE, 2002, p. 188).

Com relação às características das habitações, o Padre francês informou:

Suas aldeias, a que chamam oc ou taue em sua linguagem, não passam de quatro casas, feitas de paus grossos, ou de estacas, cobertas de cima até embaixo de folhas da palmeira chamada pindó (pindoba) que se encontra em grande abundância nos bosques, e bem dispostas, ou arranjadas na casa, resistem à chuva. Tem estas casas 26 a 30 pés de largura, e 200, 300, 400 ou 500 de comprimento, conforme o número de seus habitantes. São arrumadas em forma de claustro, isto é, em quadrado como a Praça Real de Paris, havendo no meio uma praça grande e bonita. As quatro casas assim dispostas, com a praça no centro, formam uma aldeia, e como estas uma maiores e outras menores (D’ABBEVILLE, 2002, p. 185).

Após a implantação da aldeia, a vida transcorria tranquilamente, com plantio de mandiocas e batatas para o sustento, sendo que nas moradas “não têm separação alguma e por isso tudo se vê de uma extremidade a outra: apesar de tudo isso, não há aí confusão, porque cada pai de família vive em seu canto com sua mulher e filhos, escravos e móveis” (D’ABBEVILLE, 2002, p. 265).

Sobre esse aspecto Ives d’ Evreux (2002, p. 104-105) comentou:

As aldeias são divididas em quatro habitações, sob o governo de um muruichaue, para o temporal, em um pagy-uaçu, isto é, um feiticeiro para as moléstias e bruxarias. Cada habitação tem o seu o seu Principal: estes quatro principais estão sob as ordens do maioral da aldeia, o qual, conjuntamente com outros de várias aldeias, obedecem ao principal soberano da província. Cada cabana é dividida em duas partes é sub-



Figura 6



Figura 7

Figures 6 and 7—Morphology of Tupinambás villages in Brazil, demonstrating areas of fields, houses and harbor. Source: Hans Staden, 1999.

dividida em várias habitações, que se chamam Ok ou Cherok, quer dizer, meu lado, minha habitação; a cabana é chamada Cheretan. Essas habitações medem cerca de três toesas entre duas vigas, nas quais eles suspendem suas redes de algodão. Nestas habitações mora cada família sob o comando de um pai de família, e todos os pais de família de cada cabana reconhecem o Principal da mesma cabana (D’ÉVREUX, 2002, p. 104-105).

Além de informações sobre a implantação das aldeias, muitas informações se relacionaram com a cul-

tura material dos Tupinambá, a exemplo de vestimentas e paramento:

Eles perfuram as bochechas, os lábios, as narinas dos dois lados, e em vários lugares, onde enfiam ossos, dentes, pedras, espetos. Na primeira vez que você chega a essas terras, vendo-os com estes adereços, você não sabe se deve ter medo ou se deve rir. Já vi alguns que tinham furado o nariz, as bochechas, os lábios, a fim de imitar a calda de uma onça (a qual tem a face parecida com a de um gato furioso) com seus bigodes de um lado e de outro, longos e rígidos (D'ÉVREUX, 2002, p. 110).

Sobre o uso do machado de pedra foi relatado:

Caruatapirã, um dos principais de Cumã, trouxe-nos um desses machados de pedra, ainda tinto de sangue, com alguns tufo de cabelos grudados, e com os miolos do filho do principal Januarã, que ele foi morto, o que se soube por ter sido encontrado sobre seu corpo. Caruatapirã, pegando um desses machados, feito de uma pedra muito dura, talhado em forma de crescente ensinou-me o que eu não sabia, dizendo-me terem os Tremembés todos os meses o costume de velar à noite fazendo seus machados até ficarem perfeitos, em virtude da superstição, que nutriam, de que, indo para a guerra armados com tais instrumentos, nunca seriam vencidos, e sim sempre vencedores. (D'ÉVREUX, 2002, p. 159).



Figura 8—Tembetás de diversos tipos para adorno facial e lobular. Fonte: Hans Staden, 1999.

Figure 8—Tembetás of various types for facial and lobular adornment. Source: Hans Staden, 1999.

gens, atestando distinções culturais e sociais dos grupos indígenas habitantes da região:

Havia na Ilha um louco da raça dos Tupinambás que quis ir ao Miarim, na frente dos Tabajaras. Ele foi com eles até Taboukourou, onde encontrou uma velha carcaça de cabeça de homem. Então foi correndo na direção dos Aioupaues onde estavam os Tupinambás e os Tabajaras (D'ÉVREUX, 2002, p. 112).

Tais referências ganham mais corpo quando associada com o acervo documental que trata da administração pública do Maranhão, a exemplo do Livro de Registro dos Assentos, Despachos e Sentenças da Junta das Missões (1738 – 1777), cujo códice mais antigo é o Livro n. 01, de 1738 (APEM, 1997) e o farto material sobre os povos indígenas do Maranhão existente no Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal, publicado no Catálogo dos Manuscritos Avulsos Relativos ao Maranhão (BOSCHI, 2002).

Na Ilha de São Luís algumas aldeias indígenas foram descritas no *Livro de registro de assentos, despachos e sentenças que se determinaram em cada junta das Missões na cidade de São Luís do Maranhão (1738 -1777)*.

No referido livro muitas denominações Tupis permaneceram iguais após quase duzentos anos, a exemplo das aldeias detapari, Maracanã, Turu e Maioba.

Sobre a **aldeia de Itapary** ou **São José** foram identificados os seguintes documentos:

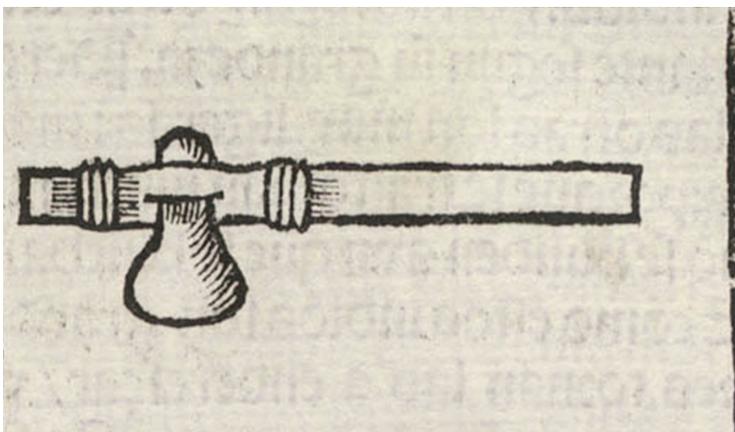


Figura 9—Lâmina de machado de pedra polida com encabamento de madeira. Fonte: Hans Staden, 1999.

Figure 9—polished stone ax blade with wooden encabamento. Source: Hans Staden, 1999.

As etnias indígenas existentes na Ilha de São Luís também foram referenciadas em algumas passa-

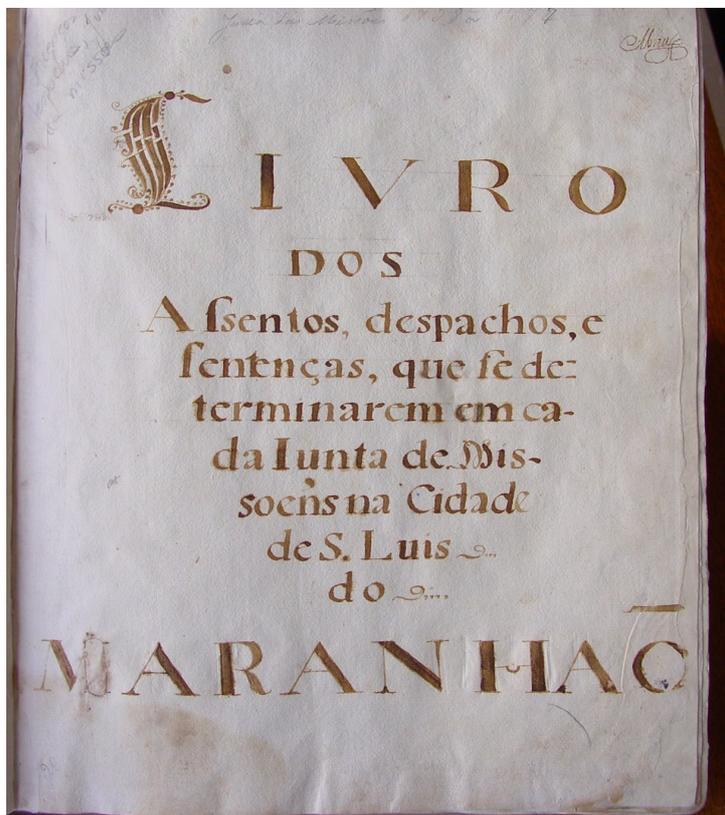


Figura 10—Livro de registro de assentos, despachos e sentenças que se determinaram em cada junta das Missões na cidade de São Luís do Maranhão (1738-1777).

Figure 10—Seats record book, orders and sentences that were determined at each joint Mission in São Luís do Maranhão (1738-1777).

- Termo de junta em que foi analisada declaração do governador e capitão-general do Estado dando conta de haver mandado descer 181 pessoas, entre grandes e pequenas, dos sertões do rio Negro para a aldeia São José, na Ilha do Maranhão, a fim de cuidarem do gado dos contratadores das carnes, como era hábito dos índios dessa aldeia. São Luís do Maranhão, 12 de agosto de 1743; fls. 9-9v.
- Certidão passada por João Ferreira, da Companhia de Jesus, reitor do Colégio de Nossa Senhora da Luz, de São Luís, considerando livres do cativoiro 10 peças descidas do sertão do rio Japurá, pelo padre João Antonio Baldez e postas na aldeia de São José, na Ilha do Maranhão. São Luís do Maranhão, 1º de agosto de 1745; fls. 11-11v.
- Termo da junta em que foram analisados: requerimento do procurador dos índios solicitando ordem para mandar recolher índios da aldeia de São José, na Ilha do Maranhão, refugiados na ribeira do Itapecuru, no Icatu, na aldeia Turiaçu, sugerindo, ainda, a reorganização da referida

aldeia com os índios julgados livres do poder de Manoel da Silva Leão, que perambulavam pela cidade de São Luís [...]. São Luís do Maranhão, 4 de agosto de 1753; fls. 41-43v.

- Termo da junta em que foram analisados: proposta de Gonçalo Pereira Lobato e Souza, governador da Capitania do Maranhão, para nomeação do Capitão-mor Ignácio Gomes como procurador dos índios, em virtude do falecimento do titular para o estabelecimento, na aldeia São José, dos índios descidos do interior da Capitania pelo capitão José Meirelles. São Luís do Maranhão, 28 de junho de 1755; fls. 53-54v.

Sobre a **aldeia de Maracanã** foi identificado o seguinte documento:

- Termo de junta em que foi analisada representação do índio Caetano solicitando alforria para sua esposa, a índia Maria, da Aldeia Maracanã [...]. São Luís do Maranhão, 16 de setembro de 1748. Fl. 17v.

Sobre a **aldeia de Essauap, Doutrina ou Vinhais Velho** foram referenciados os seguintes documentos:

- Conta do Governador e capitão-general do Estado do Maranhão a Sua Majestade, por meio do secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, encaminhando mapa dos carregamentos de arroz e algodão [...] informando o valor da dívida consolidada com os trabalhadores das fábricas de Vinhais, Alcântara e de São Luís. Maranhão, 28 de julho de 1775; fl. 80.
- Conta do Governador e capitão-general do Estado do Maranhão a Sua Majestade, por meio do secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, comunicando a prisão de Manoel Gomes Viana, ajudante de ordens do Governo, por agressão ao diretor da vila de Vinhais, em virtude desde não ter providenciado a remessa de alguns indígenas solicitados pelo governador do Maranhão, 8 de setembro de 1786; fls. 144-145.
- Portaria do governador e capitão-general do Estado do Maranhão ordenando fornecer ao negociante José Gonçalves da Silva mantimentos para 14 índios da Vila de Vinhais, posto à dis-

posição para o serviço de abertura da “Cachoeira de Cima”, do rio Munim. Palácio de São Luís do Maranhão, 17 de novembro de 1800. Fl. 161v.

- Ofício da Junta Governativa da Capitania do Maranhão ao Diretor da Vila do Vinhais comunicando ter recebido representação de índios contra indiscrição e crueldade com que foram castigados pelo seu diretor, que os ofendeu escandalosamente em seus direitos de liberdade estabelecidos em lei; e declarando que nenhum diretor ou qualquer autoridade tem poderes para punir e flagelar índios. São Luís do Maranhão, Palácio do Governo, 26 de setembro de 1812; fls. 33-33v.
 - Portaria da Junta Governativa da Capitania do Maranhão nomeando Brás Antônio dos Reis o principal dos índios da Vila de Vinhais por haver falecido o ocupante do cargo, sendo obrigado a todos os índios desta vila a reconhecê-lo como tal, cumprir e guardar suas ordens. São Luís do Maranhão, 16 de outubro de 1811; fl. 38.
 - Ofício do governador e capitão-general da capitania do Maranhão a Antonio Raimundo Correia, juiz ordinário da Vila de Viana, comunicando a soltura de dois índios pertencentes à vila de Vinhais, concedendo-lhes para habitarem na Vila de Viana, que necessitava de oficiais de ferreiro. São Luís do Maranhão, Palácio do Governo, 30 de julho de 1813; fls. 187-188v.
 - Ofício do governador e capitão-general da capitania do Maranhão ao desembargador Luís de Oliveira Figueiredo e Almeida, juiz de fora da Vila Nova de Caxias, informando-lhe sobre as providências acerca das guarnições militares, lamentando os “funestos sucessos, ações e pilhagens dos índios aldeados na nova povoação de que é comandante Antônio Martins Jorge”, causados pelo desleixo do comandante e soldados [...] achando infrutífero e perigoso mandar guerreiros com pretexto de auxiliar a bandeira contra os timbiras e depois fazer conduzir o resto da aldeia a esta cidade para irem se aldear em Vinhais e Paço do Lumiar [...]. São Luís do Maranhão, 31 de julho de 1816; fls. 170v-173.
- Sobre a **aldeia do Iguaiá** ou **Paço do Lumiar** foram referenciados os seguintes documentos:
- Portaria do Governador e capitão-general do Estado do Maranhão ordenando ao diretor da Vila de Paço do Lumiar a doação de índios para o serviço do Palácio do Bispo da Diocese. Palácio de São Luís do Maranhão, 14 de julho de 1799; fl 41.
 - Portaria do Governador e capitão-general do Estado do Maranhão ordenando ao diretor da Vila de Paço do Lumiar que ponha à disposição da Provedoria Geral dos Ausentes os índios necessários ao carregamento da galera naufragada nos baixos de Santa Ana. Palácio de São Luís do Maranhão, 1º de dezembro de 1800; fl 165.
 - Ofício do Governador e capitão-general do Estado do Maranhão ao capitão Tomás de Aquino ordenando-lhe passar em revista as três companhias do Paço do Lumiar e uma de São José, todas do 2º Regimento de Índios. Palácio de São Luís do Maranhão, 12 de maio de 1802; fl 79.
 - Ofício da Junta Governativa da Capitania do Maranhão ao senhor José Raimundo da Costa, juiz ordinário da vila do Paço do Lumiar, informando sobre a insubordinação dos índios ao seu respectivo diretor [...]. São Luís do Maranhão, Palácio do Governo, 17 de junho de 1811. Fls. 12-12v.
 - Ofício do Governador e capitão-general do Estado do Maranhão ao desembargador Luíz de Oliveira Figueiredo e Almeida, juiz de fora da Vila Nova de Caxias, informando-lhe sobre as providências acerca das guarnições militares; lamentando os “funestos sucessos, ações e pilhagens dos índios aldeados na nova povoação de que é comandante Antônio Martins Jorge”, causados pelo desleixo do comandante e soldados do destacamento, os quais devem ser punidos: dizendo-lhes dos seus receios de que esses aldeamentos não correspondam “à prosperidade dos seus princípios” devido “a índole e barbaridade desta gente” de tão fácil chamamento e de tão inconstante perseverança, exigindo para seu florescimento e conservação muita “atividade,

vigilância e arte para os sustentar na ordem social: achando infrutífero e perigoso mandar guerreiros com pretexto de auxiliar a bandeira contra os Timbira e depois fazer conduzir o resto da aldeia a esta cidade para irem se aldear em Vinhais e Paço do Lumiar [...]. São Luís do Maranhão, 31 de julho de 1816; fls. 170v-173.

Diferentemente dos escritos dos cronistas, a documentação do século XVIII e XIX relatava aspectos civis e administrativos e o trato da Coroa Portuguesa com os povos indígenas. Contudo, a indicação de algumas aldeias já transformadas em Vilas, auxilia, sobretudo, na identificação das antigas localidades habitadas pelos Tupis e informam do aprisionamento e transferência de populações indígenas de diversas regiões do Brasil para a Ilha de São Luís, fazendo com que a região, após quase dois séculos da presença portuguesa se tornasse uma cidade multiétnica.

Apontamentos para pesquisa arqueológica

O escritor César Marques citou que os primeiros apontamentos sobre a existência de sítios arqueológicos na Ilha de São Luís datam do século XIX e foram feitos pelo padre José Inácio Portugal, em 1857, conforme descrito:

Em 1857, o pe. José Inácio Portugal, vigário de São José dos Índios, informou acerca desta freguesia ao Dr. Antônio Rego, como se lê no Almanaque do Maranhão para 1858, organizado por este polígrafo maranhense: “abundam cascas de sernambi por toda a parte, havendo-as em grande cópia nos cabeços dos morros, o que denuncia ter sido este terreno inundado em remotas eras por algum dilúvio parcial” (MARQUES, 2008, p. 143).

No entanto, as primeiras referências sobre a existência de cultura material associada a grupos Tupis são atribuídas ao geógrafo e naturalista Raimundo Lopes, ainda na década de 1920:

A cerâmica dos sambaquis maranhenses é de técnicas mais rudimentares que a da maior parte das estearias ou a dos tupis históricos (cemitério do Cutim do Padre,

pesquisas de Antônio Lopes e Braulino de Carvalho). Com efeito não encontramos nos sambaquis cerâmica pintada, mas apenas gravada, com bordas marcadas a dedos, raspagens, etc., formando estas desenhos geométricos. Achamos também (Maiobinha) uma cabeça de animal (LOPES 1970, p. 183).

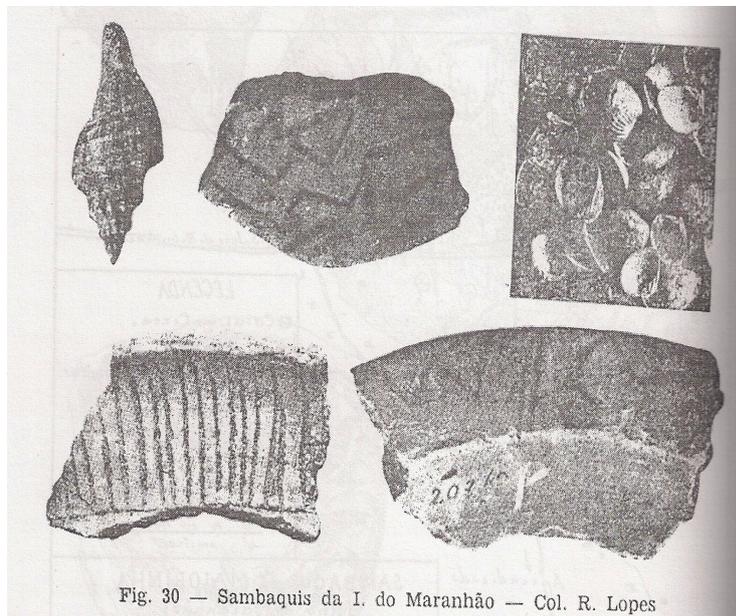


Fig. 30 — Sambaquis da I. do Maranhão — Col. R. Lopes

Figura 11—Material arqueológico coletado nos sambaquis da Ilha do Maranhão, denominada de Coleção Raimundo Lopes, depositada no Museu Nacional, Rio de Janeiro. (Autoria: LOPES, 1937).

Figure 11—Archaeological material collected in Maranhão Shellmiddens, named Raimundo Lopes Collection, deposited in the Museu Nacional, Rio de Janeiro. (Author: LOPES, 1937).

Outro pesquisador que relatou sítios arqueológicos Tupi na região foi o etnógrafo alemão Curt Nimuendajú, que em correspondência ao Sr. Carlos Estevão de Oliveira escreveu, em carta de 23 de setembro de 1928:

Hoje, porém como é domingo, resolvi dar um passeio. Tomei a Kodak embaixo do braço e fui com o bonde para o Anil. De lá continuei a pé a esmo pela estrada afora que vai a São José de Ribamar. Capoeiras, sítios sonolentos, um negro com um cofo, poeira, duas negrinhas, areia, um solão abraçador, uma negra com um cofo, etc. etc. O passeio começou a enfadar-me e pensei em voltar. Mas, de repente: - ?! - !!! Cacos de louça de índio!!! O chão todo salpicado de fragmentos de conchílios!!! Tudo isso nos barrancos ao lado da estrada onde passava placidamente um negro velho com dois cofos:

“Hein, colega? Como se chama este lugar aqui?”

“Maiobinha”

Sem ter a menor intenção de me ocupar com investigações arqueológicas eu tinha dado de nariz no Sambaqui da Maiobinha!

Eu me lembrava malmente que Raimundo Lopes (aí tinha rebentado o cordão da máquina, de maneira que só pude continuar a carta [...] (NIMUENDAJÚ, 2000, p.18).

ornamentos são gravados. Disseram-me que foram encontradas outras igaçabas lisas e sem pintura dentro do próprio sambaqui. Todas as igaçabas aí encontradas serviram para enterro secundário: aquela da qual eu trouxe os fragmentos podia ter tido uns 60 cm de diâmetro no máximo. Todas pertencem claramente às (diversas?) populações pré-tupi da Ilha (NIMUENDAJU, 2000, p.118).

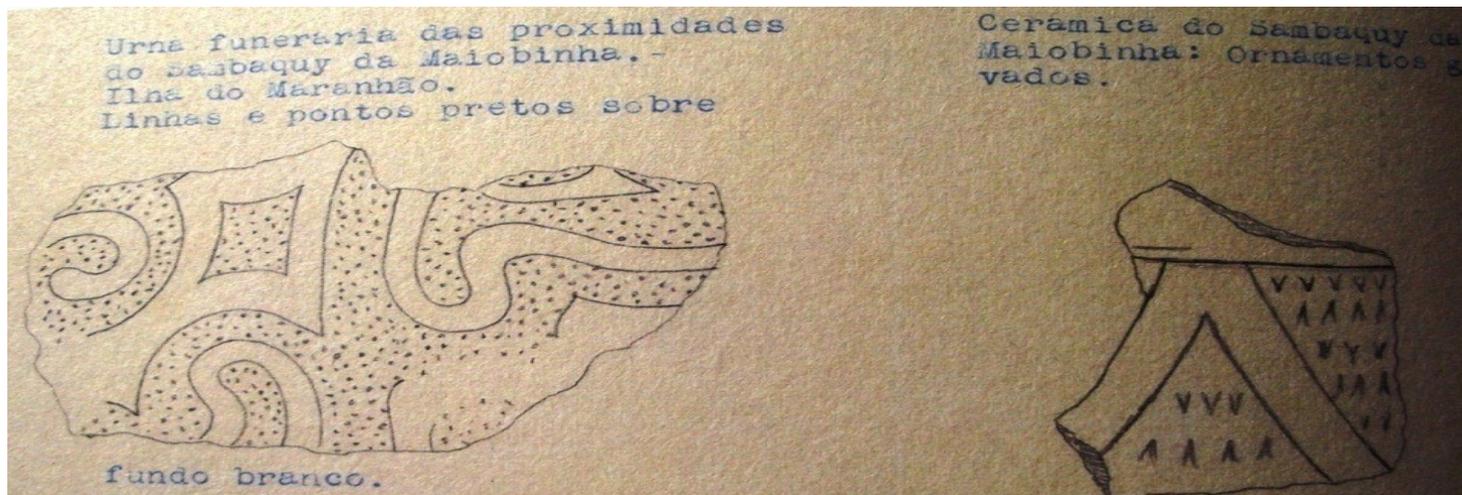


Figura 12— Reprodução de fragmentos cerâmicos encontrados no entorno do sambaqui da Maiobinha feita por Curt Nimuendajú, em 14 de outubro de 1928.

Figure 12—Reproduction of ceramic fragments found in the vicinity of the sambaqui Maiobinha made by Curt Nimuendajú, on October 14, 1928.

Na continuação da carta ao Sr. Carlos Estevão de Oliveira, o pesquisador retomou a descrição sobre o sambaqui da Maiobinha em 26 de setembro de 1928:

Pois como eu ia dizendo: só tinha uma vaga lembrança que Lopes mencionava este sambaqui no seu trabalho sobre as estearias. Resultado: consegui num só sítio um monte de cacos pintados provenientes de uma igaçaba. O velho que descobriu ela teve a péssima lembrança de soltar diversos “Diabos” quando tirou-a do buraco. Conseqüência: o dinheiro virou todo em obra de 1 quilo de pó amarelo, e o velho, justamente indignado com esta transformação, vingou-se na igaçaba bem vingado, quebrando-a bem miudinha. Mesmo assim achei muito interessantes ornamentos naqueles cacos. Consistem de labirintos e volutas de linhas e pontinhos de tinta preta sobre fundo de esmalte branco, e barras vermelhas. Arrumei mais três instrumentos de pedra. Estas coisas foram encontradas na beira do dito sambaqui. A louça que se acha misturada com os conchilios é quase toda lisa e, quando enfeitada, os

Além das informações arqueológicas, Curt Nimuendajú, em seu mapa etnohistórico sobre os povos indígenas brasileiros indicou a presença dos Tupi-

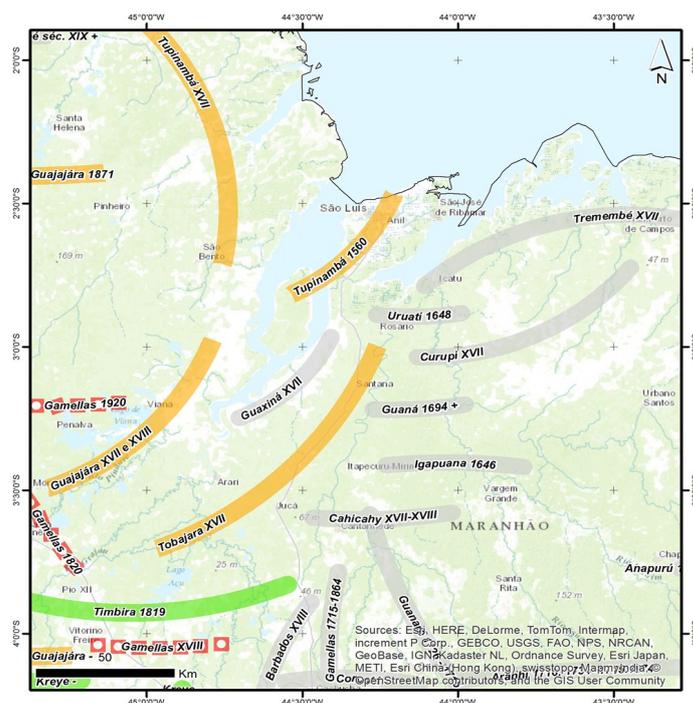


Figura 13—Mapa etnohistórico de Nimuendajú com a indicação da ocupação Tupinambá para Ilha de São Luís.

Figure 13—ethno historical map Nimuendajú indicating the Tupinambá occupation to Ilha de São Luís.

nambána Ilha de São Luís e terras vizinhas, em áreas continentais.

Em 1926, uma nota foi publicada no primeiro volume da Revista trimestral do Instituto de Historia e Geographia do Maranhão, com o título *Achado Archeologico*, de autoria do então diretor da revista, Antônio Lopes da Cunha, irmão de Raimundo Lopes:

O Snr. Dr. Franklin Ribeiro Viégas, um investigador paciente da flora maranhense, communicava ha pouco, ao director desta Revista haver o Snr. Euclides Gomes da Silva, morador do sitio da Snra. D. Luísa Soares Ferreira, que fica ao lado esquerdo da estrada carroçável para o Anil, a alguns metros para além da ponte sobre o riacho Cutim, achado umas antigalhas curiosas quando realizava alli escavações para plantar um bananal. O Dr. Antônio Lopes dirigiu-se ao lugar indicado, como o Dr. Viégas e lá, em companhia ainda do agricultor já referido e dos Snrs. José A. da Silva Guimarães e Luíz Aranha, achou alguns vasos de barro, dos quaes o maior tem uns 50 centímetros de diâmetro médio, machados de pedra e collares de contas extrahidos pelos trabalhadores da plantação, declarando-lhe o proprietário desta que os vasos estavam cheios de ossos tão decompostos, que os trabalhadores, na ância de encontrar dinheiro sob a camada de terra que os recobria, esfarelaram na sua ausencia. Alguns fragmentos desses ossos foram recolhidos. Em pesquisa realizada na ocasião da visita do Dr. Antônio Lopes ao local foram encontrados, a alguns metros da superficie do solo, outros machados de pedra, cascas de ostra (o terreno é todo capeado de uma espessa camada onde ellas são abundantes), contas esparsas, restos de carvão. Do material recolhido remetteu-se uma parte ao Professor Raymundo Lopes, no Rio de Janeiro, a fim de o estudar. O Snr. Dr. Abranches de Moura levantará um croqui do lugar, de modo a precisar a situação topographica. Não é incrível que se trate de mais um sambaqui, mas devemos aguardar que se pronuncie sobre o material que lhe foi remittido nosso ilustrado conterraneo, o professor Raymundo Lopes. A hipothese mais simples de um cemiterio de indios não é inviável e mesmo nesta o material deve ser reputado muito antigo, porquanto desde o século XVII não há indios em estado selvagem usando armas de pedra na Ilha do Maranhão. O mais curioso do

achado é constituído, porém, pelos collares e contas esparsas pelo feitio e qualidade do vidro que são fabricados (LOPES DA CUNHA, 1926, p. 77).

Segundo Antônio Lopes da Cunha, em nota complementar no *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão* (2008), todo o material coletado foi depositado no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão:

O material foi recolhido ao Instituto de História e Geografia do Maranhão. Raimundo Lopes classificou esta jazida arqueológica como enterratório indígena dos tupis, escrevendo na memória A Natureza e os Monumentos Culturais: “entre esses enterratórios destacam-se os dos tupinambás, entre os quais, o do Cutim, com vasos de barro e pérolas de vidro” (pesquisas de Antônio Lopes e João Braulino de Carvalho) (LOPES DA CUNHA, 2008, p. 143).

Raimundo Lopes (1970) retomou a descrição do sítio arqueológico do Cutim, com base na observação da cultura material coletada por seus colegas:

A cerâmica do Cemitério do Cutim do Padre é análoga à cerâmica Tupi do litoral e do Sul (v. g. a. da jazida de Piranga (H. A. Tôrres) e as figuradas em La Civilization matérielle des Tupy-Guarany, de Metreaux. Nesse enterratório encontram-se, em conexão com as respectivas urnas, muitas pérolas “de vidro” e miçangas menores que fazem pender a nossa opinião no sentido da origem pós-colonial e sobretudo franco-normada, de tais artefatos no Brasil (LOPES, 1970, p. 184).

Em Nota sobre a arqueologia da Ilha de S. Luís, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, em 1957, o sítio do Cutim foi novamente referenciado por João Braulino de Carvalho, que realizou a coleta do material arqueológico, juntamente com Antônio Lopes:

Em escavações praticadas por mim, com Antônio Lopes, na antiga Ilha Grande, encontramos precioso material, pela sua raridade. Na valiosa coleção de urnas

encontradas, todas em forma de alguidares, apresentando em sua ornamentação, zonas de punção, principalmente na face externa próxima à abertura. Desenhos circulares, volutas de traços finíssimos. Na face interna duas faixas circulares, vermelhas (urucú) na altura do terço inferior. O conteúdo dessas urnas era cinza e fragmentos de ossos. Em uma delas os ossos estavam mais conservados. Dentro deste e pertencente a uma moça, encontramos um colar de contas de vidro. São lapidadas, apresentado a forma hexagonal, de cores vermelhas, azul escuro e uma franja branca. Em todas havia um orifício na parte central. São estas contas famosas “pérolas de veneza”, assim, chamadas por serem fabricadas em Veneza” (CARVALHO, 1956, p. 7).

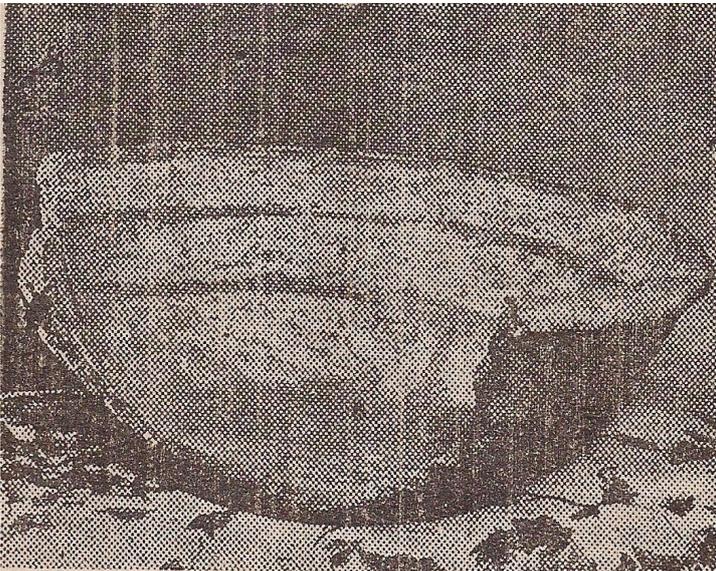


Figura 14—Urna com características filiadas à Tradição Tupiguarani, Subtradição Tupinambá, com clara indicação das faixas e frisos sobre engobo branco. Foto: (Autoria: Carvalho, 1956).

Figure 14—Urn with affiliated features Tradition Tupiguarani, Subtradição Tupinambá, with clear indication of the tracks and friezes on the white. Photo: (Author: Carvalho, 1956).

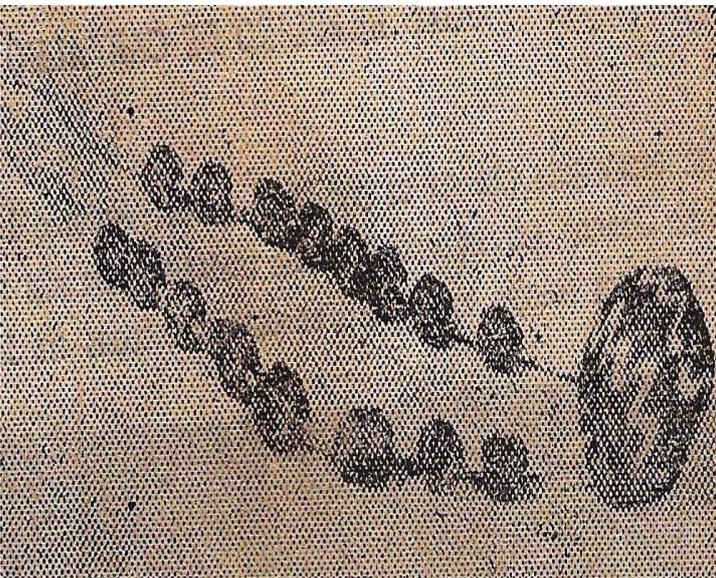


Figura 15—Colar de pedra já montado, com contas de vidro de diversos tamanhos e formatos. Foto: (Autoria: Carvalho, 1956).

Figure 15—Stone necklace, with glass beads of various sizes and formats. Photo: (Author: Carvalho, 1956).

Sobre a idade do sítio arqueológico, o autor afirmou: “somos de parecer que a urna contendo ‘Pérolas de Veneza’ pertencente à Jovem do Cutim Grande, tem cerca de 400 anos” (CARVALHO, 1956, p. 7).

Já na década de 1970, ainda no âmbito do Pronapa foi realizado o Projeto São Luís, coordenado pelo arqueólogo Mário Ferreira Simões, do Museu Paraense Emílio Goeldi, que identificou vários sambaquis na Ilha de São Luís, dos quais apenas dois sítios, o Maiobinha e Guaíba puderam ser escavados.

Tal projeto objetivava compreender os sambaquis da Ilha de São Luís, observando se essas ocupações humanas apresentavam as mesmas características socio-culturais em relação aos sambaquis paraenses, uma vez que a área geográfica em que os sambaquis estavam inseridos era bastante semelhante.

Apesar de o autor confirmar a existência da cerâmica Mina, tipo específico associado aos grupos de pescadores-coletores que ocuparam esses sambaquis, Simões informou que outros sambaquis continham fragmentos cerâmicos temperados com areia e outros com cariapé, distintos daqueles dos sambaquis” (SIMÕES, 1975).

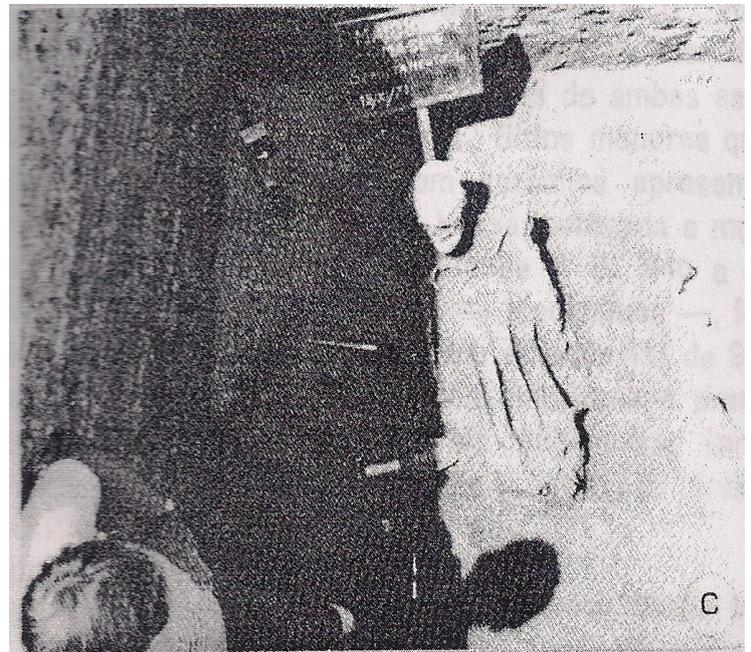


Figura 16—Sepultamento fletido entre 1,80/2,00 m exumando no Sambaqui da Maiobinha, na Ilha de São Luís. (Foto: SIMÕES, 1981b).

Figure 16—Burial flexed between 1.80 / 2.00 m exhuming the Sambaqui the Maiobinha in Ilha de Luís (Photo: Simões, 1981b).

Em relação ao Sambaqui de Guaíba (MA – SL – 8) Simões relatou:

O sambaqui de Guaíba, por sua vez, fora parcialmente destruído, exibindo um refúgio residual de apenas 1,0m de profundidade com sinais de perturbação. Ainda que diferentes entre si, as cerâmicas de ambos mostram-se melhor confeccionadas que as dos demais sambaquis locais, inclusive, com técnicas decorativas sofisticadas (SIMÕES, 1981a, p. 161).

As pesquisas de Simões foram retomadas por outros pesquisadores, a exemplo do antropólogo Olavo Correia Lima, que descreveu a cultura material existente no Sambaqui da Maiobinha:

O homem da Maiobinha possuía cultura neolítica. Era apanhador de víveres e agricultor incipiente, com vida sedentária em aldeias. Usavam implementos líticos polidos, a exemplo de seus machados, com os quais faziam as roças de mandioca, com ajuda de coivaras. Usavam forte cerâmica, algumas decoradas com traços incisivos e excisos com os quais faziam vários desenhos, algumas pinturas mono ou policromáticas. Alimentavam-se de preferência de caça e da pesca, cujas reminiscências fósseis são encontradas, especialmente as resistentes conchas de moluscos, etc. (LIMA e AROSO, 1989, p. 76).

Ainda sobre o sambaqui da Maiobinha alguns pesquisadores que trabalharam com Simões no Projeto São Luís relataram:

O sambaqui da Maiobinha, que estava em melhor estado de conservação, apresentou refúgio ocupacional de cerca de 2 metros de espessura, composto, principalmente por valvas de moluscos em mistura com fragmentos de cerâmica, de artefatos líticos, vértebras de peixes, ossos de animais e presença de dois sepulcros. Em uma primeira tentativa de seqüência seriada, notamos que a cerâmica é temperada, predominantemente, com conchas trituradas, seguido por areia e areia com cacos moídos. Junto a este material há outro, intrusivo, temperado com cariapé. O tipo de decoração predominante é a pintura ou banho vermelho. Já é uma cerâmica melhor elaborada e com técnicas decorativas bem so-

fisticadas (MACHADO et al., 1991, p.100).

Atualmente, com o avanço das pesquisas arqueológicas, é possível afirmar que a Ilha de São Luís possuía muito mais aldeamentos Tupis do que as 27 aldeias observadas pelos religiosos franceses no século XVII. Além disso, muitas ocupações vinculadas a esses povos situam-se sobre outros sítios arqueológicos, a exemplo de sambaquis e outros sítios lito-cerâmicos.

Portanto, fica evidente que os sambaquis foram reocupados por outros grupos humanos, especialmente povos Tupi, ao longo dos séculos. As diferenciações dos tipos cerâmicos observadas pelos pesquisadores refletem essa situação, visto que além das descrições detalhadas dos sítios arqueológicos, desenhos e fotografias possibilitaram observar que existe cultura material cerâmica presentes em sambaquis, que associa-se claramente aos povos Tupinambá que habitaram a Ilha de São Luís no momento da chegada dos europeus.

Considerações finais

A associação das fontes históricas e as informações arqueológicas forneceu uma perspectiva de longa duração para confirmação da presença Tupi na Ilha de São Luís, principalmente no período de contato entre os indígenas e os europeus e no período colonial. Evidentemente, para as ocupações pré-coloniais mais recuadas ou anteriores a presença Tupi na Ilha apenas os dados arqueológicos podem colaborar com a compreensão da história de longa duração dessa região.

O cruzamento das informações históricas e arqueológicas já permitiu a identificação de onze, das vinte e sete aldeias registradas pelos franceses no século XVII. Nesses sítios foi observada cultura material estreitamente associada aos povos Tupinambás, em particular a cerâmica policroma e lâminas de machado polidas.

Nos documentos históricos especial atenção foi dada aos locais das aldeias, seus líderes, modos de vida, aspectos culturais e formas de catequese. Além dos documentos oficiais, existiram relatos produzidos nos primórdios da colonização maranhense, entre 1612 a 1700, que só vieram a público após o século XVIII, na Europa e no Brasil, a exemplo dos escritos capuchinhos.

haria e, posteriormente escavados por Bandeira (2013; 2014).

O mapa a seguir ilustra as aldeias conhecidas em relação ao núcleo mais habitado da Ilha de São Luís

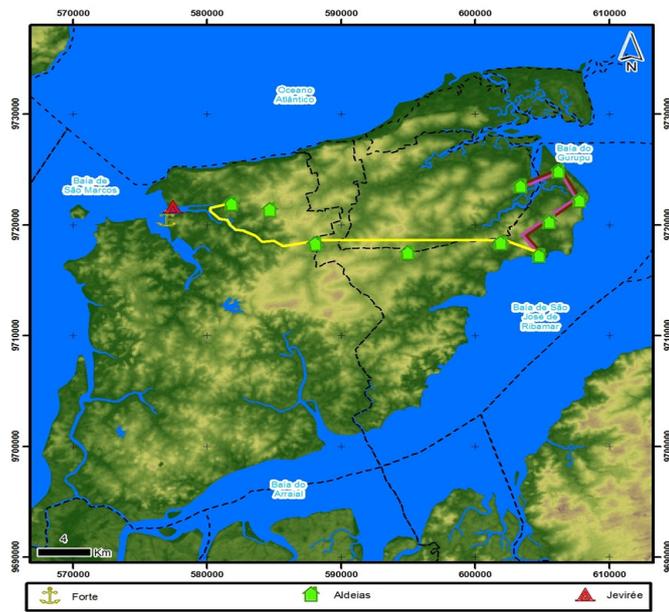


Figura 17—Indicação das aldeias Tupinambá localizadas pela pesquisa arqueológica.

Figure 17—Indication of Tupinambá villages located by archaeological research.

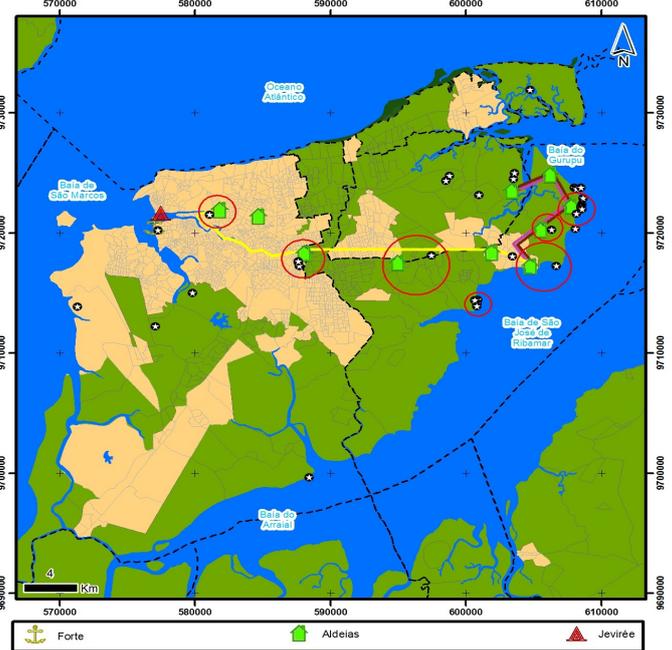


Figura 19—Indicação das aldeias Tupinambá e sítios arqueológicos em relação ao crescimento urbano da Ilha de São Luís.

Figure 19—Indication of Tupinambá villages and archaeological sites in relation to the urban sprawl of Ilha de São Luís.

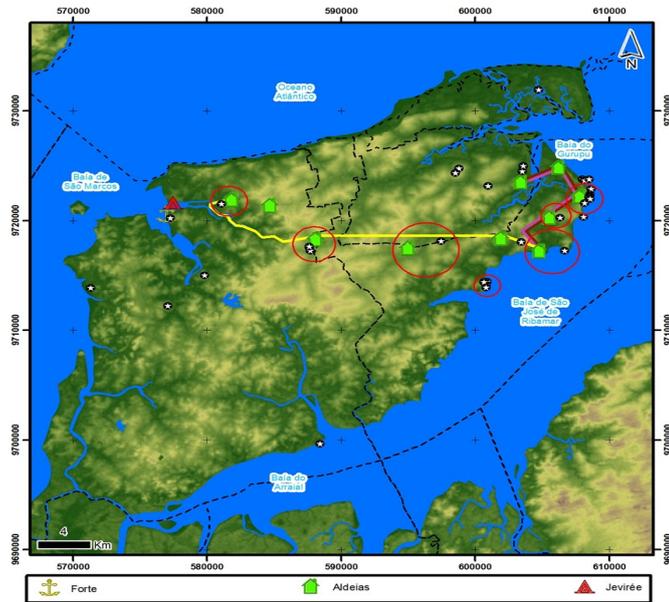


Figura 18—Indicação das aldeias Tupinambá e sítios arqueológicos próximos já identificados.

Figure 18—Indication of Tupinambá villages and archaeological sites close already identified.

Evidentemente que a expansão urbana para além do núcleo fundacional da cidade e o adensamento populacional acelerado nas últimas décadas levaram a destruição de muitos sítios arqueológicos e os possíveis locais das outras aldeias Tupinambá, a exemplo dos sítios Essauap e Maioba, atualmente os sítios Vinhais Velho e Maiobinha, respectivamente, que foram descobertos acidentalmente em atividades de engen-

e a expansão da *urbis* em relação às áreas verdes remanescentes.

Conforme exposto, as pesquisas arqueológicas que se valem das fontes históricas e documentais têm a grande possibilidade de reunir uma gama de informação a respeito da história de longa duração dos povos que ocuparam o Brasil. Para o período de contato, entre os séculos XVI e XVII tal documentação se reverte de maior importância para arqueologia, uma vez que são ricos os relatos sobre as populações indígenas encontradas pelos portugueses, espanhóis, franceses e holandeses.

Particularmente para os povos Tupi a farta documentação histórica aliada com os relatos arqueológicos demonstra a presença desses povos na Ilha de São Luís desde antes da chegada dos colonizadores franceses, no século XVII, possivelmente advindos de outras regiões do Nordeste, restando a pesquisa atual permanecer avançado na descoberta e estudo desses sítios arqueológicos.

Referência bibliográfica

APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão. Livro de Registro dos Assentos, Despachos e Sentenças da Junta das Missões (1738 – 1777). Livro n. 01, de 1738. São Luís – MA.

_____. Repertório de documentos para a História Indígena do Maranhão. São Luís: SECMA, 1997.

BANDEIRA, Arkley Marques. Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís – MA: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica. 2013. Tese (Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____. Vinhais Velho: arqueologia, história e memória. São Luís: Foto Studio Edgar Rocha, 2014.

BOSCHI, Caio. Catálogo dos Manuscritos avulsos relativos ao Maranhão, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). São Luís: FUNCMA/AML, 2002.

CARVALHO, João Brulino. de. Nota sobre a arqueologia da Ilha de São Luís. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. v. VII, n. 6. São Luís, 1956, p. 7-8.

D'ABBEVILLE, Claude. História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e circunvizinhanças. São Paulo: Siciliano, 2002.

D'ÉVREUX, Yves de. Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614. São Paulo: Siciliano, 2002.

FEITOSA, Antonio Cordeiro; TROVÃO, José Ribamar. Atlas escolar do Maranhão: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2006.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. Situação Ambiental da Ilha do Maranhão/ Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. São Luís: IMESC, 2011.

LIMA, Olavo Correia; AROSO, Odir Correia Lima. Pré-História Maranhense. São Luís-MA: SIOGE, 1989.

LOPES, Raimundo. O torrão maranhense. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1916.

_____. A natureza e os monumentos culturais. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.1, Rio de Janeiro: MEC, 1937, p. 77-106.

_____. Uma região tropical. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

LOPES DA CUNHA, Antônio. Um achado archeologico. Geographia e História. Revista Trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão. Ano I, n. 1, 1926, São Luís, 1926, p. 77.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. Método moderno de Tupí Antigo. A língua do Brasil dos Primeiros séculos. 3ª ed. São Paulo: Global, 2005.

NIMUENDAJU, Curt. Cartas do Sertão de Curt Nimuendaju para Carlos Estevão de Oliveira. Apresentação e notas: HARTMANN, Lisboa: Assírio & Alvim, 2000.

_____. Mapa etno-histórico de Curt Nimeundaju. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

NOBERTO, Antônio. (Org.). França Equinocial: uma história de 400 anos em textos, imagens, transcrições e comentários. São Luís: Projeto Gráfico Editora, 2012.

MACHADO, Ana Lúcia; CORRÊA, Conceição Gentil; LOPES, Daniel F. Os sambaquis da Ilha de São Luís – MA. In: SIMPÓSIO DE PRÉ-HISTÓRIA DO NORDESTE BRASILEIRO, 1, 1991. Anais... Recife: UFPE – CLIO – Série Arqueológica v.1, n. 4 – extra, 1991, p. 99-100.

- MARQUES, César Augusto. Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão. 3. ed. rev. e ampl. São Luís: Edições AML, 2008.
- PREFEITURA DE SÃO LUÍS. São Luís: uma leitura da cidade. Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís, 2006.
- PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Arqueologia Brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Publicações Avulsas, n. 12. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1969.
- RIBEIRO DO, Amaral. Fundação da cidade de Belém do Pará: jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco, em 1615-1616. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna; CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara. Investigando a origem e o desenvolvimento de orações dependentes nas famílias do tronco lingüístico Tupi. Revista da ABRALIN, v. 5, n. 1 e 2, dez. 2006, p. 11-32.
- SÃO LUÍS Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem. Ed. Bilingüe. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.
- SCHMITZ, Pedro. Inácio. A decoração plástica na Cerâmica da tradição Tupiguarani. In Prous, A.; Lima, T. A. (ed.). Os Ceramistas Tupiguarani: volume II – Elementos Decorativos. Belo Horizonte: Superintendência do Iphan em Minas Gerais, 2010.
- SIMÕES, Mário. Ferreira. Contribuição do Museu Paraense Emílio Goeldi à arqueologia da Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975.
- _____. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Nova Série, Belém, n. 78, 1981a.
- _____. As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870 – 1981). Suplemento Acta Amazônica, n. 11 (1), 1981b, pag. 149-165.
- STADEN, Hans. Primeiros registros escritos e ilustrados sobre o Brasil e seus habitantes. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1999.
- VAZ, Leopoldo GilDulcio. Vila do Vinhais: segunda povoação do Maranhão? Publicado em O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 31 de julho de 1994, Domingo, Caderno Alternativo, p. 28.

Submissão: 07/05/2015

Aceite: 01/08/2015

Patrimônio Arqueológico e a Educação Patrimonial: Projeto Expondo cultura das relíquias arqueológicas ao conhecimento da História

Archaeological Heritage and Education Sheet: Project exposing culture of archaeological relics the history of knowledge

Ana Lucia do Nascimento Oliveira*
ananascimentoufrpe@gmail.com

Suely Cristina Albuquerque de Luna**
lunalua2001@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo apresenta resultados da pesquisa arqueológica que retratam a história e a cultura de Pernambuco com acervos oriundos das escavações realizadas nas áreas da Refinaria Abreu e Lima (2007-2009) e no entorno do Paço Alfândega e antigo Cais do Lamarão no Recife Antigo (2002), relacionado a um projeto de Educação Patrimonial, representado através de mostra itinerante em ônibus-museu adaptado e acessível, com o objetivo de divulgar o conhecimento científico e também expor os vestígios evidenciados nos sítios arqueológicos oferecendo oportunidade à comunidade de exercer a sua cidadania através da inclusão social e visando promover o amplo conhecimento do patrimônio arqueológico do Estado de Pernambuco.

Palavras-Chave: Patrimônio arqueológico, educação patrimonial, história de Pernambuco

Abstract: This article presents results of archaeological research that depict the history and culture of Pernambuco with collections coming from the excavations carried out in the areas of Abreu e Lima Refinery (2007-2009) and around the Paço Alfândega and former Cais do Lamarão in Recife Antigo (2002), related to a heritage education project, represented by itinerant exhibition in bus-museum adapted and accessible, in order to disseminate scientific knowledge and also expose the traces evidenced in archaeological sites offering opportunity to the community to exercise their citizenship through social inclusion and to promote the extensive knowledge of the archaeological heritage of the State of Pernambuco.

Keywords: Archaeological heritage, heritage education, history of Pernambuco

* Professora Associada II da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tem experiência na área de História e Arqueologia, com ênfase em História, Memória e Patrimônio. Bolsista CAPES-Estágio Sênior no Exterior.

** Professora Adjunto II da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Pré-Histórica.

Introdução

Quando nos referimos à palavra patrimônio pode vir à mente algumas ideias a respeito do que ele venha a significar tais como: bens de família, herança paterna, riqueza ou quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade. No entanto aqui vamos tratar deste termo em outro sentido, ou melhor, dizendo em todos esses sentidos ao mesmo tempo dando nova perspectiva de compreensão da palavra patrimônio.

Patrimônio aqui será entendido na concepção de herança cultural, aquilo que nos remete ao passado, porém sem ser visto como algo distante de nossa contemporaneidade. Segundo Wagner Costa Ribeiro:

“...ele não pode ser avaliado apenas à luz do que representou. É preciso reconhecer novos usos e perspectivas de interação com a sociedade que o define a partir de elementos que compõem sua identidade cultural. (2005, p. 111)

A noção de patrimônio histórico não deve ser entendida como algo estático, uma janela do passado pela qual podemos olhar, ou melhor, evocar através da cultura material ou imaterial que estão ali, segundo Maria Célia Paoli, apenas para atestar uma herança coletiva, mas que se distancia do presente, sendo visto como curiosidade ou ilustração. Ainda de acordo com a autora o patrimônio histórico deve ser entendido como fruto de uma coletividade e

“...deveria evocar as dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo: acontecimentos e coisas que merecem ser mantidos na memória e preservados porque são coletivamente significativos em sua diversidade;...” (In: TOMAZ, 2010, p.4).

O que se preservou, o que se escolheu para se preservar quase sempre foi o patrimônio das elites. Então, o que se deseja hoje é que decidamos coletivamen-

te o que queremos e o que devemos preservar como patrimônio.

A dinâmica da vida na atualidade muitas vezes perpassa pelo discurso de que o velho deve dar lugar ao novo na mais ampla perspectiva de que esses termos significam. O velho é o ultrapassado, é o retrógrado, é o que impede o processo de modernização, discurso invocado pelos chamados “progressistas” em função de seus interesses econômicos e/ou políticos para justificar a destruição do patrimônio histórico e ambiental, dos lugares de memória da coletividade, redundando na perda da identidade cultural e tendo como consequência a dominação de uma minoria, detentora do poder econômico, sobre a maioria.

Não que sejamos contrários a modernização, ela pode e deve ser implantada, porém, deve-se ter a responsabilidade de como isso deve ser realizado em se tratando de áreas onde existe a presença de sítios históricos e naturais, e acima de tudo dialogar com a comunidade.

Conforme argumenta Maria Cecília Londres Fonseca,

“[...] uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa.” (FONSECA, 2007, p. 36)

A Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural define em seu artigo 7º que

“[...] toda criação tem suas origens nas tradições culturais, porém se desenvolve plenamente em contato com outras. Esta é a razão pela qual o patrimônio, em todas as suas formas, deve ser preservado, valorizado e transmitido às futuras gerações como testemunho da experiência e das aspirações humanas, com intuito de nutrir a criatividade em toda a sua diversidade e promover um verdadeiro diálogo entre as culturas” (UNESCO, s/d).

A atribuição de valor a um dado patrimônio pode variar em função do(s) significado(s) que o bem tem para um determinado grupo social, justificando assim a sua preservação. De acordo com Paulo César Tomaz:

“É necessário compreender que os múltiplos bens possuem significados diferentes, dependendo do seu contexto histórico, do tempo e momento em que estejam inseridos. Seus significados variam também de acordo com os diferentes grupos econômicos, sociais e culturais, embora em muitos aspectos o contexto possa ser o mesmo, pois, conforme assevera Roger Chartier, todo receptor é, na verdade, um produtor de sentido, e toda leitura é um ato de apropriação.” (TOMAZ, 2010, p. 6).

Na Constituição de 1934, artigo 10, observa-se pela primeira vez no Brasil a noção jurídica de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esse artigo tinha como objetivo responsabilizar o poder público pela preservação dos monumentos de valor histórico ou artístico de importância nacional: Art. 10 - Compete concorrentemente à União e aos Estados: III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte.

Para além de signatário da Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural e da Convenção sobre o patrimônio cultural imaterial, a proteção dos bens culturais em território brasileiro está garantida pela Lei Federal nº 25, de 30 de Novembro de 1937 a qual define as regras do

"tombamento" (inventariação) dos bens pertencentes ao "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", bem como a proteção a que esses bens ficam sujeitos no sentido da sua preservação e conservação.

A Constituição de 1988 estabelece no seu Artº 216 que,

“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

Não basta simplesmente serem concebidas leis que estabeleçam normatizações para proteção do patrimônio, são necessárias ações por parte do poder público bem como da sociedade como um todo, que propiciem ações educativas nas distintas faixas etárias que valorem o patrimônio e que a noção de pertença seja incorporada em nossa cultura.

Dentro dessa concepção, os trabalhos arqueológicos contemplam ações de educação patrimonial, de modo a integrar o conhecimento adquirido nas pesquisas junto às comunidades situadas no entorno dos sítios arqueológicos, permitindo um diálogo entre a comunidade e o patrimônio.

Educação Patrimonial

O termo Educação Patrimonial foi introduzido no Brasil, em termos conceituais e práticos (HORTA et al., 1999), no início dos anos 80, tendo como referência o Heritage Education, trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra na década anterior. No Brasil, inicialmente restrita aos museus, esta proposta metodológica edu-

cacional vem, ao longo dos anos, ganhando espaço. Algumas experiências pontuais têm apresentado excelentes resultados, fortalecendo as identidades individual e social, relacionando-as aos contextos culturais nos quais se inserem. A ação educacional, que tem por base a questão patrimonial, é essencialmente política e apresenta-se como um forte instrumento de cidadania e de inclusão social. Em termos conceituais, podemos dizer que a Educação Patrimonial é

“[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. (...) é um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (HORTA et al., 1999).

A Educação Patrimonial se configura como uma práxis educativa e social, que permite elaborar ações pedagógicas privilegiando enfoques interdisciplinares. Os bens culturais permitem a integração de diferentes saberes que vão muito além do estudo do passado.

“Alguns tópicos são idéias para a abordagem de temas do currículo básico, que atravessam várias disciplinas: a educação ambiental, a cidadania (pessoal, comunitária, nacional, incluindo os aspectos políticos e legais), as questões econômicas e do desenvolvimento tecnológico/industrial/social.” (HORTA et al., 1999).

A Educação Patrimonial equipara-se em muitos sentidos à Educação Ambiental. Ambas enfatizam a formação do cidadão, favorecendo as economias locais por meio do desenvolvimento turístico e da sustentabilidade, fortalecendo, ainda, o sentimento de pertencimento e os laços afetivos entre os membros da comunidade.

Segundo Ana Carmen Amorim Jara Casco o papel do Estado é

“[...] a elaboração de diretrizes para definição de uma política de patrimônio voltada para a educação, assim como uma política de educação voltada para a preservação do patrimônio e da memória, cuja responsabilidade é efetivamente do Estado através de seus distintos ministérios e instituições, deve considerar os diferentes universos como o da educação formal, o dos espaços culturais como os museus, assim como o vasto território das iniciativas empreendidas pela sociedade, com as liberdades e restrições que cada espaço impõe e aceita. Além do mais, é importante que fique claro que tais diretrizes devem orientar a ação institucional, e não regular o campo social que precisa ter independência e criatividade próprias para inventar e sugerir trabalhos de educação patrimonial”. (CASCO, 2006)

Outra questão que perpassa na formação de uma política de preservação do patrimônio é a formação de cidadãos livres, conhecedores de seus direitos e deveres para que possam exercer sua soberania na elaboração de projetos educativos para a salvaguarda e disseminação dos valores culturais por eles estabelecidos, com a responsabilidade da recriação e transmissão para as gerações futuras. E cremos que este é o maior desafio de toda a educação, de ser formadora de cidadania, de cultivar (cultura), de libertar “as mulheres” e os “homens” para a construção de sua própria vida e da dimensão coletiva a ela inerente.

A experiência em Educação patrimonial: projeto expondo cultura

O relato abaixo trata de uma experiência em Educação Patrimonial realizada no âmbito do município de Ipojuca, Estado do Pernambuco, e que depois uma de suas ações foi levada a outros vinte e cinco municípios pernambucanos e ainda a municípios dos estados de Sergipe e Ceará, superando as expectativas iniciais e

reforçando a ideia de que não existem fronteiras a difusão da cultura e do patrimônio. Este projeto fez parte do Programa de Levantamento Prospectivo e Salvamento Arqueológico da Refinaria Abreu e Lima, refinaria que é empreendimento da Petrobras, em cumprimento as legislações federais referentes à salvaguarda e proteção do patrimônio cultural e arqueológico brasileiros.

Repensando conceitos e fazendo o elo entre o patrimônio arqueológico e a educação patrimonial, inserimos nos trabalhos arqueológicos essa perspectiva de forma que se pudessem apresentar os resultados das pesquisas arqueológicas de forma fácil e lúdica para a população das áreas circunvizinhas da pesquisa.

Os locais percorridos durante as prospecções arqueológicas da área da Refinaria Abreu e Lima, PE revelaram a riqueza de povos, através das mais diferentes formas de expressão, das construções, dos restos arqueológicos e dos seus modos de vida. Na área pesquisada evidenciou-se 31 pontos que se caracterizaram como sítios arqueológicos, o que a torna bastante importante para o entendimento do modelo de ocupação local. Entretanto, o salvamento dos sítios arqueológicos não teria repercussão se o extenso material coletado ficasse guardado em laboratório e não fossem expostos e compartilhados com as comunidades circunvizinhas da Refinaria Abreu e Lima, na perspectiva de se construir um novo saber entre as comunidades, sobre o acervo patrimonial que compõe a área e incitar com isso a apropriação destes bens, ou seja, o reconhecimento, a valorização e preservação do patrimônio cultural local, em sua diversidade.

Diversas são as possibilidades no desenvolvimento de práticas educativas referentes ao patrimônio, não existe uma única metodologia a ser aplicada nas atividades e materiais empregados. Tudo isso vai estar de acordo com algumas situações que o pesquisador irá se

deparar no seu projeto, ou seja, tempo, recursos financeiros, recursos humanos e principalmente o seu público alvo. As estratégias para alcançar os objetivos propostos nos trabalhos de educação patrimonial irão se adequar de acordo com essas variáveis principais, mas caberá ao pesquisador hierarquizar os seus objetivos. Em nossa visão, o foco principal é o público, os outros fatores se adequarão as condições para melhor atendê-lo.

Na seleção da metodologia e materiais a serem adotados deve-se levar em consideração alguns fatores como: faixa etária, escolaridade, acessibilidade a tecnologias e informações, a situação sócio-econômica da localidade onde serão realizadas as atividades e, os possíveis canais de contato entre a comunidade e a equipe de trabalho (secretarias municipais, escolas, associações públicas e privadas, líderes comunitários, entre outros).

O objetivo da educação patrimonial, no nosso programa, foi inicialmente contemplar o público escolar do município de Ipojuca, principalmente os alunos das escolas públicas municipais e estaduais. A primeira ação foi o levantamento do número de escolas, o quantitativo de alunos em cada escola, a que séries atendiam cada uma, as condições e infra-estruturas, assim como a disponibilidade no calendário escolar para a prática das ações educativas.

A segunda ação correspondeu ao levantamento dos patrimônios culturais materiais e imateriais do município, que dariam subsídios a preparação de produtos didáticos como textos, imagens e jogos.

A metodologia utilizada para a transmissão do conhecimento advindo do levantamento patrimonial através das palestras e oficinas realizadas variou de acordo com as séries escolares que foram trabalhadas em cada escola, previamente selecionadas pelo corpo

docente e diretores e, segundo a disponibilidade de horários.

Ao final dessas ações, foi concebida uma cartilha educativa, que por solicitação da Petrobras, contemplou os dois municípios diretamente afetados pelo empreendimento, Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho. A cartilha voltada para o público escolar, especialmente alunos do ensino fundamental, consta de informações históricas e arqueológicas, juntamente com glossário de termos dessas áreas do conhecimento, um pouco sobre o que é uma refinaria (material cedido pelo empreendedor), e diversas atividades lúdicas/educacionais a serem realizadas pelo pequeno leitor.

Este projeto permitiu que se reunissem e fossem conhecidos documentos históricos e arqueológicos da área de Suape e de seu entorno, a fim de resgatar, expor e divulgar o universo histórico-cultural tanto do passado encontrado na região como aquele existente em nossos dias, inserindo-o no processo do entendimento historiográfico do Brasil, cujo povoamento não começou em 1500, mas há tempos muito anteriores a este período.

Dessa forma, percebeu-se a necessidade de divulgar para as comunidades locais um conhecimento histórico-cultural da própria localidade e também a importância desse conhecimento na sua vida e na sua formação social. Notou-se que a população dos municípios ainda desconheciam a história da região bem como a existência do patrimônio arqueológico e seu valor patrimonial local e regional.

Nesta perspectiva surgiu o projeto “Expondo Cultura: patrimônio arqueológico de Pernambuco”¹, que apresenta essa vertente, inserindo-se na linha de Patrimônio Histórico e Cultural. Além da temática específi-

ca relativa ao patrimônio e à cultura, o Projeto, em sua concepção, foi também direcionado a outros temas transversais como: *Cidadania* – na medida em que as pessoas têm acesso ao conhecimento elas adquirem a ideia de pertencimento, de responsabilidade sobre sua história; *Democratização Social* – a exposição tem ido até os lugares onde estão as pessoas, permitindo a democratização do acesso de produtos culturais à população que, normalmente, não tem oportunidades nem condições econômicas de deslocamento para museus, exposições, teatro entre outros e; *Acessibilidade* – a exposição atende pessoas com deficiência visual, auditiva e física, oferecendo oportunidade a esse público de exercer a sua cidadania através da inclusão social e, visando promover o amplo conhecimento do patrimônio arqueológico do Estado de Pernambuco, através de mostra itinerante em ônibus adaptado e acessível.

Como o projeto visa retratar a história e a cultura de Pernambuco através dos materiais arqueológicos, é apresentado nas vitrines um acervo oriundo das escavações realizadas na área da Refinaria Abreu e Lima e a área no entorno do Paço Alfândega e antigo Cais do Lamarão no Recife Antigo, traçando-se um paralelo entre os locais escavados que envolvem vestígios de duas grandes classificações: *Pré-coloniais* (cerâmica indígena, material lítico etc.) e *Históricos* (louça, ferro, cerâmica, faiança, moedas etc.). A exposição é realizada em um ônibus-museu (figura 1), composto de 08 painéis, maquete da Refinaria Abreu e Lima e 09 expositores onde as peças arqueológicas são agrupadas em função da temática abordada, TV LCD e DVD para exibição de vídeo-documentário sobre o trabalho de Salvamento Arqueológico na área da Refinaria Abreu e Lima (figura 2).

¹ O Projeto “Expondo Cultura: o patrimônio arqueológico de Pernambuco” foi financiado pela Petrobras – Refinaria Abreu e Lima e realizado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, em parceria com a Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE.

Na área externa do ônibus também há atividades didáticas, como teatro, e recursos interativos, onde é apresentado dois dioramas, sendo um reconstituindo o cenário de um aldeamento indígena típico do período pré-colonial e outro retratando o ambiente de um engenho de cana de açúcar dos séculos XVIII ao XIX (figura 3). Além dos dioramas, são disponibilizados 03 (três) computadores *touch screen* para que os visitantes assistam ao vídeo documentário e possam interagir com um sistema interativo *Quiz* cultural – jogo de perguntas e respostas sobre a história e cultura de Pernambuco, através do qual podem testar seus conhecimentos nos níveis fácil, médio e difícil (figura 4). Nessa área também é montada uma estrutura de suporte à encenação de peça teatral intitulada “Descobrimos Patrimônios”, que retrata um momento de descoberta de um vestígio arqueológico por um escavador na área da Refinaria Abreu e Lima, abordando temas como patrimônio, identidade cultural, memória e meio ambiente.

Além do material gráfico construído durante a elaboração do projeto como: cartilha, catálogo sobre a exposição, folder, e pôster, o projeto desenvolveu um site: www.expondocultura.org.br com o objetivo de divulgar o projeto e também expor os vestígios e sítios arqueológicos evidenciados nos municípios contemplados pelo projeto, mostrando os diversos bens culturais e naturais que os locais apresentam.



Figura 1—Visão externa do ônibus-museu Expondo Cultura



Figura 2—Visão interior do ônibus-museu Expondo Cultura



Figura 3—Diorama de engenho de açúcar

Considerações finais

Como resultado parcial deste projeto, que se iniciou para atender uma demanda específica das escolas públicas de Ipojuca, e que cresceu de forma extraordinária contemplando um público de mais de 60 mil pessoas em três anos de atividades sem ter desviado sua atenção do público alvo que eram os estudantes da rede pública, o projeto também atendeu a diferentes públicos quando da sua participação em eventos culturais ao longo desse percurso, bem como atendendo a convites de escolas da rede privada que solicitavam a visita do ônibus-museu.

Acreditamos ter atingido, neste curto espaço de tempo nas comunidades que tivemos a oportunidade de trabalhar, o objetivo inicial de nosso projeto que foi o de divulgar e ampliar o conhecimento histórico através dos vestígios arqueológicos e, despertar na comunidade a consciência de que seu patrimônio é um instrumento que possibilita o resgate de uma memória local diversificada e a constituição de laços identitários. Vale ressaltar que o desconhecimento de seu patrimônio leva a comunidade ao “esquecimento” das memórias locais



Figura 4—Estudantes em atividade no *Quiz* cultural

construídas historicamente e a descaracterização da identidade cultural dos grupos que circundam o acervo patrimonial.

Portanto, a busca por criar mecanismos e ambientes favoráveis à transformação dessa realidade é hoje fundamental tanto para que os indivíduos façam uma leitura crítica do mundo que o rodeia, quanto para que se busque: conhecer as transformações ocorridas na sociedade ao longo do tempo naquele espaço; para que seja proporcionado o diálogo entre as gerações; que se permita a continuação da dinâmica cultural com suas ressignificações, sem esquecer-se de seus elementos formadores.

Referências bibliográficas

CASCO, Ana Carmen Amorim Jará. Sociedade e educação patrimonial. Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN, Dossiê: Educação patrimonial. Nº 3 - Jan. / Fev. de 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da Política Federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural, In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; Grunberg, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio da Humanidade, Cultura e Lugar. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 111-124, 2005.

SILVA, Zélia Lopes da. Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.

TEIXEIRA, Simonne; VIEIRA, Silviane de Souza; MORAES, Allana Pessanha de. A Gente Também: Educação Patrimonial e Cidadania. Em Extensão, Uberlândia, V. 5, 2005-2006.

TOMAZ, Paulo César. A Preservação do Patrimônio Cultural e sua Trajetória no Brasil. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais Maio/ Junho/ Julho/ Agosto de 2010 Vol. 7 Ano VII nº 2, p. 1-12.

Submissão: 13/04/2015

Aceite: 13/09/2015

Sociedade, Arqueologia e Patrimônio: As relações de pertencimento da Comunidade Zabelê com a área arqueológica do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC)

Society, Archaeology and Heritage: The relationship of belonging in the Zabelê community with the archaeological heritage of the Serra da Capivara National Park (PNSC)

Jaime de Santana Oliveira*
jaimesantana19@hotmail.com

Jóina Freitas Borges**
joinaborges@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir as relações de pertencimento da comunidade Zabelê com a área do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC) e seu patrimônio arqueológico. Dentro deste eixo, a noção de arqueologia pública e arqueologia colaborativa tem propiciado novas reflexões, contribuindo para se pensar em uma pesquisa arqueológica em que se considere os diferentes tipos de conhecimento: o científico (acadêmico) e o conhecimento das comunidades tradicionais, dentro de uma esfera onde não ocorra hierarquia entre os mesmos, e que ambos sejam utilizados para gestão e manejo do patrimônio arqueológico. A chegada da missão franco-brasileira, no Sudeste do Piauí, na década de 1970, marcou a história da comunidade Zabelê com a criação do PNSC, pois sendo o Parque uma unidade de conservação de proteção integral, sua criação implicou na desapropriação da comunidade Zabelê. Diante de tal contexto, abordamos o problema: quais as relações de pertencimento da comunidade Zabelê com a área arqueológica do PNSC?

Palavras-Chave: Comunidade Zabelê, Parque Nacional Serra da Capivara, arqueologia pública, patrimônio

Abstract: This article aims to discuss the relationship of belonging in the Zabelê community with the archaeological heritage of the Serra da Capivara National Park (PNSC). Within this axis the notion: public archeology and symmetrical archeology have provided new insights and contributed to a new way of archaeological research in which the different types of knowledge can be considered: the scientific (academic) and the traditional communities knowledge, thinking about this in a different view in which there is no hierarchy among them, but that where both are used for management and preservation of the archaeological heritage. The arrival of the French-Brazilian Mission in southeastern Piauí, in the 1970s, marked the history of this community with the creation of the Serra da Capivara National Park (PNSC), This park was a full-time conservation unit, as a result of its creation, the community was expropriated in order to meet the notion of heritage preservation of that period. Faced with this context we address the problem: what are the relations of belonging Zabelê community with archaeological area of PNSC?

Keywords: Zabelê community, Serra da Capivara National Park, public archaeology, heritage

* Mestre em Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI)

** Professora adjunta do Curso de Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Realiza pesquisas relacionadas à História e Arqueologia da Costa Norte (Ceará, Piauí, Maranhão e Pará).

Introdução

Este trabalho é parte dos resultados da pesquisa que está sendo realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Piauí, fundamentado a partir das concepções da arqueologia pública e arqueologia colaborativa. Busca-se, assim, discutir as valorações que permeiam as relações estabelecidas entre a comunidade Zabelê, Parque Nacional Serra da Capivara, e o patrimônio arqueológico dessa região.

Os estudos sobre a prática da pesquisa arqueológica e suas relações com as comunidades locais têm possibilitado questionamentos, a fim de melhor sanar a dicotomia entre sujeito e objeto, desta forma, a produção arqueológica, tanto em nível acadêmico como em nível profissional, ganhou novas páginas que apontam maior atenção ao uso simbólico dos espaços pelas comunidades do entorno dos sítios.

Dentro dessa perspectiva, esse trabalho propõe que seja redobrada a atenção, não somente às associações, interpretações e usos simbólicos diretos dos espaços arqueológicos, mas também às relações de vínculos que os sujeitos estabelecem com a memória dos antepassados, nos espaços onde estão inseridos os sítios, lugares onde se desenvolviam as práticas cotidianas dos familiares, nos quais se estabeleceram vínculos de identidade da comunidade Zabelê com o território onde hoje é o PARNA¹ Serra da Capivara.

Para realizar essa reflexão, algumas questões devem ser abordadas, tais como a própria pesquisa arqueológica no Brasil, que tem passado por momentos de conquistas, mudanças e desafios frente ao crescimento dos grandes empreendimentos no país. A forma

como é pensada a arqueologia nos dias atuais é bem diferente das práticas desenvolvidas há quarenta anos, e o processo de reflexão sobre o modo de fazer arqueologia no passado ajuda a entender melhor o desenvolvimento dessa ciência nos dias atuais.

O crescimento da arqueologia preventiva provocou uma evolução na legislação arqueológica no país, a qual tem desdobramentos importantes para as comunidades do entorno dos sítios e, no caso em questão, da comunidade Zabelê do PARNA Serra da Capivara. Associada a esta discussão, cabe trazer para o debate, a criação das Unidades de Conservação a partir de modelos preservacionistas tradicionais, considerando, neste sentido, a necessidade de fazer uma revisão nesses modelos, assim como adequação a documentos já elaborados, a exemplo da Carta de Burra de 1999, que prevê a conciliação da preservação com o uso, buscando assim uma etnoconservação² por meio de manejos tradicionais ou etnomanejios, onde as populações tradicionais, ao invés de serem expulsas de suas terras para a criação de um Parque Nacional, passariam a ser valorizadas e recompensadas pelo seu conhecimento e manejo (DIEGUES, 2008).

Essas discussões podem ser contempladas dentro do campo da arqueologia pública, que é compreendida como a prática arqueológica que tem uma interação com a sociedade. De acordo com (HOLTTORF, 2007, in: CARVALHO; FUNARI, 2009,) existem três modelos gerais que caracterizam as atuações dos arqueólogos dentro do campo da arqueologia pública, sendo o primeiro, o “modelo de educação”, onde predomina a permanência da tradição iluminista de se compreender a academia e a sociedade como duas esferas distintas. Segundo, o “modelo da

¹ Parque Nacional (PARNA).

² A etnoconservação é meio de conservação/preservação que se utiliza do conhecimento das comunidades tradicionais para realização de manejo tradicional ou etnomanejo, considerando a preservação importante não somente através de critérios biológicos, mas também dos critérios decorrentes das paisagens criadas pelas comunidades tradicionais (DIEGUES, 2008).

relação pública”, que almeja melhorar a imagem da arqueologia na sociedade e terceiro, “modelo democrático”, que se configura como uma alternativa que apresenta maior valorização igualitária do conhecimento, entre diferentes tipos de conhecimento e sujeitos (CARVALHO; FUNARI, 2009).

Outro viés que dialoga com o supramencionado é o da arqueologia colaborativa, que se caracteriza por ter maior preocupação com as comunidades do entorno dos sítios, e avança no sentido de procurar desenvolver uma prática arqueológica em colaboração com as comunidades, inserindo-as no trabalho de campo e utilizando as suas interpretações sobre os bens e espaços patrimoniais (GNECCO, 2010; SILVA, 2009; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008). De acordo com Silva (2011, p. 214), é necessário que “[...] não se aborde o público leigo através de uma ‘alfabetização cultural’, quando nos cabe, lutar pela expressão da multivocalidade através do patrimônio arqueológico”.

Partindo dos pressupostos da arqueologia pública e da arqueologia colaborativa, a construção do conhecimento científico não se apresenta de forma tão privilegiada em relação ao conhecimento das comunidades tradicionais, assim, pode-se advogar por uma arqueologia simétrica, que rompa com o dualismo entre sujeitos e objetos de conhecimento (LATOURE, 2008).

Neste sentido, a importância do Parque Nacional Serra Nacional Capivara, reconhecido como patrimônio cultural da humanidade pelas Organizações das Nações Unidas para Ciência e Educação (UNESCO) em 1991, dar-se-á não somente por possuir 1158 sítios arqueológicos catalogados, possuindo, dentre estes, 800 sítios com ocorrência de registros rupestres e abrangendo uma ocupação que remonta quase 100 mil anos de presença de grupos humanos.³ Diante do exposto, valorizar este patrimônio passaria também por preservar o

modo de vida das comunidades locais, que apresentam seus próprios costumes, marcados por valores desenvolvidos frente às suas relações com seu território, sua história e seu patrimônio.

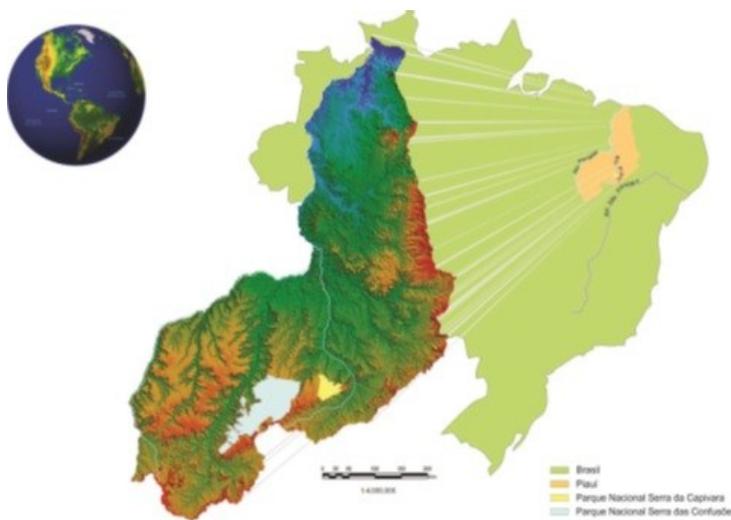


Figura 1—Mapa com a localização do Parque Nacional Serra da Capivara no Mundo, no Brasil e no Piauí.

Picture 1—Map with the location of the Serra da Capivara National Park in the world, in Brazil and Piauí. Fonte: Acervo FUMDHAM.

O Parque Nacional Serra da Capivara apresenta uma área de 130.000 hectares e 214 km² de superfície (figura 1). A região do PNSC compreende vários Municípios no seu entorno, entre os quais, Coronel José Dias, João Costa, Brejo do Piauí e São Raimundo Nonato. A comunidade Zabelê que, atualmente, se situa em São Raimundo Nonato, foi a mais impactada com a criação do Parque, pois localizava-se na área central. Outras comunidades com número menor de habitantes também foram afetadas, porém, por estarem na zona periférica, não houve necessidade da retirada de seus domicílios.

Ciência das comunidades ou ciências para as comunidades? As pesquisas arqueológicas na área do Parque Nacional Serra da Capivara

“A arqueologia brasileira tem seu início embasado por uma perspectiva colonialista, marcado pela presença de naturalistas europeus, que procuravam explorar um passado exótico e distante” (BARRETO, 2000, p. 33). Essa fase de admiração dos objetos exóti-

³ Dados obtidos na no Acervo da Biblioteca da FUMDHAM em pesquisa de campo em 2014.

cos predominou até a institucionalização da arqueologia nos museus e nos centros de pesquisa científica (BARRETO, 2000). De acordo com Barreto (2000, p. 9):

[...] a arqueologia surgiu dentro das universidades, não através de projetos intelectuais específicos, mas a partir de campanhas preservacionistas, promovidas por alguns poucos intelectuais indignados com a destruição acelerada dos sítios arqueológicos e a falta de profissionais especializados para resgatá-los.

Com uma forte influência de correntes teóricas e arqueólogos estrangeiros, a arqueologia deu um passo importante para sua institucionalização no Brasil, na primeira metade do século XX. Dentre seus principais contribuintes, Paulo Duarte teve importante atuação no Instituto de Pré-História, junto à Universidade de São Paulo (USP), onde com sua influência, possibilitou a vinda de arqueólogos, como Paul Rivet e, posteriormente, Annette Laming-Emperaire (arqueóloga), que teve papel importante na instalação da Missão Francesa no Brasil e por estudos na região de Minas Gerais (BARRETO, 2000).

O início das pesquisas arqueológicas no Sudeste do Piauí ocorreu em 1970, com a chegada da Missão Franco-Brasileira a São Raimundo Nonato. As primeiras informações que os pesquisadores tiveram sobre as pinturas rupestres da região, foram provenientes de fotografias, as quais o prefeito do Município de São Raimundo Nonato, Gaspar Dias Ferreira, enviou para uma exposição no Museu Paulista.⁴

A arqueóloga Niède Guidon⁵, por sua vez, relatou que quando desenvolvia pesquisas junto à Universidade de São Paulo (USP), onde trabalhou com Paulo

Duarte, no Museu Paulista, organizaram uma exposição sobre as pinturas rupestres de Minas Gerais, sendo os sítios uns dos poucos conhecidos com registro rupestre. Neste evento, a arqueóloga recebeu as fotos das pinturas de São Raimundo Nonato. Em entrevista, a arqueóloga Niède Guidon fala de suas primeiras impressões.

Eu olhei as fotos e vi que era algo completamente diferente. Perguntei a ele onde era, ele me disse como fazia para vir até aqui. Isso foi em junho, e nas férias de dezembro eu peguei meu carro e vim. Só que dezembro chovia muito, e uma ponte do rio São Francisco tinha arrombado e eu não consegui passar. Depois, então, em 64, eu saí da USP fui embora pra França, fiquei trabalhando na França, mas aquelas pinturas... eu fiquei com elas na cabeça. E em 1970 eu vim numa Missão Francesa aos índios de Goiás. Quando terminou o trabalho lá, eu disse: não, agora eu vou passar pelo Piauí! E cheguei ao povoado que naquela época se chamava Várzea Grande, que hoje é Coronel José Dias. E conversei com as pessoas e elas disseram assim: “tem aí”, foram me mostrar, me mostraram cinco sítios ali no desfiladeiro da Capivara, então eu fiz as fotos, levei pra França e com isso eu consegui criar uma missão.

Assim, a pesquisadora Niède Guidon, que trabalhava na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, tomou conhecimento destas pinturas e manifestou interesse em conhecê-las. Em 1964, fez a primeira tentativa de chegar à região de São Raimundo Nonato, no entanto, por conta das fortes chuvas e mau estado das estradas, sua viagem acabou sendo interrompida. Com isso, a pesquisadora voltou para terminar seus estudos na França e só chegou à região na década seguinte.

A partir de 1970, a Missão Arqueológica Franco-Brasileira, composta por Niède Guidon e com a colaboração de Silvia Maranca e Agda Moraes Vilhema,

⁴ Entrevista concedida pelo ex-prefeito Gaspar Ferreira em sua residência, no Município de São Raimundo Nonato em Outubro de 2013.

⁵ Entrevista concedida por Dra. Niède Guidon em sua residência, no Município de São Raimundo Nonato em Fevereiro de 2014.

conseguiu fundos junto ao governo francês, e iniciou um longo estudo dos sítios arqueológicos na região, priorizando a classificação tipológica dos registros rupestres em tradição, subtração e estilo. Conforme o Sr. Nilson Alves Parente⁶:

[...] Em 70 (setenta) a Niède chegou aqui com aquelas fotos procurando o pessoal por Gaspar Ferreira. Gaspar Ferreira me manda ela lá ponta eu, [para onde eu estava na comunidade Zabelê], ela chegou lá com as fotos perguntando, disse: - conheço, foi eu quem tirei, aí ela me convidou pra que eu fosse com ela mostrar a ela, aí eu fui, e [disso adiante passaram 10 anos], eu fazia estrada, fazia aqueles camizin de facão para andar com jumento, para andar com as sacas nas costas, mostrando aquelas pinturas para ela, né? Quando foi nos anos oitenta ela criou o Parque Nacional aí começou o desmantelo do povo do Zabelê” (Grifo: modificação do autor a fim de melhorar entendimento da expressão).

culturalista.⁷ No cenário da arqueologia brasileira, por volta da década de 1970, observam-se duas diferentes escolas predominantes: uma de influência estadunidense, com projeto do PRONAPA⁸, e outra de influência francesa, a Missão Franco-Brasileira. Esta última, com maior atuação na região de Estado de Minas Gerais e no nordeste, no Estados do Piauí.

Quando se observa a documentação contida no acervo da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), constata-se este viés histórico-cultural, o qual se manifestou, principalmente, na busca de delimitação e caracterização das áreas arqueológicas do Sudeste do Piauí, no conhecimento de cronologias e principalmente na classificação dos painéis de registros rupestres. Na tabela, a seguir, são apresentadas as principais atividades da pesquisa de campo:

Etapas	Atividades desenvolvidas na região do PNSC no início de 1970
1 ^a	Localização e mapeamento das áreas prospectadas.
2 ^a	Descrição dos abrigos e elaboração de croquis dos mesmos.
3 ^a	Decalques das pinturas em plásticos transparentes.
4 ^a	Levantamento fotográfico completo dos painéis.
5 ^a	Descrição e localização dos painéis.

Tabela 01—Etapas das pesquisas arqueológicas nos primeiros anos das pesquisas.

Table 01—Stages of the archaeological research in the early years of the research. Fonte: Pesquisa de Campo, 2013 (Acervo da FUMDHAM).

Vale ressaltar que neste primeiro momento, as pesquisas arqueológicas no Brasil foram desenvolvidas, em sua maior parte, sob uma perspectiva histórico-

Nesta época, a noção de patrimônio arqueológico restringia-se muito à noção de bens pré-históricos, os quais eram mencionados na redação da Lei 3.924, de

⁶ Nilson Alves Parente. Entrevista realizada em sua residência, povoado Novo Zabelê, set. 2013.

⁷ Sobre histórico-culturalismo, de acordo com Reis (2010), esta posição teórica norteou as pesquisas arqueológicas durante o século XIX, e primeira metade do século XX tanto na Europa como nos Estados Unidos. Priorizou em suas características a elaboração de linhas gerais de tempo em relação aos principais eventos, estudando assim as mudanças culturais das sociedades pré-históricas de uma determinada região, determinada área e estágios culturais, partindo de princípios como: invenção, difusão e migração.

⁸ O PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) iniciou-se em 1965 e terminou em 1970, reunindo pesquisadores de diversos Estados do Brasil. Teve patrocínio do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da *Smithsonian Institution*, contando com o aval da então SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

26 de julho de 1961. Esta lei surgiu em um momento muito particular de discussão sobre a necessidade de preservação, principalmente dos sítios sambaquis, existentes no litoral brasileiro. Foi também o momento da institucionalização da arqueologia, no país, não existindo de fato, ainda, uma preocupação com as comunidades do entorno dos sítios arqueológicos.

Considerando este contexto, e a noção de preservação, que era diferente dos dias atuais, no ano de 1975, após três meses de trabalhos, as equipes de pesquisadores fizeram um balanço dos trabalhos realizados, denunciaram a degradação nos ecossistemas regionais, principalmente em virtude de atividades agrícolas e de caça. Desta maneira, a arqueóloga Niède Guidon enviou uma carta ao então governador do Estado do Piauí, Dirceu Arcoverde, expondo os fatos e solicitando a criação de um Parque Nacional, na área, para proteger o meio ambiente e preservar os sítios arqueológicos.

Seguem trechos da carta encaminhada ao governador:

Senhor Governador

[...] Minha intenção é realizar a cobertura dessas lapas antes que elas sejam destruídas, de modo que fiquem documentadas para sempre. [...] Tenho verificado de 1970 para 1973 e para 1975 que certas pinturas foram destruídas. Lapas imensas cobertas de desenhos hoje estão nuas nas paredes erodidas, pedaços de rochas com restos de figuras caídas no solo. Procurando saber as razões, obtivemos a informação de que durante a seca os habitantes queimaram a vegetação dos baixões e, às vezes, o vento empurrava o fogo de tal modo que ele chegava até as lapas das beiradas das falésias e o calor fez explodir as paredes, estragando para sempre esse patrimônio cultural brasileiro. Seria impensável proibir essas queimadas, mas talvez a solução que o

governo do Piauí conseguisse junto ao Governo Federal que toda essa região, incluindo zonas dos Municípios de São Raimundo Nonato, São João do Piauí, Canto do Buriti e Caracol, fosse transformada em Parque Nacional.⁹

É importante considerar que por estarem passando por um momento de intervenção militar no país, os grupos tidos como minoritários (indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais), passaram por este período esquecidos pelo Estado, quando se tratava de políticas públicas. Foi, portanto, um momento de negação dos seus direitos, em função de projetos desenvolvimentistas. Logo, para poder entender o contexto das políticas preservacionistas, no PNSC, não se pode estudar este caso desvinculado do contexto nacional.

Por mais que, na década de 1980, tenha completado algo próximo de cinquenta anos de pesquisas científicas, a arqueologia brasileira era algo muito embrionário e carente de uma perspectiva crítico-social, na medida em que a comparamos com os Estados Unidos, na América do Norte, e outros países da Europa. Isso pode ser constatado na leitura de autores como Reis (2010) e Magalhães (2005) que fazem uma crítica à arqueologia brasileira, onde acusam a falta de uma teoria própria.

Vem a corroborar com esta falta de uma arqueologia crítica brasileira, a própria estratégia de preservação para a área do Parque Nacional, a qual foi inspirada nos modelos de *Yellowstone*, nos Estados Unidos, e *Kakadu*, na Austrália. Talvez este seja um ponto a se pensar na gestão do PNSC, que também é recorrente na arqueologia brasileira, que foi olhar para fora, para se pensar as estratégias de preservação patrimoniais em comunidades locais, que possuem particularidades e relações únicas com seus espaços e patrimônios. Quan-

⁹ Carta encaminhada ao Governador do Estado do Piauí (PLANO DE MANEJO, 1991).

do se deixa de explorar o nosso contexto, para pensar modelos pré-estabelecidos, estamos propensos a perder as idiosincrasias.

Para a região sudeste do Piauí, não era diferente. A prática arqueológica desenvolvida era essencialmente pautada em conceitos positivistas, na medida em que se consideravam, principalmente, dois pontos: primeiro, a valorização do conhecimento científico em detrimento de outras fontes de conhecimento, como a memória; segundo, tem-se maior preocupação em contribuir para a construção de um patrimônio nacional, fruto de um discurso nacionalista, do que interesse com o bem-estar e reprodução das tradições e saberes das comunidades locais. Dentro desta perspectiva, o projeto: “O Homem do Sudeste do Piauí, da Pré-História aos Dias Atuais e a Interação Homem-Meio”, ajuda a entender como foi construído o pensamento arqueológico, no sudeste do Piauí.

No cenário atual, observa-se que alguns dos paradigmas que foram colocados em prática na arqueologia brasileira, durante o século XX, começam a entrar em crise, na medida em que o movimento pós-processual questionou muitos pressupostos e axiomas, de forma que o registro arqueológico passou a ser visto sob outro olhar, relativizando a relação hierárquica entre as diversas fontes. Neste sentido, a cultura material, os relatos orais, as imagens e os documentos escritos passaram a ser vistos de forma mais equivalente, sendo assim utilizados como fontes que apresentam a mesma importância para a pesquisa (BEAUDRY et al. 2007).

O processo de criação do Parque Nacional, em 05 de junho de 1979, por meio do Decreto nº 83548¹⁰,

gerou um grande descompasso entre os interesses das comunidades e dos pesquisadores, em função da execução do projeto de desapropriação das terras, ocasionando uma situação de conflito, pois este decreto, que determinava a delimitação da área da unidade de conservação, aconteceu diante de um desconhecimento das condições sociais existentes, assim como, do desconhecimento ou acordo com as comunidades.

Dentro deste cenário da criação do PARNA, que aconteceu em um território que possuía várias comunidades, a comunidade Zabelê foi uma das mais impactadas, pois encontrava-se na parte central do território, que corresponde ao Parque. Sendo assim, o processo de criação da Unidade de Conservação, marcou a vivência dos seus sujeitos nos últimos anos, em decorrência do desenvolvimento das pesquisas arqueológicas e, principalmente, das ações de desapropriação.

Observa-se na literatura sobre patrimônio ambiental, que a concepção de áreas protegidas provém do século XIX, nos Estados Unidos, a fim de proteger a vida selvagem, ameaçada pela vida urbana industrial, destruidora da natureza. De acordo com o pensamento dessa época, a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ilhas, onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la, criando-se uma espécie de mito moderno da natureza intocada (DIEGUES, 2008). De certa forma, essa foi a noção que guiou, por muitos anos, as criações das Unidades de Conservação no Brasil, sendo, contudo, hoje em dia, bastante questionada. Esta noção de preservação e autenticidade do patrimônio arqueológico e ambiental foi pensada partindo de uma concepção de ciência predominantemente

¹⁰ Decreto Presidencial o qual cria o Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC): “Art. 1º - Fica criado, no Estado do Piauí, o Parque Nacional da Serra da Capivara, com a área de aproximadamente 100.000 ha, subordinado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Agricultura, compreendida dentro do seguinte perímetro: o ponto inicial (ponto 1) é determinado a 1.000 m a oeste da nascente principal do Riacho Nova Olinda sobre o paralelo 08º50'S, desse ponto segue em linha seca de aproximadamente 20.500 m coincidente ao paralelo 08º50'S até o ponto geograficamente determinado pelas coordenadas 42º32'28" W E 08º50'S. Deste ponto, segue por aproximadamente 16.000 m no sentido W-L (oeste-leste) acompanhando a cota de 400 m até encontrar linha telegráfica que liga São João do Piauí a São Raimundo Nonato.

assimétrica, proveniente do pensamento moderno que separa em campos distintos, homem e natureza, sendo este um paradigma a ser superado, atualmente (LATOURE, 2008).¹¹

Percebe-se que ao invés de pensar uma etnoconservação, por meio de um etnomanejo, em que fosse utilizado o conhecimento das comunidades tradicionais, a fim de construir uma ciência das comunidades, o que aconteceu foi a implantação de modelos externos, ao tempo que processos desse tipo devem ser tratados caso a caso, através de uma inserção das comunidades em todas as etapas, criando-se, assim, sistemas participativos de manejo.

A relação de memória e pertencimento dos moradores da comunidade Zabelê com a área arqueológica do Parque Nacional da Serra da Capivara

De acordo com Sousa (2011), a trajetória histórica e os processos de ocupação da região sudeste do Piauí foram marcados, em princípio, pelos confrontos entre o colonizador pecuarista e os nativos indígenas. Conforme Borges (2004), estes tiveram suas terras usurpadas, suas sociedades desagregadas, tendo que se adaptar ao processo colonizador. Suas histórias foram negadas sob a alcunha do “extermínio”, muitos foram mortos, porém muitos se transformaram: escravos, vaqueiros, meeiros, assalariados, pequenos proprietários rurais, dentre outros. Várias comunidades atuais trazem lembranças de parentes pegos a “dente de cachorro”, ou à “pata de cavalo”, denotando essa raiz indígena, que precisa ser revalorizada e cujas histórias e memórias merecem ser registradas.

A Comunidade Zabelê e outras comunidades menores, que estavam situadas dentro da área do Par-

que Nacional da Serra da Capivara, foram núcleos populacionais ou povoados que surgiram a partir da segunda metade do século XIX, com efeito de duas atividades econômicas principais: primeiro a criação do gado, de forma extensiva e, logo após, nos fins do século XIX, a exploração da maniçoba, que após a crise do látex no Brasil, retomou sua tradição camponesa. Foi, exatamente, nessa retomada, pós-*boom* da maniçoba, que foi instituído o Parque Nacional.

O povoado Zabelê era uma comunidade de pouco mais de duzentas pessoas, que moravam na região onde foi criado o Parque Nacional Serra da Capivara, como se observa na documentação do Plano de Manejo (1991). O Decreto que assegurou a criação do PNSC deixa entrever que não se tinha conhecimento, por parte do Governo Federal, da existência de moradores nesta área, o que vem a demonstrar uma falha no sistema público, pois o estudo e demarcação da Unidade de Conservação deveria ter ocorrido anteriormente à sua criação.

Chama-se a atenção para o fato de que somente cinco anos após a criação do Parque Nacional Serra da Capivara, em 16 de maio de 1984, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) da Secretaria do Meio Ambiente, antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), assinou um convênio com o Instituto Terra do Piauí (INTERPI) a fim de que se procedesse à demarcação do Parque e sua caracterização fundiária. Nesta ocasião, por erro de informação, considerava-se que na área do Parque Nacional da Serra da Capivara não houvesse ocupantes (PLANO DE MANEJO, 1991).

De acordo com o Plano de Manejo (1991) do PNSC, em 1984, foram identificados, conforme o rela-

¹¹ Para Latour (2008) a dicotomia entre sociedade e natureza provoca uma relação assimétrica na construção do conhecimento. Entendemos que uma proposta de arqueologia simétrica que quebre com a relação de hierarquia entre o conhecimento científico (acadêmico) e conhecimento das comunidades tradicionais vem a contribuir para que se possa valorizar a memória das comunidades tradicionais, criando condições para afirmação de novas identidades, por meio da arqueologia pública.

tório do Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro (IPARJ) e IBDF, uma quantidade de 250 habitantes, sendo 130 proprietários, 118 posseiros e 2 incluídos na categoria de “outros”, dados esses que apresentam diferença do primeiro, que notifica 91 ocupantes, que residiam dentro da área do Parque Nacional, e 167 que não eram residentes, representando um total de 258 pessoas, o que demonstra discrepância.¹²

Estas famílias, que residiam no antigo povoado Zabelê, realizavam suas atividades de subsistência retirando seus alimentos da própria localidade, através da caça e do plantio de uma agricultura de subsistência.

Essas famílias, contudo, que, em princípio, foram esquecidas pelo poder público, foram fundamentais ao se iniciar as pesquisas no sudeste do Piauí, em virtude do apoio fornecido por essas comunidades locais. Os relatos orais¹³ sempre mencionam que as comunidades atuaram de forma colaborativa, para desenvolvimento das pesquisas, informando e auxiliando os pesquisadores, porém, com o processo de desapropriação, que ocorreu posteriormente, aconteceu uma cisão nesta relação entre comunidade e pesquisadores, que passou a ser marcada pelos conflitos de uma arqueologia pautada na legislação patrimonial, que apresentava desacordo com as comunidades que praticavam a caça, o desmatamento e queimadas para o trabalho da agricultura.

A população da comunidade Zabelê, com a criação da Unidade de Conservação, por medida do Estado, foi desapropriada de suas terras em 1988, gerando, assim, um descontentamento por parte dos moradores contra tal ato. A desapropriação da comunidade foi algo que sempre gerou problema, pela falta de documentação das terras, já que em sua maior parte eram possei-

ros que tinham ocupado terras devolutas. Junto a isso, agravavam-se os baixos valores das propriedades e bens dos posseiros e, também, falta de outro lugar para morar. Devido a isto, a desapropriação fez com que muitos dos moradores ficassem morando nas imediações da cidade de São Raimundo Nonato, de maneira que somente no ano de 1997 foi criado um assentamento nomeado Novo Zabelê, a 10 km da cidade, a fim de prestar apoio à comunidade desapropriada.

Considerando este contexto, que toca o campo da preservação, da memória, do direito público e privado, questiona-se como pensar em arqueologia pública para estas comunidades, dentro de um campo interdisciplinar? É importante levantar pontos como este, em que se assegure discutir gestão de patrimônio, junto à segurança da memória das comunidades locais.

A memória, enquanto faculdade de pensamento, ajuda a guardar as recordações do passado, do vivido e do sentido pelos sujeitos. De acordo com Le Goff, (2003) a memória é onde cresce a história que, por sua vez, alimenta e procura salvar o passado, para servir o presente e o futuro. Assim, é de fundamental importância trabalhar, de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

Koselleck (2006) trabalha dois conceitos importantes para esta pesquisa, que são: a noção de passado, como espaço de experiência, e o futuro como horizonte de expectativa. Esta perspectiva, onde passado e futuro não coincidem de forma homogênea, que ajuda a pensar a construção da história como algo dinâmico, talvez possibilite pensar a comunidade dentro de um tempo histórico, necessitando discutir sua construção histórica, como o resultado de um passado reflexivo. Sendo

¹² Notifica-se que existe um desconhecimento de dados mais precisos em decorrência e perda de documentos, ao longo do tempo, como o próprio projeto de criação do PNSC, no entanto, uma das poucas fontes que se tem é o Plano de Manejo de 1991.

¹³ Pesquisa de campo do projeto “Educação Patrimonial como estratégia de Arqueologia Pública na área do Parque Nacional Serra da Capivara”, desenvolvida na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) como trabalho de conclusão de curso da graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial.

assim, necessita-se repensar a construção histórica do que é patrimônio e o que se deseja preservar.

Questionando os moradores do povoado sobre as recordações da comunidade, com as narrativas das entrevistas, é possível perceber certo saudosismo das comunidades. No discurso dos moradores há emoções, recordações e relatos de experiências que marcaram a vida desses sujeitos, que falam das dificuldades, dizendo: “lá era um tempo que tínhamos muitos sofrimentos, mas era um sofrimento bom”¹⁴. Várias vezes são narradas as vivências nas proximidades dos sítios arqueológicos. O senhor Nilson Alves Parente narra como era a relação das comunidades com os sítios de arte rupestre:

Olha a humanidade ninguém nunca ligou para aquilo, nunca ligaram. Ali ninguém envolvia com nada, ninguém riscava nada, ninguém desmanchava nada, ninguém nunca ligou para aquilo não [...] todo mundo via aquilo ali mas num valia nada pra turma, ninguém mexia com nada, que ninguém entendia aquilo, só dizia que era dos índios, foi eles que fizeram, ninguém sabia pra que prestava nem sabia se era atividade nenhuma, ninguém mexia naquilo não, nunca mexeram com aquilo.

Nesta narrativa pode-se perceber a intenção do entrevistado em apresentar, mesmo que de maneira indireta, o cuidado e o desconhecimento dos mesmos, com registro presente nos sítios. Nilson Alves Parente narra que desde criança viveu no povoado Zabelê. Na década de 1970 atuou como guia dos pesquisadores, na Missão Franco-Brasileira, e fala das campanhas arqueológicas, escavações. Considera-se um arqueólogo, por acompanhar boa parte das descobertas na região:

*[...] As pinturas não eram nem todo mundo que conhecia, e quando eu era da idade de 8 anos a 10 anos eu gostava de andar mais meu avô nas pedras, aí eu via aquelas pinturas, aí eu perguntava: vô e o que é isso? Ele disse - isso aqui? Isso aí foram os índios que fizeram, aí as pinturas traduzindo, traduzindo era dos índios, então eu achava muito bonito e toda toca que eu chegava, eu ia olhar se os índios tinham andado, tinham escrito aquilo ali, então tomei conhecimento daquilo, daquelas pinturas, desde menino, então na região que eu andava tinha muitas, então eu conheci várias e várias tocas com aquelas pinturas (grifos nos-
sos).¹⁵*

É importante destacar que os anos iniciais das pesquisas arqueológicas, no Parque, foram marcados por ações coletivas entre pesquisadores e comunidade, sendo a última, de fundamental importância, no apoio aos pesquisadores. Observa-se que em algum momento do processo de desapropriação, ocorrido em 1988, provocou-se distanciamento das comunidades com as pesquisas ali desenvolvidas.

Em conversa com o senhor Pedro Alcântara, também morador do antigo povoado Zabelê, questionando-o sobre quais as memórias da comunidade que o acompanham, o senhor Pedro Alcântara responde:

Muitas lembranças trago de lá, mas primeiro vem à lembrança de quando nós todos moravam ali, vem a lembrança de quando era noite juntar todo mundo, ficavam uns na casa dos outros palestrando até 10 horas da noite, aquela mocidade ia brincar de roda, brincar de muita brincadeira. A gente também tinha as lembranças que a gente ia lembrar daqueles amigos da gente que a gente vivia tudo junto naquele lugar e hoje uns vive esbandaiado para todo canto, uns tão no Pará, outros estão em Brasília, outros tão em São Paulo porque não arrumaram como sobreviver mais aqui, tiveram que ir embora e não tiveram mais a oportuni-

¹⁴ Pedro Alcântara, agricultor. Entrevista concedida em sua residência, na comunidade Novo Zabelê, Setembro 2013.

¹⁵ Entrevista Nilson Alves Parente. Entrevista concedida em sua residência na comunidade Novo Zabelê, Setembro 2013.

dade de serem cadastrados no assentamento. Então, traz todo esse tipo de recordação, umas recordações boas e outras ruins porque aquilo que a gente passou lá, que a gente tem como lembrança. Nem que a gente sofresse, mas aquele sofrimento pra a gente era uma bondade vista hoje, então a gente tem aquela lembrança aquela sensação que já foi, que já passou muita coisa boa naquele lugar e hoje não tem mais aquele direito de passar (grifos nossos).

De acordo com Nora (1981, p.8), existe uma nítida diferença entre história e memória, e em vários momentos uma se opõe a outra. Para o autor, “[...] a memória é a vida sempre carregada por grupos vividos, e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável ao seu uso e manipulação”. Em contraponto, a história é a reconstrução sempre “problemática”, fragmentada, pois trabalha somente com fontes que, na maior parte, são incompletas.

O Senhor Pedro Alcântara traz, em seus relatos, experiências, emoções e sentimentos, que as limitações da linguagem e da pesquisa em história oral não oferecem recursos para transmitir. São recordações de espaços que marcam as memórias locais. Sobre o uso destes espaços, que são “lugares de memória”¹⁶, Nora (1981) explicita que são carregados de recordações de um tempo vivido que tocam o sentimento do sujeito. De acordo com autor cabe entender e analisar esses lugares de memória, que tem efeito em três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional.

Senhor Pedro Alcântara, ao se expressar nos relatos orais, registra as dificuldades de acesso dos fa-

miliares para acender velas nos túmulos dos parentes, no dia de finados. Perguntado a ele como sua família vê o Parque Nacional, revela:

*Rapaz eles não tem uma visão boa, até porque quando chega o mês de novembro que é obrigado a gente visitar os nossos antepassados que estão lá enterrados, a gente pra visitar precisa ir lá no IBAMA, pegar uma autorização para poder viajar e também precisa de um guarda pra nos acompanhar. Então nessa parte eles, vê assim, uma visão como nós quase criminoso, porque até para visitar o que é nosso precisa de um acompanhamento dos guias para poder visitar. Então não é bom não.*¹⁷

Neste ponto, o entrevistado toca em uma questão sobre a qual é importante ter-se uma atenção especial, pois esses lugares, que guardam memórias dos fatos vividos, que possibilitam ter uma relação de pertencimento e tocam na sensibilidade, devem ser preservados, assim como, os sítios arqueológicos, e assegurado à comunidade o amplo direito de visitar e ter uma relação, o mais próximo possível, com eles. Quando isso não acontece, cabe aos historiadores e arqueólogos questionar o envolvimento e a colaboração mútua entre pesquisadores e comunidades e advogar por uma arqueologia colaborativa.

Na área arqueológica do Parque Nacional Serra da Capivara, pode-se observar que, nos anos iniciais, ocorreu o estabelecimento de uma hierarquização entre a cultura do presente e a do passado, onde a cultura material dos grupos ditos pré-históricos foi colocada em uma relação de sobreposição à memória e aos valores,

¹⁶ Para Nora (1981 p. 12-13), “os ‘lugares de memória’ são apresentados como lugares simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais. Estes ‘lugares de memória’ são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo, numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.

¹⁷ Entrevista Pedro Alcântara, concedida em sua residência, Comunidade Zabelê, Setembro de 2013.

construídos naquele lugar pelas comunidades tradicionais.

Um dos testemunhos mais marcantes, por exemplo, dessa cultura material do presente, eram e ainda são as habitações que existiam e as que ainda existem na área do Parque. Essas habitações representam um modo de vida de camponeses que se utilizaram da materialidade disponível no espaço, para construções de suas habitações e, acima de tudo, produziram também um patrimônio imaterial, que se apresenta no modo de fazer das habitações, de estilo vernáculo, no modo de viver, no modo de se relacionar com o ambiente.



Figura. 2—Toca do João Sabino, utilizada como abrigo entre o período de 1900 a 1940. Pic 2 - Lair João Sabino, used as shelter from the period 1900 to 1940. Fonte: Pesquisa de Campos, 2014 – (Acervo: Biblioteca da FUMDHAM, 2008).



Fig.ura 3—Casa de pedra pertencente ao pai do Senhor Nilson Alves Parente, Antigo do Zabelê. Picture 3—Stone house belonging to the father of Mr. Nilson Alves Parente, the Old Zabelê. Fonte: Pesquisa de Campos, 2014 – (Acervo: Biblioteca da FUMDHAM, 2008).

Se, por um lado, observa-se acentuada crítica à gestão do PNSC ao longo destes 40 anos, como discorre Baião Filho (2013 p.11):

Algo que parece óbvio, que o primado da preservação patrimonial no e do Parque fosse, sem dúvida alguma, o patrimônio arqueológico e pré-histórico. Este tem representado não apenas uma evidência de importância cultural e científica, e, dessa maneira, também política, nas relações de força estabelecidas em conflitos com o problema da gestão imaterial do território; e, ao mesmo tempo, significa uma profunda “vontade de nada esquecer” do passado de um território de povos pré-históricos, como identidade, par excellence, a ser preservada como patrimônio cultural no e do território, investida, direcionada e sancionada pelos interesses internacionais, com a organização do espaço para a atividade turística.

Por outro, observa-se constante esforço em poder contribuir na construção de um projeto arqueológico que impulse o turismo, tornando este uma fonte geradora de renda e uma alternativa para combater a desigualdade social. No entanto, chama-se atenção para necessidade de se discutir uma proposta de arqueologia pública possibilitando assim maior atenção aos anseios das comunidades.

Considerações finais

Um ponto que sempre é importante destacar é que pensar o papel social do arqueólogo, nos dias atuais, é diferente de pensá-lo há quarenta anos, até mesmo porque o campo da preservação patrimonial ampliou seus estudos nos últimos anos, portanto, com a ampliação do estudo científico sobre as comunidades tradicionais, acredita-se estar vivendo um momento de se construir uma ciência das comunidades tradicionais, partindo de seus anseios e de seus conhecimentos.

A criação do Parque Nacional Serra da Capivara e sua gestão ao longo dos anos passou por diferentes

momentos, alguns conflituosos, com processos de desapropriação, e outros que são relevantes para a consolidação das pesquisas arqueológicas, nesta região, entretanto, é importante que as comunidades tradicionais tenham ampla participação no processo de preservação e manejo das áreas arqueológicas, sendo respeitados seus espaços e sua memória.

Como proposta de construção de uma arqueologia pública e colaborativa, a simetria na produção do

conhecimento e a valoração das comunidades, que estejam envolvidas na preservação dos sítios, contribuem para a interação do patrimônio arqueológico com o público leigo, de maneira que se possam evitar problemas de conflitos, pelo contrário, ajudam no fortalecimento das relações das pessoas com suas identidades e heranças culturais, e estabelecem um melhor relacionamento destas com o patrimônio cultural local.

Referências bibliográficas

- BAIÃO FILHO, Luiz Gonzaga. Parque Nacional Serra da Capivara E Gestão Interdisciplinar das Narrativas do Patrimônio Cultural. IN: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, N. 31.1, 2013, p. 1-18.
- BARRETO, Cristiane. A construção de um passado pré-colonial: Uma breve História da Arqueologia no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n.44, p. 32-51, dezembro/fevereiro 1999-2000, p.32-51.
- BEAUDRY, M. C.; COOK, L. J.; MROZOWSKI, S. A. Artefatos e Vozes Ativas: cultura material como discurso social. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Belo Horizonte - MG, v. 1, n. 2, p. 73-113, Jul/Dez 2007.
- BORGES, Jóina Freitas. *A história negada: em busca de novos caminhos*. Teresina: FUNDAPI, 2004.
- BORGES, Síría E. N.; *Invenção do patrimônio mundial: Parque Nacional Serra da Capivara*. Teresina, Dissertação (Mestrado) em História do Brasil, UFPI, 2007.
- CARVALHO Aline Vieira; FUNARI, Pedro Paulo A. 2009. As possibilidades da Arqueologia Pública. *Revista história e-história*, 2009. Disponível: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=31>. Acessado em: Maio de 2015.
- DIEGUES, Antônio Rodrigues. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- FUNARI, P. Paulo & GONZÁLEZ, Erika. Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. *História*, São Paulo, 27 (2): 2008, p. 12-30.
- GNECCO, Cristóbal. Da Arqueologia do Passado à Arqueologia do Futuro: Anotações Sobre Multiculturalismo e Multivocalidade. *Amazônica – Revista de Antropologia da Universidade Federal do Pará*. Vol. 2, Nº 1, 2010, p. 92-103.
- GODOY, Emília Pietrafesa de. *O trabalho da memória: Cotidiano e História do Sertão do Piauí*. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 1999.
- LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos: Ensaio de antropologia simétrica*. Trad. Carlos Irineu da Costa. Editora 34. Rio de Janeiro, 1994.
- KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: UNICAMP, 2003.
- MAGALHAES, Marcos Pereira. *A Phýsis da Origem: O sentido da História na Amazônia*. Museu Paraense Emílio Goete, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história a problemática dos lugares. IN: *Projeto História: Revista do Programa de Pós-Graduação História do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica)*. Tradução: KHOURY, Yara Aun. São Paulo – SP, Brasil, 1981.

PLANO DE MANEJO. *Parque Nacional Serra da Capivara*. Brasília, 1991.

REIS, José Alberione dos. *Não Pensa muito que dói: um palimpsesto sobre a teoria na arqueologia brasileira*. Porto Alegre, EDIPCURS, 2010.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erica Mairon, MIGLACIO, Maria Clara. *Preservação do Patrimônio Arqueológico em terras indígenas*, 2008.

SILVA, Bruno Sanches Ranzanida. *Das pérolas, só as ostras [manuscrito]: arqueologia pública e arqueologia subaquática no Brasil*. Belo Horizonte, Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

SILVA, Fabiola Andréia. *Arqueologia e etnoarqueologia na Aldeia Lalima e na Terra indígena Kaiabi: Reflexões sobre a arqueologia comunitária e gestão do patrimônio arqueológico*. Revista de Arqueologia, São Paulo, 2009, p. 205-219.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. *O Povo do Zabelê e o Parque Nacional Serra da Capivara no Estado Piauí: tensões, desafios de gestão principiológica da complexidade constitucional*. Brasília, Tese (Doutorado) Universidade de Brasília - UnB, 2009.

Entrevistas

ALCÂNTARA, Pedro. *Depoimento*: Agricultor (trabalhou como auxiliar em atividades de pesquisas na FUMDHAM). Entrevistador: Jaime de Santana Oliveira, São Raimundo Nonato-PI. Câmera Filmadora (37:32 min), [08 SET. 2013].

FERREIRA, Gaspar Dias. *Depoimento*: Ex-prefeito do Município de São Raimundo Nonato-PI. Entrevistador: Jaime de Santana Oliveira, São Raimundo Nonato-PI. Câmera Filmadora. [16 OUT. 2013].

GUIDON, Niède. *Depoimento*: Pesquisadora (Coordenadora das pesquisas no PNSC). Entrevistador: Jaime de Santana Oliveira, São Raimundo Nonato-PI. Câmera Filmadora (30 min), [10 FEV. 2013].

PARENTE, Nilson Alves. *Depoimento*: Agricultor (Guia nos primeiros anos da pesquisa). Entrevistador: Jaime de Santana Oliveira, São Raimundo Nonato-PI. Câmera Filmadora (49 min) [08 SET. 2013].

Submissão: 20/05/2015

Aceite: 26/10/2015

As esculturas de Demar (Laranjeiras/SE): propostas para uma Arqueologia Pública no século XXI*

Demar's sculptures (Laranjeiras/SE): proposals for a Public Archaeology in the 21st century

Janaina Cardoso de Mello**
janainamello@uol.com.br

Resumo: O trabalho busca traçar o panorama da discussão conceitual e prática do que se convencionou denominar como “patrimônio material” e “patrimônio imaterial”, em sua dicotomia distintiva e em suas intercessões possíveis, à partir do contexto da cidade de Laranjeiras em Sergipe. Utiliza-se como estudo de caso a entrevista realizada com Demar (Ademar), escultor em madeira, cuja produção cria, expõe e comercializa no Centro de Artesanato, tendo sido agraciado com o título de “patrimônio vivo” pela Prefeitura Municipal por seu ofício. Como metodologia recorreu-se a entrevista gravada, com perguntas semi-estruturadas que abordavam a vida do escultor, sua arte, sua relação com a cidade e as políticas patrimoniais locais. Em tempos de alta tecnologia, a Arqueologia Pública deve ir às comunidades, ouvir suas demandas e buscar meios de compartilhamento de informações, registro e conservação do patrimônio cultural que congrega em si características de seu *modus vivendus*, valorizando a diversidade e a sobrevivência da arte. Como referência teórica apresentam-se as discussões sobre patrimônio cultural de Sandra Pelegrini, Pedro Paulo Funari, UNESCO, IPHAN e o conceito de Economia da Cultura de Ana Carla Reis.

Palavras-chave: Patrimônio material, patrimônio imaterial, escultura em madeira, Laranjeiras/SE.

Abstract: *The work seeks to trace the panorama of conceptual and practical discussion of what so-called styling as "material assets" and "intangible heritage," in his distinctive dichotomy and its possible intercession from the context of the city of Orange in Sergipe. It is used as a case study the interview conducted with Demar (Ademar), sculptor in wood, whose production creates, displays and sells at the Centro de Artesanato, having been awarded the title of "living heritage" by the municipal government for their craft. As the methodology resorted to recorded interview with semi-structured questions that addressed the sculptor's life, his art, his relationship with the city and local equity policies. In times of high-tech, Public archaeology should go to communities, hear their demands and get means of information sharing, registration and preservation of cultural heritage, which itself features of their modus vivendus, valuing diversity and survival of art. As theoretical reference presents discussions on cultural heritage of Sandra Pelegrini, Pedro Paulo Funari, UNESCO, IPHAN and the concept of Economics of Culture Ana Carla Reis.*

Keywords: *Material heritage, intangible heritage, wood carving, Laranjeiras/SE.*

* O artigo é uma versão aprofundada do trabalho apresentado na II Semana de Arqueologia da UNICAMP: História e Cultura Material, desafios da Contemporaneidade. Campinas, 23 a 27 de março de 2015.

** Professora Adjunta da Universidade Federal de Sergipe - UFS, no Departamento de Museologia - Campus Laranjeiras. Desde 2009 é líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memória e Patrimônio Sergipano (GEMPS/CNPq). Professora do PPGH - Mestrado em História da UFAL e do Mestrado Profissional em História (ProfHistória) da UFS. Realiza Pós-Doutoramento em Estudos Culturais do Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC/FCC/UFRJ).

Introdução

O trabalho tem como objetivo traçar o panorama da discussão conceitual e prática do que se convencionou denominar como “patrimônio material” e “patrimônio imaterial”, em sua dicotomia distintiva e em suas intercessões possíveis com as discussões arqueológicas contemporâneas, à partir do contexto da cidade de Laranjeiras em Sergipe.

O artigo percorre os caminhos sinuosos tanto das definições conceituais quanto das ruas de Laranjeiras com suas pedras centenárias, seus casarões oitocentistas e seus grupos de folgedos, buscando a aplicabilidade da convergência teórica à realidade concreta da cidade e de seus habitantes, para então adentrar ao universo da escultura em madeira propriamente onde o criador e suas criações são patrimonializados no século XXI.

É possível reunir os dois conceitos sem retirar deles suas especificidades, mas tornando-os suscetíveis à uma reflexão mais ampla e necessária para se pensar o futuro do patrimônio cultural arqueológico? Nesse aspecto, cabe ainda refletir: Qual o lugar da imaterialidade na Arqueologia?

Para tentar responder essas questões, utiliza-se como estudo de caso a entrevista realizada com Demar (Ademar), escultor em madeira de Laranjeiras, cuja produção cria, expõe e comercializa no Centro de Artesanato, tendo sido agraciado com o título de “patrimônio vivo” pela Prefeitura Municipal por seu ofício.

A entrevista foi gravada, perfazendo o total de 140 minutos, com perguntas semi-estruturadas que abordavam a vida do escultor, sua arte, sua relação com a cidade e as políticas patrimoniais locais.

Dos conceitos de cultura material à prática do imaterial

Discutir o patrimônio cultural no século XXI pressupõe refletir tanto sobre suas formas de produção quanto de conservação da cultura material para os estudos arqueológicos do porvir. Nesse sentido, imaterialidade e materialidade se fundem numa imbricada relação. Isto posto que durante muito tempo acostumou-se a tratar desses conceitos e práticas como ambiências separadas, sem contudo enfatizar seus entrelaçamentos.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) compreende como patrimônio material:

um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN, 2015).

Material, tangível, físico, ou seja, aquilo que se pode ver, tocar, manter em suas estruturas de pedra e cal, de ferro e vidro, de cerâmica, de madeira e etc. ensejando sua durabilidade, conservação e agregação de valor conforme distintos campos de saber acadêmico e a vontade da própria comunidade onde reside ou de onde provém o bem cultural.

Já o conceito de “patrimônio imaterial” foi definido no 2º artigo do documento produzido na Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, realizada em Paris de 29 de setembro ao dia 17 de outubro de 2003, sob a chancela da Organização das Nações Unidas (UNESCO) como:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2006, p.4).

A implementação do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial normatizado pelo Decreto nº 3.551/2000 ampliou as ações de tombamento do patrimônio histórico nacional à partir de novos instrumentos de acautelamento dos bens intangíveis, à saber, os: Livro de registro dos saberes, Livro das formas de expressão, Livro das celebrações e Livro dos lugares. Estando contido nos dois primeiros livros os “conhecimentos e ‘modos de fazer’ enraizados no cotidiano das comunidades” (PELEGRINI, 2009, p. 29-30).

A preocupação com o registro da memória coletiva¹ e a salvaguarda do patrimônio cultural decorrem do reconhecimento de que: “as expressões culturais constituem um dos mais intensos exemplos da criatividade e da persistência das tradições das diversas etnias que se entrecruzaram e formaram a nação brasileira” (PELEGRINI; FUNARI, 2008, p. 82).

Embora tenha sido necessário esse desmembramento conceitual do patrimônio cultural, ação que ainda suscita muita contestação no meio cultural e

acadêmico, tinha-se como pressuposto descentralizar a gama de investimentos governamentais em edificações e conferir visibilidade e viabilidade de manutenção das tradições populares intangíveis que por muito tempo permaneceram como lutas solitárias nas comunidades, distantes do financiamento de políticas públicas.

Todavia, poucas pessoas – incluindo intelectuais e agentes culturais – têm refletido sobre uma dinâmica maior cuja premissa seja a de articular essas duas áreas, tendo em vista que, por exemplo, as ruas de pedra “pé-de-moleque” na cidade de Laranjeiras (Sergipe) enquanto registro material de uma época (o século XIX), contém a memória do trabalho de escravos que arduamente compuseram sua distribuição geométrica. Também os casarões oitocentistas (moradias, Trapiche, igrejas e atuais museus) da mesma cidade, tombados pelo Estado e depois pelo governo federal nas décadas de 1940 e 1990 respectivamente, apoiados em sua restauração pelo Programa Monumenta (SILVA; NOGUEIRA, 2009, p. 44-51), foram erguidos pelo mesmo trabalho escravo transmigrado do continente africano para as lavouras açucareiras da região do rio Cotinguiba. O trabalho, esse “modo de fazer” tão intangível, mas que resulta em produtos materiais tão perceptíveis e palpáveis.

Por essas ruas de pedra pé-de-moleque, pela frente desses casarões, fazendo sombra nos azulejos que ainda subsistem, subindo as escadarias das igrejas transitam os grupos que conservam as tradições culturais brincantes de outrora: Cacumbi, Taieiras, Samba de Pareia, Chegança, São Gonçalo do Amarante, dentre outros (ALENCAR, 2003).

Sendo sua população em grande parte da etnia negra, Laranjeiras é ainda uma cidade que conserva suas tradições religiosas de matriz africana representada

¹ Partindo-se da premissa de que a memória coletiva é “uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (HALBWACHS, 2006, p.102).



Imagem 1—Apresentação do Cacumbi Mirim, Encontro Cultural de Laranjeiras, SE.

pelos vários terreiros, pelas denominações Nagô, Caboclo, Obá, Angola, Jeje, Ketu, Ijexá (DANTAS, 1988). Há também, a celebração de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, em 06 de janeiro, quando a coroação das rainhas das Taieiras é realizada na Igreja Católica (DANTAS, 1972). Assim, imaterialidade e materialidade se misturam numa hibridez de sentidos e usos sociais, onde prédios e ruas justificam-se pela ocupação não apenas das necessidades urbanas cotidianas (moradia e serviços), mas especialmente pela presença de uma intensa diversidade cultural que lhe confere significado.

Por isso, para além de ser a dita “Atenas sergipana” (uma “cidade da arte e do saber”), Laranjeiras corporifica-se como uma terra de todos e para todos, de culturas africanas, lusitanas, indígenas (na representação da dramatização anual do Lambe-sujo e Caboclinhos), com suas contribuições, suas tensões, conflitos e criações artísticas.

É em razão dessa apropriação da cultura material pela imaginação poética imaterial que tais lugares são verdadeiramente democratizados como *locus* de todos e não somente de um determinado grupo social e/ou étnico conforme hierarquias político-econômicas. Talvez seja esse o processo que faça as culturas per-



Imagem 2



Imagem 3



Imagem 4

Imagens 2, 3 e 4—Religiosidade de matriz africana, Encontro Cultural de Laranjeiras, SE. **Fonte:** Fotos JCM, 2013.

sistirem aos esquecimentos do tempo, às dificuldades do cotidiano e aos efeitos homogeneizantes da globalização tecnológica no século XXI.

Mas essa cidade, também contém outras experiências que conseguem transmutar-se em uma perfeita representação da união entre o imaterial (saber fazer) e o material (produto tangível) presente nas figuras do artesanato local da renda irlandesa e das esculturas em argila e madeira.

Escultura em madeira: produto e produtor

A entrevista com o escultor Demar (Ademar Lima), como é conhecido, foi realizada pela manhã, no Centro de Artesanato na cidade de Laranjeiras em 05 de janeiro de 2015. Com 71 anos, moreno, com muita tenacidade e modos bem expansivos e agradáveis o artista é muito querido na cidade, no estado e fora dele.

Muito falante, o artesão falou sobre o gosto de sua clientela por variedade e enquanto cedia a entrevista gravada em MP3, produzia suas peças em madeira. Falou de sua preferência por esculpir peças inteiras, sem remendos. Relatou seu autodidatismo, sua impossibilidade de avançar nos estudos, sua curiosidade desde pequeno pelo ofício em madeira, sua busca pela melhoria das técnicas e das peças. Disse ele:

Tem o fator de gostar de fazer, tem o fator de fazer pra vender, tem o fator de fazer porque as pessoas apreciam...elogios não enche barriga, mas você tá sempre fazendo o que gosta e o que o povo passa a gostar.

Ele reclama de não ter um grande fluxo turístico na cidade, como no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Salvador, contudo, ressalta que há uma boa visitação do local o ano inteiro promovendo a comercialização do artesanato local, diferentemente de outros lugares em Sergipe quando os turistas só aparecem em grandes eventos culturais.

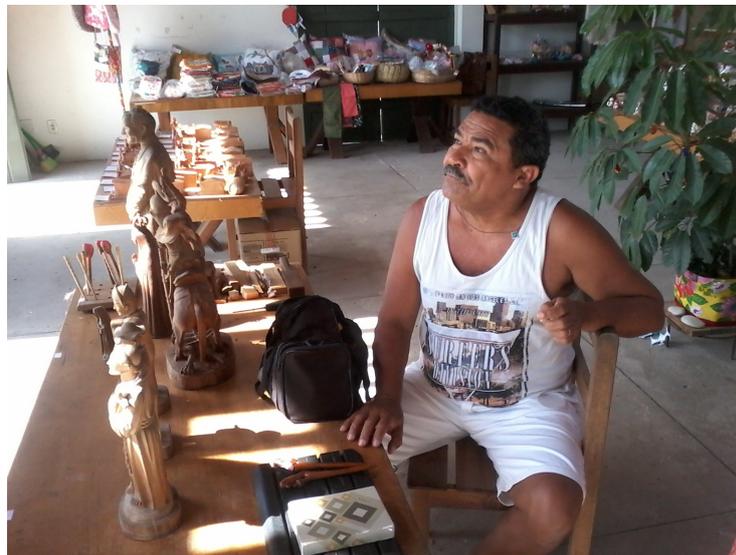


Imagem 5—O escultor Demar com suas peças no Centro de Artesanato em Laranjeiras-SE.

Fonte: Foto JCM, 2015.

Relatou que iniciou sua arte aos nove anos, mas ainda não sabia muito bem trabalhar nas peças, foi aprendendo, se cortando com gilete, com o canivete com o qual sempre andava, mas sem perder a vontade de moldar os pedaços de madeira em obras de sua imaginação ou lembrança.

Conta que uma de suas primeiras peças foi uma cabeça de São Francisco em madeira para sua avó. Depois foi fazendo canoas, adquirindo maior domínio sobre o manuseio da técnica, tendo a obstinação o feito viajar com sua arte para eventos de artesanato em São Paulo onde terminou por discursar.

A arte de Demar é assinada e diversificada, em madeira de cedro, mostrando tanto o perfil utilitário em peças pequenas (ímãs de geladeira, canetas, adornos de cabelo) com menor preço na venda e maior saída no interesse da maioria dos visitantes (uma caneta custa entre R\$ 15,00 e R\$ 20,00) quanto sua arte como “Santeiro” com peças maiores, com elaborados detalhes e maior dificuldade no processo de entalhar um pedaço inteiro de madeira, dando-lhe forma e expressão (um São Jorge custa aproximadamente R\$ 4.500,00) cujo fluxo de comercialização normalmente se destina à encomendas.



Imagem 6



Imagem 7

Imagens 6 e 7—A escultura em madeira de canetas, ornamento de cabelo feminino e da cultura popular do Nordeste (sanfoneiro e flautista de pífano) – Demar. Fonte: Fotos JCM, 2015.

Todavia, são as obras dedicadas à religiosidade católica que chamam mais a atenção pela arte-sacra figurativa cujos traços revelam em cada peça movimento, originalidade distinta e enriquecida pela experiência do artesão com o passar dos anos. A própria força da religiosidade católica na cidade, presente nas muitas igrejas e no Museu de Arte Sacra, emana nas opções estéticas do artista.

A cultura material, portanto, é repleta de intencionalidade; ela é concebida, materializada e utilizada dentro de determinadas sociedades. Por isso, ela pode ser lida para a compreensão do funcionamento das regras culturais. É importante destacar que existem inúmeras maneiras

de analisar os vestígios materiais e refletir sobre suas intencionalidades e efeitos. A leitura sobre o universo material, entretanto, é crucial para a compreensão das regras culturais e sociais em que estamos inseridos (CARVALHO; FUNARI, 2009).



Imagem 8



Imagem 9

Imagens 8 e 9—O artista Demar e sua técnica; a escultura de São Jorge (Demar)

Fonte: Fotos Acervo Dhemar e JCM, 2015.

No Brasil, principalmente na região Nordeste, existem exímios “Santeiros” destacando-se: Chico Santeiro (Santo Antônio do Salto da Onça/RN), Luzia Dantas (Currais Novos/RN), Neném de Chicó (Jardim do Seridó/RN), Osmundo Teixeira (Itabuna/BA), Mestre Dezinho (Valença do Piauí/ PI), Mestre Expedito (Teresina/PI), Paquinha (Teresina/PI) dentre muitos outros, sendo a maioria deles autodidatas. Nesse ramo de artesanato encontra-se uma diversidade de formas, texturas, materiais, cores revelando tendências mais delicadas e detalhistas em peças mais rústicas ou com relevos mais profundos.



Imagem 10—Escultura em madeira de Nossa Senhora (Demar)

Fonte: Foto JCM, 2015.

Demar parte quase sempre de um desenho a partir do qual produz suas peças. Possui consigo o registro da maioria de suas peças em um álbum de fotografias impressas resultantes de uma máquina analógica. Sua preocupação com a conservação da memória de seus produtos coincide com o fato do artista ainda não

possuir um catálogo oficial de suas esculturas, apesar de ter recebido o título e o benefício de Patrimônio Vivo de Laranjeiras/SE.

O Registro do Patrimônio Vivo é o reconhecimento da importância do saber tradicional e popular que os mestres e mestras transmitem de geração em geração. Contribui como um estímulo à preservação da cultura do Estado nas áreas de danças, folguedos, literatura oral e/ou escrita, gastronomia, música, teatro, artesanato, dentre outras. O título, personificado em um certificado entregue em cerimônia pública, traz ainda como benefício um valor mensal de incentivo vitalício configurado em um salário mínimo e meio.

No Brasil, o Maranhão (MA), Piauí (PI), Acre (AC), Espírito Santo (ES), Pernambuco (PE), Minas Gerais (MG), Ceará (CE), Distrito Federal (DF), Bahia (BA), Alagoas (AL), Santa Catarina (SC), Paraíba (PB) são os Estados que possuem uma legislação específica relacionada ao patrimônio cultural imaterial (CAVALCANTI; FONSECA, 2008). No caso de Sergipe, a iniciativa do “Patrimônio Vivo” restringe-se à Prefeitura Municipal de Laranjeiras, não sendo uma ação do estado. Nota-se que dos 9 estados da região Nordeste, 7 seguem o compasso da salvaguarda do patrimônio, enquanto grandes Estados da região Sudeste como Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) permanecem ausentes, guiando-se apenas pela Constituição Federal de 1988.

O artista que se dedica ao entalhamento seja em madeira ou pedra, termina por prolongar as referências culturais de uma determinada comunidade ou localidade, expandindo sua visão para amplitudes maiores, uma vez que as peças são comercializadas em percursos nacionais e internacionais.

Comercialização/ conservação: o porvir das esculturas em madeiras do século XXI no contexto da arqueologia pública

Um ponto que chama a atenção na contemporaneidade é o aumento das ações de conservação de bens culturais com a finalidade de preservá-los para as futuras gerações. Mas isso em si tem ensejado alguns problemas: 1. No campo do patrimônio arqueológico, a opção pelo trabalho com elementos da cultura material mais remota, tem levado a salvaguarda de peças oriundas de escavações e com isso pensa-se no passado, mas não necessariamente no futuro das obras produzidas no tempo presente; 2. As ações de conservação orientadas por políticas públicas selecionam obras que tenham reconhecimento histórico ou seja validadas por especialistas enquanto obra de arte, geralmente peças institucionais (localizadas em igrejas e museus); 3. Peças destinadas à comercialização terminam entrando no circuito de aquisições particulares e enveredam por tantos caminhos sendo praticamente esquecidas pelos órgãos patrimoniais à exceção daquelas que são doadas às instituições culturais; 4. A própria ideia de comercialização gera conflitos e tensões, uma vez que a produção de réplicas (por mais que cada uma apresente sua originalidade e distinções muito particulares, por serem resultado de um trabalho manual e não industrial) termina por ser desvalorizada enquanto arte.

Entretanto, para além das funcionalidades próprias de cada objeto ou de sua retirada de contexto (tornando-os “semióforos”² em museus), as demandas do sistema capitalista terminam por incidir na produção artesanal, fazendo com que a própria concepção artística ganhe valor de mercado não apenas pelo uso prático,

mas fundamentalmente pela apropriação cultural e identitária das peças.

Restará à Arqueologia no futuro o resgate dessas obras e sua posterior ação interventiva na restauração de peças deterioradas? Haverá algum modo de trabalhar com os artesãos, a comunidade, os museus, as escolas, os órgãos governamentais, as instituições de fomento e de salvaguarda patrimonial na conscientização do valor do produtor e de seus produtos? Pensar o patrimônio cultural no século XXI, principalmente proveniente do artesanato em comunidades interioranas, pressupõe pensar na sustentabilidade desses escultores para a continuidade de seu “saber-fazer”.

A articulação cultura/comércio não é uma novidade, mas, é recente seu enquadramento no quadro da “Economia da Cultura”, aqui entendida como:

o aprendizado e o instrumental da lógica e das relações econômicas - da visão de fluxos e trocas; das relações entre criação, produção, distribuição e demanda; das diferenças entre valor e preço; do reconhecimento do capital humano; dos mecanismos mais variados de incentivos, subsídios, fomento, intervenção e regulação; e de muito mais – em favor da política pública não só de cultura, como de desenvolvimento (REIS, 2009, p. 25).

Em tempos de alta tecnologia, a Arqueologia Pública deve ir às comunidades, ouvir suas demandas e buscar meios de compartilhamento de informações, registro e conservação do patrimônio cultural que congrega em si características de seu *modus vivendi*, valorizando a diversidade e a sobrevivência da arte.

Esses saberes com os quais a AP trabalha devem ser construídos de forma coo-

² Um semióforo é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica: uma simples pedra se for o local onde um deus apareceu, ou um simples tecido de lã, se for o abrigo usado, um dia, por um herói, possuem um valor incalculável, não como pedra ou como pedaço de pano, mas como lugar sagrado ou relíquia heróica. Um semióforo é fecundo porque dele não cessam de brotar efeitos de significação (CHAUI, 2000, p.7).

perativa e no sentido de fornecer instrumentos para que todos os envolvidos em um determinado projeto possam elaborar questionamentos e conclusões a respeito dos temas debatidos. Neste sentido, os diálogos, as críticas e as reflexões acerca da cultura material, entre os arqueólogos e os não arqueólogos, são as maiores responsabilidades da AP. (CARVALHO; FUNARI, 2008).

Escrevendo sobre a “Arqueologia Multicultural”, o pesquisador colombiano Cristóbal Gnecco desabafa suas inquietações com a área, dado seus silenciamentos diante de imposições nacionais que reduzem a diversidade e focam uma unicidade na cultura (aquela dos grupos sociais mais influentes) em detrimentos dos demais. Expõe o autor suas esperanças:

Me gustaría creer que la arqueología contribuye a la transformación social. Me gustaría argumentar que su responsabilidad hacia la sociedad (la misma que financia la educación pública, los institutos de investigación, los museos y las becas) la hace sensible, e incluso comprometida, con la construcción de un mundo mejor (GNECCO, 2012, p. 94).

Estas expectativas, todavia se quedam diante do financiamento do setor público e privado, permeados por interesses e ideologias, que em grande parte não se coadunam com a proposta do desenvolvimento da autonomia das populações sobre os destinos de sua produção cultural. As decisões terminam por estabelecer uma hierarquia política, profissional e/ou acadêmica que exclui a comunidade do processo arqueológico, relegando-a a mera contemplação dos resultados das escavações e pesquisas através de uma ação de Educação Patrimonial posterior. Não seria então mais coerente adotar-se o termo “Arqueologia Publicizada” para esses casos? Afinal há uma grande diferença conceitual e semântica entre “Pública” e “Publicizada”.

Eis um dos grandes problemas evidenciados quer no Brasil, quer nos demais países latino-americano, quando a dita “Arqueologia Pública” restringe-se às atuações nas escolas. Embora seja louvável e importante investir na formação das novas gerações, desmistificando a ideia do “Arqueólogo como Indiana Jones ou Lara Croft”, conferindo um cunho inteligível e adequado nas distintas faixas-etárias às informações sobre o trabalho arqueológico, estas ações educativas ainda funcionam como uma “transmissão de saber” daqueles que detém a autoridade para tal. A preocupação centra-se efusivamente na elaboração pela academia do “discurso arqueológico para os outros” e não em uma incorporação da sociedade, através do diálogo, buscando diluir “títulos” e “especialidades”, aprendendo a construir de forma colaborativa e intercambiada um “discurso arqueológico coletivo”, produto da troca de experiências formais e informais. Antes de “dizer ao outro”, propõe-se “ouvir o outro”.

Salienta-se a própria trajetória do World Archaeological Congress (WAC) que segundo Pedro Paulo Funari “marca a história da disciplina no sentido de reconhecer os ‘direitos das populações de compartilhar as decisões de administração dos seus sítios e da herança material’” (2001, p.241 in: CARVALHO; MENEZES, 2013, p.2).

O compartilhamento das decisões ainda é insuficiente e raro na realidade arqueológica contemporânea, pois ainda existem muitas pressões que impedem a concretização dessa prática. Afinal, como explicar às entidades de fomento que a cultura material das escavações voltou a ser enterrada por determinação da própria comunidade que optou por não ver seus artefatos em museus ou laboratórios? Como explicar aos governos que a comunidade não deseja uma escavação arqueológica em seu território, tendo estes já contratado firmas especializadas? Como aceitar na academia que leigos quei-

ram estar presente nas atividades laboratoriais (higienização, medição, datação, catalogação) junto aos objetos oriundos dos sítios arqueológicos? Porque levar esses mesmos leigos para eventos acadêmicos, oportunizando-os relatar – entre doutores – sua experiência nessas ações? Tende-se a subestimar aqueles a quem não se conhece, ignorando a rica contribuição de suas vidas, imaterialidades e ações de salvaguarda de seu próprio patrimônio. E por vezes os arqueólogos não são oriundos daquela comunidade, portanto a desconhecem no plano da vivência pessoal.

Sair de si mesmas e dar espaço ao saber do outro, que deve ser conhecido e valorado, representa um desafio para as áreas das Ciências Humanas e Sociais. Ainda “fala-se muito sobre o outro” na Arqueologia, na História, na Antropologia, na Sociologia, quando dever-se-ia “falar com o outro”. Para isso, o enfrentamento das relações de poder que compõem as instituições é fundamental. A quebra de paradigma na própria formação profissional é imprescindível.

Demar é um escultor em madeira que apesar de leigo nos fundamentos acadêmicos é um “doutor no seu fazer”. Sua técnica sensibiliza e encanta, sua atitude em manter o registro de seus trabalhos faz o que as instituições de salvaguarda patrimonial ainda não fizeram. Seu “mini-catálogo” (álbum de fotografias) é rústico, mas é essencial para a identificação futura dessa cultura material.

Quando interpelada a população de Laranjeiras, orgulhosa atribui valor patrimonial às esculturas feitas por Demar e o quer reconhecido “vivo”, como “patrimônio vivo” que é, como morador de Laranjeiras, como promotor da cultura local em territórios distantes. Empoderar a população é “ouvir sua voz”, aceitar seu conhecimento e abrir as portas da academia e instituições governamentais para uma construção coletiva quer de ações educacionais, quer de políticas públicas.

Considerações finais

Como disse Dhemar: “Elogio não enche barriga”, por isso uma Economia da Cultura que articule a questão patrimonial em torno das peças comercializadas, oficinas de conservação das peças destinada aos compradores, poderá personificar o futuro da cultura material em sua relação com a cultura imaterial, bem como o próprio futuro da Arqueologia no país.

Talvez, mais do que as crianças das escolas de Laranjeiras, que já crescem indo consultar Demar para suas pesquisas ou mesmo para observá-lo trabalhando em público, sejam os discentes e docentes universitários bem como os gestores públicos da cidade e do estado que careçam da imersão em uma oficina de Educação Patrimonial, promovida pelo convívio aberto, despretensioso e enriquecedor com a comunidade que lhes dá sentido social.

Referências bibliográficas

- ALENCAR, Aglaé D'Ávila Fontes de. *Danças e Folgedos*. Iniciação ao Folclore Sergipano. Aracaju: Edição do Autor, 2003.
- CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo. As possibilidades da Arqueologia Pública. *história e-história* (2009). Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=31>>, Acesso em: 15 fev. 2015.
- CARVALHO, Aline Vieira de; MENESES, Victor Henrique S. Práticas em Arqueologia Pública: considerações acerca do projeto “LAP com as Escolas”. *Anais I Semana de Arqueologia. “Arqueologia e Poder”*. Campinas: LAP/NEPAM, 2013, p.1-17. Disponível em: <<http://www.nepam.unicamp.br/arqueologiapublica/revista/anais/arqueologia-patrimonio-e-turismo/PDFs/arquivo11.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2015.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil*. Legislação e Políticas Estaduais, Brasília, UNESCO, Educarte, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- DANTAS, Beatriz Góis. *A Taieira de Sergipe*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó Nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GNECCO, Cristóbal. Arqueología Multicultural. Notas intempestivas. *Complutum*, 2012, Vol. 23 (2): 93-102.
- IPHAN. *Patrimônio Material*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12297&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 15 fev. 2015.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p.102.
- PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; FUNARI, Pedro Paulo. *O que é Patrimônio Cultural imaterial*. Col. Primeiros Passos, 331, São Paulo: Brasiliense, 2008.
- REIS, Ana Carla Fonseca. Economia da Cultura e Desenvolvimento. Estratégias nacionais e panorama global In: REIS, Ana Carla Fonseca; MARCO, Kátia (orgs.), *Economia da Cultura*. Ideias e vivências. Rio de Janeiro: Publit, 2009.
- SILVA, Eder Donizeti da; NOGUEIRA, Adriana Dantas. Lançando um olhar sobre o patrimônio arquitetônico de Laranjeiras. In: NUNES, Verônica M.M.; NOGUEIRA, Adriana Dantas (Orgs.) *O despertar do conhecimento na colina azulada: a universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras*. São Cristóvão: EDUFS, 2009. p.35-98.
- UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 2006.

Submissão: 08/04/2015

Aceite: 13/10/2015

A exposição e a circulação de crianças no extremo sul da América portuguesa: um estudo de caso - (século XVIII)*

The exhibition and the movement of children in the far south of Portuguese America: a case study - (XVIII century)

Jonathan Fachini da Silva**
j_fachini@hotmail.com

Resumo: O fenômeno da exposição domiciliar de crianças, assim como em outras regiões do Brasil colonial, se fez presente na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre desde sua fundação em 1772. A Roda dos expostos, instituição de amparo potencializada pela administração portuguesa foi inaugurada apenas em 1838. Nesse período, a Câmara municipal era a responsável pela administração e criação dessas crianças, angariando fundos para o pagamento de “salários” para “famílias criadeiras” de expostos. Dado esse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar um aspecto do fenômeno da exposição: a “circulação de crianças”. No Antigo Regime a criança tinha certa mobilidade, passava por vários lares até atingir a idade adulta. O *locus* dessa análise é os expostos do capitão de ordenanças Manuel Bento da Rocha que recebeu diversos expostos, e por vezes os recusou passando os pequerruchos adiante. Trazer à luz as ações desse oficial camarário em relação aos expostos pode nos dar subsídio para entender como se dava efetivamente a administração da exposição na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre e o paradeiro dessas crianças.

Palavras-chave: expostos, circulação de crianças, cruzamento nominativo

Abstract: *The phenomenon of household exposure of children, as well as in other regions of colonial Brazil, was present in the Parish Mother of God of Porto Alegre since its founding in 1772. The Wheel of exposed, support institution strengthened by the Portuguese administration was inaugurated only in 1838. During this period, the Town Hall was responsible for the management and creation of these children by raising funds for the payment of wages to brooders families exposed. Given this context, the aim of this paper is to analyze one aspect of the exhibition phenomenon: the circulation of children. In the Old Regime the child had some mobility, passed several homes until adulthood. The locus of this analysis is exposed captain ordinances Manuel Bento da Rocha, who received several exposed, and sometimes refused passing pequerruchos below. Bring to light the actions of this city council official relative to those exposed can give us subsidy to understand how to effectively gave the administration of the exhibition at the Parish Mother of God of Porto Alegre and the whereabouts of these children.*

Keywords: *exposed, movement of children, cross word*

* O presente artigo é uma versão estendida e modificada da comunicação apresentada no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais nos dias 24 a 28 de novembro de 2014.

** Doutorando em História (UNISINOS). Atua nas áreas da Demografia Histórica, História da Família e da População. Co-editor da Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS e membro do GT História da Infância, Juventude e Família da ANPUH-RS.

Introdução

A exposição de crianças foi um fenômeno recorrente em nosso passado colonial. A freguesia Madre de Deus de Porto Alegre presenciou essa prática desde a sua fundação no ano de 1772. Como a Roda dos expostos é fundada apenas em 1838, o abandono tinha um caráter domiciliar, ou seja, as mães e/ou famílias abandonavam sua prole na porta dos domicílios locais. A instituição responsável, em última instância, pela criação e sustento dessas crianças era a Câmara Municipal, como determinava as Ordenações do Reino.

A Câmara de Rio Grande, única no continente até 1809, transferiu-se para a freguesia de Viamão em 1763 com invasão espanhola àquela freguesia, e novamente se transfere para Porto Alegre em 1773, tornando-se a sede da capitania. É essa instituição, uma Câmara itinerante, que assumiu a responsabilidade com administração da exposição de crianças, seja através dos cofres públicos ou do chamamento à caridade pública, procurando remediar suas obrigações e custear a criação dessas crianças.

Um dos desafios dos estudiosos da infância desvalida é seu paradeiro quando adulto, muitas dessas crianças desaparecem no tecido social. Um dos fatores desse desaparecimento é a alta taxa de mortalidade infantil recorrente no período colonial.¹ Outro fator que se torna um desafio para o pesquisador é saber o paradeiro desses expostos, devido a uma característica comum da infância do Antigo Regime: a “circulação de crianças”. Alguns estudos a respeito da infância desvalida como de Guimarães dos Sá (1995) para Portugal e Renato Franco (2006) e, o mais recente, de Nicole Da-

mascono (2011), para as Gerais, mostraram essa característica do fenômeno da exposição: a “circulação de crianças”, isto é a transferência temporária ou definitiva da criança biológica para outros grupos familiares. Esta circulação de crianças podia assumir várias modalidades, desde o aleitamento por amas de leite até ao abandono em instituições, passando pela educação dos adolescentes. O fato é, que uma vez considerada a mobilidade da criança, a qual podia ser confiada a vários grupos familiares desde o nascimento, muitas são as formas de que esta circulação se podia revestir.

Frente a esse desafio, procuramos cruzar as informações dos Registros Paroquiais com os Termos de Vereança e os Róis de Confessados, o que nos permitiu identificar tanto os percentuais de exposição comparados a outras regiões, quanto essa mobilidade dos expostos por lares de criação. Neste sentido, para essa análise nos detemos a um personagem histórico que recebeu diversos expostos em sua porta, o *Capitão de Ordenanças Manuel Bento da Rocha*. Entender as ações desse oficial camarário em relação aos expostos pode nos trazer subsídios para entendermos as formas de administração do abandono por parte da Câmara e o acolhimento dessas crianças pelas portas de destino. Seguindo esse caminho, quem sabe podemos chegar ao paradeiro dos expostos na Madre de Deus.

Dessa forma a metodologia aplicada para esta pesquisa parte de uma abordagem na esteira da Demografia Histórica de encontro com a História Social, História da Família e da População. Dispomos de um banco de dados dos registros paroquiais (batismo, casamento e óbito) denominado NACAOB² e um segundo

¹ Sobre a mortalidade e a morbidade dos expostos, ver: SILVA, J. F. 2013, SILVA, Jonathan Fachini da. Destinos incertos: Um olhar sobre a exposição e a mortalidade infantil em Porto Alegre (1772-1810). *Cadernos de História*, UFOP, Mariana, Ano VII, p. 76-93, 2013.

² O NACAOB é uma ferramenta desenvolvida especificamente para o cadastramento de registros paroquiais (batismo, casamento e óbito) e que permite a reconstituição semiautomática de famílias. Para mais detalhes a respeito desse software e suas potencialidades, ver: SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Uma alternativa metodológica para o cruzamento semiautomático de fontes nominativas: o NACAOB como opção para o caso lusobrasileiro. In. BOTELHO, Tarcísio R; LEEUWEN, Marco H. D. van (Orgs.), *História social: perspectivas metodológicas*. Belo Horizonte, Veredas & Cenários, 2012, pp. 83-108.

banco de dados, das atas da Câmara. A partir do cruzamento nominativo desses bancos de dados partimos de uma análise macro para uma escala micro. Nesse caso, o “nome” é o nosso *fió de Ariadne* conforme denomina Carlo Ginzburg (2007).³

A exposição de crianças no extremo sul da América portuguesa

No extremo sul da América portuguesa nossa atenção está voltada para as freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Viamão e Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, e alguns dados disponibilizados referente a Matriz de Rio Grande. A análise dessas freguesias se dá devido aos locais de residência e circulação de *Manuel Bento da Rocha* o qual, daremos foco posteriormente.

O contexto de criação dessas freguesias se vincula a conjuntura de disputa desses territórios pelas coroas ibéricas, que remonta, pelo menos, ao século XVII. A política portuguesa para essa região se baseava no princípio do *uti-possidetis*: a coroa portuguesa asseguraria a posse dessas terras por meio da ocupação dos espaços, através da instalação de uma população que desembarcava da metrópole e de outras regiões da colônia, acrescida de uma numerosa população escrava e indígena.

Nos meados do século XVIII, a importância dessa região, inserida nesse contexto fronteiro, cresceu por conta da invasão espanhola na Vila de Rio Grande, que era a mais antiga do continente do Rio Grande de São Pedro. Como desdobramento dessa invasão, a Câmara de Rio Grande foi transferida para freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão (no ano de 1763) e, posteriormente, foi deslocada, novamente, para a recém-formada Freguesia Madre de Deus

de Porto Alegre (1773), que anteriormente havia sido denominada como “Porto dos Casais”, devido ao desembarque de casais açorianos para a colonização dessas terras no extremo sul da América lusa.

A formação e povoação de Rio Grande se deram em torno da fortificação Jesus-Maria-José e os enlaces em torno de Colônia do Sacramento. No ano de 1738, o primeiro pároco chega a freguesia de Rio Grande de São Pedro que já havia sido criada por uma provisão de agosto de 1736. Foi no ano de 1747 que a dita freguesia foi elevada à categoria de vila constituindo uma Câmara de Vereadores apenas quatro anos mais tarde. Logo a localidade foi povoada por refugiados da Colônia de Sacramento, colonos vindos das ilhas dos Açores e uma forte presença indígena que havia nessas terras (MARQUES, 2011).

A freguesia de Viamão teve sua origem numa capela vinculada à vila de Laguna, atual estado de Santa Catarina, fundada em 1741 por famílias que desciam de São Vicente (São Paulo) e de Laguna mesmo, ainda antes da criação oficial da Freguesia de Rio Grande (a mais antiga da capitania).

No ano de 1747, Viamão foi elevada a condição de freguesia, e em 1746 contava com 282 habitantes. Dez anos mais tarde, a população já havia aumentado muito, alcançando 1.116 almas. Tal crescimento está diretamente associado à entrada dos contingentes de açorianos que foram deslocados para a região sob os auspícios da coroa portuguesa, visando implementar a política de ocupação já mencionada (KÜHN, 2004).

À exemplo do que ocorreu com Viamão, a freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre teve também um desenvolvimento acelerado. Segundo levantamentos da época, a freguesia (fundada em 1772) contava

³ Trata-se de uma metáfora, usada por Ginzburg (2007), referente ao mito grego (em que Teseu recebe, de Ariadne, um fio que o orienta pelo labirinto, onde encontrou e matou o minotauro). Nesse sentido, o nome é o fio que nos orienta, através do cruzamento de fontes para o fim de se reconstituir a História dessas crianças que foram expostas no extremo sul da América portuguesa.

com um contingente populacional de 1.512 habitantes, apenas oito anos depois de sua criação. De 1780 a 1798 esses números serão duplicados para 3.268. No início do século XIX (1810) já havia alcançado cerca de 6.000 habitantes (SANTOS, 1984).

Aliás, deve-se enfatizar que não apenas essas duas freguesias, mas o continente do Rio Grande de São Pedro apresentou um crescimento acelerado. Em 1780 a população total do continente fora estimada em 18 mil pessoas, e que, no decorrer de dezoito anos (em 1798), havia se verificado um aumento de populacional de 18%, com uma taxa anual de crescimento da ordem de 3.2%. Para se ter uma ideia São Paulo, Bahia, Pernambuco e Alagoas neste período cresceram a uma taxa máxima de crescimento de apenas 2.3%. Na virada do século, entre 1798-1814, o ritmo de crescimento foi ainda maior, de 111% na população total (OSÓRIO, 2008).

pelos menos os registros de batismos não deixam claro essa prática. Nos batizados os batismos apresentam na maioria das vezes a criança como filha de “pai incógnito” ou “pais incógnitos”, para o caso dos poucos expostos havidos nesse conjunto (HAMEISTER, 2006).

Em números absolutos em Rio Grande nos sete primeiros livros de batismos da Matriz que cobrem os anos de 1738 a 1795 foram contabilizados um total de 14 crianças que o pároco apenas denominou “filha de pais incógnitos”, o que não nos deixa certeza se essas foram realmente enjeitadas. As que foram efetivamente expostas, para esse período somam 67 crianças, o que chegaria ao resultado de aproximadamente 1,2% dos registros de batismo da população.⁴ Em relação a freguesia de Viamão o banco de dados já está em fase de alimentação, o que nos permite ter dados mais consistentes.

Dada	Total	Legítimas		Naturais		Expostas		N/D*	
		N.A	%	N.A	%	N.A	%	N.A	%
1740	71	51	71,8	6	8,4	0	0	14	19,7
1750	510	415	81,4	50	9,8	1	0,2	44	8,6
1760	536	457	85,2	25	4,7	6	1,2	48	8,9
1770	579	485	83,7	21	3,6	30	5,2	43	7,4
1780	672	556	82,7	88	13,1	15	2,2	13	2,0
1790	1055	777	73,6	236	22,3	27	2,5	15	1,4
Total	3423	2741	80,1	426	12,4	79	2,3	177	5,2

Tabela 1— Nossa Senhora da Conceição de Viamão 1740-1790, Batismos de crianças legítimas, naturais e expostas.

Fonte: Dados extraídos do software NACAOb, São Leopoldo, 2014.

*Trata-se dos registros de batismos que não foram definidos a legitimidade da criança.

Em relação ao nosso tema, podemos apreciar a prática do abandono domiciliar a partir das informações coletadas nos assentos de batismo dessas freguesias. Começaremos por Rio Grande, a mais antiga. A exposição de crianças se pareceu amena nessa freguesia ou

Os dados disponíveis para a freguesia de Viamão⁵ se limitam ao século XVIII, não temos neste momento as informações para a primeira década do XIX. Aqui chamamos a atenção para o significativo número de assentos para os quais o padre não informou a condi-

⁴ Os registros paroquiais de Rio Grande referente aos expostos foram gentilmente cedidos pela pesquisadora Rachel de Souza Marques, atualmente doutoranda da Universidade Federal do Paraná.

⁵ Os registros paroquiais utilizados aqui para essa freguesia foram disponibilizados por Fábio Kühn e Eduardo Santos Neumann, frutos do projeto: *Resgate de Fontes Paroquiais - Porto Alegre e Viamão (século XVIII)*, realizado entre 2000 e 2002.

ção de legitimidade da criança batizada (5,2% em média para todo o período). A primeira constatação é o impacto da entrada dos colonos açorianos, que faz com que os batismos registrados naquela paróquia tenham aumentando em quase oito vezes, entre a década de 1740 e a de 1750. Além disso, ressaltamos o modesto percentual de crianças naturais (nascidas fora do casamento consagrado pela Igreja) se comparadas a outras freguesias da colônia no mesmo período e mesmo em relação às freguesias minhotas. Manteve-se abaixo dos 10% até a década de 1770, mas nas duas décadas seguintes verificamos um aumento significativo, alcançando os 13% em 1780, situação que se agravou na década de 1790, quando ultrapassou os 20%. Contrariamente, a prática do abandono se manteve em índices comparativamente mais baixos, próximos dos percentuais apresentados pelas freguesias do Concelho de Guimarães. A média geral, entre as décadas de 1740 e 1790, ficou em 12,4% de crianças naturais e apenas 2,3% de expostas. Em números absolutos, apenas 79 crianças foram abandonadas entre as décadas de 1740 e 1790.

Algumas características desse quadro do abandono permanecem para a freguesia Madre de Deus, como podemos ver.

De 1772 (ano de sua criação) até 1810, 205 bebês foram abandonados por suas mães e/ou famílias, um número expressivo se pensarmos na realidade de algumas freguesias rurais do noroeste português, como vimos anteriormente. Esse dado é expressivo mesmo frente a Viamão que teve 2,3% de expostos no total. Entre as décadas de 1770 e 1790, registramos uma tendência de aumento, ultrapassando o montante para Viamão. Como colocado, podemos admitir que o aumento da exposição acompanha o crescimento da própria freguesia: se apenas oito crianças foram abandonadas ao longo da década de 1770 (de fato entre 1772 e 1780), anos depois, entre 1801 e 1810, registrar-se-ia 117 assentos de crianças enjeitadas, o que representa cerca de 7% do total de crianças batizadas na Madre de Deus.

Entretanto se compararmos com outras áreas mais urbanizadas do Brasil, percebemos que esses índices são modestos. Para a vila de São Paulo, por exemplo, que constituía o núcleo urbano principal e capital administrativa da Capitania de mesmo nome, os índices de abandono chegaram aos patamares de 21,9% na segunda metade do século XIX. Na Freguesia da Sé, da cidade de São Paulo média foi de 15% entre 1741 e 1755, e de 18%, entre 1780 e 1796 (VENANCIO, 1990). Já em áreas mais pobres de economia de subsistência como Ubatuba, litoral paulista, a proporção de

Década	Total	Legítimas		Naturais		Expostas	
		N.A	%	N.A	%	N.A	%
1770	371	338	91,2	25	6,7	8	2,2
1780	763	658	86,2	77	10,1	28	3,6
1790	1351	1099	81,3	200	14,8	52	3,8
1800	1761	1352	76,7	292	16,5	117	6,6
Total	4246	3447	81,3	594	13,9	205	4,8

Tabela 2—Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre 1772 – 1810, Batismos de crianças legítimas, naturais e expostas. Fonte: Dados extraídos do software NACAOB, São Leopoldo, 2014.

expostos era de somente 0.6%. Em Sorocaba, outra localidade paulista, houve anos em que absolutamente nenhuma criança exposta fora registrada, embora a média tenha sido 4.1% nos anos de 1679 e 1845 (MARCÍLIO, 1996).

Esses percentuais parecem se repetir nas freguesias urbanas da cidade do Rio de Janeiro, Sé e São José, a proporção de expostos batizados entre a população geral foi de 21.3%. Já nas áreas rurais como Guaratiba, Irajá, Jacarepaguá e Inhaúma a proporção decresce para 3.3% (FARIA, 1998). Na região de Minas Gerais, especificamente em São João del Rei, também uma área sem roda de expostos, a média percentual é de 8% (BRÜGGER, 2006).

Estes dados registrados para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais indicam que nas áreas urbanas a prática do abandono se intensificava, com índices muito maiores do que aqueles registrados em localidades rurais. Explicar esta situação tem sido um desafio para os historiadores. Como podemos ver, os dados relativos a exposição no extremo sul aproximam-se aos de áreas sem assistência formal. Entretanto se compararmos as freguesias selecionadas para essa análise podemos tirar algumas conclusões:

enfeitadas 79 crianças em Viamão, 38 delas do sexo feminino e 40 do sexo masculino. Uma das crianças não pode ter o sexo identificado. Na Madre de Deus são 103 meninos e 102 meninas. Esses dados nos indicam que não havia o predomínio de um sexo por outro na exposição de crianças, ou seja, não tinha preferência por expor mais meninos ou meninas.

Voltando ao quadro 1, um ponto importante que os dados nos apontam é que nas décadas de 1770 e 1780 a exposição tem queda na freguesia de Viamão, enquanto houve uma tendência de aumento na Madre de Deus. Uma explicação possível para esse dado se dá pela transferência da Câmara Municipal de Viamão para a freguesia recém-formada em 1773. Dessa forma, o abandono poderia ter seguido a Câmara, que era responsável pela criação dos bebês.

A pergunta que se coloca: é se a população passa a dar a preferência por abandonar as criancinhas na Madre de Deus, pois, nitidamente o período analisado mostra que a prática do abandono está em declínio na freguesia de Viamão e, ao contrário, na Madre de Deus, os níveis de abandono estão em franco aumento.

Década	Rio Grande*	Viamão	Porto Alegre
1760	10	06	-
1770	05	29	08
1780	29	15	28
1790	23	27	52
1800	-	-	117
Total	67	79	205

Quadro 1—Batismos de expostos por décadas, Freguesias de Rio Grande, Viamão e Porto Alegre. Fonte: Dados extraídos do software NACAQB, São Leopoldo, 2014.* Do ano de 1738 até 1759 foram registrados apenas 7.

Em Rio Grande, entre 1760 e 1790, foram expostas 60 crianças (36 meninas e 31 meninos) entre 1760 e 1790. Entre as décadas de 1760 e 1790, foram

A administração camararia do abandono

Um ponto central para explicarmos esses dados se dá justamente pela ação da Câmara na administração

do abandono, o que, conforme os dados nos indicam, centraliza a exposição em Porto Alegre. Abaixo, na ilustração, podemos observar o percurso da Câmara de Rio Grande, passando por Viamão e se instalando em Porto Alegre.

não podia nem vinha no conhecimento de quem as enjeitava, determinaram todos que o procurador do Conselho procurasse amas e as custeasse para criar os ditos enjeitados expostos, dando-lhe algum vestuário para se embrulhar as mesmas crianças e reparar a desnudez

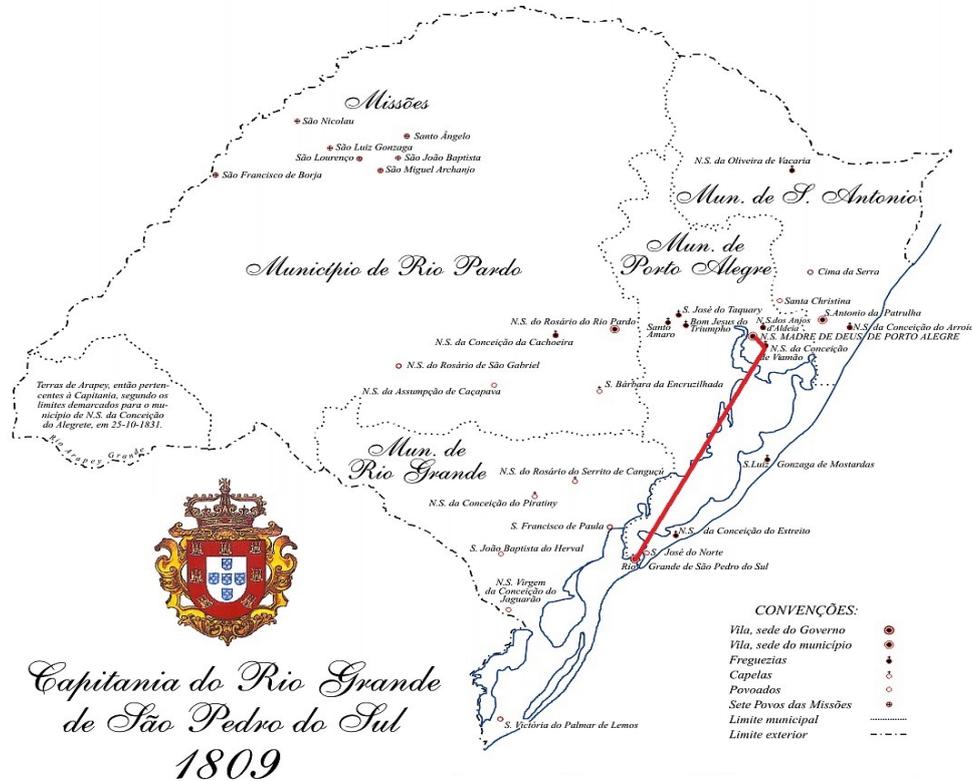


Ilustração 1—Mapa digitalizado do Continente do Rio Grande de São Pedro (1809) Fonte: Mapa baseado na reconstrução histórico-cartográfico, executada no Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul, por João C. Campomar Junior, desenhista-cartógrafo, em julho/1942. Reeditado digitalmente por Sérgio Buratto em Junho/2002. Disponível em: <<http://genealogias.org>>. Acesso em: 25 set. 2014. [reelaboração do autor]

Nossa atenção nesse momento está na administração a partir da Câmara em Porto Alegre pelo acesso as fontes. Desde o princípio de sua instalação em sua nova sede, a Câmara Municipal se mostrou preocupada com a exposição de crianças, práticas administrativas desenvolvidas ainda em Rio Grande:

Acordaram que porquanto se tinham exposto várias crianças enjeitadas pelas portas de alguns moradores da capela de Viamão, e estes as iam entregar ao procurador do Conselho para que à custa deste as mandasse criar, e porque se

das carnes com que as expuseram, e porque na forma da lei e costume da vila do Rio Grande assim o deviam fazer, mandaram fazer este acordo e nele formar os assentos dos mesmos enjeitados seus nomes, e de quem os cria e o quanto se lhe dava por mês. (AHPAMV, Atas da Câmara, 06/09/1773). [grifos meus]

Os dados relativos aos batismos na freguesia justificam essa preocupação, visto o crescente do fenômeno de 1772 a 1810. Logo nos primeiros anos de então, a Câmara mandou preparar um livro de matrícula⁶

⁶ Apesar dos Termos de Vereança deixarem claro que existia esses livros de matrículas de expostos para Porto Alegre, infelizmente, em inúmeras buscas, não os localizamos. Provavelmente, foram extraviados em meados do século XX quando os arquivos municipais e estaduais começavam a organizar e dividir seus acervos.

para os expostos e se propôs a pagar salários de criação. Esses salários se mantiveram estáveis no mesmo valor para esse período e apesar desse valor ser estipulado mensalmente, a Câmara deixava acumular os montantes de quatro ou cinco meses para pagar as famílias, ou, em muitos casos, administrava a receita das despesas com o auxílio de particulares como veremos.

Os salários pagos as “famílias criadeiras” de expostos eram de 3\$200 réis por mês (criação até os 3 anos de idade), passando para 1\$600 réis por mês (criação dos 3 aos 7 anos de idade) e se acrescenta ainda o pagamento anual de 3\$200 réis pelo vestuário da criança. Despesas funerárias dos anjinhos também foram arcadas pela Câmara, mas em raros casos não há um padrão para esses. É o caso do exposto *Tristão* que seu falecimento importou em 4\$323 réis e com 3\$200 réis de mortalha faz a quantia de 7\$523 réis.

O que sabemos com certeza, é que o salário era pago até a criança ao completar seus sete anos de idade, com o registro de batismo sendo o documento comprobatório. Desse momento em diante, a família criadeira decidiria se ficaria com a criança gratuitamente, ou a

devolveria ao procurador do Conselho para encontrar outro lar para a mesma.⁷

Esse salário oferecido para criação de expostos parece modesto, entretanto se somarmos os três primeiros anos de criação (3\$200 réis mensais por 36 meses) mais os três anos de vestuário (3\$200 réis anuais por três anos) teremos o valor de 124\$800 réis. Para termos uma dimensão desse pecúlio, um escravo de “primeira linha” (sexo masculino, entre 20 e 29 anos de idade) custava em média 177\$351 réis, entre 1812 e 1822 (BERUTE, 2006). Neste sentido criar um exposto até os sete anos rentaria mais que o valor de um escravo de alto estima no mercado.

A partir do ano de instalação da Câmara Municipal em Porto Alegre (1773) até 1810, houve 499 recorrências de pagamentos de salários de expostos. O que representava uma despesa considerável, perfazendo um montante de 313\$743 réis. Valendo-se de um quadro das despesas anuais camararias para o período de 1773 a 1780, podemos nos aproximar das despesas referentes aos expostos, a partir dos pagamentos expressos nos Termos de Vereança.

Ano	Despesa geral	Despesas c/ expostos	%
1773	165\$160 réis	16\$000 réis	9,7
1774	162\$365 réis	38\$400 réis	23,7
1775	112\$800 réis	5\$120 réis	4,5
1776	309\$133 réis	-	-
1777	151\$310 réis	3\$200 réis	2,1
1778	409\$350 réis	93\$200 réis	22,8
1779	220\$665 réis	122\$623 réis	55,6
1780	298\$508 réis	35\$200 réis	11,8

Tabela 03—Despesas da Câmara e Despesas com Expostos 1773-1780. Fonte: Dados reelaborados a partir de Comissoli (2006) / AHPAMV, Livros de vereança 1 a 5 (1766-

⁷ Renato Pinto Venancio (2002) observa nos seus estudos para Salvador que algumas famílias se afeiçoavam as crianças, principalmente na ausência de um filho legítimo falecido precocemente. Nesse caso a incorporação da criança exposta a família seria uma espécie de substituição. No atual andamento da pesquisa, penso ser arriscado estabelecer parâmetros neste momento, é preciso ainda, um cruzamento maior com as fontes.

Esse quadro das despesas camararias, apesar dos possíveis sub-registros podem nos informar alguma coisa. Conforme consta, o acúmulo de pagamentos aos criadores de expostos fazia com que em alguns anos era gasto 30% ou até 50% das despesas com esse fenômeno. Basta prestarmos atenção aos anos de 1778 e 1779. Ainda não foram contabilizados os valores que eram oferecidos por particulares para o auxílio. Como o caso de *Francisco Lopes Nunes* que paga 7\$400 referente ao salário de criação de duas expostas. Para Vila Rica, em Minas Gerais, Renato Franco (2006) coloca que uma alternativa adotada foi a transmissão de dívidas, papéis emitidos pela Câmara se tornaram moeda de negociação, não raro contados como bens nos espólios dos criadores falecidos. Dessa forma, os matriculantes poderiam saldar suas próprias dívidas *trespassando* as obrigações da Câmara a terceiros.

Na freguesia Madre de Deus, a exposição de crianças está ganhando força concomitantemente com a procura pelo pecúlio camarário, a transmissão de dívidas ainda não se mostrou uma alternativa aplicada.⁸ E mesmo a caridade pública não está se mostrando eficaz. Não tarda para a Câmara tomar atitudes mais enérgicas, como foi aprovada derramas e cobrados impostos específicos destinados ao pagamento dos expostos. Essas ações da Câmara se iniciam no ano de 1813, mas se estende até 1837 quando passa a responsabilidade dos expostos à Santa Casa.⁹

Nesta mesma vereança se retificou a ordem dada ao escrivão desta Camara em verença passada, para escrever um officio aos vigários deste termo a pedir-lhe o rol de seus freguezes cabeça de cazaes para serem multados no assento geral a

que accordarão proceder para o pagamento das criações dos expostos, visto não haver no cofre do concelho dinheiro com que se lhes pague.(AMPAMV, Termo de Vereança,25/08/1813)

Essa foi a primeira medida camararia a se propor a fazer um levantamento para cobrança de multa as famílias que tinham acordado em contribuir para o pagamento dos expostos. Interessante ainda a salientar como a Câmara alega não ter recursos financeiros para cobrir esses custos. Como havíamos observado, nem todo exposto estava sobre responsabilidade da Câmara em Porto Alegre, dos 205 expostos, até 1810, a Câmara assistiu à 170, ou seja, cerca de 83%. Entretanto, como se trata de um único senado para a província. Neste caso, além de Porto Alegre, havia pagamentos efetuados para famílias localizados em freguesias de Viamão, Rio Pardo, Aldeia dos Anjos entre outras. Neste sentido, não é de estranhar a alegação da Câmara por falta de recursos nos cofres públicos. Dado esse contexto, voltaremos nossa atenção as entrelinhas dessa administração através de um *homem bom* atuante nessa Câmara, *Manuel Bento da Rocha*.

O ditto Capitão Ordenanças e a circulação de crenças

A atuação de *Manuel Bento da Rocha* nos ajuda a entender algumas dinâmicas do fenômeno da exposição de crianças no extremo sul da América portuguesa. Esse fenômeno era amplamente praticado e aceito por essa sociedade. Cabe nesse caso, entendermos como se dava assistência ou como essa sociedade lidava com esse fenômeno social. Frente a esses questionamentos, foi investido no cruzamento nominativo para resgatar-

⁸ O estudo de Cíntia Araújo (2005) mostra que outro recurso utilizado pela Câmara era se valer de um alcaide responsável por policiar sobre as gestantes da freguesia, na tentativa de evitar o enjeitamento da criança e punir o expositor. Para a freguesia Madre de Deus, as fontes não me permitiram perceber essa existência.

⁹ Todo o conflito burocrático entre a Câmara e a Santa Casa de Misericórdia pela isenção da responsabilidade com os expostos pode ser acompanhado no trabalho de Jurema Gertze (1990). A autora mostra que mesmo a Santa Casa hesitava em instalar a Roda dos expostos e institucionalizar o abandono.

mos um pouco da trajetória desse capitão de ordenanças e sua relação com crianças expostas.

O ator social de que estamos tratando já foi objeto de pesquisadores da recente historiografia sulina, a título de exemplo: Martha Hameister (2006), Fábio Kühn (2006) e Adriano Comissoli (2006).

Residente em Rio Grande, Viamão e depois na nova sede da capitania, Porto Alegre, *Manuel Bento da*

Nesse sentido fizemos uma busca minuciosa nos registros de batismos de expostos que foram enjeitados à porta de nosso protagonista. Em Rio Grande, não há registro de nenhuma criança deixada em sua propriedade ou em propriedades pertencentes à família de sua esposa *Dona Isabel Francisca da Silveira*. Já quando residia na freguesia de Viamão levou a pia batismal dois expostos, *José*, no ano de 1766, e *Francisco*, no ano de 1771.

BATISMO	EXPOSTO	PADRINHO	MADRINHA
José	18/12/1766	Manuel Bento da Rocha	—
Francisco	03/05/1771	Francisco Luís Coelho	Nossa Senhora

Quadro2 - Expostos deixados no domicílio de Manuel Bento da Rocha (Viamão). Fonte: Dados extraídos do software NACAOB, São Leopoldo, 2014.

Rocha atuou em vários setores sociais, como destaca Fábio Kühn (2006, p.319):

Manuel Bento da Rocha pode ser considerado um verdadeiro empreendedor do Antigo regime: foi homem de negócios, dono de embarcações, contratador e acaudalado fazendeiro. Apesar de identificar-se com o grupo mercantil, uma das suas estratégias preferenciais foi a formação de um avultado patrimônio fundiário.

Apesar de suas terras e atuação como comerciante, um dos pontos de sua vida que nos é importante em relação aos expostos, é que foi oficial camarário tanto em Viamão quanto em Porto Alegre e ainda, segundo Martha Hameister (2006, p.112), há fortes indícios que já atuava na Câmara em Rio Grande antes da invasão espanhola e seu deslocamento para Viamão em 1763. Essa atuação nos indica que teve contato com a questão da exposição de crianças visto que, como mencionamos anteriormente, a Câmara administrava a criação dessas crianças.

O exposto *José* recebeu por padrinho o próprio *Manuel Bento da Rocha*, entretanto ele não estava presente no evento e, por procuração, sua esposa *Dona Isabel Francisca da Silveira* o representou. As fontes não nos dizem muito se *Manuel Bento Rocha* acolheu essas duas crianças ou as entregou e passou para outro domicílio que os criasse. Entretanto, ao cotejarmos o Rol de Confessados da desobriga de 1779, observamos que logo abaixo do nome do casal chefe do fogo havia os nomes de *Francisco Inácio* e *José Luís* que poderiam se tratar desses expostos. Não é referida a idade deles, mas no caso de *José Luís* consta que estaria se crismando nesse ano, isso é uma forte evidência de ser o exposto, visto que em 1779 estaria com cerca de treze anos de idade, ou seja, a idade permitida para se crismar.

Quando *Manuel Bento Rocha* passou a residir em Porto Alegre com a transferência na Câmara em 1773, outras duas crianças foram expostas na porta de seu fogo no ano de 1783. Dessas meninas expostas que levou a pia batismal, *Doroteia*, ele mesmo a apadrinhou no dia dez de novembro de 1783.

BATISMO	EXPOSTO	PADRINHO	MADRINHA
10/11/1783	Doroteia	Manuel Bento da Rocha	Luisa Josefa Bittencourt
09/09/1783	Esmeria	Miguel Pereira Fernandes	Francisca Joaquina

Quadro 3—Expostos deixados no domicílio de Manuel Bento da Rocha (Porto Alegre). Fonte: Dados extraídos do software NACAOB, São Leopoldo, 2014.

Quanto à exposta *Esmeria*, um fato ocorre que foi nos foi permitido reconstituir pelo cruzamento da ata de seu batismo com os Termos de Vereança. Vamos ao caso: *Aos nove dias do mês de setembro de 1783, na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, o Reverendo Padre Pirez da Silveira pôs os santos óleos à inocente Esmeria, que foi deixada na porta da casa do Capitão de Ordenanças Manoel Bento da Rocha. No momento do ocorrido, o dito capitão estava em viagem e se achava com sua família fora dessa Vila. Nem na mesma ocasião na casa do dito Capitão-mor havia pessoa alguma.* O Procurador do Conselho mandou-lhe avisar da pequena exposta em sua casa e se tinha algum interesse no acolhimento da criança. Enquanto aguardava pela resposta, passaram a criança para a morada de *Bento Xavier, porteiro da Villa.* Foi *Bento Xavier* o responsável por levar a pequena alma para receber o batismo. A pequena *Esmeria* teve, como de costume, dois padrinhos: *Miguel Pereira Fernandes e sua mulher, Francisca Jozefa, moradores da mesma freguesia.*

O Capitão-mor, tão logo retornou com sua família à freguesia Madre de Deus, respondeu que não queria criar a dita criança. A Câmara, então, com a autoridade que lhe era de direito, encaminhou a exposta *Esmeria* para a casa de *Mateus Pereira* no dia treze de setembro do mesmo ano, para que ele assumisse os cuidados de sua criação. Contando desse dia, *Mateus Pereira* passou a receber um salário pela criação da ex-

posta. Ainda caso semelhante é da exposta *Izabel*, que o procurador do Conselho, cargo responsável pela distribuição das crianças expostas à famílias criadeiras, à entrega a *Manuel Bento da Rocha* para que esse a criasse em troca dos salários cedidos pela Câmara.

Os casos das enjeitadas *Esmeria* e *Izabel* ilustram um ponto central intrínseco ao fenômeno do abandono e que dificulta ao pesquisador reconstituir o destino desses expostos quando adultos: a circulação de crianças. Esse conceito foi extraído da antropologia, a partir do trabalho de Cláudia Fonseca (2002) que percebeu a “circulação de crianças” em bairros populares de Porto Alegre, onde a criança passava por vários lares até atingir a idade adulta. O fato é que, uma vez considerada a mobilidade da criança, a qual podia ser confiada a vários grupos familiares desde o nascimento, muitas são as formas que esta circulação se podia revestir. A autora destacou a importância dessa prática como determinante para estabelecer as relações sociais entre os grupos os quais analisou.

Se apropriando desse conceito e o transportando para uma sociedade de Antigo regime, em que esse fenômeno é perceptível, Guimarães dos Sá (1995, p.11) aborda que essa circulação de crianças podia assumir várias modalidades, desde o aleitamento por amas de leite até o abandono em instituições, para a autora o aspecto mais importante dessa mobilidade infantil era que:

(...) consistia no facto de, para além da responsabilidade parental estritamente biológica, existirem alternativas de responsabilidade social que vão desde o cuidado temporário de crianças até à transferência completa de direitos legais e que transforma a paternidade num fato mais social do que biológico.

Nos estudos para Mariana, nas Gerais, Nicole Damasceno (2011, p. 107) percebeu nas listas de habitantes que alguns fogos possuíam crianças expostas como agregados e outros fogos possuíam crianças que não eram necessariamente expostas, também não eram filhos biológicos do casal do fogo, tratava-se das “crianças alheias” como denominou. Também em Minas Gerais, em Vila Rica, Renato Franco (210, p.156) nos alega que as crianças que eram abandonadas nas portas, não significava que o lar as iria receber e, mesmo que as recebesse, não garantiria a permanência na casa. Em “ambos os casos estavam presentes, ou seja, havia aquelas que encontravam receptividade já no primeiro domicílio e outras que passavam de mão em mão até serem acolhidas”.

Essa realidade pode ser transportada para o Rio Grande de São Pedro, pois as crianças enjeitadas à porta do capitão de ordenanças tinham transferência para outros lares, os de famílias criadeiras. Nesses lares, esses expostos permaneciam até os 7 anos sob custódia da Câmara, após esse período era de decisão dessa família abrigar a criança ou (re)passá-la adiante. A criança nesse sentido, depois da porta do capitão de ordenanças passava por portas de segundos e terceiros, como a exposta *Esméria* que foi deixada na casa de *Matheus Pereira*.

Nesta vereança se mandou pagar a Francisco Martins Moreira e Souza a quantia que tanto importa a gasto que fez com o vestuário com que assistiu a exposta Esméria em casa de Matheus Pereira. (AHPAMV, Atas da Câmara, 06/01/1788).

É interessante destacar também que os pagamentos eram feitos por terceiros que também cobravam da administração pública o ressarcimento. A vereança citada ilustra a ordem de pagamento a *Francisco Martins Moreira e Souza* que havia custeado o vestuário da exposta *Esméria*, enjeitada na porta de *Manuel Bento Rocha* e criada na porta de *Matheus Pereira*. No caso aqui proposto trouxemos os expostos que cruzaram pelo caminho de *Manuel Bento da Rocha* para ilustrar ainda outro fator dessa circulação de crianças expostas.

No caso do extremo sul da América portuguesa, com administração constante da Câmara angariando fundos para o pagamento de salários à famílias que se propusessem criar expostos, podemos seguramente alegar que a circulação de crianças estava ligada a um comércio de criação de expostos. Um último indício de que os expostos deixados à porta de *Manuel Bento Rocha* seguiram outro curso é pela análise de seu testamento. O capitão de ordenanças não teve filhos e não menciona uma palavra sobre algum exposto que tenha sido criado em seu fogo. Assim, esses expostos foram passados adiante ou tiveram o destino interrompido por uma morte precoce.

Considerações finais

Podemos destacar algumas conclusões preliminares a respeito da exposição de crianças no extremo sul da América portuguesa. Os percentuais analisados para as freguesias que sediaram a Câmara do Rio Grande de São Pedro até 1809 se aproximavam dos de áreas onde não havia Roda. Ainda, podemos alegar que ao contrario de outras diversas localidades, a Câmara não se isentou de sua responsabilidade de angariar fundos para custear a criação dos expostos e sua administração acentuou a “circulação de crianças” intrínseco á esse fenômeno.

A partir da atuação do *Capitão de Ordenanças Manuel Bento da Rocha* em relação aos expostos deixados em sua porta, torna-se um desafio ao pesquisador saber o paradeiro dos expostos. O que sabemos é que a administração do abandono gerava uma espécie de comércio dessas crianças expostas em que até os próprios homens bons do senado usufruíam desses recursos. Nesse sentido, a administração da exposição pela Câmara era o próprio motor de sua dinâmica, centralizando o enfeitamento dessas crianças em Porto Alegre. Em

outras palavras, se com a presença atuante da Câmara na administração do abandono, poderia dar segurança as famílias em enjeitar sua prole (pelos mais variados motivos) em Porto Alegre, pois invariavelmente essa criança iria receber alguma assistência. Em contrapartida, a Câmara usava desse poder de barganha em administrar essa exposição criando uma rede de comércio dessas crianças, um ponto que ainda deve ser aprofundado pela historiografia dedicada a esse tema.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Cíntia Ferreira. *A caminho do céu: a infância desvalida em Mariana (1800-1850)*. Dissertação de Mestrado. UNESP, 2005.
- BACELLAR, Carlos Almeida Prado. Abandonadas nas soleiras portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, séculos XVIII e XIX. In: *Cativeiro e Liberdade*, nº 4, Rio de Janeiro: UFRJ/UFF, 1996.
- BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro no Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790 - c. 1825*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, RS, 2006.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Crianças Expostas: um estudo da prática do enfeitamento em São João del Rei, séculos XVIII e XIX. In: *TOPOI*, v. 7, n. 12, jan.-jun. p. 116-146, 2006.
- CAVAZZANI, André Luiz M. *Um estudo sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (Segunda metade do século XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.
- COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008.
- DAMASCENO, Nicole de Oliveira A. *Ser exposto: “a circulação de crianças” no termo de Mariana (1737-1828)*. Mariana/MG, Dissertação de mestrado. UFOP, 2011.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano cultural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FONSECA, Cláudia. *Caminhos da adoção*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- FRANCO, Renato. *Desassistidas Minas – a exposição de crianças em Vila Rica, século XVIII*. Niterói: UFF, 2006. (Dissertação de Mestrado)
- GERTZE, Jurema M. *Infância em Perigo: a assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre: 1837-1880*. Porto Alegre: PUC-RS, 1990. (Dissertação de Mestrado)
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudos sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. (Doutorado em História)

KÜHN, Fábio. *Gente de fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa –século XVIII*. In: GRIJÓ... [et al]. (orgs). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul –Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.*

_____. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – Século XVIII*. Niterói: UFF, 2006. (Doutorado em História)

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara*. Terra e população. São Paulo: Paulinas/CEDHAL, 1986.

MARQUES, Rachel dos Santos. *Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c.1750-1820)*. Curitiba: UFPR, 2011. (Dissertação de Mestrado)

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul: Século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1984

SÁ, Isabel de Guimarães dos. *A circulação de crianças na Europa do Sul –o caso dos expostos do Porto no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian/JNICT, 1995.

OSÓRIO, Helen. *Expansão Territorial e população: a capitania do Rio Grande no primeiro quartel do século XIX*. In: SCOTT, Ana S. V.; FLECK, Eliane C. D. (orgs.). *A Corte no Brasil: População e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos; UNISINOS, 2008.

VENANCIO, Renato Pinto. *Infância sem destino: o abandono de criança no Rio de Janeiro do século XVIII*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 1990.

_____. *Maternidade negada*. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

Fontes:

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Processo Judicial/Testamento** - Testador: Manuel Bento da Rocha Sena – 1 Cartório de Órfãos de Porto Alegre, 1791 (Livro 2). Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO. **Livro dos Termos de vereança**. [manuscrito]. (12 v.) (1773-1837). Localização: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MADRE DE DEUS (PORTO ALEGRE). **Livros de registros de batismos (1772-1837)**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1772-1837. (9 v.). Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE (VIAMÃO). **Livros de registros de batismos**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1772-1837. (4 v.). Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MADRE DE DEUS (PORTO ALEGRE) **Róis de Confessados e Comungados**. [manuscrito]. Porto Alegre, Anos: 1779, 1780, 1781, 1782, 1790, 1791, 1792, 1793, 1797, 1798, 1799, 1800. (12 v.). Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

Submissão: 13/04/2015

Aceite: 30/08/2015